

# A GEOGRAFIA DE MATO GROSSO DO SUL

*contradições, conflitos e resistências  
na cidade e no campo*



Maria José Martinelli Silva Calixto  
Márcia Yukari Mizusaki  
Rodrigo Simão Camacho  
Organizadores



## **EDITORA TOTALBOOKS**

### **CONSELHO EDITORIAL MULTIDISCIPLINAR**

Dr. Alfa Oumar Diallo  
Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Colling  
Dr. Antonio Moreno Jiménez  
Dr. Celso Augusto Nunes da Conceição  
Dr. Charlei Aparecido da Silva  
Dr<sup>a</sup> Cintia Santos Diallo  
Dr<sup>a</sup>. Cristina Vargas Cademartori  
Dr. Eduardo Salinas Chavez  
Dr. Edvaldo César Moretti  
Dr<sup>a</sup>. Edvania Gomes de Assis Silva  
Dr<sup>a</sup> Elisabeth Ritter  
Dr. Eliseu José Weber  
Dr. Fabio de Oliveira Sanches  
Dr<sup>a</sup> Gilca Lucena Kortmann  
Dr. Henrich Hasenack  
Dr. Henri Luiz Fuchs  
Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro  
Dr<sup>a</sup>. Irene Santos Garcia  
Dr. Javier Garcia López  
Dr. Jefferson Cardia Simões  
Dr. Jose Luis Gurria Gascón  
Dr. Paulo José Moraes Monteiro e Teixeira Germano  
Dr. Paulo Roberto Fitz  
Dr. Rodrigo Stumpf Gonzáles  
Dr. Rogério Gomes da Silva  
Dr<sup>a</sup> Valéria Silveira Brisolara  
Dr. Vinícius Gadis Ribeiro



EDITORA TOTALBOOKS®

Av. Willy Eugênio Fleck, 1500/337 – CEP 91150-180 – Porto Alegre - RS

[www.totalbooks.com.br](http://www.totalbooks.com.br)

Copyright © Maria José Martinelli Silva Calixto, Márcia Yukari Mizusaki e Rodrigo Simão Camacho

Capa: Ricardo Reis | Conteúdo Ativo

Fotos da capa: Fabiano Greter Moreira e João Paulo Muniz Marin

Editoração: Paulo Roberto Fitz

Revisão: TotalBooks

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

A geografia de Mato Grosso do Sul [livro eletrônico] : contradições, conflitos e resistências na cidade e no campo / organização Maria José Martinelli Silva Calixto , Márcia Yukari Mizusaki , Rodrigo Simão Camacho. -- 1. ed. -- Porto Alegre, RS : Total Books, 2020.  
PDF

ISBN 978-65-88393-05-5

1. Mato Grosso do Sul - Aspectos ambientais 2. Mato Grosso do Sul - Aspectos econômicos 3. Mato Grosso do Sul - Condições sociais I. Calixto, Maria José Martinelli Silva. II. Mizusaki, Márcia Yukari. III. Camacho, Rodrigo Simão.

20-52265

CDD-981.71

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Mato Grosso do Sul: História 981.71

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos reservados para os autores.

EDITORA TOTALBOOKS® EIRELI

[www.totalbooks.com.br](http://www.totalbooks.com.br)

[contato@totalbooks.com.br](mailto:contato@totalbooks.com.br)

Não é permitida a reprodução total ou parcial desta obra, por quaisquer meios, sem a prévia autorização por escrito do/a respectivo/a autor/a.

Os autores são responsáveis pelos textos apresentados e assumem total responsabilidade pública e jurídica sobre os conteúdos.

## APRESENTAÇÃO

Este livro revela um esforço em reunir trabalhos produzidos no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFGD, resultantes de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado concluídas e, em andamento.

O Programa de Pós-graduação em Geografia da UFGD teve início em 2007, com a implantação do curso de Mestrado. No ano de 2013, foi implantado o curso de Doutorado. Ao longo desse período, tais cursos têm possibilitado a formação de profissionais (mestres e doutores), oferecendo importante contribuição para o avanço do processo de investigação científica e da produção acadêmica.

Neste sentido, buscando contribuir para fomentar o diálogo, a reflexão e o debate, este livro apresenta textos que abordam a temática urbana e agrária sob diferentes enfoques empíricos, analíticos e teórico-metodológicos.

Como pressuposto geral, referenciamos que o capitalismo, na sua lógica de funcionamento, apresenta contradições que, nos textos que compõem este livro, se revelam, seja para (re)existir em uma cidade marcada por uma espécie de fronteira sociorracial, seja na luta por moradia, nas estratégias de resistência camponesa, na busca por permanência na terra, ou nos debates paradigmáticos da Geografia Agrária. Da mesma forma, também trata de temas como o significado da natureza diante do processo de urbanização de Dourados, e o papel que as atividades comerciais e de serviços especializados exercem, colocando este centro urbano na condição de referência regional, reforçando seu papel de cidade média.

Destarte, os textos apresentados neste livro, versam sobre uma diversidade de temas, processos e dinâmicas de produção do espaço urbano e regional, conforme segue:

**Simone Maria Leme**, tomando como recorte de pesquisa a Colônia Pulador, no município de Anastácio-MS, analisa as estratégias de resistência camponesa por meio da produção artesanal de farinha de mandioca, e a utilização de circuitos curtos de comercialização que possibilitam aumentar a renda camponesa, assim como, a permanência na terra.

Por sua vez, **Laudiceia Neiva Roldão Azevedo**, discute as lutas dos camponeses do município de Glória de Dourados para permanecerem na terra, diante das transformações técnico-produtivas decorrentes da expansão do monocultivo, que impulsiona a concentração da propriedade e a expropriação camponesa.

**Fabiano Greter Moreira e Márcia Yukari Mizusaki** abordam a trajetória de lutas e desafios pela posse e permanência na terra, dos assentados do Projeto de Assentamento Teijin, do município de Nova Andradina-MS, que se originou a partir da desapropriação da Fazenda Teijin, após longo período em que as famílias permaneceram acampadas.

**Adenildo dos Santos Assunção e Rodrigo Simão Camacho** se debruçam no conceito de campesinato, abordando o espaço agrário de Mato Grosso do Sul a partir dos debates paradigmáticos da Geografia Agrária, com a intencionalidade de compreender o campo por meio dos conflitos e disputas territoriais, atuação dos movimentos socioterritoriais e os fenômenos que se processam, principalmente, a partir da luta de classes entre capitalistas e camponeses.

**João Paulo Muniz Marin e Maria José Martinelli Silva Calixto**, buscam oferecer uma contribuição para o entendimento do processo de produção e uso do espaço urbano e seus desdobramentos socioespaciais na cidade de Campo Grande-MS, tomando como referencial de análise uma favela denominada “Cidade de Deus II”. O texto destaca o papel da propriedade privada que, ao cercear as condições de uso, demarca fronteiras no interior da cidade.

Já **Bruno Ferreira Campos** analisa os significados de natureza e seus desdobramentos no processo de produção do espaço urbano em Dourados-MS, tomando como objeto a “disputa” por áreas, técnica e juridicamente, reconhecidas como ambientais - as áreas de fundo de vale.

**William Moreno Vascon** aponta elementos que contribuem no processo de reforço do papel regional de Dourados-MS e, por decorrência, de sua condição de cidade média. Com esse propósito, analisa os fluxos e deslocamentos estabelecidos no âmbito da rede urbana, considerando, além dos supermercados Assaí e Atacadão, outras variáveis como saúde, educação superior, e o shopping Avenida Center.

Além dos trabalhos que tomam como objeto de análise o estado de Mato Grosso do Sul, temos a contribuição de **Ariel Costa dos Santos** que, em uma espécie de diário de campo, tenta resgatar a geografia construída pela população negra em uma cidade dividida pela BR-070 - Campo Verde - localizada na região sudeste do estado de Mato Grosso e associada à cadeia produtiva do agronegócio. Para tal, considera a trajetória/história de vida de alguns sujeitos na “baixada” (porção sul da cidade e da referida BR), local de moradia de grande parte da população negra.

Partindo do pressuposto que a proposta do Programa de Pós-graduação em Geografia contempla diversidade de temas e perspectivas teórico-metodológicas, esperamos que o conjunto de textos que compõem este livro, possa fomentar o debate, a reflexão e novas pesquisas.

*Os organizadores*

## SUMÁRIO

PRÁTICAS TERRITORIAIS: A PRODUÇÃO ARTESANAL DA FARINHA DE MANDIOCA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NA COLÔNIA PULADOR, EM ANASTÁCIO-MS <i>Simone Maria Leme</i> .....	8
MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: A RESISTÊNCIA CAMPONESA MEDIANTE A SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA NO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE DOURADOS-MS <i>Laudiceia Neiva Roldão Azevedo</i> .....	35
AS TRAJETÓRIAS DE LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO TEIJIN NO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA-MS <i>Fabiano Greter Moreira</i> <i>Márcia Yukari Mizusaki</i> .....	56
QUESTÃO AGRÁRIA E SUAS INTERPRETAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: DECIFRANDO O CONCEITO DE CAMPESINATO <i>Adenilso dos Santos Assunção</i> <i>Rodrigo Simão Camacho</i> .....	78
O PROCESSO DE LUTA PELA MORADIA EM CAMPO GRANDE - MS: UMA BREVE ANÁLISE DA TRAJETÓRIA E DAS FORMAS DE REPRODUÇÃO DA VIDA DOS OCUPANTES DA FAVELA “CIDADE DE DEUS II” <i>João Paulo Muniz Marin</i> <i>Maria José Martinelli Silva Calixto</i> .....	108
A PRODUÇÃO DOS SIGNIFICADOS DE NATUREZA NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE DOURADOS-MS (1970-2018) <i>Bruno Ferreira Campos</i> .....	137
O REFORÇO DO PAPEL REGIONAL DE DOURADOS-MS: UMA ANÁLISE DOS DESLOCAMENTOS NO ÂMBITO DA REDE URBANA <i>William Moreno Vascon</i> .....	168
“DA BAIXADA PRA CÁ É OUTRA GEOGRAFIA”: GENTES NEGRAS EM CIDADE BRANCA <i>Ariel Costa dos Santos</i> .....	191
SOBRE OS AUTORES .....	213
ÍNDICE REMISSIVO .....	216

# **PRÁTICAS TERRITORIAIS: A PRODUÇÃO ARTESANAL DA FARINHA DE MANDIOCA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NA COLÔNIA PULADOR, EM ANASTÁCIO-MS<sup>1</sup>**

*Simone Maria Leme*

## **INTRODUÇÃO**

O campo sul-mato-grossense passou por acelerados processos de expansão capitalista nas últimas décadas, produzindo a homogeneização de espaços produtivos e desconsiderando a diversidade de sujeitos sociais presentes no campo, com destaque para o agronegócio. Em Mato Grosso do Sul, destacam-se a expansão da soja, do milho e da cana-de-açúcar.

A expansão do agronegócio no campo tem agravado o processo de expropriação camponesa, porém, o capital ao se reproduzir, cria mecanismos para a permanência do campesinato em meio ao seu desenvolvimento. Desta forma, o desenvolvimento do capitalismo no campo apresenta contradições e, em seu processo de desenvolvimento, são produzidas classes sociais distintas e com interesses antagônicos, como os proprietários de terra, os capitalistas, os assalariados e os camponeses (MIZUSAKI, 2005).

Portanto, o desenvolvimento do capitalismo no campo se realiza em um movimento desigual e combinado. O capitalismo, ao se desenvolver, produz relações não capitalistas de produção, como as relações camponesas, subordinando-as ao seu processo de reprodução (MARTINS, 1990; OLIVEIRA, 1991; 1999). Neste contexto de expansão capitalista, os camponeses passam a desenvolver várias estratégias para a permanência na terra, a partir de uma diversidade de práticas adotadas na unidade de produção e em âmbito local.

---

<sup>1</sup> Pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).



Para Fabrini (2006), no processo contraditório e desigual da realidade, os camponeses, ao produzirem na terra, passam a desenvolver um conjunto de relações sociais específicas. A especificidade dessas relações distingue a produção camponesa da produção capitalista.

As diferentes práticas desenvolvidas pelo campesinato são fundamentais para garantir a permanência desses sujeitos no campo. Entre essas práticas, encontram-se atividades artesanais desenvolvidas pela família camponesa, em seu processo de produção e reprodução, que foram sendo repassadas de geração em geração.

Fabrini (2006; 2007; 2008) enfatiza a importância de práticas territoriais, internas ou externas às unidades de produção, que permitem a reprodução social camponesa, muitas vezes em contextos de privações e subordinação.

É possível verificar entre os camponeses um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo. Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana. (FABRINI, 2007, p. 09).

A Colônia Pulador, localizada no município de Anastácio-MS, é formada por migrantes nordestinos e apresenta seu histórico de formação territorial vinculada ao cultivo da mandioca para a produção artesanal da Farinha de Mandioca. Os primeiros migrantes chegaram na Colônia Pulador na década de 1920, e construíram suas primeiras “casas da farinha”<sup>2</sup>. Ao longo dos anos, as “casas da farinha” da Colônia Pulador foram sendo repassadas de geração em geração. A partir da década de 1950, outras atividades passam a ser desenvolvidas na Colônia, contribuindo para a diversificação da produção na atualidade (LEME, 2018).

Várias são as estratégias de reprodução social utilizadas pela família camponesa da Colônia Pulador, entre elas a produção artesanal da Farinha de Mandioca. De acordo com informação da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER, a Colônia Pulador é formada por, aproximadamente, 100 unidades de

---

<sup>2</sup> A chamada “casa da farinha” é um local formado por instrumentos artesanais utilizados na produção da Farinha de Mandioca.

produção. Para a produção deste artigo utilizou-se de entrevista realizada com seis famílias produtoras da Farinha de Mandioca na Colônia Pulador, com os seguintes objetivos: compreender como a prática da produção artesanal da Farinha de Mandioca contribui para a reprodução social camponesa na Colônia Pulador; analisar as alterações ocorridas nas relações sociais de produção da Farinha de Mandioca ao longo dos anos; identificar as formas de comercialização da Farinha de Mandioca no mercado local; caracterizar as ações estabelecidas pelo poder público municipal no processo de reprodução social dos camponeses produtores de farinha da Colônia Pulador. A metodologia da pesquisa de campo teve como referencial teórico as obras de Triviños (1987) e Brandão (2007). Utilizou-se do método qualitativo para a coleta de dados da pesquisa, a partir de observações de campo e aplicação da técnica de entrevista, a partir da história oral de camponeses entrevistados.

As práticas territoriais camponesas referem-se a diferentes atividades desenvolvidas para a reprodução social camponesa, em uma determinada fração territorial. No que se refere à definição de território, parte-se de Raffestin (1993), que define o território como sendo o espaço apropriado por sujeitos sociais, em seu processo de reprodução. Entende-se que esses sujeitos sociais, a partir de suas diferentes práticas, apropriam-se de frações territoriais. Importante considerar que, nesse processo, tem-se o jogo de poder entre sujeitos que possuem perspectivas territoriais distintas. Como exemplo, pode-se citar a disputa territorial entre o agronegócio e o campesinato, que possuem diferentes perspectivas de desenvolvimento para o campo.

Para Haesbaert (2016, p. 79), o território deve ser concebido através de uma “perspectiva integradora”, considerando as diferentes dimensões sociais do espaço, que em seu conjunto integre a vida econômica, política e cultural de um grupo social. “O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”.

Os camponeses, em seu processo de reprodução social (utilizando-se de diferentes práticas em suas múltiplas determinações – social, econômica, política e cultural), desenvolvem várias estratégias nos processos de produção, beneficiamento e venda dos produtos no mercado, que permite a criação de produtos que carregam consigo características territoriais do lugar de produção. Esses produtos acabam conquistando o mercado consumidor local, podendo atingir múltiplas escalas.

Para Navarro (1993, p. 339), a análise de sujeitos sociais deve levar em consideração a dimensão cultural do processo de reprodução social desses sujeitos, “suas formas de comportamento, de pensar e de sentir em face das realidades sociais e pessoais, a visão de mundo, o sistema de valores explícito e implícito”. Porém, considera que é necessário rejeitar as abordagens que levam em consideração apenas esse aspecto. Para o autor, torna-se imprescindível analisar todas as dimensões do processo (social, econômica, política e cultural). As características culturais são modeladas no processo histórico de formação do grupo social por fatores econômicos, sociais, políticos e ideológicos que, por sua vez, não podem ser percebidos em bruto, mas sim interpretados em cada momento.

Desta forma, nenhuma dessas dimensões tem influência imediata na cultura de um grupo social. Essas dimensões se influenciam dialeticamente. A relação dialética entre essas diferentes dimensões é que deve ser analisada para compreender o movimento de reprodução social camponesa (NAVARRO, 1993).

Fabrini (2006; 2008) ressalta a importância da dimensão territorial camponesa, para o desenvolvimento de estratégias de resistência. Para o autor, é fundamental reconhecer a capacidade do campesinato em desenvolver estratégias de resistência, para além dos movimentos sociais. As ações camponesas não estão limitadas à atuação dos movimentos sociais. Para o autor o “movimento camponês é mais amplo do que os movimentos sociais” (FABRINI, 2008, p. 239). A partir de forças territoriais locais “destaca-se um conjunto de ações de conteúdo político, econômico, cultural, ambiental, costumeiro, etc.” (FABRINI, 2008, p. 260). A manifestação destas ações ocorre a partir das seguintes práticas: produção para o autoconsumo da família; controle do processo de produção; autonomia na produção e na comercialização; e relações estabelecidas com a comunidade. Essas estratégias estão relacionadas ao modo de vida camponês, sendo ações localizadas que podem se constituir como importantes estratégias de resistência na reprodução social do campesinato.

No Brasil, a expansão dos processos de industrialização dos produtos, principalmente nas últimas décadas, com a agroindústria, coloca um desafio aos camponeses que persistem na produção de alimentos para atender o autoconsumo da família e para venda no mercado local.

O modelo de produção e comercialização camponesa valoriza as práticas territoriais do campesinato, totalmente distinta do modelo proposto pelo agronegócio,

que expropriada a população camponesa, homogeneíza os espaços rurais e utiliza-se de relações agressivas ao meio ambiente, com a aplicação de uma série de insumos químicos ao solo, resultando em prejuízos ambientais, sociais e culturais.

Segundo Porto-Gonçalves (2017, p. 28-29), a monocultura é a base da agricultura moderna, que desde seu início revela uma prática que não visa satisfazer as necessidades das regiões e dos povos que a produzem. A “monocultura é uma técnica que em si mesma traz uma dimensão política na medida em que só tem sentido se é uma produção que não é feita para satisfazer quem produz”.

Nas últimas décadas, no Brasil, as políticas de expansão das fronteiras agrícolas fizeram com que ocorresse uma grande ampliação de áreas destinadas à agricultura de exportação. Essas políticas indicam a necessidade de incorporar essa fração do território nacional à expansão da lógica capitalista de produzir, atendendo ao discurso do “desenvolvimento”, a partir da dominação da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2017).

Moreira (2014, p. 190) indica que essas características representam um monopólio fundiário secular, que agora está combinado com o crescente emprego de máquinas e insumos industriais. As forças produtivas elevam seu nível, sem que ocorra alteração na distribuição da propriedade da terra. Este é um traço característico do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pela via da modernização: “tudo muda sem mudar, as estruturas apenas se aperfeiçoam”.

Neste modelo de desenvolvimento para o campo tem-se a concentração fundiária e de capital. Algumas das consequências são a diminuição da mão de obra empregada e a queda de preços de produtos, em decorrência da grande concentração de capitais nas mãos de poucas empresas que controlam os processos produtivos. Essa diminuição dos preços, em virtude da grande concentração de capitais, limita a produção de gêneros alimentícios que são produzidos por um custo mais elevado, como os produtos do campesinato (PORTO-GONÇALVES, 2017). Neste cenário, os produtos produzidos pelo campesinato acabam tendo que concorrer no mercado com produtos industrializados.

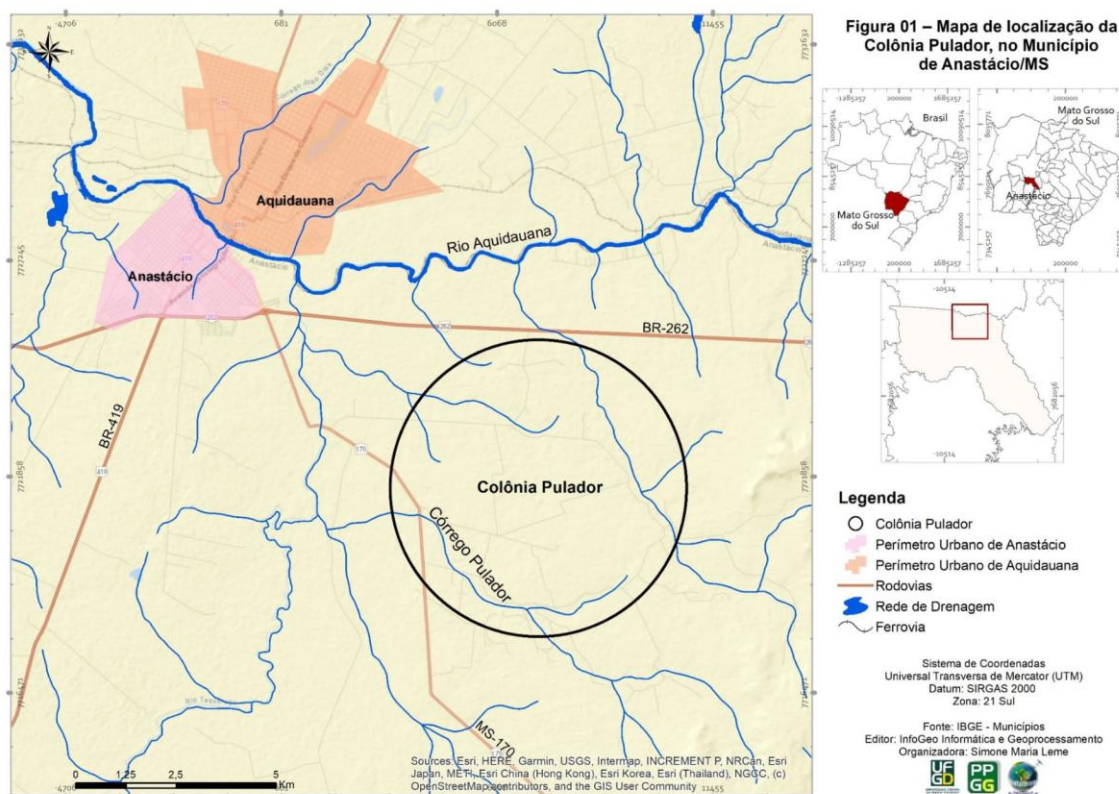
Apesar de todas as dificuldades impostas pelos camponeses na atualidade, verifica-se que a luta pela permanência na terra resiste ao avanço do capitalismo no campo brasileiro. Em todas as regiões do país podem-se encontrar camponeses que desenvolvem várias estratégias de resistência, a partir de diferentes práticas. No caso

desta pesquisa, analisa-se a prática da produção artesanal da Farinha de Mandioca, na Colônia Pulador, localizada no Município de Anastácio-MS.

## CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Anastácio está localizado na porção centro-oeste do estado de Mato Grosso do Sul, na microrregião geográfica de Aquidauana. É formado por várias colônias de migração nordestina, entre elas a Colônia Pulador, localizada ao norte do Município, a aproximadamente 12 km da área urbana. A área urbana do Município de Anastácio faz limite territorial com a área urbana do Município de Aquidauana, e o Rio Aquidauana é o divisor natural das áreas urbanas desses municípios. Na Figura 1, ilustra-se o mapa de localização da Colônia Pulador, no município de Anastácio-MS.

**Figura 1** – Mapa de localização da Colônia Pulador, em Anastácio-MS.



Fonte: IBGE, organizado pela autora, 2020.

A história da constituição do município de Anastácio está diretamente relacionada à história do município de Aquidauana. A ocupação, por não indígenas, da região que atualmente corresponde aos municípios de Anastácio e Aquidauana, deu-se por volta de 1870. Os rios da região se constituíram como principais vias de acesso, entre eles o Rio Aquidauana.

O desenvolvimento da pecuária no sul do, então, Mato Grosso<sup>3</sup>, no final do século XIX, recebeu influência do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, tendo em vista a perspectiva de escoamento da produção de origem bovina para a região paulista, o que fez da região um atrativo para mineiros, paulistas e famílias de outras nacionalidades, migrarem para a região para trabalhar com a pecuária. É neste contexto de inserção de Mato Grosso no desenvolvimento capitalista do leste, que se tem a abertura de grandes fazendas para a exploração da pecuária, na região que atualmente compreende os municípios de Anastácio e Aquidauana, constituindo uma classe de proprietários de terras, desconsiderando totalmente a ocupação original da área por povos indígenas e implantando a mentalidade colonizadora do “homem branco” (LEITE, 2009).

Até o ano de 1920, o atual município de Anastácio era formado por grandes propriedades voltadas para a produção pecuária. A partir de 1920, o município passa a receber migrantes nordestinos. A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB)<sup>4</sup>, influenciou no deslocamento destes migrantes.

A migração nordestina contribuiu para a formação dos estabelecimentos de até 50 ha, que, embora ocupem uma área pequena do município, em número de estabelecimentos são representativos. Na Tabela 1 apresentam-se dados relacionados aos estabelecimentos agropecuários do município de Anastácio, de acordo com o último censo agropecuário (IBGE, 2017).

**Tabela 1** – Estabelecimentos agropecuários do município de Anastácio-MS, segundo os grupos de área total, em hectares, (2017).

Grupos de área total (ha)	Número de estabelecimentos	% do número total de estabelecimentos	Area total (ha)	% da área total
Total	1.058	100	287.753	100
<b>Menos de 50</b>	<b>678</b>	<b>64,08</b>	<b>15.220</b>	<b>5,29</b>
De 50 a menos de 100	104	9,83	6.833	2,37
De 100 a menos de 500	144	13,61	35.330	12,28
De 500 a menos de 1000	54	5,10	35.763	12,43
<b>Acima de 1000</b>	<b>76</b>	<b>7,19</b>	<b>194.607</b>	<b>67,63</b>
Produtor sem área	2	0,19	--	--

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017. Org. Leme (2019).

<sup>3</sup> Até o ano de 1977, a região que compreende o atual estado de Mato Grosso do Sul fazia parte do estado de Mato Grosso.

<sup>4</sup> A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) teve sua construção iniciada em 1905 na cidade de Bauru, SP. Em 1914, foi concluído o trecho principal, ligando Bauru às margens do rio Paraguai em Corumbá, passando pelo município de Aquidauana.

Em 2017 registrou-se um total de 1.058 estabelecimentos agropecuários no município. Destes, 678 estabelecimentos possuem menos de 50 ha (64,08%) e ocupavam 5,29% da área total. Os estabelecimentos com mais de 1000 ha, que somavam 76 e representavam 7,19% do total, ocupavam uma área de 67,63%. Esses dados evidenciam as características da estrutura fundiária do município.

As terras atuais da Colônia Pulador faziam parte de uma fazenda pertencente à família Anderson<sup>5</sup>. A família Anderson apropriou-se de uma grande quantidade de terras, na região que atualmente corresponde ao município de Anastácio, no final do século XIX. A partir de 1920, algumas terras pertencentes à família Anderson começaram a ser vendidas. Segundo alguns entrevistados, o motivo da venda das terras se deu em virtude da morte do patriarca da família, Augusto Ekberg Anderson. Augusto Ekberg Anderson teve 15 filhos. Após sua morte, suas terras foram distribuídas aos herdeiros, porém, apenas dois de seus filhos: Augusto Perez Anderson e Francisco Anderson, permaneceram com terras na região. Os demais filhos passaram a vender as terras a preços irrisórios, o que chamou a atenção dos migrantes nordestinos que chegavam na região. Os fluxos migratórios de nordestinos para a Colônia Pulador ocorreram entre 1928 e 1961.

Ao chegar em Anastácio e adquirir terra, na região atualmente conhecida como Colônia Pulador, esses migrantes passaram a desenvolver várias práticas para a reprodução da família camponesa. Entre essas práticas, destacou-se, ao longo dos anos, a produção artesanal da Farinha de Mandioca.

## **PRÁTICAS TERRITORIAIS: A PRODUÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA NA COLÔNIA PULADOR**

Os migrantes nordestinos do Pulador, ao conquistarem suas frações territoriais, iniciaram a produção de vários gêneros alimentícios para autoconsumo, entre eles a mandioca. Atualmente, os camponeses da Colônia Pulador produzem mandioca para autoconsumo, para venda na área urbana, e para produção da Farinha de Mandioca. A tradicional “Farinha de Mandioca do Pulador” pode ser encontrada nas versões: tradicional (chamada pelos produtores de “farinha comum”), temperada sem pimenta e

---

<sup>5</sup> A família Anderson possuía nacionalidade sueca, e foi uma das primeiras famílias a chegar ao município.

temperada com pimenta (LEME, 2018). As seis unidades de produção entrevistadas produzem a farinha de forma totalmente artesanal, utilizando-se para o processo de produção três instrumentos manuais: o triturador, a prensa e o forno. Esses instrumentos são encontrados em todas as “casas da farinha” da Colônia. Na Figura 2, ilustra-se os instrumentos utilizados no processo de produção da Farinha de Mandioca, que são encontrados em todas as “casas da farinha”.

**Figura 2** – Instrumentos utilizados para produção da Farinha de Mandioca na Colônia Pulador.



Fonte: pesquisa de campo (28/11/2018).

O processo de produção da Farinha de Mandioca é desenvolvido em três etapas. Para a primeira etapa utiliza-se o triturador. O triturador é o instrumento que transforma as raízes da mandioca em massa. Para esta etapa, as raízes da mandioca já devem estar limpas e sem casca. As raízes são empurradas em direção aos cilindros do triturador. Na sequência, a massa cai em um espaço localizado na parte inferior do triturador.

A segunda etapa é a separação da massa de sua parte líquida, a partir de um processo de prensagem. A prensa é o instrumento responsável pela prensagem da massa. Nesta etapa, a massa perde uma grande quantidade de umidade para ser encaminhada para o forno. A parte líquida é utilizada no processo de produção do polvilho de



mandioca e, todas as unidades de produção que produzem farinha, também produzem polvilho.

O forno é o instrumento responsável pela última etapa do processo de produção da farinha. Nesta etapa, a massa prensada vai para o forno, sendo torrada até adquirir o ponto adequado da farinha, que ocorre após cerca de duas horas de trabalho. Esta última etapa requer cuidados e habilidades, visto que, para a farinha adquirir características homogêneas, a massa deve ser deslocada de um ponto a outro do forno, de forma contínua e sem interrupções, demandando esforço braçal e habilidades específicas no processo.

Essas etapas para a produção da farinha darão origem à Farinha de Mandioca tradicional. As versões temperadas, sem pimenta, ou com pimenta, são produzidas a partir da Farinha de Mandioca tradicional. Segundo os camponeses entrevistados, as mulheres ficam responsáveis pela produção das versões da farinha temperada. Das unidades de produção entrevistadas, duas produzem as versões temperadas, as demais produzem apenas a Farinha de Mandioca tradicional. No Quadro 1, indica-se os tipos de Farinha de Mandioca produzidos nas unidades entrevistadas e a quantidade de pessoas envolvidas no seu processo de produção.

Muitas farinheiras de Mato Grosso do Sul já possuem mecanização para o processo de produção da farinha, produzem em grande escala e atendem o mercado regional, porém, segundo os entrevistados, eles preferem manter a produção sendo realizada de forma totalmente artesanal, pois *“o sabor e a qualidade do produto produzido de forma artesanal é muito melhor do que produto industrializado.”* (Entrevista realizada em 12/08/2018).

**Quadro 1** – Colônia Pulador: tipo de farinha produzida e mão de obra utilizada na produção da “Farinha de Mandioca do Pulador”.

UP	Tipo de farinha produzida	Número de membros da família que atuam na produção	De quem era a “casa da farinha”
01	Farinha de Mandioca tradicional; Farinha de Mandioca temperada.	03	Avô
02	Farinha de Mandioca tradicional; Farinha de Mandioca temperada.	02*	Pai
03	Farinha de Mandioca tradicional.	03	Pai
04	Farinha de mandioca tradicional.	04	Avô
05	Farinha de mandioca tradicional.	02*	Avô
06	Farinha de mandioca tradicional.	04	Avô

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

\*Ocorre a contratação de diarista em alguns períodos.

Ao longo dos anos, as relações sociais desenvolvidas para a produção da Farinha de Mandioca, na Colônia Pulador, sofreram alterações. Nos primeiros anos de migração, muitos migrantes que chegaram a Pulador, não tinham dinheiro suficiente para montar a “casa da farinha”. Assim, durante um tempo, utilizavam as chamadas “casas coletivas da farinha”, um espaço onde vários produtores produziam farinha. Uma parte da farinha era entregue ao proprietário da casa como forma de aluguel pelo uso dos instrumentos. Essa relação de trabalho e produção era desenvolvida até o momento em que a família conseguisse juntar dinheiro suficiente para montar a própria “casa da farinha”. Era muito comum, também, a utilização de uma única “casa da farinha” por vários membros de uma mesma família. Com o tempo, os produtores passam a construir sua própria “casa da farinha”.

Para a produção da Farinha de Mandioca é necessária a atuação de várias pessoas nas etapas da produção. Antigamente, as famílias eram numerosas e praticava-se a ajuda mútua entre as famílias produtoras de farinha da Colônia. “*Antes quando a gente colhia a mandioca, toda família estava envolvida na produção, e ainda os vizinhos vinham ajudar, depois a gente ia lá ajudar eles*” (Entrevista realizada em 11/08/2018).

Ao longo dos anos, vem ocorrendo uma redução de produtores de Farinha de Mandioca na Colônia Pulador. Após a década de 1950, vários eventos provocaram alterações na prática da produção da Farinha de Mandioca. A divisão das propriedades em lotes menores, para atender o sistema de herança, provocou a redução do número de integrantes da família camponesa. Alguns membros da família decidiram continuar as atividades de produção de farinha. Outros passaram a desenvolver diferentes atividades na própria Colônia. Uns, ainda, acabaram migrando para a área urbana.

Atualmente, mantém-se a produção artesanal da farinha na Colônia, porém verifica-se que menos famílias atuam na prática da produção. Os motivos para essa redução, além da diminuição do número de integrantes da família, “falta de braços”, se dão, também pela perda da fertilidade natural do solo e redução da quantidade de mandioca produzida.

*A casa da farinha era de meu avô, ficou para meu pai, que produziu farinha até morrer, aí depois meus irmãos não quiseram produzir farinha, na divisão da herança comprei a parte deles e fiquei aqui...hoje já faz mais de 20 anos que eu produzo farinha. Hoje a gente produz uns 150 quilos por semana, não conseguimos produzir mais, porque não tem mandioca suficiente, antes tinha muita mandioca, hoje o solo não produz mais a mesma quantidade de mandioca de antes. Quando comecei a produzir farinha com minha família nós já produzimos mais de 1.000 quilos por semana. Tem que ter mandioca, sem mandioca fica difícil.* (Entrevista realizada em 11/08/2018).

Os produtores de Farinha de Mandioca da atualidade destacam que a “casa da farinha” foi repassada de geração em geração, como pode-se observar no Quadro 1, demonstrando a continuidade de uma prática tradicional na Colônia. Das unidades de produção entrevistadas, quatro relataram que a “casa da farinha” utilizada pertencia ao avô.

Das unidades entrevistadas, quatro utilizam-se da mão de obra do marido, mulher e filhos, as demais, apenas o casal (marido e mulher) trabalham na produção da farinha. Nas unidades que apenas o casal se envolve nas atividades ocorre a contratação de diaristas para auxiliar nas etapas de produção (Quadro 1).

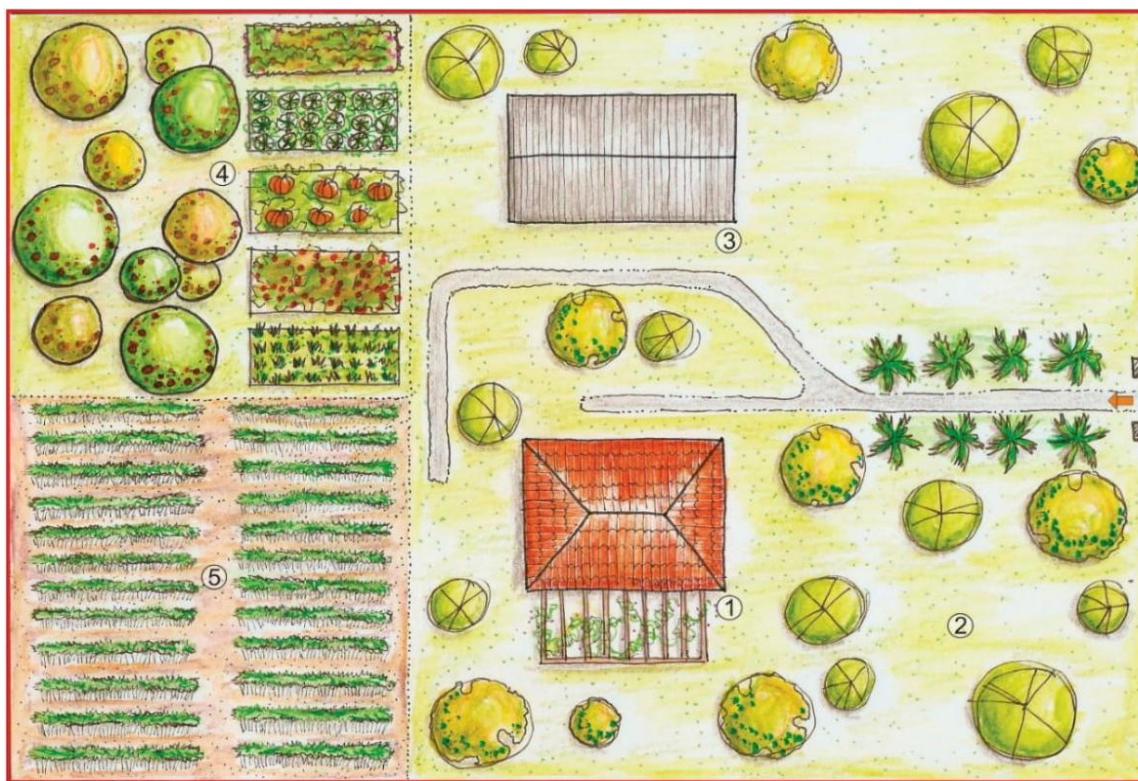
*Somos em três pessoas na lida da farinha, eu, minha esposa e o filho, se tivesse mais gente era melhor ainda...um dia antes já deixamos a mandioca no jeito ali na casa da farinha, aí bem cedo começamos a triturar... E vai o dia todo de serviço. (Entrevista realizada em 11/08/2018).*

*Aqui só eu e minha esposa... Tem bastante serviço, aí quando tem muita mandioca a gente contrata alguém pra ajudar... Tenho um sobrinho que mora na cidade, às vezes ele consegue vir ajudar a gente... Porque é muito serviço, a lida na farinha. (Entrevista realizada em 13/11/2018).*

Woortmann (1983); Woortmann; Woortmann (1997) ressaltam que a unidade de produção camponesa funciona como um sistema, constituindo-se de várias partes articuladas entre si. No caso dos camponeses produtores de Farinha de Mandioca, destaca-se a chamada “roça” e a chamada “casa da farinha”. A “roça” seria o local da produção, onde ocorre o cultivo de gêneros alimentícios, que serão utilizados para o autoconsumo da família e para a comercialização no mercado local. Na Figura 3, ilustra-se a organização espacial de unidade de produção camponesa, produtora de Farinha de Mandioca, na Colônia Pulador.

Nesta unidade de produção, a “roça” está articulada diretamente à “casa da farinha”, pois, a partir da prática do cultivo da mandioca, a família camponesa transformará esse produto em Farinha de Mandioca. Neste processo, ocorrem as práticas da produção e do beneficiamento do produto. Para a produção da farinha, torna-se necessário o cultivo da mandioca. Caso ocorra a falta da mandioca, pode ocorrer uma desarticulação no sistema, e será necessário recorrer à compra do produto. Em todas as entrevistas, fora ressaltada a necessidade de recorrer à compra da mandioca em alguns períodos do ano.

**Figura 3** - Organização espacial de unidade de produção camponesa, produtora de Farinha de Mandioca, na Colônia Pulador.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Organização: Simone Maria Lema; elaboração: Rafael de Sá.

Esse sistema, formado de várias partes articuladas entre si, se reorganiza através do tempo e no espaço, como resposta a processos históricos que podem provocar essas desarticulações. “Essa organização e essa resposta são informadas por uma lógica, uma estratégia e um saber — ou um “know-how” — que possibilitam a reprodução da produção camponesa” (WOORTMANN, 1983, p. 164). Desta forma, entende-se que o campesinato possui uma enorme capacidade de se recriar, se readequando às alterações provocadas ao longo do tempo, em um saber fazer que somente o mundo camponês consegue desenvolver, em um contínuo processo de reprodução da lógica camponesa de produzir.

Para Shanin (2008), a organização da produção camponesa tem por objetivo principal a reprodução de seu modo de vida. O autor destaca, em sua obra, a multiplicidade de soluções encontradas para enfrentar crises, como sendo um elemento da natureza da economia familiar camponesa, que é muito distinta de outras formas de economia; o autor destaca também a eficiência da economia campesina:

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não-camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa. (SHANIN, 2008, p. 27).

Percebe-se que, com a redução de produtores de farinha na Colônia, a prática da ajuda mútua passa a ficar restrita a algumas atividades que demandam menos tempo dos envolvidos. Como a produção da farinha envolve pessoas o dia todo, esse tipo de atividade acaba não recebendo a ajuda de vizinhos:

*É difícil chamar o vizinho pra ajudar, ele tem as coisas dele pra fazer lá, e a lida na farinha é o dia todo, a gente começa às quatro da manhã, um dia antes já tem que deixar a mandioca descascada e limpa, aí é o dia todo, às vezes vamos até umas dez da noite. A parte que dá mais trabalho é pra descascar, às vezes a gente chama alguém só pra ajudar a descascar, aí o resto a gente faz, a parte do forno só eu mesmo. Quando é alguma coisa mais rápida a gente combina com o vizinho, tipo fazer uma cerca... (Entrevista realizada em 11/08/2018).*

Segundo Cândido (1973), a expansão do capitalismo no campo não só multiplica o esforço físico do camponês, mas reduz formas coletivas de organização do trabalho, como a prática da ajuda mútua. A produção destinada, em sua maior parte, ao mercado, individualiza as práticas camponesas, tornando-as cada vez mais restritas ao âmbito familiar.

Para Navarro (1993, p. 350), os aspectos culturais de um grupo social reúnem um “conjunto de comportamentos, normas, atitudes e valores, que resultam de um processo histórico específico”. Todos os componentes desse processo (econômico, social, político e ideológico), e as experiências coletivas, moldam a cultura do grupo, que “não é estática e nem homogênea”, passando por constantes transformações, à medida que seus componentes são alterados e a partir da renovação das práticas adotadas pelo grupo.

As práticas desenvolvidas pelos camponeses para sua reprodução social na atualidade são um “esforço” do próprio campesinato para adequação de seu processo de trabalho, para essa nova realidade. No caso da família produtora da Farinha de

Mandioca do Pulador, a prática da produção da farinha, ocorre, na atualidade, com a utilização de poucos braços para a produção; assim, a família precisa adequar suas atividades de forma que poucos integrantes possam realizá-las.

## **OS CIRCUITOS CURTOS: A COMERCIALIZAÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA PRODUZIDA NA COLÔNIA PULADOR**

Os camponeses produtores de Farinha de Mandioca da Colônia Pulador, produzem a Farinha de Mandioca para autoconsumo e venda nas áreas urbanas de Anastácio e Aquidauana. O Quadro 2 apresenta as formas de comercialização identificadas a partir das entrevistas realizadas. A comercialização é realizada no mercado local, utilizando-se dos seguintes canais de comercialização: venda direta na “Feira Municipal de Anastácio”; venda direta em residências da área urbana de Anastácio e Aquidauana; venda direta nas unidades de produção; venda em comércios da área urbana de Anastácio e Aquidauana (supermercados, açougues, padarias e no mercadão municipal); e entrega na Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio (COPRAN). A venda no mercado local permite a reprodução social destes sujeitos. Todos os entrevistados afirmaram ser muito comum moradores urbanos se deslocarem até as unidades produtoras da Colônia Pulador para a aquisição da farinha.

**Quadro 2** – Formas de comercialização e quantidade produzida de Farinha de Mandioca na Colônia Pulador.

UP	Tipo de farinha produzida	Formas de comercialização	Quantidade produzida (kg)
01	Farinha de Mandioca tradicional; Farinha de Mandioca temperada.	Feira Municipal de Anastácio; Venda na unidade de produção.	200
02	Farinha de Mandioca tradicional; Farinha de Mandioca temperada.	Mercadão Municipal de Aquidauana; Venda na unidade de produção.	500
03	Farinha de Mandioca tradicional.	Entrega em comércios das cidades de Anastácio e Aquidauana; Venda na unidade de produção.	300
04	Farinha de Mandioca tradicional.	Mercadão Municipal de Aquidauana; Venda na unidade de produção.	400
05	Farinha de Mandioca tradicional.	COPRAN; Venda na unidade de produção.	600
06	Farinha de Mandioca tradicional.	COPRAN; Venda na unidade de produção.	500

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Na “Feira Municipal de Anastácio”, que ocorre todas as sextas-feiras, camponeses do município se reúnem para a comercialização de produtos do campesinato. A COPRAN é uma cooperativa criada no ano de 2005. O objetivo inicial da Cooperativa era incentivar a produção da Farinha de Mandioca na região. Muitos produtores de farinha conseguiram o S.I.M<sup>6</sup> a partir da constituição da Cooperativa. Atualmente, são poucos os cooperados na região. Segundo os entrevistados, outros canais de comercialização, como a participação na “Feira Municipal de Anastácio”, ou a venda direta em residências da cidade, permite uma maior renda, em comparação com a entrega na Cooperativa. Além disso, os cooperados reclamam da demora na realização do pagamento, após a entrega do produto na Cooperativa.

Entre as formas de comercialização identificadas na Colônia Pulador, encontramos a comercialização direta dos produtos sem intermediários, no caso da comercialização na feira, nas residências e a comercialização realizada na unidade de produção. Esse tipo de comercialização é uma das estratégias desenvolvidas pelo campesinato, que contribui para que parte da renda camponesa não seja repassada para outros setores. Na comercialização direta, o produto é transferido diretamente das mãos do produtor, para as mãos do consumidor. Outras formas de comercialização, referem-se à comercialização indireta, que ocorre por meio da COPRAN e da entrega da farinha nos comércios das áreas urbanas.

Darolt (2013) destaca a importância da participação camponesa em circuitos curtos de comercialização. Os circuitos curtos de comercialização referem-se a um modelo de produção e consumo desenvolvido em escala local. Para Darolt (2013), no Brasil não há uma definição oficial para os circuitos curtos de comercialização. Na França os circuitos curtos de comercialização são caracterizados como sendo aqueles que mobilizam até um intermediário entre o produtor e o consumidor. Dois casos distintos podem ser caracterizados como circuitos curtos de comercialização: “a venda direta (quando o produtor entrega em mãos próprias a mercadoria ao consumidor) e a venda via um único intermediário (que pode ser um outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno supermercado local)” (DAROLT, 2013, p. 142).

---

<sup>6</sup> O S.I.M., foi criado pela LEI COMPLEMENTAR Nº 74, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013. É oferecido de forma consorciada pelos municípios de Anastácio e Aquidauana, e oferece o Serviço de Inspeção para os produtos de origem animal e vegetal, produzidos nos dois municípios (Prefeitura Municipal de Anastácio).

A maioria dos estudos que analisam os circuitos de comercialização, consideram a distância entre produtor e consumidor e o número de agentes envolvidos nos processos de produção e comercialização do produto, para definir o circuito de comercialização (DAROLT, 2013; SILVA, 2015).

Para Ploeg (2008, p.21) existem dois modelos de produção e circulação de produtos: o “circuito curto e descentralizado”, que estabelece uma ligação entre a produção e o consumo de alimentos, e entre a agricultura e a sociedade local e regional; e o “império agroalimentar”, formado por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos, fortemente centralizado na industrialização da produção.

Considerando a definição desses autores, entende-se os circuitos curtos como um modelo de comercialização, com a realização da venda direta do produtor ao consumidor, podendo também englobar a venda indireta, a partir da presença de, no máximo, um intermediário. Nestes circuitos, alguns produtos podem carregar características do lugar e do modo de vida do campesinato, como etiquetas e ilustrações que versam sobre a modo de produzir, origem e a qualidade do produto. Na Figura 4, ilustra-se embalagens com Farinha de Mandioca produzida na Colônia Pulador.

**Figura 4** - Embalagens com Farinha de Mandioca produzida na Colônia Pulador.



Fonte: pesquisa de campo (11/04/2018).

Nos circuitos curtos de comercialização, o produtor, além de produzir, pode realizar as atividades de beneficiamento e comercialização dos produtos. Essas atividades permitem a produção de uma maior renda, comparada à venda do produto sem nenhum tipo de beneficiamento, considerando as relações sociais contidas no produto do campesinato que passou pelo processo de beneficiamento.

Outro elemento de destaque neste circuito de comercialização é a utilização de matérias-primas disponíveis na unidade de produção. Esse fator reduz a dependência do



mercado para a aquisição de matérias-primas e insumos necessários à produção camponesa.

Destaca-se também, a comunicação entre produtores e consumidores permitindo uma produção que atenda determinada clientela. Os produtores de Farinha de Mandioca do Pulador, relataram, nas entrevistas, que a farinha temperada pode ser produzida com vários temperos diferenciados; algumas combinações de temperos são utilizadas para atender clientes específicos, sob encomenda.

A utilização dos circuitos curtos de comercialização, a partir da venda direta, permite o desenvolvimento de maior autonomia camponesa nos processos de produção, beneficiamento e venda do produto ao consumidor. Azevedo (2019) utiliza-se do conceito de “produto combinado”, considerando a especificidade e a singularidade existente nos processos de produção em cada unidade camponesa. Para a autora, as características do trabalho familiar, a busca do equilíbrio da base de recursos disponível, e as relações desenvolvidas entre o produtor (camponês) e o consumidor, são combinadas ao processo de transformação da matéria-prima na unidade de produção camponesa.

Esses processos resultam no controle do processo produtivo pelo camponês, desenvolvendo, assim, uma autonomia relativa, fundamental para o processo de reprodução camponesa. Para Fabrini (2006; 2008), a “autonomia e o controle do processo produtivo”, são práticas que demonstram a importância das forças territoriais locais para a reprodução camponesa. Essas ações estão presentes nas unidades de produção da Colônia Pulador, que produzem para a comercialização e para o autoconsumo. “O ideário da produção para o autoconsumo ou mercantil simples implica numa autonomia porque são os camponeses os produtores diretos de seus meios de vida” (FABRINI, 2006, p. 78). Isso ocorre, pois os camponeses possuem a terra e os instrumentos de trabalho, assim definem o que será produzido, e podem estabelecer estratégias na comercialização de seus produtos.

A “produção de resistências” perfaz o cotidiano do camponês (FABRINI, 2006). A implementação de conhecimentos técnicos elaborados pelos próprios camponeses, permite uma menor dependência do mercado capitalista para a aquisição de implementos para o processo produtivo: “*Antes a gente só produzia a farinha normal, agora a gente faz a temperada também, além do preço ser bom é muito fácil de fazer a*

*temperada, os temperos a gente planta aqui mesmo...*” (Entrevista realizada em 11/05/2018).

A Tabela 2 apresenta uma análise comparativa entre as formas de comercialização da Farinha de Mandioca, produzida na Colônia Pulador, no que se refere ao preço do produto. Verificamos que os produtores que comercializam a farinha na “Feira Municipal de Anastácio”, entregam nas residências das cidades de Anastácio e Aquidauana, ou vendem na unidade de produção, adquirem uma renda maior se comparada às outras formas de comercialização.

**Tabela 2** – Preço comercializado da Farinha de Mandioca na Colônia Pulador.

Formas de comercialização	Preço comercializado por kg de Farinha (R\$)	
	Farinha Tradicional	Farinha Temperada sem ou com pimenta
Feira Municipal de Anastácio	8,00	12,00
Venda na unidade de produção	8,00	12,00
Residências de Anastácio e Aquidauana	8,00	12,00
COPRAN	4,00	--
Comércios de Anastácio e Aquidauana	6,00	8,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A entrega na COPRAN é a forma de comercialização que menos contribui para a geração de renda aos camponeses, o que justifica o fato de muitos produtores deixarem de realizar a entrega na Cooperativa, optando pelas outras formas de comercialização, pois, até mesmo na entrega em comércios, os camponeses conseguem uma renda maior, se comparada à entrega na Cooperativa.

De acordo com os entrevistados, o preço que a Cooperativa paga pela farinha é baixo, pois ela é responsável pelo processo de beneficiamento e empacotamento, e estabelece os convênios para a entrega da farinha. Neste caso, verifica-se o caráter de apropriação da renda camponesa pela Cooperativa, funcionando assim, a partir de uma lógica capitalista, se apropriando de parte da renda camponesa e não oferecendo vantagens aos cooperados. Segundo os entrevistados, a única vantagem da entrega na cooperativa é que esse processo de comercialização permite a venda de uma grande quantidade de farinha, diferentemente da entrega nos comércios, cuja venda fica limitada a uma determinada quantidade.

*Nós entregávamos a farinha na Cooperativa, mas eles começaram a demorar muito para fazer o pagamento, às vezes a gente entregava a farinha, e recebia o pagamento da farinha que tínhamos entregado há três meses atrás. Hoje eu entrego lá no mercadão, além do preço ser melhor, paga na hora. (Entrevista realizada em 27/01/2018).*

Outra forma de comercialização identificada nas falas dos entrevistados é a participação na chamada “Festa da Farinha de Anastácio”. De acordo com os camponeses, com o objetivo de homenagear a cultura nordestina do município e de impulsionar as vendas da tradicional “Farinha de Mandioca do Pulador”, no ano de 2006, foi criada, pelo prefeito Cláudio Valério, a tradicional “Festa da Farinha de Anastácio”, que ocorre no mês de maio, junto ao aniversário da cidade. Ao longo dos anos o evento acabou sofrendo várias alterações, mas se mantém no calendário de festividades anuais do município. Durante o evento, os camponeses da Colônia Pulador e de outras colônias do município, comercializam a Farinha da Mandioca e diversos produtos derivados da mandioca. No ano de 2019 foi realizada a 14ª edição da Festa da Farinha de Anastácio. O evento foi realizado entre os dias 03 e 04 de maio. Na Figura 5, apresentam-se imagens que foram realizadas durante a 14ª edição da Festa da Farinha de Anastácio-MS.

**Figura 5** – 14ª edição da Festa da Ferinha de Anastácio-MS (2019).



Fonte: pesquisa de campo (03/04/2019).

Durante o evento, além da venda da Farinha de Mandioca e de outros derivados da mandioca, o público pode observar o processo de produção da Farinha de Mandioca. Monta-se um espaço com todos os instrumentos artesanais para a produção da farinha, e os camponeses produzem a farinha durante o evento.

A tradicional “Festa da Farinha de Anastácio”, contribuiu para a valorização da cultura nordestina do município e para divulgar a tradicional “Farinha de Mandioca do Pulador”, em âmbito regional. Porém, verifica-se que ao longo dos anos alguns camponeses deixaram de participar do evento.

Alguns camponeses discordam das características atuais do evento. Inicialmente o evento contava com atrações musicais da cultura nordestina. Nas últimas edições do evento, verificou-se a contratação de atrações musicais que não possuem relação com a cultura nordestina, e apresentam um alto custo para a prefeitura<sup>7</sup>:

*Eu acho que essas duplas aí não deveriam vir não, isso deve ser muito caro para a prefeitura. É muito bom para nós, as vendas aqui traz uma renda muito boa para o ano, a gente se prepara para a festa desde janeiro, com a renda que a gente ganha aqui, ficamos uns meses tranquilos. (Entrevista realizada em 04/05/2019).*

*Hoje eles fazem a festa apenas para manter no calendário do município; acho que só pra não falarem assim: “o prefeito tal acabou com a festa da farinha”; não tem mais as características das primeiras edições, hoje eu não participo mais não. Eles falam lá que é pra ajudar o pequeno produtor, mas muitos dos que estão vendendo lá nem é produtor rural. (Entrevista realizada em 02/06/2018).*

Interessante ressaltar a resistência de alguns camponeses em participar do evento e as críticas realizadas às características do evento na atualidade. Os camponeses avaliam criticamente as ações políticas e desenvolvem mecanismos de negação a tais ações. Muitas ações políticas são utilizadas em benefício do próprio Estado capitalista, ficando esses benefícios invisibilizados pelo discurso de atender determinados sujeitos sociais.

---

<sup>7</sup> De acordo com o termo de licitação, disponível em <https://www.anastacio.ms.gov.br>, para a 14ª Festa da Farinha, ocorreu a contratação de profissionais do setor artístico junto à empresa Rodrigo Leite da Cruz Eireli para apresentação das duplas João Neto e Frederico (03/05/2019), Cezar e Paulinho (04/05/2019), e Caju e Castanha (03, 04/05/2019). O valor da contratação é de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais): R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) Dupla João Neto & Frederico; R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) Dupla Cezar & Paulinho; R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) Dupla Castanha & Caju.

## RESISTÊNCIA E DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA

Para Woortmann e Woortmann (1997, p. 133), a economia camponesa ao longo da história sofreu várias alterações que podem ameaçar o processo de reprodução da família camponesa, e sua continuidade. Fatores como as migrações campo-cidade e a divisão do sítio para atender o sistema de herança, podem provocar o “encolhimento” do sítio, provocando reorganização na forma de produzir no campesinato.

Para Carvalho (2016), as relações do campesinato contemporâneo com a comunidade local também sofreram alterações ao longo do tempo. O modo de viver e de produzir do campesinato era mediado pelas relações que transitavam entre o individualismo do camponês, dentro de sua unidade de produção, e suas relações com a comunidade local.

O parentesco, a vizinhança, o compadrio, a solidariedade, as festividades, as comemorações, as comemorações em grupos expressivos religiosos ou não, a ajuda mútua, socializavam as mais distintas dimensões da vida dos membros da família camponesa. Mesmo que voltados para o seu mundo de trabalho na unidade de produção familiar camponesa, as interdependências entre as famílias camponesas contribuíram para cimentarem socialmente o seu modo de produzir e de viver. (CARVALHO, 2016, p. 196-197).

Essas relações estão presentes na atualidade, porém apresentam diferentes graus de intensidade, em virtude de alguns fatores pontuados pelo autor como: a introdução de valores urbanos ao mundo do camponês, tendo em vista a expansão dos meios de comunicação (rádio, TV, etc.); a ausência de escolas rurais em algumas regiões e o conseqüente deslocamento de crianças do campo para escola urbanas; a difusão do aparelho celular no espaço rural, que contribuiu para o isolamento do camponês, agora com acesso à internet. Todos esses fatores podem contribuir para a redução da prática da ajuda mútua, entre unidades de produção camponesa, como verificamos na Colônia Pulador, no caso da produção da Farinha de Mandioca; porém verifica-se que a ajuda mútua está presente em outras atividades desenvolvidas na Colônia.

Percebe-se, nas entrevistas, que a introdução do aparelho celular contribuiu para o individualismo do camponês, como apontado por Carvalho (2016), mas ao mesmo tempo, também contribuiu para facilitar a comunicação entre os membros do grupo social, com pessoas da área urbana, ou de outras localidades. As entrevistas evidenciaram a utilização do aparelho celular para o recebimento de encomendas de clientes que moram no espaço urbano, para combinar práticas de ajuda mútua na

comunidade, e para combinar eventos sociais. Nas embalagens de Farinha de Mandioca ilustradas na Figura 4, além de informações do produto, pode-se verificar o contato telefônico dos produtores. “*As encomendas da cidade, é tudo por telefone, os clientes têm o nosso telefone, aí precisando de algo eles ligam e a gente leva.*” (Entrevista realizada em 11/08/2018).

Outro elemento observado a partir das entrevistas realizadas, além das alterações da família camponesa ao longo dos anos, é a dificuldade em manter a produtividade da mandioca na atualidade, o que também contribuiu para a redução de produtores da Farinha de Mandioca na Colônia. Os camponeses não possuem renda suficiente para a realização das correções no solo, necessárias para manter a produtividade da mandioca, interferindo na produção da farinha. De acordo com um dos camponeses entrevistados:

*Antes havia muita produção de farinha aqui, acho que quase todo mundo produzia farinha, depois foi passando de geração em geração. Essa casa da farinha aí, era do meu avô, passou para meu pai, e agora pra mim... Não dá para produzir muito, a farinha dá muito trabalho e como é só eu e minha esposa, fica difícil produzir muito. Além disso, não tem mais tanta mandioca como antes, o solo de hoje não produz mais como antigamente, o certo era a gente realizar a correção do solo todos os anos, mas não temos dinheiro pra isso...* (Entrevista realizada em 12/08/2018).

Na comercialização dos produtos verificam-se ações pontuais do poder público municipal para a reprodução social dos camponeses, como a criação da Cooperativa; porém, percebe-se que esta mudou sua função ao longo dos anos e, na atualidade, possui uma lógica capitalista, que é percebida pelos camponeses que desenvolveram outros mecanismos para produzir mais renda.

*Eu deixei de entregar a farinha na Cooperativa, não tava compensando, a única vantagem da Cooperativa é que eles pegam qualquer quantidade. Às vezes quando eu levo lá no Mercado eles pegam só um pouco. Mas no Mercado, o pagamento é na hora, na Cooperativa demora mês. Quando a Cooperativa foi criada as reuniões era todas aqui, não lá na cidade. Eu acho que o certo mesmo é a Cooperativa estar aqui na Colônia, não lá na cidade. Se a Cooperativa fosse aqui, com certeza a gente tava entregando pra ela.* (Entrevista realizada em 10/08/2018).

A criação da “Feira Municipal de Anastácio” também fora uma iniciativa pública que permitia a comercialização dos produtos de forma direta. Porém, verifica-se que, atualmente, a manutenção do espaço da feira é organizada pelos próprios camponeses participantes, sem a contribuição direta do poder público municipal. “*Nós pagamos uma taxa para a manutenção do espaço da feira, todo mês passamos essa taxa*

*para o nosso representante que organiza a limpeza e o espaço para as vendas.”* (Entrevista realizada em 13/11/2018).

A expansão da industrialização no campo coloca desafios à produção camponesa. Nos últimos anos, a mandioca passa a apresentar uma importância maior para outras categorias de produtores, devido à implantação de várias fecularias<sup>8</sup> no estado. De acordo com Costa (2014), a implantação de fecularias no estado, introduziu a cultura da mandioca no agronegócio sul-mato-grossense. Ainda de acordo com o autor, o setor das fecularias em Mato Grosso do Sul representa a segunda maior concentração de fecularias e produtores de matérias-primas do país; com início na década de 1980 e que vem se expandindo, a partir da subordinação de camponeses, que antes produziam para a comercialização apenas no mercado local.

A industrialização da produção de Farinha de Mandioca coloca no mercado o produto por um menor preço, fato que dificulta a comercialização do produto que é produzido de forma totalmente artesanal, como na Colônia Pulador. *“Antigamente a farinha encontrada no mercado era só a que a gente produzia aqui, agora tem um monte de farinha que vem de tudo que é lugar...”* (Entrevista realizada em 04/04/2019).

Os camponeses precisam se organizar enquanto classe para o desenvolvimento de ações coletivas em prol da classe camponesa. Assim como Marx e Engels (2001) pontuaram, entende-se que o Estado atende ao interesse de determinada classe social, a classe dominante. Assim, os camponeses são tratados como se fossem resquícios em extinção, sendo percebidos apenas por ações pontuais desenvolvidas pelo poder público em suas várias instâncias. No contexto da expansão capitalista no campo, o sistema permite a permanência de relações não capitalistas, porém a reprodução desses sujeitos é subordinada aos processos de desenvolvimento do capitalismo, e os camponeses precisam desenvolver várias estratégias internas e externas, a partir de diferentes práticas, para sua reprodução.

Verifica-se que, com o avanço do agronegócio, as ações do Estado são direcionadas para os grandes grupos econômicos. Neste sentido, os camponeses devem se organizar em associações, sindicatos, cooperativas, entre outros, cujo objetivo principal é reivindicar do poder público local/estadual/federal, ações em prol de sua reprodução.

---

<sup>8</sup> Fecularias são indústrias que produzem uma diversidade de produtos derivados da mandioca.

As políticas aplicadas aos camponeses, quando existem, estão voltadas para a integração do camponês ao mercado capitalista, desconsiderando o modo de vida desses sujeitos (MIZUSAKI, 2009). A manutenção da produção camponesa é fundamental em nível municipal. Entende-se que as políticas públicas municipais devem estar voltadas para o fortalecimento das características do campesinato local, a partir da preservação de seu modo de vida, manutenção das famílias no campo, e produção de alimentos para a comercialização no mercado local.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Estudar as práticas territoriais desenvolvidas pelo campesinato torna-se fundamental para a análise da reprodução social desses sujeitos na atualidade, tendo em vista a expansão das relações capitalistas de produção no campo e a recriação de estratégias de resistência para a permanência camponesa em meio ao capitalismo.

Os camponeses possuem, como principal objetivo, a produção de alimentos para o autoconsumo e para a comercialização. Na Colônia Pulador, a produção artesanal da Farinha de Mandioca garante não apenas a reprodução social das famílias produtoras, mas a garantia da reprodução de práticas territoriais. O produto pronto carrega consigo uma forte relação territorial e cultural, características do modo de vida do campesinato. A utilização dos circuitos curtos de comercialização favorece a reprodução camponesa, a partir da produção de renda, tornando-se uma prática territorial de resistência camponesa.

Verifica-se que, mesmo com as alterações na estrutura da família camponesa e nas práticas camponesas desenvolvidas em âmbito comunitário, esses sujeitos sociais se articulam à nova realidade social, a partir da recriação de estratégias em suas práticas territoriais, readequando-as à atual conjuntura social, econômica e política.

Reforça-se a necessidade da organização camponesa, enquanto classe social, na formulação de reivindicações junto ao poder público local, garantindo assim a atuação do Estado na reprodução do campesinato local. Porém, mesmo com a ausência de políticas públicas, verifica-se no campesinato uma enorme capacidade de desenvolver estratégias internas para sua reprodução.



## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, L. N. R. **Resistência camponesa no município de Glória de Dourados-MS: Análise a partir da indústria doméstica**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.
- BRANDÃO, C. R. **Reflexões sobre trabalho de campo**. Vol.10, n.1, Jan/Jun, 2007, p.11-27.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Trad. R.M. Russivich. Buenos Aires: Nueva vision SAIC, 1974.
- COSTA, U. G. **Industrialização e relações de produção nas fecculárias de Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.
- DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. *In*: NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. 1. ed. Curitiba, PR: Kairós, 2013. 139-170 p.
- FABRINI, J. E. **A escala da luta e resistência camponesa**. Geosul, Florianópolis, v.21, n.42, p63-91, jul./dez. 2006.
- FABRINI, J. E. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Revista NERA Presidente Prudente Ano 10, nº. 11 pp. 8-32 Jul.-dez./2007.
- FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato: Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 239-271.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. IBGE, 2018. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em 20 nov. 2018.
- LEITE, E. F.. **Aquidauana: A baioneta, a toga e a utopia nos entremeios de uma pretensa revolução**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2009. 106p
- LEME, S. M. **As estratégias de resistência camponesa na contemporaneidade: uma análise dos camponeses da Colônia Pulador em Anastácio-MS**. *In*: CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 13, n. 30, p. 92-112, ago., 2018.
- MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4 ed., Petrópolis: Vozes. 1990.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Introdução de Jacob Gorender; Tradução Luis Claudio de Castro Costa – São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MIZUSAKI, M. Y. **Mato Grosso do Sul: impasses e perspectivas no campo**. *In*: Revista Terra Livre, Goiânia. Ano 21, v.2, n.25. p.81-93. Jul-Dez/2005.
- MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2009.
- MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. 2 ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

- NAVARRO, I. M. Cultural del trabajo e ideologia: El movimiento campesino anarquista Andaluz. *In*: MOLINA, M. G.; GUZMÁN, E. Sevilla. **Ecologia, Campesinato y Historia**. Madrid: La Piqueta, 1993. p. 335-356.
- OLIVEIRA, A. U.. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In*: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.
- PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PORTO-GONÇAVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 7 ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SILVA, B. J. **Circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos: Emancipação socioeconômica na agricultura familiar?** 2015. 121 p. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC.
- SHANIN, T. Lições Camponesas. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson (org). **Campesinato: Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.
- WOORTMANN, E. **O sítio camponês**. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, 1983. n. 81, p.164-203.
- WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K.. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192p.

# MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: A RESISTÊNCIA CAMPONESA MEDIANTE A SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA NO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE DOURADOS-MS<sup>9</sup>

*Laudiceia Neiva Roldão Azevedo*

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a (re)produção camponesa no município de Glória de Dourados foi baseada na busca de atividades que permitissem a sua permanência na terra, o que tem se traduzido em significativas estratégias de resistência diante do processo avassalador de expansão das transformações técnico-produtivas, baseadas no monocultivo, que estimulam a concentração da propriedade e a expropriação camponesa. Esse processo verificado no município, levou-nos a transformá-lo em objetivo de pesquisa, assim definido: compreender as estratégias de resistência adotadas pelos camponeses do município de Glória de Dourados para permanecer na terra.

Para esta análise considerou-se as transformações ocorridas na produção agrícola a partir da década de 1970, bem como, nas formas de (re)produção camponesa.

Buscou-se fazer um diálogo teórico sobre a origem do campesinato, considerando, também, a formação do município de Glória de Dourados.

A utilização da pesquisa qualitativa, permitiu identificar as relações sociais contidas no processo de desenvolvimento do capital, bem como, as características camponesas evidenciadas por meio da observação empírica na área rural do município de Glória de Dourados. As informações sobre a relação de trabalho, e os dados históricos sobre a origem da unidade camponesa foram levantados a partir de 15 entrevistas com os camponeses, realizadas no período de maio de 2018 a janeiro de 2019

A partir do conceito de monopolização do território pelo capital, abordado por Oliveira (1991), buscamos compreender o processo de sujeição da renda da terra ao capital, a partir do pressuposto de que o próprio sistema capitalista busca mecanismos

---

<sup>9</sup> Este artigo é parte das reflexões realizadas em nossa dissertação de mestrado defendida em 2019 no Programa de Pós-graduação em Geografia da FCH -UFGD (Faculdade de Ciências Humanas na Universidade Federal da Grande Dourados -MS). Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/952>.

de acumulação sem a necessidade de investir capital na propriedade privada da terra. Desse modo, viabiliza a reprodução do capital; porém, nesse processo, também permite a reprodução camponesa no campo.

A partir da ação do capital monopolista, a apropriação da renda da terra se dá pela sujeição dela, através do trabalho familiar no próprio movimento de realização do capital. Para Martins (1981), essa apropriação da renda da terra se dá mediante seu contraditório desenvolvimento. Por um lado unem-se dois sujeitos, os detentores do capital e da terra e, por outro lado, a unidade camponesa vive a sujeição da renda da terra ao capital, ou seja, a renda é apropriada sem que haja a expropriação.

Para Oliveira (1991), o capital pode exercer o controle tanto na produção quanto na circulação, pois o capital industrial garante a produção de mercadoria que é advinda da transformação da renda produzida pelo trabalho familiar. Essa mercadoria será transformada em dinheiro, apropriada pelo capital e inserida no circuito produtivo. Diante disso, os camponeses desenvolvem estratégias de resistências a fim de manter a autonomia relativa sobre a renda e sobre a sua terra de trabalho.

### **A BUSCA PELA “TERRA QUE MANA LEITE E MEL”<sup>10</sup>**

O município de Glória de Dourados está situado no sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul (microrregião de Iguatemi). Em sua extensão territorial rural predomina a pequena propriedade. Como pode ser observada na Figura 1, essa característica se deve ao processo de formação que foi iniciado a partir da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados)<sup>11</sup>.

Para Mizusaki (2009, p. 53), o Estado atuou a partir da criação dos projetos de colonização na garantia da ocupação e organização da força produtiva, mediante a emergência de “novas áreas de produção impostas pelo “desenvolvimento urbano-industrial”. Deste modo, o projeto de colonização favoreceu o rompimento da estrutura espacial em “ilhas econômicas” que vigorava no país desde o início da ocupação, mediante expansão demográfica e ocupação dos “espaços vazios” do interior do país (MOTTA, 2013 p. 31).

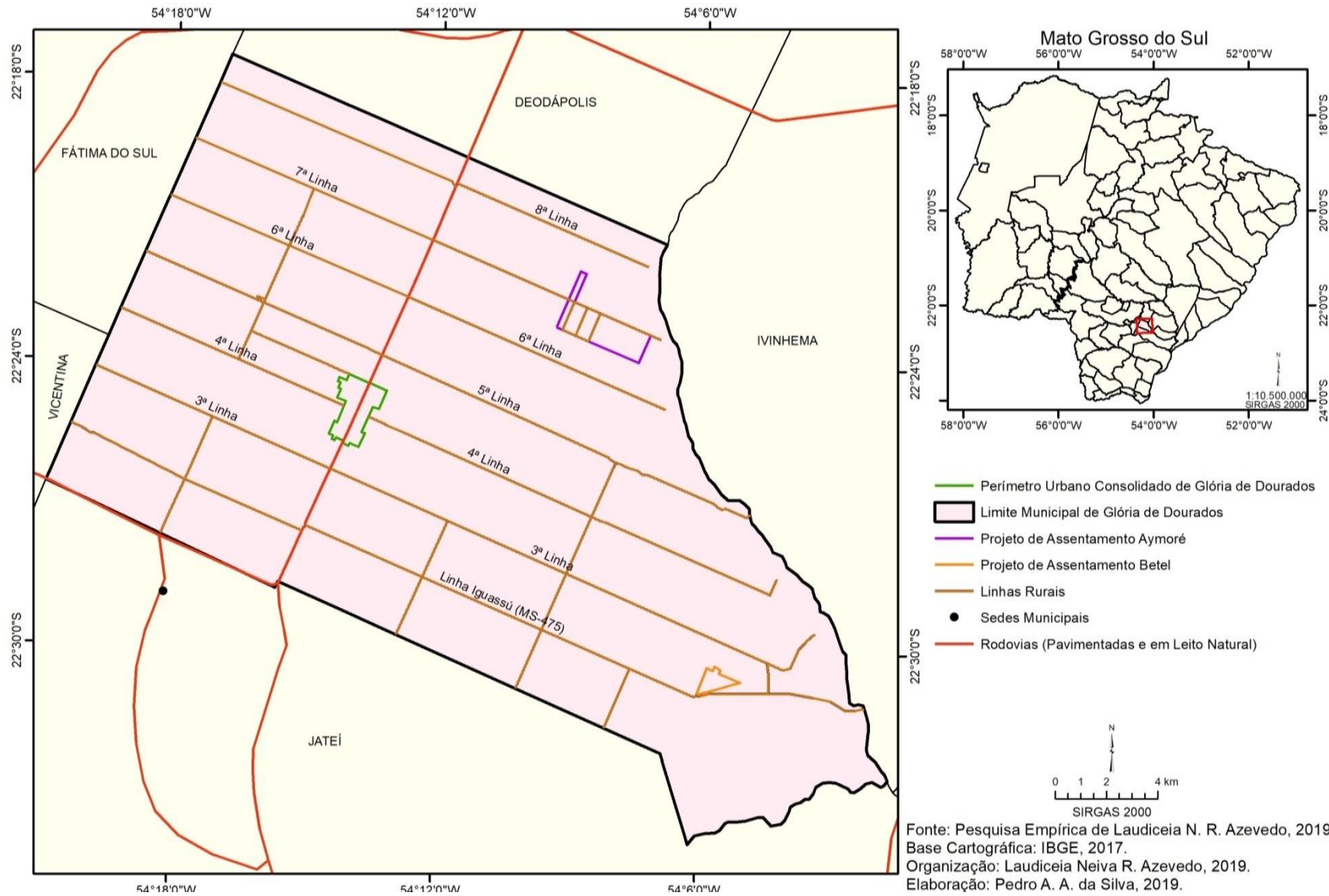
---

<sup>10</sup> Expressão utilizada para divulgar a existência de terras produtivas e disponibilizadas pelo Estado para estimular a migração de camponeses de diversas regiões do país para a região da CAND. A expressão é originalmente citada na Bíblia, em Êxodo 33:3, para fazer referência a Canaã como terra fértil e abundante, para motivar a saída do povo escravizado do Egito.

<sup>11</sup> Criada em 1943, a CAND foi um projeto de colonização pautada na doação de pequenas propriedades de 30 ha, a migrantes de várias partes do país.

**Figura 1 - Divisão territorial.**

Município de Glória de Dourados-MS, 2019.



Entende-se que os interesses do Estado ultrapassavam a questão da nacionalização das fronteiras, de modo que, além do controle fronteiriço, visavam preparar o território para desenvolver as relações capitalistas, e inserir a região Centro-Oeste num processo produtivo, que atendesse ao interesse do setor industrial.

Martins (1981) explica que já havia coalizão entre Estado e capital após os anos 1940, e a terra já era alvo da apropriação capitalista nessa região. Para o autor, essa seria uma aliança em prol do futuro desenvolvimento pois,

A terra abre para o capitalista que nela emprega seu dinheiro possibilidades diferentes de enriquecimento em relação às possibilidades que lhe são abertas pelo seu capital. O dinheiro empregado na terra será recuperado mais tarde com acréscimos. (MARTINS, 1981, p. 166-167).

A notícia sobre a doação das terras foi propagada pelo próprio governo, atraindo migrantes, principalmente da Região Nordeste. Os migrantes, em sua maioria, eram camponeses expropriados que viram na política desenvolvimentista do Estado, de ocupação dos “espaços vazios”, a oportunidade da posse da terra. Porém, é evidente que o projeto de ocupação trazia, no seu cerne, o plano de desenvolvimento do capital que se realizava, principalmente através da mobilização socioespacial, pois o capitalismo sobrevive a partir da criação de novos espaços de acumulação (HARVEY, 2005).

O modelo de ocupação de “espaços vazios” proposto pelo Estado consistia numa forma de deslocar o excedente populacional, resultado da expropriação dos camponeses, para promover a expansão da produção agrícola.

Harvey (2005) entende a articulação para a acumulação capitalista, a partir do tripé: mobilização, absorção do excedente de capital e da força de trabalho. Segundo ele:

A geografia histórica do capitalismo pode ser mais bem considerada do ponto de vista do triplo imperativo da produção, mobilização e absorção do excedente de capital e da força de trabalho. Sem a criação prévia e a mobilização de tal excedente, a circulação do capital não pode nem mesmo começar, nem a expansão pode ser sustentada. (HARVEY, 2001, p. 134).

Segundo Martins (1997), a necessidade de expansão capitalista [...] “é mais do que o deslocamento da população para territórios novos” [...] (p. 153), é o espaço que o sujeito capitalista adentra com a mecanização, produção para o mercado capitalista, que

atropela as populações tradicionais que já vivem no local, armados pela ideologia de modernização das áreas consideradas atrasadas.

Desse modo, muitas pessoas foram levadas pela ideologia da mudança de vida, da “terra que mana leite e mel”, em especial os camponeses, pelo anseio da terra própria e pela liberdade para produzir e “criar” sua família. Pois, para esse sujeito do campo, a “terra é lugar de trabalho” (MARTINS, 1981), meio de produção, e é dela que ele irá alcançar os frutos para atender às necessidades da família.

Dessa forma, aqueles que chegaram à Segunda Zona<sup>12</sup> possuíam interesses que suplantavam os interesses do Estado. Enquanto o Estado visava à expansão da fronteira agrícola e ao desenvolvimento do capital, os camponeses buscavam a posse do seu meio de produção, a oportunidade de trabalhar na terra e nela (re)produzir-se.

O memorialista Alexandrino Ferreira de Lima narra o processo de entrada destes camponeses, nos permitindo entender a lógica da ocupação. Segundo ele, os colonos se organizaram e se prepararam como um “exército a enfrentar um inimigo”, e se arriscaram atravessando rios e todos os perigos que uma área de mata possui.

[...] esse povo tinha o desejo inabalável, ditado pelo sofrimento e a vontade de possuir um patrimônio pequeno, porém valioso, que desse a seus descendentes, abrigo contra a opressão, a miséria e a exploração. Esse sonho transformava os fracos em invencíveis combatentes, idealizadores de um plano audacioso para enfrentar o rio. Não viviam os patrões às custas do suor de seus empregados e dos que não possuíam terras próprias? Pensando assim puseram o plano em prática. (LIMA, 1982, p. 13).

A conquista da terra trazia alegria e esperança aos camponeses sem-terra, ansiosos por dias melhores, diferentes daqueles enquanto explorados pelos grandes proprietários, ainda que, enfrentando distintos desafios até prepararem suas terras e seguirem com seu modo de vida. Isto traduz-se, então, pelo antagonismo de interesses do Estado desenvolvimentista e dos camponeses.

Ao passo que novas articulações para a produção e desenvolvimento são pensadas pelo Estado, os camponeses focalizavam na satisfação de ter sua própria terra e tirar dela o sustento para o bem-estar de sua família. Comemoravam. Estavam pobres, porém livres.

---

<sup>12</sup> Para a demarcação, a área da CAND foi dividida em duas Zonas. Foi delimitado como Zona 1 à margem esquerda do Rio Dourados com 2.332 lotes rurais, correspondentes à (68.000 ha) e 6.876 lotes urbanos (8.798 m<sup>2</sup>). A definição da área da Segunda Zona ocorreu em 1950, numa área de 199.000 ha - foram 6.500 lotes rurais, sendo 6.832 destinados a lotes urbanos.

Desse modo, a luta pela terra e o anseio em possuí-la, têm imbricado toda história de luta e exploração. Essa realidade torna-se impulsionadora da determinação e possibilita a resistência e a manutenção desse sujeito social. Nesse contexto, Woortmann (1990) sobrepõe o caráter subjetivo em sua análise sobre o campesinato e argumenta sobre a *campesinidade*. O autor propõe uma análise a partir de valores morais.

Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado; em outras palavras, pode-se opor uma ordem moral a uma ordem econômica. (WOORTMANN, 1990, p. 23).

Entende-se que essa característica, colocada pelo autor supracitado, é resultado do processo histórico de luta pela terra, daqueles que foram marcados pela exploração do trabalho, e que a conquista da terra lhes permitiria sentir a liberdade, assim como a segurança da sua família. Desse modo, a resistência é fortalecida, a luta pela conquista e os meios para a manutenção da propriedade do seu meio de produção são justificados.

Nesse processo de colonização, na década de 1950, parte dos migrantes montou comércios delimitando a área urbana, e outra parte dedicou-se à atividade agrícola com seus próprios recursos. Ou seja, com muito pouco conseguiram, sem assistência de política pública, retirar a vegetação nativa para abrir os lotes para o cultivo agrícola, e reproduzir-se na própria terra. Sobre o camponês migrante, Martins (1981) explica:

[...] o campesinato brasileiro é constituído com a expansão capitalista e produto de suas contradições. Foi o próprio capital que, com a crise do trabalho escravo, instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de toda a propriedade que não fosse unicamente a da sua própria força de trabalho. Por esta razão, o nosso camponês não é um enraizado, é migrante, é itinerante que ao ser expulso com frequência [sic] a terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. (MARTINS, 1981, p. 16).

A atividade agrícola desenvolvida na área da CAND era baseada no policultivo (amendoim, algodão, arroz, milho, café), a qual, direcionada pela modernização, foi aos poucos sendo substituída pela soja e pastagem, principalmente, nos anos 1980.



Alguns relatos de camponeses, herdeiros remanescentes, apontam a crise da agricultura no município a partir de meados dos anos 1970. Para eles, o problema geomorfológico do município foi um dos fatores responsáveis pela diminuição da atividade agrícola diversificada, pela predominância do solo arenoso, pouco fértil, e o cansaço da terra cultivada sem manutenção.

Por um lado, esses problemas foram intensificados pela ausência de políticas públicas para os camponeses continuarem suas atividades (após a geada de 1975, por exemplo, que causou muitos prejuízos principalmente no cultivo do café), assistência técnica no reconhecimento do solo e acesso a crédito, como incentivo às atividades agrícolas.

Por outro lado, o avanço da soja foi fator modificador do cenário da agricultura sul-mato-grossense, no final da década de 1970 e, portanto, não diferente no município de Glória de Dourados.

Conforme Mizusaki (2009, p. 57):

Na década de 1970, a soja torna-se uma das principais atividades econômicas. Dentre os fatores que contribuíram para sua expansão podemos citar a conjuntura econômica e as condições geográficas favoráveis, o esgotamento da fronteira agrícola no Sul do país, e os incentivos do estado (por meio de políticas creditícias isenção fiscal, infraestrutura), atraindo, principalmente, granjeiros gaúchos.

A partir de então, o campo no estado de Mato Grosso do Sul passa pelas reconfigurações impulsionadas pelo capital industrial e novas relações de trabalho são identificadas no contexto da produção camponesa. Segundo Oliveira (2012), a estrutura da agricultura adquirida, a partir da mundialização do capital, é uma agricultura monopolista que visa, em primazia, à produção de mercadorias em grande escala, ocupando o espaço da produção de alimentos e, assim, à (re)produção do sujeito do campo.

A agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre três pilares: na produção de commodities, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais. Primeiro, visou transformar toda produção agropecuária, silvicultura e extrativista, em produção de mercadorias para o mercado mundial. Portanto, a produção de alimentos deixou de ser a questão estratégica nacional, e passou a ser mercadoria adquirida no mercado mundial onde quer que ela seja produzida. (OLIVEIRA, 2012, p. 8).

O autor supracitado refere-se, nesse contexto, ao surgimento das grandes empresas monopolistas, com o chamado projeto de “integração” agroindustrial, que levou o camponês, com dificuldades na produção agrícola, a desenvolver atividades para empresas capitalistas dentro da sua unidade, utilizando a mão de obra familiar. Essa relação é considerada por Oliveira (1999) como *monopolização do território pelo capital*.

Oliveira (1999) afirma que o sistema capitalista não transforma de vez todas as relações de produção à lógica capitalista, ou seja, esse desenvolvimento é contraditório e se realiza também no âmbito da pequena propriedade, por meio de relações não capitalistas. Martins (1981) define a contradição capitalista e explica que, por um lado, unem-se os dois sujeitos detentores do capital e da terra e, por outro lado, a unidade camponesa vive a sujeição da renda da terra ao capital; ou seja, a renda da terra é apropriada sem que haja a expropriação do camponês.

Desta maneira, a expansão dos grandes monopólios no espaço meridional sul-mato-grossense expandiu-se via sistema de integração nos municípios com predomínio da mão de obra familiar, garantindo o desenvolvimento capitalista por meio da monopolização do território.

Nesse processo, o próprio sistema capitalista busca mecanismos de sujeição da renda da terra, sem a necessidade de investir capital na propriedade privada da terra (MIZUSAKI, 2009). Desse modo, a reprodução do capital completa seu ciclo, utilizando o camponês na produção da primeira etapa.

Segundo Oliveira (2007, p. 32):

É em função dessa estratégia do capital monopolista com relação à agricultura que grandes monopólios industriais em geral nunca produziram sob relações especificamente capitalistas no campo. Optaram por submeter os camponeses e os elos mais frágeis dos capitalistas do campo. Dessa forma, de certo modo abriram espaço para a expansão da produção camponesa, surgindo um camponês ultra-especializado, diferente, portanto, do camponês livre da etapa concorrencial do capitalismo. Um camponês agora permanentemente endividado no banco, pressionado pelos encargos fiscais do Estado, esse mesmo Estado que de certa forma intervém no setor no sentido de buscar a sua regularidade. Um camponês altamente produtivo, cujo trabalho agrícola torna-se cada vez mais intenso, que inclusive necessita, dependendo do setor, entregar temporariamente parte do processo de trabalho para trabalhadores de empreitada, ou então entregar para os monopólios industriais a última etapa do processo produtivo: a colheita.

Considerando o caráter contraditório do capitalismo, é possível pensar que o sistema capitalista também possui suas estratégias para acumulação do capital, de forma que a sujeição da renda da terra e do trabalho familiar não seja transparente para o sujeito. Desse modo, a sobrevivência do capitalismo é atribuída à capacidade constante de acumulação pelos meios mais fáceis. “O caminho da acumulação capitalista seguirá por onde a resistência for mais fraca” (HARVEY 2005, p. 71). Essa articulação capitalista que se territorializa e monopoliza o território para a acumulação, em detrimento da reprodução camponesa.

## **SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO**

Neste item, analisaremos as relações de trabalho a partir da atividade da avicultura e bovinocultura de leite. Considera-se, então, o viés teórico do conceito de monopolização do território, conforme ressalta Oliveira (1992), que propõe essa análise para evidenciar uma forma que o capital monopolista atua no campo. O capital monopolista não se territorializa, mas produz uma relação de sujeição da renda da terra e do trabalho sem a necessidade de expropriá-la. Neste caso, “o capital cria, recria e redefine as relações de produção familiar camponesa, apropriando-se da renda da terra pelo mecanismo de sujeição, sem precisar imobilizar capital na propriedade da terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 20).

Em Glória de Dourados, a inserção da lógica do capital industrial foi iniciada a partir do programa de desenvolvimento e extensão rural em 1993. As atividades foram incentivadas para a diversificação da agricultura, de forma integrada aos complexos agroindustriais (CAIs), como a avicultura, integrada à AVIPAL, com sede no município de Dourados; a suinocultura, integrada à Bunge Alimentos, com sede também em Dourados; e a sericicultura, integrada à Fiação de Seda BRATAC S/A, com sede em Glória de Dourados.

O programa tinha como objetivos oferecer alternativas para aumentar a renda do pequeno produtor (camponês), integrá-lo com maior facilidade ao mercado, e melhorar sua condição socioeconômica.

A avicultura, inserida no contexto da monopolização do território, segue mediante a lógica do capital industrial, diferentemente da lógica do capital comercial. Pauta-se na produção em grande escala com o uso de tecnologias para assegurar a produtividade. Por meio de contrato composto por normas, os camponeses exercem o trabalho e tornam-se responsáveis pela primeira etapa do processo produtivo.

Há, portanto, uma reconfiguração nas relações de trabalho pelo capital monopolista que impõe suas determinações, principalmente, com relação ao trabalho familiar, levando os camponeses a produzir matérias-primas para o setor urbano-industrial, estabelecendo a produção de valor de troca. Assim, a lógica do capital industrial controla parcialmente a produção camponesa por meio da extensão da jornada de trabalho, diminuindo a autonomia relativa do camponês, tornando-o dependente do capital financeiro. O que caracteriza a dependência do camponês ao capital financeiro é o financiamento. O camponês, agora, não é mais aquele que produz para o autoconsumo e venda do excedente. Para Oliveira (2007, p.32),

Um camponês agora permanentemente endividado no banco, pressionado pelos encargos fiscais do Estado, esse mesmo Estado que de certa forma intervém no setor no sentido de buscar a sua regularidade. Um camponês altamente produtivo, cujo trabalho agrícola torna-se cada vez mais intenso, que inclusive necessita, dependendo do setor, entregar temporariamente parte do processo de trabalho para trabalhadores de empreitada, ou então entregar para os monopólios industriais a última etapa do processo produtivo: a colheita.

De acordo com Oliveira (1999), o desenvolvimento do capital, em caráter mundial, é responsável pela reconfiguração socioespacial e criador de relações de interdependência entre estados, nações e, sobretudo, empresas de diferentes lugares do globo. Desse modo, promove a integração dos mercados internacionais e o avanço das tecnologias. Diante dessa relação, permite o aumento da demanda de matérias-primas oriundas do campo e de forças produtivas geradas pela expropriação.

Mizusaki (2009) explica que, além da sujeição da renda da terra, o processo de reestruturação produtiva, age como desarticulador das estratégias de resistência daqueles camponeses que dispõem de poucos recursos, sem, no entanto, conseguir subordiná-los de forma absoluta. As normas advindas da reestruturação viabilizam significativamente a integração de camponeses com maior poder aquisitivo e, até mesmo, pequenos capitalistas, potencializando o assalariamento na atividade.

Em sua análise, Azevedo (2019) verificou que houve um processo de desistência e diminuição da avicultura em Glória de Dourados, após a reestruturação produtiva, a partir de meados dos anos de 1990, tendo em vista que a inserção de novas tecnologias para o aumento da produtividade, exigiria um custo que não é compatível com os recursos disponíveis pelo campesinato, característica que não chama atenção da agroindústria para a produção em grande escala.

Contudo, para Mizusaki (2009) a lógica que leva o camponês à integração não é a possibilidade de auferir lucro ou renda. Ao sujeitar a renda da terra, empregando a mão de obra de sua família, o camponês vê, na integração, uma estratégia de se manter no campo, pois, para ele, a terra é vista como terra de trabalho e não como terra de negócio. Isso significa que, diante da dificuldade, o camponês prefere se sujeitar à renda da terra e de seu trabalho, a vender sua propriedade.

Além da avicultura, a bovinocultura de leite também foi inserida no âmbito do projeto de extensão rural municipal de 1993. Motta (2013) ressalta que a produção de leite em Glória de Dourados, até a década de 1990, era realizada de forma manual e destinada para o autoconsumo e venda do excedente. A maioria dos camponeses exercia essa atividade como forma de complementar a renda por meio da venda direta, ou para laticínios da região.

A reestruturação produtiva do leite teve, como fio condutor, a política de regulamentação sanitária, instituída no estado, na década de 1990, na perspectiva do aumento da produtividade. Segundo Motta (2013, p. 154), essa “busca/imposição de qualidade” requeria a especialização do camponês. Por isso, tornou-se exigência através da portaria 56 de 1999 com a criação do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL)<sup>13</sup>.

Assim, a produção de leite, de forma reestruturada, foi implementada tecnologicamente, com o melhoramento genético, pela importação de animais da raça holandesa da Argentina e do Uruguai e pelo uso de ordenhadeiras. Para isso, os produtores (camponeses) investiriam, através de financiamentos, e vinculariam suas produções à dívida contraída.

---

<sup>13</sup> Os regulamentos técnicos sobre a produção de leite: BRASIL. Portaria nº 56, de 07 de dezembro de 1999. Diário oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, n. 234, p. 34-49, 8 de dezembro de 1999.

Motta (2013) reforça essa análise, ao dizer que

A reestruturação produtiva, implementada pelo Projeto, criou liames de dependência e de aprofundamento da sujeição da renda da terra da unidade produtiva camponesa ao capital industrial de insumos (rações, ordenhadeira mecânica, tanque de resfriamento, medicamentos, entre outros) e financeiro (empréstimo para a aquisição dos animais da raça holandês, equipamentos, entre outros. (MOTTA, 2013, p. 157).

Desta forma, a produção de leite municipal destacou-se entre as bacias leiteiras do estado de Mato Grosso do Sul, conquistando o terceiro lugar no pódio da produtividade em 2012. No entanto, o programa também gerou complexidades no entorno da (re)produção camponesa.

Aqueles produtores que não se enquadraram ou optaram por não se submeterem ao investimento e ao crédito rural, foram impedidos de vender o leite de forma direta, sem a regulamentação sanitária aplicada na política de mercado pelo Programa de Melhoria de Qualidade. Azevedo (2019) traz em sua pesquisa, relatos de camponeses que desistiram da venda de leite *in natura*, por conta da desvalorização causada pelo aumento da produtividade, e passaram a transformar a matéria-prima na unidade. Nesse caso, tem-se constatado a produção de queijo e/ou requeijão de forma adicional às demais atividades que possuíam no campo.

*Época difícil meu Deus, passamo tanta raiva com laticínio..., levantava de madrugada pra tirar leite e depois a gente ficava muito tempo na fila esperando medir o leite dos outros, cada um tinha a sua vez n'é, e quando chegava a nossa, a gente já cansado. E quantas vezes nós saía de lá com a notinha bem pequena e ainda escutava que a gente tinha colocado água no leite. Aí nós enraivou,... o véio falou, vou tirar o leite e dar pros porcos, mas pro laticínio eu não entrego mais. (Entrevista concedida em 21/01/2019).*

Para o camponês, a maior dificuldade não está na variação da intensidade do trabalho, mas no controle do tempo do seu trabalho pela indústria. Ao optar por transformar a matéria-prima na unidade, ele irá necessitar de tempo significativo para a produção, no entanto, esse tempo estará parcialmente sob seu controle. As etapas de produção são de conhecimento da família camponesa, pois o queijo já era produzido para o consumo e, assim, essa tarefa será somada às outras atividades como complemento da renda. Observa-se pelo seguinte relato:

*A gente já fazia pra comer, aí paramos de entregar leite pro laticínio começamos fazer requeijão pra não perder o leite, né!” devagarinho as pessoas foram conhecendo. agora a gente tira o leite pra família toda consumir, fazer as coisas ...eu tenho uma filha que é boleira então ela usa muito ..aí o que sobra a gente faz requeijão e vende, já ajuda comprar as vacinas das vacas”. (Entrevista concedida em 10/11/2018).*

Infere-se que a produção de queijos na unidade camponesa, além de proporcionar maior poder de decisão sobre a relação de trabalho, também permite o livre arbítrio na produção e venda do produto. Paulino (2003) entende que o Estado, ao apoiar as regulamentações de forma padronizada, ampara as grandes indústrias e obstaculiza a produção camponesa.

O Estado ao legislar nesses termos não apenas se desobriga de interferir nos problemas que a própria regulamentação criou, mas também beneficia diretamente as indústrias, as grandes interessadas na Portaria, pois terão ao seu dispor matéria prima com qualidade monitorada, com o intocável direito de arbítrio sobre os preços aos produtores. (PAULINO, 2003, p. 203).

Harvey (2005) ressalta que o Estado emerge das contradições entre classes e sempre está do lado da produção capitalista. Nesse caso, a classe dominante tem o Estado como instrumento para efetivar essa dominação. Assim, o interesse de classe é organizado de forma a sustentar as relações entre capital e trabalho.

Em geral, o Estado e, em particular, o sistema legal possuem um papel crucial a desempenhar na sustentação e na garantia da estabilidade desses relacionamentos básicos. A garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo) estão todos dentro do campo de ação do Estado (HARVEY, 2005, p. 84).

Sendo assim, tanto as normas regulamentadoras quanto as políticas públicas, não possuem caráter imparcial; elas também são pensadas de forma a viabilizar a acumulação capitalista, como bem identifica Tolentino (2013), ao analisar o direcionamento e o uso do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) na política de liberação de custeio para a agricultura. Segundo a autora:

Ao adotar a categoria agricultura familiar (até na denominação do programa), o PRONAF se serve de uma representação de eficiência, de racionalidade empresarial, de integração ao desenvolvimento do capitalismo como único caminho para os camponeses (para eles, agricultores familiares), rejeitando caminhos que se confrontam com o capital (TOLENTINO, 2013, p. 123).

A classificação dos “agricultores familiares”, caracterizada pelo programa, considera inviáveis as políticas públicas àqueles camponeses que não possuem integração ao mercado e são desvinculados dos circuitos tecnológicos. Neste caso, esse grupo não favorece a viabilidade econômica e, portanto, são suprimidos. Desse modo, [...] “o PRONAF deveria se voltar apenas para os agricultores familiares em transição, uma vez que estes teriam maiores possibilidades de ampliação de sua participação nos mercados agroalimentares modernos.” (TOLENTINO, 2013 p. 125).

Tanto na bovinocultura de leite quanto na avicultura, eventualmente são calculados prejuízos, que expõem a unidade de produção ao risco. Os prejuízos e/ou as dificuldades enfrentadas pelos camponeses com relação à produção de leite, foram gerados no âmbito da regulamentação. Até 1993, a produção era feita de forma manual para o autoconsumo e venda do excedente de maneira informal. Com a exigência da regulamentação e a produção em larga escala, restava, aos camponeses que produziam leite em menores quantidades, enfrentar os preços baixos na venda para os laticínios regionais, ou escoar a sua produção por meio da venda direta, de forma “ilegal”.

Diversas estratégias de resistências foram realizadas pelos camponeses ao longo das últimas décadas. Elas são identificadas mediante as dificuldades impostas pelo cerco gerado pelo capital industrial à (re)produção camponesa. Então, a resistência camponesa sob a monopolização do território é resultado do processo contraditório e combinado, que ao mesmo tempo em que viabiliza a reprodução do capital, via sujeição da renda da terra, também permite a reprodução camponesa no campo.

Entretanto, a principal luta do campesinato é pela manutenção da terra e maior autonomia relativa, condição que é dificultada pela sujeição da renda e do trabalho nas atividades sob a monopolização do território pelo capital. Nesse sentido, houve a desistência dessas atividades por parte dos camponeses que reconheceram a exploração do trabalho familiar pela produção capitalista, destacando que a maior parte dos camponeses que continuaram com a produção para o autoconsumo e venda do excedente, utilizam o circuito curto<sup>14</sup> (venda direta para o consumidor) para a venda do leite *in natura* e derivados, como queijos, requeijões, produzidos na unidade familiar.

---

<sup>14</sup>Ver mais sobre a transformação da matéria-prima e venda nos circuitos curtos em: AZEVEDO, Laudiceia Neiva Roldão. **Resistência camponesa no município de Glória de Dourados- MS: Análise a partir da indústria doméstica.** / Dissertação. FCH-UFGD. Dourados, 2019, 136 f.



Conforme assegura Azevedo (2019), atualmente, a indústria doméstica (transformação da matéria-prima) na unidade camponesa mostrou-se como uma das estratégias adotadas pelos camponeses, no aproveitamento, valorização da produção e caracterização do modo de vida camponês a partir do saber-fazer.

Observa-se, na Figura 2, o processo de transformação do leite em requeijão. Essa atividade é exercida na unidade camponesa, com a utilização de instrumentos domésticos e mão de obra da família. A venda é realizada de forma direta com entrega a domicílio, a partir da encomenda do produto. Sendo assim, a relação produção e consumo é estreitada, proporcionando a troca de experiências e do “saber-fazer”.

**Figura 2** - Município de Glória de Dourados-MS: etapas de transformação do leite em requeijão na unidade camponesa.



Fonte: Pesquisa de campo (09/02/2019).

A produção de queijos não fica restrita ao queijo branco e/ou requeijão. Em algumas unidades camponesas, outras receitas são produzidas mediante o saber-fazer de cada família camponesa. A venda direta também contribui nessa variação, pois permite ao camponês absorver as ideias e gostos dos consumidores. A Figura 3 mostra a produção de queijo temperado, criado a partir da adição de temperos desidratados como: cebolinha, orégano, pimenta calabresa e salsa.

**Figura 3** - Produção de queijo temperado no município de Glória de Dourados-MS.



Fonte: Pesquisa de campo (09/02/2019).

### **A CONTINUIDADE DO CAMPONÊS**

Neste texto, até o momento, analisou-se a formação do campesinato no município de Glória de Dourados; identificaram-se as relações de trabalho a que essa classe se submete em defesa da propriedade da terra e da sua manutenção; e ressaltaram-se os mecanismos criados via coalizão de Estado e capital para a acumulação ampliada. Objetiva-se, neste tópico, evidenciar o debate teórico sobre a continuidade do campesinato no sistema capitalista, iniciado no século XIX, para ratificar sua permanência e sua resistência na luta como classe social, em meio às complexidades da relação capital e trabalho.

Existe um debate em torno da permanência do campesinato pós-industrialização e expansão do capital no campo. Identificado no estudo de Marx e Engels (1987), o destino dessa classe social seria o desaparecimento, pois, para os autores, o modo de vida baseado na autossuficiência não daria capacidade para o sujeito camponês se (re)produzir no sistema capitalista, baseado na produção e circulação de mercadorias.

Conforme Marx e Engels,

As pequenas classes intermediárias anteriores, os pequenos industriais, comerciantes e rentiers, os artesãos e camponeses, todas estas classes caem no proletariado, em parte porque o seu pequeno capital não chega para o empreendimento da grande indústria e sucumbe à concorrência dos capitalistas maiores, em parte porque a sua habilidade é desvalorizada por novos modos de produção. Assim, o proletariado recruta-se de todas as classes da população. (MARX; ENGELS, 1987, p. 41).

No cerne da teoria marxista sobre a questão, o campesinato apresenta-se como uma classe em transição, como uma classe que restou da ordem econômico-social feudal, ou ainda, como uma classe social de transição entre a burguesia e o proletariado.

Alguns teóricos como Kautsky e Lênin, entenderam que, definitivamente, o campesinato não seria mais o mesmo com a expansão do capitalismo no campo. Para Kautsky (1980), o fim do campesinato estava anunciado, em virtude da formação de uma classe proletária e uma burguesa, a partir do desenvolvimento de relações capitalistas. Haveria um processo de industrialização no campo, resultante do uso de maquinários, insumos e técnicas modernas, cujo processo resultaria na modernização e evolução para a constituição de empresas rurais, provocando a total expropriação do camponês, com o predomínio de duas classes: proletária e burguesa.

Lenin (1982) acreditava que a expansão das relações capitalistas de produção levaria à diferenciação social campesina, ou seja, os camponeses que obtivessem renda, se tornariam pequenos capitalistas (camponeses ricos) e, outros, tenderiam ao empobrecimento e à proletarização.

Chayanov (1974) pauta-se nas contradições da expansão do capitalismo no campo. Desse modo, defende que o campesinato é capaz de se (re)produzir no sistema capitalista, a partir de uma economia familiar. Segundo o autor, essa economia familiar não é um modo de produção, como o capitalismo, mas uma forma específica de se (re)produzir, de forma adaptável ao sistema capitalista.

Fabrini (2004), também busca formas de compreender o campesinato a partir das contradições capitalistas e escreve:

Se autores marxistas, e o próprio Marx, por um lado, não vêem continuidade de existência para o camponês com a intensificação das relações capitalistas, por outro, apontam o princípio da contradição e da luta de classes para considerar a possibilidade de sua existência. Apontam para o entendimento de campesinato pela resistência e luta desenvolvida por eles. Portanto, a ideia de contradição elaborada por Marx permite outra interpretação de campesinato. (FABRINI, 2004, p. 123).

Destarte, a interpretação de Oliveira (1991) consiste em não considerar o campesinato estranho ao sistema capitalista. O autor compreende a criação e recriação de relações não capitalistas no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

Isto quer dizer que, ao mesmo tempo em que este desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado através da presença no campo do "bóia-fria" [sic]), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo). (OLIVEIRA, 1991, p. 7).

Assim sendo, afirma-se que a permanência da classe camponesa é inerente ao sistema capitalista e sua (re)produção proveniente do desenvolvimento desigual e combinado. Conforme Oliveira (1991), é preciso considerar o limite de produção e suas características, ou elementos de produção, para diferenciar a produção camponesa da produção capitalista.

Primeiramente, o limite não é o lucro. A produção camponesa busca produzir para o seu autoconsumo, e a venda do que exceder para a manutenção da unidade. Por isso, o movimento da sua produção se dá via M-D-M, (mercadoria-dinheiro-mercadoria), ou seja, a venda da mercadoria não está pretendida para o lucro, mas para comprar outras mercadorias com igual valor de uso. Na produção capitalista, o movimento se dá D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro), isto é, inteiramente para a acumulação de dinheiro.

Quanto aos elementos de produção, Oliveira (1991), ancorado em Santos (1978), mostra que a produção camponesa está firmada em duas características principais. A primeira é o trabalho familiar e, a segunda, os meios de produção que incluem a propriedade da terra. De acordo com Santos *apud* Oliveira (1991, p. 56):

Cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família. Nesse sentido a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo.

O autor evidencia que a força de trabalho familiar é o motor que move a produção camponesa. A partir dele, outros elementos de produção podem surgir conforme o movimento da unidade de produção e consumo. Por exemplo, a ajuda mútua e o trabalho assalariado são elementos utilizados como complementos para a manutenção da unidade. Se a força de trabalho familiar de determinada unidade camponesa não for suficiente para completar o trabalho, ela pode ser completada pela

ajuda mútua. O outro elemento, o trabalho assalariado, ocorre quando a unidade camponesa permite ao camponês um período da “ociosidade” em determinada época do ano. Nesse caso, o camponês exerce uma atividade que lhe permite um salário para complementar a renda da unidade; no entanto, ele retorna para sua terra todos os dias.

É importante esclarecer que, mesmo o camponês se deslocando da unidade de produção para o trabalho assalariado, o mesmo não deixa de ser camponês, pois possui características específicas no modo de produzir e viver no campo.

Nessa perspectiva, Azevedo (2019) analisa a indústria doméstica como complemento de renda da unidade camponesa, a partir da venda de “produtos combinados<sup>15</sup>”. A venda desses produtos nos circuitos curtos produz renda e não lucro para os camponeses da indústria doméstica. “Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho, e do trabalho de sua família, e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho”. (MARTINS, 1980 *apud* OLIVEIRA, 1991 p. 61).

Quando o camponês tem suas condições de vida, o trabalho familiar e seu tempo de trabalho regulados por um capitalista permitem a sujeição da renda da terra ao capital, como bem ressalta Oliveira (1991). No entanto, ele não perde suas características de defesa da terra e de seu trabalho. Essa relação é resultado do desenvolvimento contraditório do capital e se expandiu no campo com a mundialização do capital, gerando novas relações socioespaciais, a partir da monopolização do território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, os camponeses remanescentes da CAND, aqueles que resistiram a todos os mecanismos da produção capitalista, que sujeitaram ou não a renda da terra e o trabalho familiar, em defesa da terra como instrumento de trabalho, são presentes e resistentes.

O caráter dominador e expropriador da produção capitalista não exclui do camponês o caráter de resistência. Essa classe, por sua vez, permanece no território

---

<sup>15</sup>Para maiores informações, ver: AZEVEDO, L. N. R.. **Resistência camponesa no município de Glória de Dourados- MS: Análise a partir da indústria doméstica.** 136f. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCH-UFGD. Dourados, 2019.

capitalista, em meio aos (re)arranjos do sistema, e participa indiretamente da produção capitalista, por meio da sujeição da renda da terra ao capital.

Contudo, os camponeses desenvolvem estratégias para complemento da renda que se traduzem em formas de resistências. E ainda mantém as características não capitalistas na luta pela permanência na terra e manutenção do modo de vida. Assim, reforça-se o fato de que a pauta sobre a continuidade do camponês no sistema capitalista, que se iniciou no século XIX, continua nos dias atuais, alicerçado na atuação política e social dessa classe que luta pela/na terra.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, L.N. R. **Resistência camponesa no município de Glória de Dourados-MS: Análise a partir da indústria doméstica.** 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) FCH-UFGD. Dourados, 2019.
- CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina.** Trad.R.M. Russivich. Buenos Aires: Nueva visión SAIC, 1974.
- FABRINI, J. E. **A contradição como parâmetro de compreensão da existência camponesa** geografia – v. 13. n. 2. jul/dez. 2004.
- GRESSLER, L. A., SWENSSON, L. J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado do Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados.** 1ed. Dourados. 1988.
- GRESSLER, L. A., SWENSSON, L. J. **Aspectos históricos e geográficos do Estado do Mato Grosso do Sul: destaque** 1 ed. Dourados. 2005.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LENHARO, A. **A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no Oeste brasileiro nos anos 50.** *Brasileira de História.* “Terra e Poder. São Paulo, Ed. Marco Zero/ANPUH, v. 6, n. 12, 1986.
- LIMA, Alexandrino Ferreira de. Glória de Dourados: **datas e fatos.** Glória de Dourados: 1982.
- MARTINS, J. S. **O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996. Acesso em: 01/09/2020.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político.** Petrópolis: Vozes, 1981.
- OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira** no XII Colóquio internacional de Geocrítica. Realizado em Bogotá/Colômbia, 07 a 11 de maio de 2012.
- OLIVEIRA, A. U. **A Agricultura Camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro.** In: CARLOS, A.F. *Novos Caminhos da Geografia.* São Paulo: contexto, 1999.63-110.

OLIVEIRA, A. U. **“Perspectivas da Geografia Agrária”** no II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ I Simpósio Internacional de Geografia Agrária – “O Campo no Século XXI”, realizado em São Paulo, 05 a 08/11/2003.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184 p.

PELLE, E. D.; LAMOSO, L. P. **As transformações sócio-econômica-espaciais do município de Glória de Dourados.** *Revista da Geografia, UFMS*, p.17-22, 1997

SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho.** São Paulo: Hucitec. 1978.

TOLENTINO, M. L. D. L. **O (des)envolvimento no PRONAF: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses.** Dissertação / FFLCH/USP. São Paulo, 2013, 244 p.

# AS TRAJETÓRIAS DE LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO TEIJIN NO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA-MS

*Fabiano Greter Moreira*

*Márcia Yukari Mizusaki*

## INTRODUÇÃO

Oliveira (2001), em seu trabalho “a longa marcha do campesinato brasileiro”, destaca que a trajetória camponesa no Brasil é uma luta diária, que está dividida em duas frentes: a primeira para entrar na terra; e a outra frente, tão penosa como a primeira, a luta pela permanência na terra, como protagonistas na produção de alimentos essenciais para a sociedade brasileira. Para o autor, os camponeses estão em luta permanente para se estabelecerem na terra. Algumas das carências, nesta luta dos camponeses, são as políticas públicas pouco eficientes, engendradas quase que somente ao atendimento da elite econômica, deixando-os à margem do acaso, sobretudo no assessoramento dos assentamentos rurais.

Para Woortmann (1990), a luta pela terra por parte dos camponeses está interligada com a reprodução de sua força de trabalho no campo. Características estas que são particularidades dos camponeses, que, juntamente com suas famílias, buscam explorar seus lotes de terra, com o objetivo de promover sua permanência no campo. O autor entende que, para o campesinato, o tripé terra, trabalho e família não se refere somente aos fatores de produção, mas a um local de troca de experiências, lugar de morada, seja ele no sítio, ou colônia, alicerçada em categorias comuns dos camponeses.

Almeida (2003) afirma que a luta pela terra é uma luta contra o capital, pois não é apenas a terra, mas o contexto de suas relações sociais e políticas que estão diretamente ligadas neste enfrentamento. A partir do momento que se tem um olhar amplo da questão agrária, é possível descrever que a reforma agrária, nos moldes distributivistas, condiciona as ações socioeconômicas dos indivíduos, pois a apropriação da renda da terra pelo capital sujeita relativamente o trabalhador familiar camponês ao sistema capitalista, onde, de maneira involuntária, o mesmo se encontra em um “jogo”, que o leva a um círculo de miséria no campo.



A espacialização e a territorialização da luta pela terra, conforme analisado por Fernandes (1999) e expressa nos assentamentos rurais, fica evidente no momento em que iniciamos o reconhecimento da trajetória das desapropriações ocorridas no município pesquisado. Em todos os assentamentos rurais pesquisados há dois fatores de relevância nesta fração de território. Primeiro, é quando se autoriza a desapropriação do latifundiário. Ao entrar na propriedade, espera-se o sorteio e o corte dos lotes, para que uma nova configuração seja construída nesta fração de território, antes dominada pela produção capitalista no campo.

A luta pela posse da terra, que Fernandes (1999) nos apresenta como a única alternativa que os acampados possuem para conquistar um pedaço de chão no Brasil, nos permite afirmar que esta luta permanece dia após dia nesta fração do território. A recriação do campesinato ocorre em condições muito difíceis, quando “se permanece anos em acampamentos” e, em seguida, “anos sem água, sem energia elétrica e sem moradia digna para a família”. Estas condições revelam que a luta pela permanência na terra é diária, caso contrário, a conquista permanece tão somente na entrega dos lotes ou na desapropriação da propriedade. O Estado é o mediador e contribuinte desta conflitualidade nos assentamentos do município de Nova Andradina, pois suas ações, e esta inoperância, abandonam os assentados na sua luta em permanecer no lote.

Nesse sentido, esse artigo aborda as trajetórias de lutas dos assentados do PA Teijin, do município de Nova Andradina/MS. O artigo é parte das reflexões realizadas em nossa tese de doutorado intitulada “As lutas pela permanência na terra nos assentamentos do município de Nova Andradina/MS”, que teve como objetivo analisar a importância dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS, em termos de produção e consumo, e suas relações sociais e suas trajetórias de luta pela posse e permanência na terra. O percurso metodológico adotado para a realização desse trabalho foi a pesquisa qualitativa, que para Triviños (1987), é entendida como “estudo de campo”, ressaltando que a escolha dos depoentes é de fundamental importância para a pesquisa. Destaca-se, na metodologia, a “história oral”, que segundo Alberti (2005), pode ser definida como método de investigação, como fonte de pesquisa ou técnicas de produção e tratamento das entrevistas gravadas com nossos participantes. Optou-se por entrevistas semiestruturadas no trabalho, seguindo percursos metodológicos descritos por Poupert (2014, p. 212) que trata a entrevista como de ordem ética e política, porque abrem “possibilidades de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões

enfrentadas pelos atores sociais”, neste caso, os assentados dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS.

Não determinamos um número prévio de participantes de nossa pesquisa qualitativa. Seguimos a operacionalização do “ponto de saturação”, formulado por Daniel Bertaux que, para Alberti (2004, p. 37), ocorre quando uma “pesquisa oral começa a se tornar repetitiva, produzindo cada vez menos informação”, seja em seu conteúdo ou na forma pela qual se constrói a narrativa. Mesmo chegando a este ponto, é necessário que o pesquisador ultrapasse um pouco mais o número de entrevistas, para certificar-se da validade das mesmas.

Realizamos entrevistas de longa duração com cinco participantes, e com um recorte temporal realizado no período de outubro de 2017 a janeiro de 2018, restringindo nossas entrevistas apenas com os participantes que atendiam aos seguintes critérios: a) primeiro(a) titular do lote (fator de suma importância, por nos proporcionar maiores informações sobre a trajetória de luta e permanência nos lotes); b) responsável pelo lote (com o objetivo de compreender a dinâmica de luta nos lotes e suas relações sociais no assentamento); c) residir no lote (somente os moradores fixos nos lotes permitirão maiores informações do assentamento e os conflitos socioterritoriais).

Para tanto, padronizamos a identificação de nossos participantes, da seguinte maneira: Assentamento Teijin (TJ1, TJ2, TJ3, TJ4, TJ5). Os demais participantes da pesquisa foram identificados com apenas as letras iniciais de seus nomes. O agendamento foi programado com antecedência com os participantes, por meio de contatos telefônicos, contatos pessoais com lideranças dos assentamentos e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Andradina/MS (STRAFNA<sup>16</sup>) – os “intermediários”, de acordo com Meihy e Ribeiro (2011) – para que não ocorressem divergências de horários ou não fosse localizado o entrevistado em seu lote. Sempre que possível, foram realizadas mais de uma entrevista, para que o deslocamento aos assentamentos fosse aproveitado de maneira mais otimizada, em virtude da distância em que se encontra em relação à sede urbana.

---

<sup>16</sup>Esta denominação foi instituída a partir de julho de 2017, em razão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Andradina (STRNA) ter sido dividido em dois: 1) Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Andradina/MS (STRAFNA) ligados aos assentados e produtores familiares do município; 2) Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados de Nova Andradina/MS (STRANA), que atende aos empregados/funcionários rurais em geral.

## PROJETO DE ASSENTAMENTO TEIJIN

Sua criação foi realizada através da Portaria do INCRA Nº 23, de 26 de julho de 2002. Possui uma área territorial de 28.497,8194 ha e capacidade de 1.094 (um mil e noventa e quatro) lotes (INCRA, 2018). De acordo com o STRAFNA, a primeira entrega de Certidões de Posse aos assentados, fora realizada no ano de 2006.

O Assentamento Teijin teve suas origens na desapropriação da Fazenda Teijin, que pertencia ao Grupo Japonês Teijin Desenvolvimento Agropecuário Ltda. – Sócio Shigeaki Hayashi. Foi desapropriada pelo Governo Federal para fins de reforma agrária após longo período de acampamento. Os camponeses que receberam os lotes no assentamento eram ligados a dois movimentos sociais na época: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI/MS) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No Quadro 1, apresentamos um comparativo sobre as (re)configurações territoriais ocorridas após a criação do Projeto de Assentamento Teijin em relação à propriedade capitalista. Demonstramos sua área territorial e famílias assentadas, bem como o novo contexto territorial de produção, manifestado no município de Nova Andradina após a instalação do assentamento.

**Quadro 1** - Assentamento Teijin no município de Nova Andradina/MS, propriedade camponesa *versus* propriedade capitalista: dados comparativos.

Propriedade/Projeto	Área (ha) / Lotes	Nº de Funcionários/Famílias Assentadas**	Produção (principais atividades)
Fazenda Teijin	28.497,8194 / 1 propriedade	27	pecuária
Assentamento Teijin	28.497,8194 / 1.094 lotes*	1.056*	leite, mandioca, verduras, legumes, milho

\*Informações obtidas a partir do Painel de Assentamentos do INCRA (2018).

\*\*Segundo nossos entrevistados, no momento em que chegaram à propriedade havia apenas as casas, uma sede, um curral e grande parte de mata fechada.

Fonte: dados da pesquisa (2018).

O fator relevante é o impacto gerado por meio da distribuição de lotes em uma propriedade que, antes, possuía apenas 27 famílias residentes, e, a partir do assentamento, começa a contar com mais de mil famílias assentadas. A territorialização criada por meio da luta dos assentados não beneficia apenas os trabalhadores, mas toda a comunidade do município de Nova Andradina. Na pesquisa, foi possível, por inúmeras vezes, nos deparar com veículos de entrega de empresas do município (de ramos de materiais de construção, refrigeração, laticínios, entre outros fornecedores), que prestam serviços aos assentados. Este movimento fixa as relações no município de origem, circulando produtos e serviços, dinamizando a própria economia local.

Em vários momentos da pesquisa foi possível ouvir o quanto a luta pelo acesso à terra melhorou as condições de vida dos participantes e de suas famílias. A perseverança e a busca do trabalho “liberto”, relatado por Oliveira (1990) em suas pesquisas, e que foi ratificado por Almeida (2003) em seu trabalho nos assentamentos do Estado de Mato Grosso do Sul, retrata a alegria por parte dos assentados que em seu lote permaneceram.

A vida sofrida do acampamento, seguida das condições desfavoráveis no lote, depois de lutas e mais lutas pelo acesso à terra, se depara com as relações na sociedade que constituirá suas famílias e sua “terra de trabalho”, como bem se referiu Martins (1986). O preconceito e a resistência em compreender a história de vida dos trabalhadores sem terra demonstram como a alienação em uma sociedade que inclui, ao passo que seja útil e necessário; caso contrário, exclui, na mesma fração de território.

Woortmann (1990) revela que a força de trabalho do camponês é o trunfo para sua existência no campo. A resistência da produção camponesa está relacionada à sua interdependência de possuir, em sua força de trabalho, a sua natureza de criar e recriar sua forma de vida nas mais diversas condições produtivas no campo. Enquanto o capital explora, a força de trabalho do operário, a geração de riqueza de suas mercadorias/serviços, o camponês, por outro lado, com sua força de trabalho, produz seu autoconsumo e, ainda, vende/troca o excedente de sua produção, contrapondo a ideologia da produção capitalista.

Esses camponeses são originários de várias regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, não somente do município de Nova Andradina, conforme podemos observar nos quadros 2 e 3. As famílias foram divididas de acordo com o movimento ao qual se encontravam ligados na época, na seguinte ordem, conforme os quadros 2 e 3:

**Quadro 2 - Municípios de origem dos assentados do PA Teijin ligados à FETAGRI/MS.**

<b>Municípios</b>
Anaurilândia
Angélica
Batayporã
Deodópolis
Dourados
Glória de Dourados
Ivinhema
Novo Horizonte do Sul
Vicentina

Fonte: STRAFNA (2017).

**Quadro 3 - Municípios de origem dos assentados do PA Teijin ligados ao MST (Acampamento 17 de Abril).**

<b>Municípios</b>
Mundo Novo*
Itaquiraí*
Juti*
Jateí*
Novo Horizonte do Sul**
Batayporã**
Glória de Dourados**
Ivinhema**
Deodópolis**
Nova Andradina**

Fonte: \*STRAFNA (2018) e \*\*CEEPATEC (2009).

Segundo o Centro de Formação, Capacitação, Cultura, Estudo e Pesquisa dos Trabalhadores e Trabalhadoras Eldorado dos Carajás (CEEPATEC, 2009<sup>17</sup>), as comunidades dos assentados do MST foram organizadas durante o processo de corte dos lotes por proximidade e afinidade. As comunidades têm por objetivo facilitar as relações sociais entre as famílias do Acampamento 17 de Abril, principalmente na resolução de problemas e reivindicações dos assentados. As comunidades foram divididas conforme o Quadro 4:

**Quadro 4** - Divisão das comunidades do MST na criação do Assentamento Teijin.

Nome*	Nº da Comunidade*	Nº de Famílias*
Conquista da Vitória	01	50
17 de Abril	02	50
Terra Viva	03	50
Santa Rosa	04	50
Canaã	05	50
Boa Sorte	06	50
Campo Verde	07	55
Renascer	08	61
Airton Roque Vieira	09	45
Boa Vista	10	46
Total =====>		<b>507</b>

\*Estas informações, segundo nossos participantes, não refletem a atual realidade do Assentamento Teijin, em virtude de venda e/ou renúncia dos lotes pelos assentados.

Fonte: adaptado a partir do CEEPATEC (2009).

Segundo o STRAFNA, foram destinados 272 lotes aos assentados originários do município de Nova Andradina; porém, as informações do número dos lotes e os nomes dos titulares não representam a atual realidade das propriedades. Os assentados do MST não estão inclusos nestes números, pois existe uma separação entre os assentados organizados pelo MST e os filiados ao STRAFNA, o que se evidencia em suas falas. Ao nos referirmos às condições burocráticas e às comunidades rurais dentro do assentamento, relataram: “*esses é daqui, ao dizer do MST, e aqueles são de lá, se referindo a FETAGRI*”. (Presidente R. C. R. C., entrevista realizada dia 03/10/2017).

<sup>17</sup>Disponível em: <http://ceepatec17deabril.blogspot.com.br/>. Acesso em 04 de setembro de 2017.

Foi possível avaliar que as formas de lutas pela posse da terra são mais intensas e distintas já no período dos acampamentos. Isso ocorre tanto aos assentados ligados ao MST quanto aos vinculados à FETAGRI. Estes fatores não possuem um ponto de ligação único dentro das relações sociais dos assentados, mas podemos elencar algumas situações que potencializam esta condição. Uma delas diz respeito às raízes culturais do campo pelo assentado, que traduzem suas relações de produção e de convívio no assentamento, que justificam sua integração, ou não, às atividades coletivas do assentamento. Outra condição presente no assentamento são os objetivos individuais dos assentados, que buscam formas de trabalho e renda diferentes dos demais, o que contribui para sua permanência e de sua família no lote.

Como já confirmado em pesquisas de Almeida (2003), no Assentamento Teijin também ocorrem distinções entre o MST e a FETAGRI na luta pela terra, principalmente no período dos acampamentos. Os acampamentos estavam divididos entre acampados do MST e da FETAGRI. Possuíam o mesmo objetivo comum: o de conquistar um lote de terra na desapropriação da Fazenda Teijin, embora a organização dos acampamentos seguisse critérios distintos. No caso do MST, os acampados eram organizados com tarefas diárias, de acordo com a coordenação local do movimento. A permissão para realizar trabalho externo ao acampamento seguia o cronograma de tarefas do assentado, tanto no recebimento de alimentos, materiais de saúde, limpeza e vigilância, quanto em outras atividades preestabelecidas pela coordenação, segundo o assentado TJ2 (entrevista realizada no dia 11/10/2017).

A identidade dos assentados do “acampamento 17 de Abril”, ligados ao MST, está registrada mesmo após as lutas pela desapropriação e ocupação da terra. Em uma das entradas do Assentamento Teijin, que dá acesso aos lotes ligados ao MST, existe um título na antiga entrada da propriedade: “ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL”, conforme a Figura 1.

Outras expressões ligadas às lutas organizadas pelo MST estão inscritas nos vários reservatórios de água dos lotes, nomeados pelo INCRA como “P.A. 17 de Abril”, conforme apresentado na Figura 2.

**Figura 1** - Uma das entradas principais do Assentamento Teijin no município de Nova Andradina/MS (margens da rodovia MS-134).



Fonte: Moreira (2019).

**Figura 2** - Reservatórios de água instalado no Assentamento Teijin.



Fonte: Moreira (2019).



Aos acampados ligados à FETAGRI, de acordo com o assentado TJ4 (entrevista realizada no dia 13/01/2018, eram permitidas, dentro de sua organização no acampamento, condições diferentes das praticadas no acampamento do MST, como: não era necessário morar no acampamento - poderiam residir em outras localidades, como por exemplo, no distrito de Nova Casa Verde, desde que possuíssem um barraco no acampamento. Os acampados poderiam realizar atividades remuneradas fora do acampamento (com o objetivo de buscar o sustento de sua família) e, somente em casos de reuniões ou visitas do INCRA, eram convocados para estarem presentes. Os acampados possuíam responsabilidades com seus barracos e o compromisso com o STRAFNA (as mensalidades deveriam estar regulares).

As “diferenças organizativas” estão entre as formas de lutas mais presentes nos acampamentos do MST e da FETAGRI, que no Assentamento Teijin. Porém, ao entrarem na Fazenda Teijin, os assentados foram divididos de acordo com a área e lotes destinados a cada movimento e organização sindical. Esta divisão, segundo os participantes ligados ao MST, ocorreu de maneira conjunta com o movimento, com o INCRA e a FETAGRI, onde os assentados ligados ao MST receberam lotes maiores que o da FETAGRI. Para o assentado TJ4 (entrevista realizada dia 13/01/2018), o corte dos lotes ocorreu desta forma para que mais acampados da FETAGRI fossem assentados na propriedade, motivo que também foi confirmado pelo ex-presidente do STRNA, o Sr. A. R. (presidente do sindicato no período da desapropriação). Já, para o assentado TJ2 (entrevista realizada dia 11/10/2017), os maiores lotes se deram em virtude das manifestações nos acampamentos e da força do MST na luta pela conquista da terra.

A partir do momento que os acampados assentaram-se em seus lotes, não houve divisões entre o MST e a FETAGRI, segundo o assentado TJ4 (que também é presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR). Parte dos assentados passou a trabalhar de maneira conjunta, divididos em comunidades dentro do Assentamento Teijin, exceto os assentados que buscam seus objetivos próprios. Os assentados que buscam seus interesses individuais acabam se afastando da participação do assentamento, de associações, cooperativas, comunidades de assentados e, inclusive, do vínculo ao MST ou à FETAGRI, que possibilitaram conquistar um pedaço de chão. Estes interesses são particulares de cada assentado, seja como, por exemplo, motivados, ou não, por experiência, ou não, no campo, seja como opção para garantia de

sobrevivência nos lotes, provocando, por vezes, a venda (usa-se este termo, que é comum entre os assentamentos, porém, a política de reforma agrária não permite esta negociação), ou arrendamento do lote a terceiros ou a assentados do próprio assentamento.

Na busca de compreensão das formas de lutas de cada organização do assentamento, os assentados do MST nos possibilitaram maiores compreensões dos acampamentos no período de criação do Assentamento Teijin, fornecendo um acervo de informações em suas trajetórias de luta pela terra, em especial o “Acampamento 17 de Abril”. Revelações que se refletem em processos organizativos, registros da história de luta pela desapropriação da fazenda, as manifestações e paralisações de rodovias, enfim, um roteiro que nos permitiu um melhor entendimento da questão agrária na área de estudo.

De acordo com o Centro de Formação, Capacitação, Cultura, Estudo e Pesquisa dos Trabalhadores e Trabalhadoras Eldorado dos Carajás (CEEPATEC, 2012)<sup>18</sup>, a história do “Acampamento 17 de Abril” teve seu início no município de Novo Horizonte do Sul, com a ocupação da Fazenda Angical em 17 de abril de 1999, com uma caravana de cinco mil pessoas. Porém, a justiça decidiu pela reintegração de posse ao(s) proprietário(s). Outra ocupação ocorreu após quatro meses, diante de confrontos com policiais, somando oito ocupações durante três anos de luta pela Angical, mas sem sucesso.

Segundo o assentado TJ4 (entrevista realizada dia 13/01/2018 - Assentamento Teijin), o CEEPATEC faz parte de uma associação de assentados do Acampamento 17 de Abril, instalada na antiga sede da Fazenda Teijin, dentro do assentamento, que visa contribuir com capacitações aos assentados e fortalecimentos das comunidades do Teijin. No ano de 2018, a comunidade retiro do Poço, administrada pelo CEEPATEC, recebeu uma patrulha mecanizada, composta por um trator, grade aradora, carreta agrícola, distribuidor de calcário, roçadeiras hidráulicas e grade niveladora, por meio de medida parlamentar, fortalecendo os assentados em suas necessidades estruturais do lote (preparo do solo, cultivo, plantações, etc).

No início do ano de 2003, o INCRA propôs, às famílias, a área denominada Fazenda Teijin, no município de Nova Andradina, atestando o prazo de seis meses para

---

<sup>18</sup>Disponível em: <http://ceepatec17deabril.blogspot.com.br/>. Acesso em 04 de setembro de 2017.

estarem assentadas. Porém, o proprietário entrou com processo jurídico no Ministério Público alegando a inviabilidade da propriedade para projeto de reforma agrária. Diante de muitas lutas e resistências, somadas a perdas organizacionais e ao número de famílias acampadas reduzido (sobraram 507 apenas, que posteriormente foram assentadas). Entretanto, no dia 17 de abril do ano de 2006, completados sete anos de luta pela terra, foi definida, como área de reforma agrária, a Fazenda Teijin, e as famílias foram assentadas, sendo divididas em comunidades, lembrando que estas famílias são vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Dentre os assentamentos rurais do município, este foi o mais conflitante judicialmente e com confrontos diretos dos assentados<sup>19</sup>, com acusações de abates de animais da fazenda e retirada dos maquinários por parte dos acampados, até o distrito de Nova Casa Verde. A decisão de desapropriação seguiu até o Supremo Tribunal Federal (STF) para seu desfecho, e, a então ministra, Ellen Gracie, decidiu permitir que os sem-terra permanecessem na área, obrigando os proprietários da Fazenda Teijin que retirassem as dez mil cabeças de gado. Naquele momento, segundo o coordenador do MST, estavam no local, 1.057 famílias acampadas prontas para resistir sob qualquer decisão contrária à ocupação deles, naquela propriedade.

A decisão de desapropriação chegou à instância do STF, porque o Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região e da Justiça Federal de Dourados interrompeu o andamento do processo expropriatório, mantendo a propriedade sob a posse da Fazenda Teijin, pertencente à empresa Teijin Desenvolvimento Agropecuário Ltda.

A partir de então, vários são os projetos e programas sociais que transitam pelo Assentamento Teijin, destacando parcerias, como a que ocorreu entre a Prefeitura de Nova Andradina<sup>20</sup>, possibilitando acesso à internet aos moradores, beneficiando com computadores mais de 700 pessoas da zona rural, entre alunos e assentados, na Escola Municipal Luís Cláudio Josué, extensão 17 de Abril, no Assentamento Teijin.

Não devemos esquecer que a história do Assentamento Teijin é permeada por diversas situações estruturais, que tecem, desde laudos contrários à desapropriação da Fazenda, como também a intervenção do procurador federal a favor do assentamento

---

<sup>19</sup>Grupo Teijin vai recorrer, mas não comenta decisão do STF. Disponível em: <http://www.perfilnews.com.br/brasil-mundo/grupo-teijin-vai-recorrer-mas-nao-comenta-decisao-do-stf>. Acesso em 05 de setembro de 2017.

<sup>20</sup>Tolotti representa Câmara, em inauguração da Casa Digital do Assentamento Teijin - CMNA. Disponível em: <http://www.novanews.com.br/noticias/cidades/tolotti-representa-camara-em-inauguracao-da-casa-digital-do-assentamento-teijin/imprimir>. Acesso em 05 de setembro de 2017.

das famílias acampadas. Alguns momentos marcaram a luta dos acampados, tanto do MST (do Acampamento 17 de Abril), quanto os acampados vinculados a FETAGRI/MS. Na Figura 3, apresentamos momentos de manifestação, por meio de bloqueios que ocorreram na rodovia BR-267 e rodovia MS-134 no ano de 2003, com o objetivo de mobilizar as autoridades competentes para a reforma agrária, conforme relato do assentado TJ1<sup>21</sup> (entrevista realizada dia 10/10/2017).

**Figura 3** - Mobilizações do MST, CUT<sup>22</sup> e FETAGRI nas rodovias federais e estaduais no Estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2003.



Fonte: acervo pessoal do assentado TJ1 (paralisação na BR-267, no município de Nova Andradina – rodovia que liga Bataguassu a Nova Alvorada do Sul no ano de 2003).

<sup>21</sup> Assentado falecido em 22/10/2018.

<sup>22</sup> No período do acampamento, os assentados do Assentamento São João filiados a CUT participaram de mobilizações na Rodovia BR-267 junto com o MST e FETAGRI.

Além dos momentos de mobilização realizados pelos assentados, é preciso esclarecer que os trabalhadores rurais sem terra do acampamento 17 de Abril e dos acampados filiados da FETAGRI se estabeleceram às margens da rodovia MS-134 por “mais de dois anos”, aguardando a morosidade da desapropriação da Fazenda Teijin, bem como as alegações e recursos realizados por inúmeras vezes por parte do proprietário e, por outro lado, em resposta pelos movimentos. As condições dos acampamentos às margens da rodovia MS-134 ofereciam riscos de acidentes aos acampados e suas famílias, em virtude do tráfego diário e constante de veículos de grande porte no transporte de cargas, conforme Figura 4.

**Figura 4** - Vista parcial do Acampamento 17 de Abril, na rodovia MS-134.



**Fonte:** acervo pessoal do assentado TJ1 (2002).

Outro fator de relevância está relacionado à assistência recebida pelo INCRA e pelo Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de cestas básicas no período dos acampamentos, segundo os assentados TJ1 e TJ2 (Assentamento Teijin). Graças a essa ajuda, principalmente das cestas do Estado, foi possível manter as famílias dos acampados. Após inúmeras batalhas na justiça, idas e vindas de vitórias e derrotas na luta pela validade da desapropriação, a instância maior de justiça do país (Supremo Tribunal Federal – STF) concedeu parecer favorável à Fazenda Teijin, para fins de reforma agrária.

A Figura 5 apresenta o início de uma nova fase do processo de territorialização da luta. A propriedade, que antes possuía em torno de 27 famílias (funcionários da

fazenda), passou a receber mais de mil nesta fração do território capitalista. As famílias aguardaram a divisão de lotes pelo INCRA por mais de 12 meses.

**Figura 5** - Primeiro acampamento dentro da Fazenda Teijin em 2004.



Fonte: acervo pessoal do assentado TJ1 (Assentamento Teijin).

A Figura 6 apresenta a escola no acampamento dentro da fazenda, com mais de 300 crianças do ensino fundamental (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série) que, antes do “*acampamento*”, estudaram na beira da rodovia debaixo de um coqueiro”, segundo o assentado TJ1, no início dos anos 2000.

**Figura 6** - Escola para os filhos dos assentados dentro da Fazenda Teijin em 2005.



Fonte: acervo pessoal do assentado TJ1 (Assentamento Teijin).

Nosso primeiro contato com as estruturas do Assentamento Teijin, a convite de um de nossos participantes da pesquisa, o assentado TJ1, ocorreu em um dia histórico desse assentamento. No dia 07 de outubro do ano de 2017, foi realizada, no barracão “Retiro do Poço”, a entrega de mais de 700 Contratos de Concessão de Uso<sup>23</sup> (CCUs) da terra, documento obrigatório por parte do INCRA, e de fundamental importância aos assentados, pois este possibilita o acesso a créditos agrícolas e condições melhores de comercialização de sua produção. Este documento possui validade e precisa ser renovado a cada cinco anos pelo INCRA.

Neste dia atípico do assentamento e, principalmente dos assentados, pudemos observar, um pouco, como ocorrem as relações sociais e políticas dentro de um assentamento rural no município de Nova Andradina. Presenciamos não somente a entrega dos CCUs, que há tempos era esperada, mas uma interlocução política municipal, regional e estadual do Estado como mecanismo de recriação do real sentido da representação do assentamento e os direitos adquiridos ao longo de suas lutas agrárias no município. Um momento de suma importância ao assentado, possibilitando aquilo que o mesmo já possuía por direito, margeado na condição de “espera”, como nos tempos de acampados e submetidos a mais essa contingência de hierarquias políticas com o poder do uso da tribuna.

Marcaram presença governantes locais e estaduais, como ex-governador, deputada federal, deputado estadual, prefeito, vice-prefeito, vereadores, médico, grandes pecuaristas, entre outras lideranças do legislativo e do executivo, agentes capacitadores como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e empresa de transformação de mandioca, que acompanhavam a entrega dos CCUs pela equipe do INCRA do Estado de Mato Grosso do Sul, dirigida pelo seu superintendente Humberto César Mota Maciel<sup>24</sup>.

Dentre as lideranças políticas presentes, poucos foram atuantes no período de luta pela conquista de terra no Assentamento Teijin. O político mais lembrado por

---

<sup>23</sup>O CCU, emitido gratuitamente, é o instrumento que transfere, em caráter provisório, o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária, assegurando ao beneficiário acesso a terra, créditos (como habitação, fomento e infraestrutura) e a outros programas do Governo Federal. Ao assinar o documento, o assentado se compromete a residir no lote e explorá-lo economicamente, respeitando o meio ambiente. Disponível em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br). Acesso em 03 de março de 2018.

<sup>24</sup>Gilberto Garcia comemora a entrega de 735 CCUs a assentados de Nova Andradina. Disponível em: <http://jornaldanova.com.br/noticia/379734/gilberto-garcia-comemora-a-entrega-de-735-ccus-a-assentados-de-nova-andradina>. <http://www.pmna.ms.gov.br/noticias/gilberto-garcia-comemora-a-entrega-de-735-ccus-a-assentados-de-nova-andradina/75304>. Acesso em 09 de outubro de 2017.

nossos participantes sequer estava presente: o governador da época, Zeca do PT. Uma observação realizada pelo assentado TJ1 é referente à assistência ou frequência de atendimento pelo INCRA que, após a desapropriação, não havia visitado o assentamento. A Figura 7 ressalta a grande movimentação que a entrega dos CCUs proporcionou ao Assentamento Teijin.

**Figura 7** - Entrega dos Contratos de Concessão de Uso (CCUs) no Assentamento Teijin.



Fonte: Moreira (2017).

Desfeito o palco, iniciou-se a entrega dos CCUs aos assentados. Exigia-se a presença da esposa e do marido, caso contrário, o documento ficaria à disposição na sala de cidadania do município. Durante todo o período protocolar deste evento, conseguimos contatar os nossos participantes da pesquisa, que se prontificaram com o objetivo do trabalho, bem como a disponibilidade das entrevistas a serem realizadas. Pudemos observar que não houve representatividade da FETAGRI na fala das lideranças, mediante a ausência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Nova Andradina no evento, recordando que o assentamento foi dirigido e mobilizado pelas duas frentes. Segundo o assentado TJ1<sup>25</sup>, que nos apresentou a outros assentados, residiam na Fazenda Teijin, antes da desapropriação pelo INCRA, 27 famílias, que optaram em ficar e foram beneficiadas com lotes no assentamento.

<sup>25</sup>Entrevista realizada dia 10/10/2017 – Assentamento Teijin.



O assentado TJ2 nos revela seus passos percorridos até a chegada ao Assentamento Teijin e suas contínuas lutas pela conquista de seu pedaço de chão:

*Meu interesse na luta pela terra e pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra ocorreu por meio de um colega, que acampou no município de Itaquirai e com um ano e oito meses conseguiu pegar seis alqueires de terra. **Eu sabia que trabalhando na roça nunca iria sobrar dinheiro para comprar um alqueire de terra, então resolvi ir à luta.** No ano de 1999 surgiu um acampamento no município de Novo Horizonte do Sul, justamente no dia 17 de abril (marco histórico do massacre de Eldorado dos Carajás/PA), com mais de mil e trezentas famílias, em frente à Fazenda Angical, formado por grupos dos municípios de Eldorado, Deodápolis, Ivinhema, Nova Andradina, Taquarussu, Batayporã e de Novo Horizonte do Sul. No mesmo período que surgiu o acampamento **Teijin para reforma agrária**, no ano de 2001, recebemos também vagas para o assentamento Itamarati (não aceitei devido ser na modalidade coletivo – não funcionam pessoas de diferentes Estados) e Sidrolândia, mas, saímos de Novo Horizonte do Sul e acampamos aqui na rodovia. Ficamos **dois anos e oito meses acampados na beira da pista**, aguardando as decisões judiciais entre o fazendeiro e o movimento, **“o fazendeiro recorria e o movimento brigava também, ficava essa luta pela terra”**. Em outubro do ano de 2004, liberou para nós entrarmos na fazenda, onde, **aguardamos mais um ano e oito meses o corte da terra**, dentro dos barracos de lonas às margens de um córrego (assentado TJ2 em entrevista realizada dia 11/10/2017 – grifos nossos).*

Segundo o assentado, a fazenda Teijin havia sido assinada como propriedade para a reforma agrária pelo então presidente na época, Fernando Henrique Cardoso. Porém, se não fossem as lutas pela terra, por meio das mobilizações e persistência dos acampados, tampouco ocorreria a criação do assentamento. De todos os assentamentos do município de Nova Andradina, o Assentamento Teijin provocou uma das maiores conflitualidades jurídicas dos assentamentos.

O “vai e vem da justiça brasileira, concedendo e negando os pedidos de desapropriação”, provocou uma morosidade de quase cinco anos para autorizar a entrada na propriedade e posterior corte dos lotes, ocorrido no ano de 2006. Neste período de espera às margens da rodovia MS-134, viviam, em barracos de lonas, onde mais de mil famílias aguardavam este desfecho, colocando em risco os acampados e seus familiares, bem como privados de condição de vida digna, como água encanada, energia elétrica, alimentação adequada, condições higiênicas apropriadas, etc.

O mapa a seguir apresenta a organização territorial do Projeto de Assentamento Teijin, adaptado de acordo com suas estruturas mapeadas pelo setor de cartografia do INCRA. A pesquisa revela que, no momento da criação do Assentamento Teijin, os

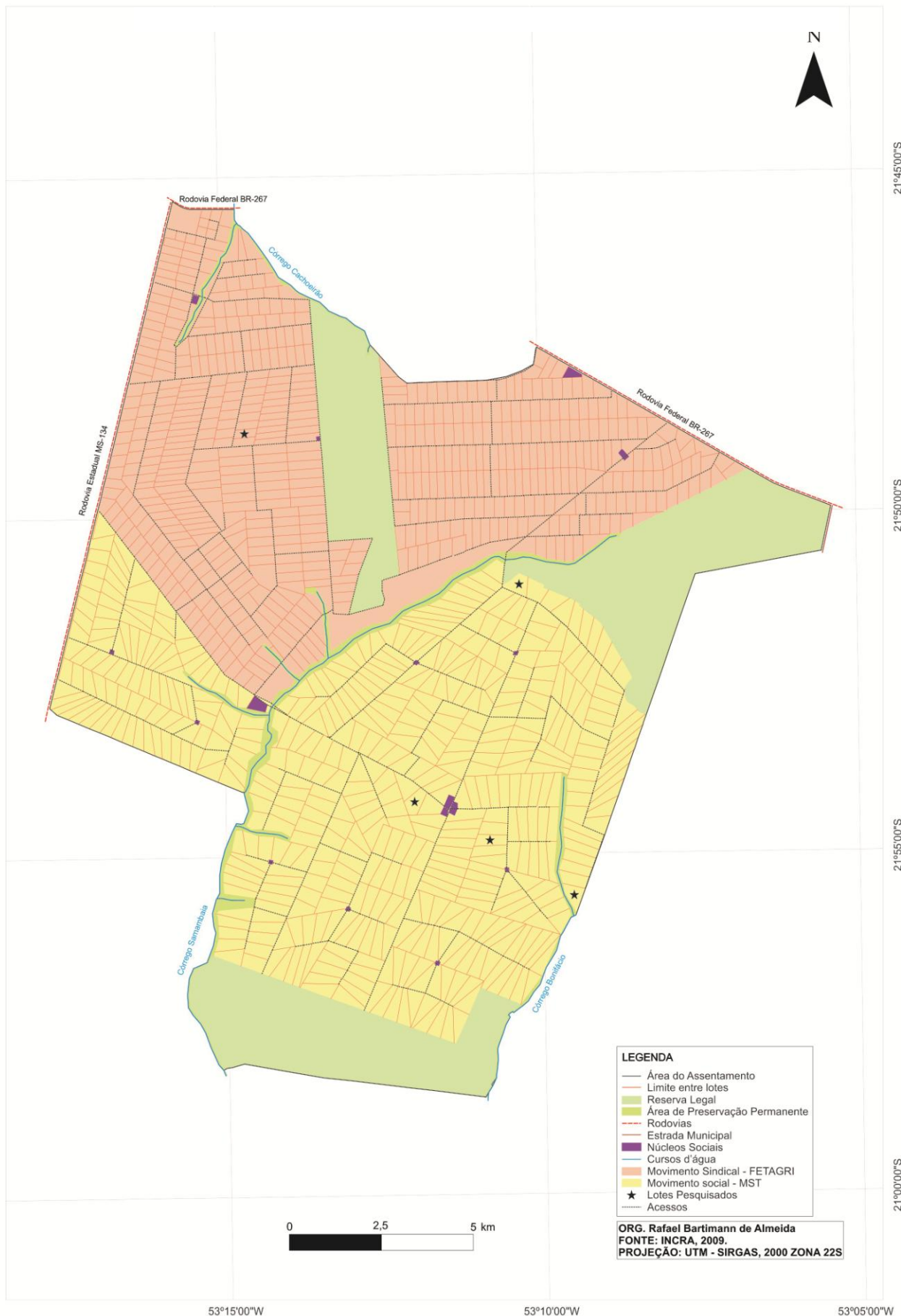
acampamentos eram organizados pelo MST e pela FETAGRI, fato que interferiu no arranjo territorial do Assentamento. O INCRA cortou e dividiu os lotes aos assentados de acordo com os grupos familiares e do mesmo movimento ou organização sindical. Ressaltamos que esta divisão do MST e da FETAGRI não representa a realidade atual do assentamento, pois é possível evidenciar, no assentamento, o que é confirmado no relato de nossos participantes: que vários assentados renunciaram ou venderam seus lotes e não residem mais no assentamento. Além da divisão estrutural dos movimentos, estão os lotes pesquisados.

O Assentamento Teijin foi organizado por acampados vinculados ao MST e à FETAGRI, que permaneceram anos lutando, em seus barracos de lona, pela desapropriação da Fazenda Teijin, localizada às margens da rodovia MS-134. Entre as maiores lutas realizadas, a batalha judicial foi a mais angustiante, obrigando os acampados a conviverem com o vai e vem da justiça, à espera da autorização da desapropriação. Além disso, as lutas realizadas nas mobilizações em rodovias federais e estaduais foram fundamentais para o cumprimento da reforma agrária.

O MST participou da divisão dos lotes no Assentamento Teijin, por meio de elaboração junto aos responsáveis do INCRA, do tamanho dos lotes e sua localização, ficando separados do corte de lotes dos assentados da FETAGRI. O movimento desenhou um mapa e apresentou para o INCRA e foi autorizado o corte de lotes com média de 24 ha (de acordo com o tempo que ficou acampado – segundo o assentado TJ2) - média maior se comparada aos assentados da FETAGRI, que são, aproximadamente, 14 ha. Segundo o assentado, a área dos lotes de assentados do MST foi dividida em comunidades, em torno de dez, divididas com 50 e 60 lotes por comunidade. Essas comunidades são formadas por três acampamentos: o “Acampamento 17 de Abril”, o “Acampamento Chico Mendes” e o “Acampamento 20 de Janeiro”, que formaram um só acampamento: o “17 de Abril”, instalado no Assentamento Teijin.

Toda esta organização de luta pela posse de terra, coordenada pelo MST, nos faz refletir sobre as palavras de Fernandes (1999), sobre o espaço de luta e resistência dos assentamentos rurais no país, sobretudo em Nova Andradina, ser um enfrentamento diário com a estrutura fundiária brasileira. Nem todas as frações do território desapropriado são semelhantes. Suas lutas podem ocorrer de formas distintas.

# Mapa – Organização territorial do projeto de assentamento Teijin.



Fonte: adaptado a partir de dados do INCRA (2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o processo que culminou na formação do Assentamento Teijin é compreender as lutas camponesas para entrar e permanecer na terra. Lutas antes, durante e depois da entrega dos lotes rurais no Assentamento Teijin do município de Nova Andradina. Sendo assim, as dificuldades não se limitaram apenas à espera da autorização de desapropriação. Foram muitas lutas, e outras batalhas ainda estão por vir. Algumas delas foram depois da conquista da terra, entrar em um lote: construir um lugar para morar, água encanada e energia elétrica; enfim, construir a morada, com o agravante do abandono pelo Estado.

As lutas pela permanência nos lotes do Assentamento Teijin do município de Nova Andradina reforçam e retratam que os assentados, mesmo limitados e não assistidos pelo Estado, buscam, não a simples produção, mas sua reprodução social, do modo de vida camponês, que impacta nas relações sociais, econômicas, culturais e políticas no município em que se encontram inseridos.

Esses sujeitos sociais promovem a alimentação mais saudável, defendendo a terra como fonte de trabalho e de vida. Acreditamos que os objetivos desta pesquisa foram alcançados, e que as contribuições para o meio acadêmico exercem importante papel no campo de estudo da organização camponesa nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina. As lutas travadas diariamente por nossos participantes revelam que é possível recriar suas condições de trabalho e vida, reafirmando a tese da importância da reforma agrária no país. Reafirmam, também, que outras formas de produção e organização no campo são possíveis e viáveis, com respeito ao seu modo de vida, onde produzem alimentos saudáveis que podem garantir não somente o sustento da família, mas na comunidade local, do município.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 1 ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 236p.

ALMEIDA, R. A. **Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (Re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, Presidente Prudente, 2003. 391 f.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979–1999)**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel dos Assentamentos**. Superintendência Regional Mato Grosso do Sul – SR 16. Todos os assentamentos, 2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 02 ago. 2018.

MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 36-37.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1990.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, nº 43, p. 185-206, 2001.

POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. *In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Vozes, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, v. 87, p. 11-73, 1990.

# QUESTÃO AGRÁRIA E SUAS INTERPRETAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: DECIFRANDO O CONCEITO DE CAMPESINATO

*Adenilso dos Santos Assunção*

*Rodrigo Simão Camacho*

## INTRODUÇÃO

A Geografia, enquanto ciência, compreende o estudo do espaço ocupado e transformado pela sociedade. No caso do espaço agrário, o território camponês é o espaço vivido, o lugar de morada, de trocas materiais e simbólicas, e de relações sociais de produção da existência. Por outro lado, o território do agronegócio<sup>26</sup> é o espaço utilizado para a acumulação capitalista, com sua produção destinada à geração de *commodities*, com os preços orientados pelas bolsas de valores do mundo. É o empoderamento político sobre os espaços que os transformam em territórios, que, passando por distintas formas de transformações e diferentes formas de uso, permite à Geografia apresentar concepções distintas para sua análise.

Nesse sentido, a Geografia Agrária apresenta, no seu interior, vertentes de pensamentos, por vezes, antagônicas para a compreensão da questão agrária. Diferenças de pensamento que perpassam pela interpretação do modo de desenvolvimento do capitalismo no campo, desde sua relação com o campesinato, bem como, nas transformações majoritariamente produzidas pelo sistema capitalista na produção do espaço agrário. Para tanto, estabelecem-se concepções paradigmáticas divergentes, reunidas em grupos de pesquisas com correntes de pensamento com entendimentos diferenciados, constituindo-se em territórios paradigmáticos que servem para pensar e socializar estudos e ações políticas, para dentro e para fora da comunidade científica.

---

<sup>26</sup> Desde o princípio esclarecemos que, quando nos referimos à palavra agronegócio, ela terá sentido amplo, difuso, econômico e político. Conforme compreendido por Leite e Medeiros (2012, p. 85), refere-se “cada vez menos às relações sociais que lhe dão carne, uma vez que opera com processos não necessariamente modernos nas diferentes áreas e regiões por onde avança a produção monocultora”. Refere-se ao processo e tentativa de mudança do latifúndio, atrasado e velho, em agronegócio moderno, tecnológico e incorporado ao mercado.

Este estudo é parte da Dissertação de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), na linha do Espaço e Reprodução Social: práticas e representações, em que abordamos o espaço agrário de Mato Grosso do Sul, por meio da compreensão dos processos que permeiam os debates paradigmáticos da Geografia Agrária no Brasil.

O debate produzido a partir do Paradigma da Questão Agrária (PQA) reúne pensadores como Kautsky (1986), Lênin (1982), Chayanov (1981), Shanin (1980, 2005, 2008); Fernandes (2013), Oliveira (1997), Martins (1981), Camacho (2014a) e Almeida (2003). Por outro lado, temos a interpretação teórica do espaço agrário assentada no Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), em que se destaca, como principal pensador desta corrente no Brasil, Ricardo Abramovay<sup>27</sup>.

O debate paradigmático entre PQA e PCA no interior da Geografia Agrária é importante, na medida em que trata da reflexão acerca do pesquisador, de sua produção acadêmica e da maneira como ele apresenta seu diagnóstico, suas intenções e ideologias para a defesa de diferentes políticas para o espaço agrário (para o campesinato ou para o latifundiário/agronegócio). Trata-se, portanto, de associação entre teoria e prática, relacionada à produção da vida no campo brasileiro, que se encontra dentro do modo capitalista de produção.

O suporte teórico para este estudo foi fundamentado no materialismo histórico e dialético, enquanto método, com a intencionalidade de compreender o campo por meio dos conflitos e disputas territoriais, da atuação dos movimentos socioterritoriais<sup>28</sup> e dos fenômenos que se processam, principalmente, da luta de classes entre capitalistas e camponeses; entre explorados e exploradores.

A metodologia do trabalho foi desenvolvida a partir da reflexão teórica, com o objetivo de desvendar a perspectiva teórico-político-ideológica dos autores que constituem os paradigmas antagônicos do PQA e PCA a fim de se compreender as suas diferenças de interpretação da questão agrária e camponesa no Brasil.

---

<sup>27</sup> A linha de pensamento de Abramovay origina-se do teórico francês Henri Mendras, fundador desta vertente. Para melhor aprofundamento em Mendras, destacamos: “La fin des paysans, innovations et changement dans l' agriculture française”. Disponível em: <http://hilairedenis.tk/download/XCNBA AAAMAAJ-la-fin-des-paysans-innovation-et-changement-dans-lagriculture-francaise>.

<sup>28</sup> Movimentos cuja luta sócio-política é pela conquista e/ou resistência territorial (FERNANDES, 2004a, 2006; CAMACHO, 2014a).

## **A GEOGRAFIA AGRÁRIA E SEUS PARADIGMAS EM DISPUTA: O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO COMO PROPOSTA DE MÉTODO**

A Geografia Agrária compreende o campo de estudos desde as ciências da natureza (relevo, clima, vegetação, solo e biomas), mas também, questões das ciências sociais, nos estudos relacionados à ação humana nos espaços, territórios, paisagens e lugares. O geógrafo, nessa perspectiva, tem o desafio de compreender e apresentar conjunturas, na interface entre as ciências e o pensamento filosófico, através das diferentes abordagens, análises e visões sobre o objeto de estudo, o campo (espaço rural). Destarte, a pesquisa inserida na Geografia Agrária, dependendo do ângulo de análise e da matriz teórica adotada pelo pesquisador, “estilos de pensamento” (FLECK, 2010, p. 110), produz resultados diferentes, com diferentes conclusões.

Hobsbawm (1998, p. 206), reafirma a existência de diferentes escalas de análise, no modo de ver e produzir reflexões teóricas, ao afirmar:

[...] não tem nada de novo escolher ver o mundo através de um microscópio e não com um telescópio. Na medida em que aceitamos que estamos estudando o mesmo cosmos, a escolha entre microcosmos e macrocosmos é questão de selecionar a técnica adequada.

Kuhn (1991, p. 13) defende, como resultado desse processo científico, a existência de paradigmas: “[...] realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência [...]”.

Fazendo uma releitura de Kuhn, conforme defende Camacho (2014a, p. 105), no caso das ciências humanas, temos como referência principal o movimento, o conflito e a contradição; por isso, o conceito de paradigma é interpretado a partir de um enfoque relacional, em que paradigmas predominantes convivem com paradigmas marginalizados, em constante disputa pela hegemonia.

Para nós, paradigmas diferentes, como instrumentos de análise do mesmo objeto, produzem diferentes resultados científicos. Portanto, paradigmas diferentes têm concepções teóricas e produções científicas divergentes do mesmo objeto pesquisado.

Fernandes (2013, p. 18 - 19) classificou as diferentes visões sobre o campesino dentro da Geografia Agrária, como um debate paradigmático:



[...] elaboração aproximada para mapear os diferentes pensamentos que interpretam a realidade. [...] Coletivo de pensamento e estilo de pensamento, [...] espaços da organização do conhecimento [...], com diferentes posições políticas, ideológicas, teóricas, metodológicas [...]

Na prática de pesquisa, a forma de abordar o objeto possibilita, ao geógrafo, estabelecer relação com os fatos que o geraram, e produzir um caminho, como defende Martins (1997, p. 19), que deixa

[...] de lado pressupostos (e preconceitos) positivistas relativos à neutralidade do relacionamento entre pesquisador e as populações que estuda. [...] essa pretensa neutralidade bloqueia o acesso aos dados mais importantes, ciosamente guardados por aqueles que constituem os protagonistas das ocorrências e acontecimentos.

Nesse sentido, no processo de pesquisa, os pressupostos filosófico-científicos determinam o modo de abordar a questão investigada, de levar em consideração a história e a dialética dos processos em movimento, em que estão presentes o conflito, a contradição, a exclusão, entre outros fatores, em que o modo de se enxergar e analisar o objeto pesquisado, no caso, a questão agrária, desde o processo de formação do Brasil.

A perspectiva paradigmática da pesquisa adotada pelo pesquisador, permite a existência de responsabilidade social, determina a necessidade de postura político-ideológica, contribuindo com a transformação da ordem vigente, ou sua manutenção. O prisma teórico-crítico que defendemos no texto é o da produção de conhecimento científico que possa coadjuvar com o entendimento das amarras produzidas pelo capital na sociedade contemporânea, dando contribuições para as transformações sociais necessárias em favor das classes exploradas/subalternizadas/oprimidas.

O sujeito de nossa análise, o camponês, resiste em territórios descontínuos, “ilhas” num “mar” de capital rentista, com predomínio do agronegócio, com a paisagem marcada pela desigualdade social produzida, sobretudo, pela ação do poder público que, com seus mecanismos, trabalha historicamente e, favoravelmente, para o grande produtor, contrariamente à forma como as famílias camponesas exploram suas parcelas de terra, de maneira contra-hegemônica, ao modo capitalista de produção. Essa condição implica em análises, por meio de pressupostos teórico-metodológicos-filosóficos, que levem em consideração a possibilidade de transformação social do campo.

Nesta circunstância, é imprescindível interpretar os sujeitos da pesquisa, compreender o movimento e a ação dos fatos que acontecem no tempo-espaço, perceber

as formas de organização por eles e para eles produzidas. Para analisar a história em movimento, necessitamos de um paradigma que possa oferecer alternativas de investigação por meio de um método de pesquisa que aproxime o pesquisador da realidade concreta dos sujeitos pesquisados.

O materialismo histórico dialético, enquanto método, possibilita melhor explicar os fenômenos que acontecem numa sociedade cujas lutas de classe ocorrem entre explorados e exploradores. Hegel (2003, p. 110), ao explicar o método dialético, afirma que “damos o nome de dialética ao maior movimento da razão, em que suas aparências absolutas passam de uma para outra”. O autor prevê, no percurso dialético, a presença de uma tese sobre determinado elemento, a antítese, em que revela sua contradição e, da relação entre ambas se produz a síntese, portanto, envolvendo três etapas.

Marx ao aprofundar o método, insere a contradição em um nível superior, tendo como ponto de partida a história da materialidade dos processos sociais. Em “*O Capital*”, explicita as diferenças da dialética proposta por ele, em relação à de Hegel:

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem [...]. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico. (MARX, 2013, p. 83).

Para Harvey (2006), a dialética em Marx promove a compreensão dos fenômenos de modo relacional, com a manutenção da integridade e a relação entre o todo e a parte, portanto, a totalidade social, onde os fatos acontecem na história. Corroborando, Politzer (1970, p. 21) defende a dialética como complemento para “[...] ver o mundo em seu desenvolvimento real, nisto consiste o materialismo dialético, sendo a dialética o estudo das leis que explicam o desenvolvimento da sociedade”.

Lefebvre (1949) esclarece que o método dialético oferece condições de construção da práxis, da unidade entre pensamento e realidade material, na forma e conteúdo. É pressuposto para a realização da vida humana, com uma “base material”, em Marx e Engels (1977, p. 11). Para Marx (2013, p. 301): “[...] o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual”. Portanto, as

bases materiais da sociedade formam uma estrutura que explica os fatos históricos. A análise das contradições da realidade material, para Marx e Engels (2007), produz a razão dos sujeitos e a análise produzida por essas contradições é o método dialético em Marx.

O termo histórico, para Konstantinov (1961), é uma extensão do materialismo dialético na interpretação da sociedade, uma consciência social unida a uma perspectiva contextual dos processos históricos das sociedades. Com a consideração do histórico nos processos sociais, é possível perceber a evolução da humanidade em sua totalidade, suas contradições e como elas são modificadas ou consolidadas na história.

Rosental e Straks (1958 *apud* SODRE, 1968, p. 70), afirmam que: “Por histórico entende-se a realidade objetiva, que existe independente da consciência do sujeito cognoscente; a realidade que se desenvolve historicamente e acha-se em estado constante de mudança”.

Sodré (1968, p. 15) concebe o método do materialismo histórico-dialético como:

[...] base metodológica de todas as demais ciências da sociedade, pois permite aos homens de ciência – historiadores, economistas, etc. – orientarem-se no complexo acúmulo de fenômenos sociais e determinarem o lugar e importância de cada um deles na vida social. [...] A tese do materialismo histórico de que a vida espiritual da sociedade depende das relações econômicas, materiais, lhe permite averiguar quais as fontes das teorias e conceitos de espécie diferente e averiguar acertadamente o papel que desempenha na História.

Relacionando a Geografia com o materialismo histórico dialético, encontramos possibilidades de desnudar a realidade, considerar conflitos e contradições, produzir uma Geografia democrática, não neutra, que ocupe um lugar transformador na sociedade.

A contextualização dos paradigmas da Geografia, no tempo e no espaço, de forma dialética, é efetiva pela aproximação construída pela Geografia Crítica, preocupada em produzir a compreensão da realidade a partir da análise dialética, das realidades histórica e geográfica, como possibilidade de desnudá-la.

Harvey (2011, p. 4) afirma, que nos paradigmas da Geografia, sob os pressupostos do materialismo histórico-geográfico, espaço e tempo atuam de forma determinante na produção do ser social que, por sua vez, reage a esses elementos. Espaço, tempo e “ser” constroem a realidade.

Quaini (1979) estabelece uma melhor aproximação de Marx com a Geografia Crítica na clara relação entre a Geografia e a ocupação dos espaços, dentro dos quais os territórios são construídos, correlacionando as condições naturais de produção, de matéria-prima, de natureza, de fontes de energia, de relação entre capital e divisão territorial do trabalho. Produz, portanto, as bases necessárias para se compreender a sociedade e a lógica nos territórios, tendo os paradigmas da Geografia para além das leis da natureza, vinculados às dependências da história e das formas de vida que aí se produzem. Quaini (1979, p. 13), então, afirma:

[...] experiências históricas com a progressiva expropriação do produtor em relação às suas condições e ao seu ambiente de trabalho (em sentido geral, com relação ao território) e da conseqüente luta por uma gestão social do território, dos recursos, tanto a nível [sic] local e regional, quanto a nível nacional e mundial (pense-se nas áreas marginalizadas: desde o Terceiro Mundo até as “nações proibidas”, ao centro rural da nossa hinterlândia urbana ou ainda às lutas por uma vida urbana diversa).

Nesse fragmento, Quaini (1979) reconhece o papel do capital na transformação das sociedades e, sobretudo, no seu relacionamento direto com a vida no interior dos territórios. Converte para uma Geografia que passa de análise abstrata para a reflexão do território em Marx (2013), em que a natureza e história, território e sociedade, para o entendimento dos problemas e das condições de um dado território ou de uma sociedade em determinada época.

Explicitamos que Marx não escreveu a partir do pensamento geográfico, mas, no marxismo, como teoria, existe uma geografia percebida na

[...] história da conquista cognoscitiva e da elaboração regional da terra, em função de como veio a se organizar a sociedade [...]. No marxismo existem, além de inúmeros temas de pesquisa, também uma teoria da geografia e dos limites das condições e fatores geográficos. (QUAINI, 1979, p. 51).

Para pensar a Geografia a partir de Marx, devemos relacioná-la com a história da humanidade; com o povoamento rural e sua relação com a fertilidade dos solos; com a renda fundiária e com as condições de produção no modo capitalista. Estes pontos levantados, e a dinâmica histórico-social do desenvolvimento capitalista no campo, despertaram grande interesse em Marx ao escrever sobre a transformação do lucro excedente em renda fundiária e o desenvolvimento do capital no campo. Especialmente sobre as diferenças entre o detentor dos meios de produção em relação ao trabalhador;

das condições de trabalho; da história da exploração do homem sobre a natureza; e da transformação do território de valor de uso para valor de troca ou mercadoria.

As transformações pré e pós-capitalismo provocaram profundas mudanças no comportamento social, na economia, nas técnicas e na cultura. Suscitaram evolução no complexo corpo teórico das ciências sociais e, como não, no pensamento da Geografia Agrária, proporcionando linhas divergentes de interpretações. São os desdobramentos do pensamento-marxista que produzem as principais correntes de pensamento da Geografia Agrária, que estabelecem relação direta com os paradigmas, e que Fernandes (2014, p. 435-476) defende como instrumento de: “[...] comparar temas, conceitos, referenciais teóricos e, sobretudo, as posturas políticas dos coletivos e seus estilos de pensamento. [...] trazer novos conhecimentos sobre as tendências da geografia agrária.”

As diferentes formas de perceber o pensamento de Marx, produzem divergentes pensamentos, permite a existência de diferentes concepções paradigmáticas, e não concebendo o paradigma no singular, como previsto em Kuhn (1991), mas, a partir da dialética da superação, como Lefebvre (1983, p. 231) propõe que,

[...] o superado não deixa de existir, não recai no puro e simples nada; ao contrário, o superado é elevado a nível superior. E isso porque ele serviu de etapa, de mediação para a obtenção do “resultado” superior; certamente, a etapa atravessada não mais existe em si mesma, isoladamente como ocorria num estágio anterior; mas persiste no resultado, através de sua negação.

A não exatidão admite diversidade simultânea, convivência e disputas pelas diferencialidades. São essas contradições que produzem disputas paradigmáticas entre as correntes de pensamento da Geografia Agrária e embates por conteúdos e projetos.

## **A QUESTÃO CAMPONESA NO CAPITALISMO: DOS CLÁSSICOS AOS DIAS ATUAIS**

A base para os paradigmas agrários, como também a essência das suas diferenças, estão estabelecidas nas formas de entendimento para o pequeno agricultor e sua relação e modo de vida frente ao mundo capitalista contemporâneo. Nesse sentido, Oliveira argumenta que é necessário que se entenda qual o papel e o lugar dos camponeses na sociedade atual:

[...] a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil. (OLIVEIRA, 2004, p. 35).

Referências e fundamentações teóricas para a compreensão do papel do camponês na sociedade capitalista encontraremos nos textos clássicos, no interior dos paradigmas que debatem a questão agrária, relacionando-os às formas como o concebem – camponês ou agricultor familiar – confrontando leituras de mundo, de sociedade e lugar para o pequeno agricultor. Estão nas interpretações de cientistas e pensadores representados nas diferentes visões que expressam sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, colocando o camponês no centro da questão, constituindo diferentes possibilidades para defini-lo diante do momento contemporâneo de mercantilização globalizada.

Sob a perspectiva de Shanin (1980, 2005, 2008), no século XIX aconteceu um debate intenso com respeito a definição do campesinato, a partir da direção geral em que eles estavam se movendo em decorrência das principais mudanças desencadeadas pelo desenvolvimento do capitalismo, bem como, sobre quais as ações políticas que deveriam ser adotadas diante de tais transformações.

É a partir dessa avaliação que foram construídas novas interpretações e teses para a questão agrária, e novos paradigmas, com superação de teorias, ou persistência das já existentes. Então, será a partir das formas divergentes de entendimento, que apresentaremos os principais pensamentos norteadores dos paradigmas da questão agrária contemporânea.

Lênin (1982) já previa o desenvolvimento do capital no espaço agrário e a presença cada vez maior de tecnologia no campo. Por conta disso, defendia que aconteceria o empobrecimento do campesino, sua desintegração e desaparecimento da pequena produção familiar. Entendia que ocorreria um “processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas [que] constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista” (LÊNIN, 1982, p. 35).

Outro pensador clássico para a questão agrária, que defendia o fim do campesinato no capitalismo, era Kautsky (1986), em que a descamponização e dissolução do campesinato ocorreria devido à “superioridade da grande empresa

agrícola” (CAMACHO, 2014a, p. 131), estabelecidas nas condições econômicas e no progresso de técnicas na produção (insumos, mecanização e assessoria técnica agrícola), em contraposição ao camponês, desprovido dessas condições. Por isso, como algo inevitável, seria transformado em trabalhador assalariado.

Kautsky (1986, p. 152), afirmava que o “moderno desenvolvimento da agricultura favoreceu precisamente o grande estabelecimento, fornecendo a ele um número maior de meios científicos e técnicos”. Fernandes (2004b) explica que essa análise de Kautsky tem como referência O Capital, de Karl Marx, que pontua a questão agrária a partir de alguns fundamentos da sociedade capitalista, como, por exemplo: mais-valia, lucro, renda da terra, classes sociais etc., desconsiderando, na análise, a organização social camponesa e a lógica de sua estrutura interna. Esse ponto de vista privilegia a superioridade técnica do grande estabelecimento em relação ao pequeno e o associa às desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, terminando por condenar o campesinato à proletarização, pobreza e exclusão.

A questão da superioridade do grande produtor em relação ao pequeno, proposta por Kautsky se relaciona às questões técnicas de produção: máquinas, ferramentas, implementos agrícolas, acesso a crédito, recursos financeiros, comercialização, formação técnica dos herdeiros, contratação de técnicos para qualificar a produção e planejamento, e funcionários para o trabalho na produção.

Outro fator que provoca essa superioridade está na relação íntima entre o grande produtor rural e a indústria (integração entre as duas partes), quando a indústria utiliza-se dos produtos primários do grande produtor em detrimento do pequeno, como forma, inclusive, de fazer acontecer a reprodução ampliada do capital, prevista em Lênin (1982, p. 38).

Comparando as teses de Lênin e Kautsky, pode-se afirmar que, seja pela via da diferenciação social do campesinato, provocada pelo desenvolvimento do capitalismo industrial no campo, ou pela diferenciação técnica da grande propriedade com relação à pequena, para ambos, não havia perspectiva histórica para o campesinato dentro do modo capitalista de produção, ou seja, ocorreria o fim da agricultura camponesa. Defendiam que, com os modos de produção agrícola organizadas a partir da grande produção, a forma camponesa de produção seria simplesmente extinta, ocupando-se, no lugar uma agricultura estritamente comandada pelo mercado.

Uma das grandes contribuições desses autores é a compreensão do modo de funcionamento do espaço rural no capitalismo em um determinado tempo-espaço, afirmando que a agricultura não pode ser entendida separadamente do conjunto da produção social. O equívoco maior foi o de não interpretar a relação da agricultura camponesa com o capitalismo sob uma lógica contraditória e combinada.

Outro pensador, que dissertou sobre a caracterização do camponês, foi Chayanov (1981) que, em “A organização da unidade econômica campesina”, apresentou minucioso estudo sobre a forma de organização econômica e social das unidades camponesas, demonstrando as diversas formas de organização para que o camponês possa atingir o equilíbrio interno entre a força de trabalho e o consumo familiar. Considerava o camponês como modo de vida, ao estruturar suas estratégias de produção e reprodução, buscando integrar as esferas da vida econômica, social, ambiental e cultural em um todo coerente e indivisível (CHAYANOV, 1981).

Chayanov considerava importante, para a definição do sujeito campesino, dados como a composição familiar e a viabilidade econômica da unidade de produção e consumo, para manter um equilíbrio interno entre a força de trabalho disponível e as atividades desenvolvidas, em consonância com o número de consumidores, defendendo que “O volume da atividade da família depende totalmente do número de consumidores e de nenhuma maneira do número de trabalhadores.” (CHAYANOV, 1985, p. 81, tradução nossa). Para o autor, a força de trabalho familiar é fixa e não oscilante, e seu aproveitamento evitaria, ao máximo, a ociosidade nos períodos da produção.

Portanto, para Chayanov, a força de trabalho familiar camponesa é o tema central de análise: na relação trabalho-consumo e na busca de equilíbrio na unidade de produção camponesa. Como exemplo, para a inserção ou não da mecanização nas terras, os camponeses analisam os custos de aquisição e manutenção, sendo que, na decisão pela compra ou não do equipamento, levarão em consideração a disponibilidade de terras, o aumento dos ganhos brutos aliados a melhores índices de produtividade. Nessa contabilidade, se a compra representar ociosidade interna do núcleo familiar, a mecanização será rejeitada, sendo utilizada se possibilitar o aumento da produção, a diminuição do esforço no trabalho e a melhoria do bem-estar familiar (CHAYANOV, 1985, p. 238).



Chayanov considerava a existência de articulação entre o campesino e o modo de produção capitalista por meio das relações mercantis, porém de modo contraditório. Não concordava com a inexorabilidade de seu desaparecimento ou desarticulação, mesmo com o desenvolvimento do capitalismo no campo. A venda de seus produtos no mercado significa, apenas, estratégia de reprodução da vida, mesmo com o preço de sua produção estabelecido pelo mercado, pois o campesino não perde sua autonomia na produção das culturas de subsistência, nem sua organização interna e, tão pouco, seus valores culturais (CHAYANOV, 1985, p. 42).

Nas mesmas condições, ao analisar a inserção do camponês no mercado de trabalho capitalista, o autor afirmou que essa não se encaixa na lógica da acumulação burguesa de lucro, mas, como possibilidade de trabalho acessório para a manutenção da sua condição de camponês, dada sua forma de reprodução da vida.

Por fim, Chayanov defendia que, para o alcance da perspectiva de uma sociedade igualitária, os camponeses deveriam se organizar em cooperativas, como instrumento para coletivizar os meios de produção e melhor competir com as estruturas do mercado capitalista, produzindo uma coerência interna de vida e produção.

A ausência de um pensamento inspirado em Marx, Kautsky, Lênin e Chayanov, com relação à questão agrária e à revolução socialista, bem como, o fato de não conceber o camponês como classe social, levou outros autores a produzirem pensamentos divergentes sobre a questão camponesa no capitalismo, criando, assim, duas correntes distintas de pesquisadores, sendo esses divididos em autores marxistas/socialistas ou liberais/neoliberais.

Para uma leitura neoliberal da Questão Agrária, temos, na atualidade, no Brasil, as interpretações de Ricardo Abramovay (1992). Para o autor, a questão camponesa não pode ser interpretada à luz do pensamento marxista.

Se, do ponto de vista marxista, é possível falar conceitualmente em classe operária e burguesia, campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo. Os proprietários fundiários só emergem como “terceira” classe na medida que a eles corresponde um rendimento cuja origem é a mais-valia social. (ABRAMOVAY, 1992, p. 35).

A liberdade de pensamento sobre o campesinato capitaneado por Abramovay, possibilitou a produção da tese de que o camponês se metamorfosearia em agricultor familiar, desfigurando-o da condição de classe social e modo de vida, ao enquadrá-lo nas formas capitalistas de produção, por considerar que o camponês possui cultura e economia incompletas. A tese de Abramovay é um marco para o contexto brasileiro, porque é concebida sob a lógica do fim do camponês como modo de vida, classe social e forma de produção não capitalista, diferentemente dos clássicos da questão agrária.

O pensamento de Abramovay abre dissidência no entendimento do campesinato, classificando-o de pequena agricultura, ao parir a agricultura familiar, e em média agricultura, produzindo, também, a classificação do agricultor familiar em “ricos, médios e pobres, utilizando-se o critério da compra ou venda da força de trabalho.” (ABRAMOVAY, 1992, p. 119).

Dialogou com projetos e políticas agrárias para pequenos agricultores em governos pós-ditadura militar, inclusive os democráticos e populares, com o objetivo de subsidiar a produção, a concessão e exploração das parcelas rurais, a compra de terra via sistema financeiro, dentre outros. Existem algumas políticas públicas que perduram até os dias atuais<sup>29</sup>.

Por último, como forma de síntese da concepção que defendemos, gostaríamos de destacar as ideias de Teodor Shanin (2008), que defende os camponeses como modo de vida, mesmo estando integrados às mudanças produzidas pelas forças sociais e econômicas do capital globalizado, que ocorre de maneira desigual e combinada no campo.

Corroborando com o entendimento, Camacho (2014b), defende o campesinato formado por uma combinação de vários elementos que também lhe dá condição social de modo de vida, marcado pela flexibilidade de adaptação, com a finalidade de reproduzir material e culturalmente essa forma específica de re-existir (existência com resistência) na sociedade capitalista, que,

[...] não é tipicamente capitalista, pois não tem como fundamento principal a acumulação, mas sim a ajuda mútua, característica que marca as comunidades camponesas. O princípio fundamental do campesinato é a reprodução material e cultural familiar, por meio da produção para subsistência e a venda do excedente dessa produção. (CAMACHO, 2014b, p. 2).

---

<sup>29</sup> Citaremos algumas destas políticas ao longo do texto.

Sua existência ocorre nas contradições do processo de reprodução ampliada do capital, em que resiste como modo de vida e, assim, continuará a existir por muito tempo, como categoria histórica e política identificada nos novos acampamentos e assentamentos, concebido pela resistência e luta, permitindo-lhe a sua reprodução enquanto camponês.

Em Shanin (2005), pode-se entender que o movimento dos assentados por melhores condições de vida, confere sentido político ao campesinato. Nos acampamentos de beira de estradas semeiam lutas por novas desapropriações de terra e formação de novos assentamentos, movimento que faz parte da luta de classe. São contradições objetivas do desenvolvimento do capital no campo, confrontação real de organizações específicas entre classes antagônicas (camponês e agronegócio), em que, de um lado está o campesinato, e, do outro, o detentor da terra, o latifundiário capitalista. Por isso, o camponês é classe específica, como descrito em Shanin (2005, p. 12-13):

Quando a análise política imediatamente relevante reconheceu o lugar dos camponeses, estes se transformaram, de derivações e deduções, em exércitos e atores; e, simultaneamente, admitiu-se, cada vez mais, a autonomia analítica relativa da classe com relação ao(s) modo(s) e/ou sociedade a que se vincula. Os camponeses tornaram-se, de fato, uma classe, mesmo “dentro de um país capitalista” – em Lênin pós 1906<sup>30</sup>.

Entretanto, isto não é um *happyend*, apesar de resolvidas todas as dúvidas e reconhecidos os camponeses como o que realmente são, isto é, “uma classe”. Os camponeses ‘são’ uma classe, uma economia, uma *part-society*<sup>31</sup> e, além disso, outras ‘coisas’ que ainda não conceituamos. (Tradução nossa, itálico do autor).

É uma classe que se organiza a partir do trabalho familiar, de forma dinâmica, particular e singular de produção, que se articula com o mercado, a partir do local, de modo específico com sua produção, mas, que prioriza o autoconsumo, base do sustento da família, vendendo o excedente como garantia de melhores condições de vida para o grupo familiar. A análise das formas de produção camponesa e a sua relação com o mercado não pode ser o único instrumento para medir sua condição de ser camponês, pois, nessa rasa forma de análise, não se leva em consideração as relações

---

<sup>30</sup> Shanin se referia à experiência revolucionária de 1905/6, encontrada na expressão na nova consciência, proposta por Lênin em: LÊNIN, V. I., “Agrarian Programme of Social Democracy...” (1908).

<sup>31</sup> Shanin relaciona seu pensamento ao de Kroeber, em que os camponeses seriam “definitivamente rurais – entretanto vivem em relação a cidades mercantis; formam um segmento de classe de uma população maior, que geralmente contém também centros urbanos... Falta-lhes o isolamento, a autonomia política e a autossuficiência das populações tribais; mas suas unidades locais retêm muito de sua velha identidade, integração e apego ao solo e aos cultos”. (KROEBER, 1948, p. 284).

socioterritoriais e seu modo de vida. Souza (2008, p. 125), reafirma essa condição ao defender que,

[...] embora os camponeses estejam totalmente inseridos no mercado – sabemos que o mercado sempre fez parte da vida camponesa, mas, esta relação capital - camponês estabelece-se na luta pela terra do camponês para garantir a sobrevivência familiar, inclusive, sua permanência na parcela rural.

O camponês deve ser analisado no contexto histórico em que se insere e a partir da estrutura social em que se reproduz na contemporaneidade. O sujeito não é estranho nem desconhecido do capital, que, na sua reprodução, necessariamente não vira trabalhador assalariado do capital, mesmo com a modernização do campo. Por isso, para Shanin (2008), o campesino não desaparecerá.

Na definição de camponês, Shanin (1980, 2005), pontua que deve: a) fazer da propriedade rural/familiar uma forma de organização social e econômica; b) ter o trabalho familiar como base na sobrevivência do núcleo familiar, e; c) praticar uma agricultura que se destaca como a principal fonte da renda da terra. Ainda, nas considerações do autor, para ser camponês, devem ficar evidenciadas suas relações de produção com a terra, como elemento essencial de reprodução da vida e autonomia do grupo familiar. Shanin (1980, p. 76) explicita:

Um camponês não é uma palavra vazia a refletir os preconceitos do *populus*, as frivolidades linguísticas dos intelectuais ou, ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora às vezes isso possa ser verdadeiro. Se revogado, este conceito (ainda?) não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante. Ele tem, assim como os conceitos de “capitalismo”, “proletariado” e, é claro, “modo de produção”, potenciais de reificação, isto é, pode ser enganoso, assim como pode ser usado para enganar, especialmente quando utilizado de maneira ingênua. Tem-se dito corretamente que “o preço da utilização de modelos é a eterna vigilância”. É verdade também que sem tais construções teóricas não seria absolutamente possível qualquer progresso nas ciências sociais.

Conceituados camponês e agricultor familiar, discutiremos, a seguir, como estes sujeitos são percebidos no debate paradigmático pelas vertentes da Geografia Agrária, ou seja, sua recriação a partir da luta, ou, sua incorporação ao modo capitalista de produção a partir da categoria agricultor familiar.

## O DEBATE PARADIGMÁTICO DO PQA VERSUS PCA: FIM, METAMORFOSE E RECRIAÇÃO CAMPONESA

Consideramos que na contemporaneidade do pensamento agrário brasileiro temos, enquanto base teórica, duas correntes importantes, distintas, que pensam a Geografia Agrária. Paradigmas divergentes no que se refere ao pequeno agricultor, concebido como camponês ou agricultor familiar, dependendo do paradigma, alicerçado no modelo de interpretação/percepção para a natureza e sua forma de inserção na agricultura do mundo globalizado.

As duas correntes se diferenciam em consequência do método de análise, valores, intencionalidades, ideologias e posição política que defendem diante do desenvolvimento do capitalismo no mundo e sua relação com a agricultura. Divergências externadas na existência de correntes de pensamento: a do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), capitaneada por Abramovay (1992), Veiga (2001) e Shneider (2010); e a do Paradigma da Questão Agrária (PQA), defendida por autores como Shanin (1980, 2005, 2008); Fernandes (2013), Oliveira (1997), Martins (1981), Camacho (2014a), Almeida (2003), entre outros<sup>32</sup>.

As divergências paradigmáticas reafirmam o campo brasileiro como espaço geográfico com territórios em disputas contínuas, inclusive no campo das ideias, representadas na divergente forma de nominar o sujeito pequeno agricultor: agricultor familiar ou camponês. Como também, essas diferentes concepções ressoam na forma e funcionamento de instituições, na elaboração de políticas públicas, nos movimentos socioterritoriais, nos partidos, nos grupos de pesquisa, na elaboração de diferentes visões de mundo. Portanto, para Fernandes (2006, p. 3) são “[...] territórios teóricos e políticos que contribuem para transformar a realidade [...]”, retratam visões de mundo de acordo com o pressuposto teórico que engendra esse paradigma.

Aproximando o debate paradigmático da Geografia Agrária, as ideias culminam em posições políticas antagônicas entre o PCA, que preconiza um agrário brasileiro em que o agronegócio e o agricultor familiar convivem em harmonia e sob o estigma do capital monopolista e, do outro lado, o PQA, que acredita haver enfrentamento de classes entre o camponês e o latifundiário capitalista, em disputa constante por terra,

---

<sup>32</sup> Ambos os paradigmas se dividem em duas tendências principais: o PCA em agronegócio e agricultura familiar e o PQA em proletária ou camponês. Para nossa análise, neste momento, é importante apenas destacar as discussões das divergências entre as correntes que tem como centro de análise o *pequeno agricultor*, qual seja: *agricultura familiar*, no PCA, e *camponês*, no PQA.

renda, cultura e modo de vida em sociedade. A escolha por um dos paradigmas projeta visões de mundo distintas, determina referências, autores, conceitos, valores, intencionalidades, ideologias e teorias.

Nessa linha de pensamento, o PCA defende que não existiria uma questão agrária, pois, ao metamorfosear o camponês em agricultor familiar, transformá-lo-ia em capitalista, numa convivência sem conflitos com o modelo de desenvolvimento do agronegócio, em que a desigualdade seria superada pela competitividade e por políticas públicas. Ao analisar a questão, Fernandes (2004a, p. 12) afirma que o PCA propõe uma ruptura com os paradigmas marxista ou leninista-kautskyano. Para nós, analisando a questão a partir dos pressupostos do paradigma de Kuhn, o PCA é uma tentativa de eliminar o debate paradigmático revolucionário-socialista, ao propor o aniquilamento teórico das proposições defendidas por Kautsky (1986) e Lênin (1982), pois, para esses autores, só existe uma solução para a Questão Agrária: a construção do sistema socialista de produção.

As posições defendidas pelo PCA tentam produzir uma crise junto ao paradigma marxista de interpretação da questão agrária, ao afirmar que esses não possuem mais condições de explicar a realidade contemporânea, uma vez que Kautsky (1986) e Lênin (1982) defendem que o trabalho assalariado seria predominante com o desenvolvimento do modelo capitalista no campo, produzindo a extinção do campesinato, com sua transformação em trabalhador assalariado ou agricultor capitalista.

Por outro lado, Abramovay (1992), apesar de também defender o “fim do camponês”, seu pensamento se diferencia em vários aspectos de Lênin (1982) e Kautsky (1986). Dentre essas diferenças podemos elencar, pelo menos, duas principais. Primeiro, a afirmativa da existência de uma agricultura de base familiar não camponesa que sobrevive, concomitantemente, e de maneira integrada com o desenvolvimento capitalista no campo. Este processo só seria possível tendo em vista a ocorrência de uma metamorfose do sujeito camponês em agricultor familiar em que se perderiam, nesse processo, suas condições determinantes de modo de vida e classe social. A segunda diferença radical se dá do ponto de vista da perspectiva político-ideológica, tendo em vista que a preocupação central de Lênin (1982) e Kautsky (1986) era a superação da questão agrária, enquanto elemento estrutural do capitalismo, discutindo, portanto, o papel da classe camponesa nesse processo revolucionário de construção do socialismo; por outro lado, ao contrário, o conceito de agricultor familiar, relaciona-se com o

modelo neoliberal de desenvolvimento, defendendo a participação do pequeno agricultor de maneira cada vez mais integrada ao mercado.

Se, por um lado, Abramovay (1992) discorda do fim do campesinato defendido por Lênin (1982) e Kautsky (1986), de que a agricultura de base familiar estaria condenada à miserabilidade, ao excesso de trabalho para poder continuar existindo e permanecer no mercado, e que o progresso técnico lhes condenaria ao desaparecimento, ou seja, que “o progresso técnico acabaria fatalmente por apertar a corda que sua própria pobreza colocava-lhe em volta do pescoço” (ABRAMOVAY, 1992, p. 211); por outro lado, o PCA não insere o conflito das lutas por novos territórios entre o capital e o camponês, e a luta de resistência pela sobrevivência do modo de vida camponês em sua perspectiva teórico-política-ideológica. Por consequência, ao defender o fim do camponês, determina o fim de seu modo de vida e classe social, substituída por uma profissão.

Ainda para Camacho (2014a), na perspectiva de Abramovay, não seria possível a sobrevivência de forma atrasada de agricultura camponesa e não integrada ao capital, pois o capital exige da agricultura familiar um relacionamento com a indústria, incorporação tecnológica e integrada ao mercado; portanto, esta metamorfose seria necessária como forma de continuar existindo, tornando-se uma profissão em sua plenitude. Este seria o elemento importante para o desenvolvimento econômico do Brasil, com uma reforma agrária mercantilizada e a integração do camponês à sociedade capitalista na sua totalidade.

As ideias e pressupostos defendidos pelo PCA produziram influência em diversos segmentos da sociedade: universidades, governos e em políticas públicas. Fundaram-se grupos em universidades, como, por exemplo, o GEDRA<sup>33</sup> da Universidade Estadual Paulista – UNESP, *campus* de Presidente Prudente. Nos movimentos socioterritoriais produziram práxis, como exemplo, na Confederação dos Trabalhadores na Agricultura e Agricultoras Familiares (CONTAG)<sup>34</sup> e na

---

<sup>33</sup> O Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária, criado em 1999, é vinculado ao Departamento de Geografia e ao Curso de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, *Campus* de Presidente Prudente. Esse Grupo de Estudos se estabelece como espaço de discussão e reflexão sobre temas relacionados à questão agrária e sobre a importância da agricultura no desenvolvimento regional, sobretudo aquela realizada por pequenos produtores rurais situados em municípios do interior do país. Para mais informação acesse: <http://www2.fct.unesp.br/nivaldo/Publica%e7%f5esnivaldo/2019/Artigo%20GEDRA%20CPG%202019.pdf>.

<sup>34</sup> A CONTAG compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, fundada em 20 de dezembro de 1963 durante o regime militar, possui, em sua base filiados, 27 Federações de

Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (CONTRAF)<sup>35</sup>. A tese do PCA consegue alcance teórico, abrangência, influência e espacialização em diversas frentes, servindo de referência para movimentos e instituições. Nesse sentido, pode ser considerada um novo paradigma (CAMACHO, 2014a; FERNANDES, 2014).

A prática dos movimentos socioterritoriais ligados ao PCA se estabelece na luta por recursos, projetos e integração com o mercado, sem produzir ruptura. Portanto, seu limite é o capitalismo, por possuir para eles, natureza indestrutível, não havendo alternativa ao agricultor familiar, senão, juntar-se aos princípios capitalistas, abraçando políticas públicas respingadas como resíduos, sobras destinadas às famílias agricultoras. Para Camacho (2014a), são adeptos ao diálogo, a uma evolução harmônica, negando o antagonismo entre agronegócio e agricultura camponesa.

A relação dos movimentos socioterritoriais que defendem o PCA com o grande capital agrário, por consequência, não é de disputa/conflito por território, por políticas públicas, pela condição e valorização da produção no campo entre agronegócio e agricultor familiar. Camacho (2014a, p. 265-266) descreve que: “[...] para os movimentos ligados ao Paradigma do Capitalismo Agrário, o agronegócio produz *commodities*<sup>36</sup>, já a agricultura familiar produz alimentos para a mesa do brasileiro, portanto se completam, possuem funções distintas, mas não são inimigos [...]”.

A postura dos movimentos que abraçam a proposta do PCA é chamada por Gohn (1997) de movimentos reformistas, ou seja, aqueles que aceitam as estruturas gerais do modelo social vigente, buscando seu aperfeiçoamento por meio de reformas a partir da troca, da negociação e da barganha.

---

Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). Cumpre o papel de lutar pelos direitos de mais de 15,7 milhões de homens e mulheres do campo e da floresta, agricultores familiares, acampados e assentados da reforma agrária, assalariados rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1>.

<sup>35</sup> Nasceu como Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) com base no novo sindicalismo “CUTista” (Central Única dos Trabalhadores), no início dos anos 80, pós Ditadura Militar (1964-1984). Está organizada em 20 Estados, com mais de 900 Sindicatos e Associações sindicais, em mais de 1000 municípios em todo o Brasil, com aproximadamente 500 mil agricultoras e agricultores associados. Disponível em: <https://contrafbrasil.org.br/conteudo/quem-somos/>.

<sup>36</sup> O termo *commodity*, que em português significa mercadoria, tem longa tradição de uso tanto na economia política quanto em sua crítica. Diz-se que um recurso, um bem ou um serviço torna-se uma mercadoria quando é comprado e/ou vendido no mercado, adquirindo, portanto, um preço. Assim, o arroz torna-se uma mercadoria quando é produzido para ser vendido no mercado, o que não acontece quando é consumido diretamente pelo produtor ou canalizado para os consumidores por outros mecanismos que não os do mercado (por exemplo, sua distribuição direta por agências governamentais ou organizações de produtores) (DELGADO, 2012).



Para Fernandes (2014), essa integração harmônica é produzida através de políticas públicas de cunho neoliberal, como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis (PNPB). Políticas que ganham grande influência no mundo do pequeno agricultor, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, que possuía projetos subsidiados por organismos mundiais, como o Banco Mundial, que financiavam a compra de terras por famílias de sem-terra através dos Programas Novo Mundo e Banco da Terra.

Esses instrumentos tinham a intenção de diminuir as ocupações de terra e a ação de luta pela implementação da reforma agrária, considerada pelos movimentos engajados ao PCA como uma aberração, um atraso, uma violência. Conseqüentemente, políticas públicas, fora desse contexto, foram extintas ou congeladas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Assim, para o PCA, os problemas enfrentados pelos agricultores familiares são conjunturais, que devem ser superados com a integração à grande agricultura, através de uma produção que sobreviva como complemento da produção do agronegócio, daquilo que não é produzido pelo grande produtor agrícola.

No contraponto, outra forma de pensar o campo é a partir do PQA, cujos pressupostos da existência da questão agrária tem como hipóteses o problema estrutural da posse e uso da terra, sua concentração pelo capital monopolista e a necessária luta para acontecer novos projetos de reforma agrária, com disputas do camponês contra a grande agricultura, que perduram mesmo após acontecer a posse da terra a partir dos assentamentos.

A resolução possível da Questão Agrária só acontecerá com o fim do capitalismo e com a emancipação da classe camponesa da subalternidade ao capital. O reconhecimento dos processos históricos vividos pelo camponês no capitalismo, em que Marx, Kautsky e Lênin (clássicos que deram origem ao PQA), discutiram as formas desumanizadoras do capital (problema e superação) e propuseram o método do materialismo histórico dialético como instrumento de análise da questão agrária, como forma teórica e aplicação prática para a interpretação da realidade e produção de conhecimento científico para a transformação da realidade social.

Destacamos que o pensamento de Lênin e Kautsky, é parte de uma das vertentes do PQA, que se divide em duas correntes e, neste caso, na tendência proletária, o campesinato é visto como uma classe social em vias de extinção, ainda proveniente da ordem feudal, e que sucumbiria na medida em que o capitalismo avançasse sobre o campo. Estes autores, por meio do materialismo histórico-dialético, fundam as bases do debate da questão agrária, do conflito de classes e diferenciação social do campesinato.

Contudo, a partir do marxismo narodnista (GUZMÁN; MOLINA, 2005), tendo como referências principais o diálogo entre Marx (e/ou pensadores marxistas) e Chayanov (e/ou pensadores narodnistas), sobretudo desenvolvido por Shanin (1980, 2005, 2008), é que temos uma cisão no PQA, e o nascimento da tendência campesinista, que defende a relação subalterna do campesinato com o capitalismo, porém contraditória e, numa possível aliança com os trabalhadores urbanos, podendo construir processos revolucionários e libertadores.

É essa tendência do PQA que estamos defendendo neste texto. Que tem, como essência, destacar os processos determinantes e dominantes do capital, que destrói e, ao mesmo, tempo recria o camponês pela sua resistência no interior desse processo e articulação, enquanto classe social e territorial através dos movimentos socioterritoriais.

Portanto, o método é o ponto que une os pensadores das duas correntes dentro PQA. No início deste debate paradigmático, nos atemos às vertentes Leninista e Kautskyana, que pregavam o fim do campesinato ou descamponização, ou seja, a proletarização como algo inevitável. De acordo com Camacho (2014a), esses autores defendem que, para atingir o pleno desenvolvimento das forças produtivas, seria necessária a proletarização do camponês. Indo além, advogam que o único sujeito histórico e genuinamente revolucionário, capaz de romper com a lógica do capital, seria o proletário. Por essa característica, no interior do PQA, a tendência fica denominada de proletária, como algo inflexível e necessária para atingir o desenvolvimento pleno das forças produtivas, essencial para alcançar o socialismo, leitura linear do processo histórico de criação/destruição de modos de produção.

Por outro lado, a segunda tendência no interior do PQA, na corrente campesinista, os pressupostos e as bases teórico-político-ideológicos para o campo, classificam o camponês enquanto classe social, *sui generis*, a partir da tese central de que sua recriação ocorre pelo movimento desigual e contraditório, empregado pelo

capitalismo no campo (MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 2004; FERNANDES, 2001, 2004a; ALMEIDA; PAULINO, 2010; CAMACHO, 2014a).

A corrente campesinista, para Camacho (2014a), possui, como principal referencial teórico, o marxismo heterodoxo (oriundo da tradição marxista do século XX) e o narodnismo marxista (Marx e os populistas ou agrário-socialistas-russos), em que definem o campesinato como “[...] classe social - em si e para si - como um modo de vida não-capitalista” (CAMACHO, 2014a, p. 196). Este se reproduz no tripé terra-família-trabalho, de forma heterogênea e complexa, e se recria na contradição e resistência estrutural ao capital, por meio da luta pela terra (SHANIN, 1980; MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 2004; FERNANDES, 2004a; MARQUES, 2008; ALMEIDA; PAULINO, 2010; GUZMÁN; MOLINA, 2005; CAMACHO, 2014a).

O campesino é uma classe social *sui generis* por conter dois elementos fundamentais para a sua reprodução: os meios de produção (a terra) e a força de trabalho (o grupo familiar) (ALMEIDA; PAULINO, 2010). Sua luta e sua resistência contra o modo capitalista de produção hegemônico no campo consolidam sua condição enquanto classe antagônica ao latifúndio e ao agronegócio, como também, permitem a compreensão dos processos sociais no campo, marcados pela luta camponesa contra a desigualdade, pela manutenção de sua forma particular de organização e produção, além de seu modo de vida (MARQUES, 2008).

A expropriação e/ou subalternidade camponesa, ocasionada pelo desenvolvimento contraditório-desigual-combinado do capitalismo no campo, é o motivo da necessidade da luta para a obtenção de novos assentamentos (territórios camponeses). A resistência garante a recriação camponesa por meio das suas organizações em movimentos socioterritoriais que são meios para viabilizar as condições para a criação/destruição/recriação de territórios, produzindo a reterritorialização camponesa. Portanto, essa recriação não é mecânica ou concessão do capital, ela acontece no conflito e na disputa com os representantes do capital latifundiário (agronegócio) no campo brasileiro.

Camacho (2014a, p. 177) considera a “recriação camponesa um marco teórico da tendência campesinista, que explica a possibilidade de permanência do campesinato sob o modo de produção capitalista [...]”. Para Martins (1981, p. 46), significa que

[...] as relações não-capitalistas [sic] de produção no campo hoje como criadas e recriadas pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção, ou seja, seria o próprio modo capitalista de produção dominante que geraria relações capitalistas de produção combinadas ou não, em função do processo contraditório intrínseco a esse movimento (desenvolvimento).

Os processos de destruição/resistência/recriação estão diretamente relacionados à capacidade que o camponês possui de, ao ver seu território destruído, buscar na resistência e luta sua recriação. Camacho (2014a, p. 128) reafirma que “[...] essa característica marcante delimita o antagonismo dialético entre esses dois paradigmas PCA e PQA, ou seja, a existência da luta de classes e do campesinato como parte inerente dessa condição”.

A ruptura ao capital, através da luta defendida pela tendência camponês, produz um camponês em permanente conflito por modelos de desenvolvimento territorial antagônico – camponês/agronegócio. Dessa forma, Preobrazhensky (1977, p. 91) defende que: “[...] onde quer que preexistam uma base camponesa, ela não é destruída pelo desenvolvimento capitalista (a não ser em parte), mas mantida como uma forma subordinada de produção, e a acumulação primitiva prossegue às suas custas”.

É defesa da corrente camponês que a questão agrária é um problema estrutural, e sua resolução acontecerá pelo enfrentamento ao capitalismo, para superação do sistema que oprime o campesinato. Por isso, entre os elementos estruturantes para a análise do camponês, no interior dos pressupostos teóricos defendidos por esta corrente, estão a “luta de classes, o conflito, as disputas e a superação do capitalismo” (FERNANDES, 2004b, CAMACHO, 2014a).

Camacho (2017, p. 662) considera que, a partir do PQA, podemos “questionar os impactos socioterritoriais causados pela expansão do agronegócio e propõe a perspectiva de superação desse modelo por meio da luta/disputa/conflitos territoriais entre classes e grupos sociais”.

Um aspecto importante na característica do camponês refere-se à sua economia. Tepicht (1977, p. 85) defende que ela apresenta “[...] uma combinação particular dos fatores de produção (forças produtivas) unida a um tipo particular de relações entre homens (relações de produção)”.

Ainda em relação ao camponês, Oliveira (1997, p.8) considera que, “o camponês possui uma relação social não capitalista baseada na força de trabalho

familiar, na produção e circulação simples de mercadoria [...]”. A produção camponesa não visa o lucro como motivação principal, mas sim, garantir a existência e resistência do modo de vida camponês perante o modo capitalista de produção, pois a terra e o excedente da produção são seus instrumentos para suprir suas necessidades familiares, com a venda desse excedente ao mercado capitalista. É nessa relação, produção de autoconsumo e venda do excedente, que se estabelece uma das formas de relação entre o camponês e o mercado capitalista. Shanin, assim explica essa recriação camponesa e suas contradições ao se relacionar com o capitalismo, da seguinte maneira:

Parece querer dizer que, sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês [...]. (SHANIN, 1980, p. 58).

A produção e comercialização de seus produtos ocorrem de forma simples, pois a transformação em mercadorias só é efetivada pelo atravessador, que a faz chegar ao mercado, momento em que a produção do campesino é transformada em dinheiro, com o objetivo de adquirir outros produtos que não existem na parcela rural. Dessa forma, o excedente da produção camponesa, economicamente, pode ser considerado como relação social não capitalista; é uma questão de reprodução familiar<sup>37</sup>.

Finalmente, antes de considerarmos o campesino como uma classe homogênea, devemos considerá-lo como,

[...] uma diversidade de formas sociais cujo modo de vida está baseado no trabalho na terra, executado pela família, sendo que o acesso à terra pode se dar de distintas formas, originando: o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário, o assentado etc. (MARQUES, 2008, p. 58).

Nessa diversidade de formas sociais, que denominamos de campesinato, podemos entender suas lutas e resistências por meio de suas organizações, em movimentos socioterritoriais, que defendem a luta contra o capital como forma de superar obstáculos para implantar a reforma agrária no Brasil. Destacam-se os

---

<sup>37</sup> Porém, não devemos perder de vista que, diante do avanço do agronegócio no campo, muitos camponeses, inclusive assentados, arrendam suas terras para o agropecuarista, para produção da monocultura. Alguns, inclusive, produzem nas parcelas soja, milho e outros, produção tipicamente ligada ao agronegócio, como forma de produção de *commodities*.

movimentos ligados à Via Campesina: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), (FERNANDES, 2004a).

Os movimentos socioterritoriais camponeses, ligados ao PQA, mantêm, no seu cotidiano, pautas por políticas públicas, mas incluem também, em suas lutas, a ocupação de terras para se reproduzir com a reforma agrária, na luta contra o capitalismo no campo, contra as formas do agronegócio, na luta pelo socialismo, defesa da agroecologia, etc.; mantêm a revolução como instrumento para suplantar o capitalismo explorador e opressor dos camponeses.

Para Fernandes (2004a), é a luta dos movimentos socioterritoriais pela superação das relações capitalistas no campo, que pressiona o Estado, que produz participação ativa dos camponeses contra o processo desigual e contraditório em que estão inseridos. Produz, também, possibilidade de superação das condições de exclusão do sistema capitalista monopolista, mesmo não significando transformação estrutural imediata. As práticas dos movimentos camponeses de resistência contra a expropriação, com ações por mudanças na condição de miséria e fome, como uma determinação imposta pelo capital e não como uma ‘determinação natural’, como uma condição de vida humana.

No Brasil, o discurso e a prática do agronegócio são usados para colocá-lo no centro do poder, na junção do poder econômico com o político. Nesse sentido, o debate paradigmático, apresentado entre o PCA e o PQA, torna-se discussão importante pela aplicação dos conceitos para camponês ou agricultor familiar. Trata-se de questão político-ideológica, vinculada à luta de classes, para que não aceitemos o capital como único norteador do campo brasileiro.

O Brasil possui, em sua materialidade, uma história de dominação e cobiça, que exclui a maioria de sua população de suas terras, formando um contingente enorme de sem-terra no Brasil contemporâneo. Perceber a formação dos espaços geográficos, a partir do PQA, tendo como referência a tendência camponês, pressupõe compreender os processos históricos e a dialética que levaram à composição de determinada formação territorial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos, neste texto, as matrizes de pensamentos que norteiam as principais correntes paradigmáticas da Geografia Agrária, a forma como se relacionam com as escolas e suas investigações, tendências e correntes, assim como analisam seus objetos de estudos relacionados ao campo camponês e do agronegócio. Trata-se de reflexões construídas pelos pesquisadores, porém, inseridas nos grupos de pesquisas e que contribuem para ampliar o leque de pesquisa sobre o espaço geográfico agrário, compreendendo as transformações no campo produzidas tanto por camponeses, quanto pelo agronegócio capitalista.

Os debates paradigmáticos entre o PCA e o PQA, divergem e evidenciam a diversidade do pensamento da Geografia Agrária. As reflexões, mesmo na diferencialidade de pensamento, corroboram para uma unidade na diversidade. Aliás, são essas diferenças que apontam para a construção de um conjunto de possibilidades do conhecimento geográfico. Os embates ultrapassam o limite da luta por uma hegemonia de pensamento e contribuem para demonstrar, na prática, os olhares distintos das lentes da geografia.

A unidade na diversidade permite ao PQA e ao PCA desempenhar função de instrumentos aos pesquisadores. Diferentes pressupostos teóricos-políticos-ideológicos como possibilidades de interpretação do objeto geográfico no estudo agrário.

É a partir da leitura paradigmática, que cada grupo acadêmico faz a análise do seu objeto de pesquisa, seja ele um assentamento, a produção camponesa, a forma de organização dos movimentos socioterritoriais camponeses, ou o avanço do agronegócio em determinado estado ou região. O debate paradigmático oferece condições para o desenvolvimento de uma produção científica crítica e o entendimento de um dado território agrário, material/imaterial, expressados na forma de organização dos camponeses ou dos agropecuaristas.

Porém, no processo de pesquisa bibliográfica, não nos furtamos de apresentar nossas concepções políticas e ideológicas, tendo em vista que o materialismo histórico e dialético nos permitiu perceber, na análise das concepções do PCA, a presença da ideologia neoliberal, que transforma ideologicamente o camponês em agricultor familiar, incorporando-o subalternamente ao modo capitalista de produção. Isto fica

evidente quando o PCA não reconhece a conflitualidade no campo e trata a disputa pela reforma agrária como questão conjuntural do capital, não admitindo a existência de luta de classes no campo, e negando a subalternidade do camponês ao capital.

Por outro lado, o PQA apresenta a possibilidade da (re)criação do camponês na sua (re)territorialização nos assentamentos, onde busca-se a superação do modo capitalista de produção, travando disputas político-ideológicas para a transformação da sociedade. Este paradigma busca melhorar as condições da reforma agrária para que ocorra a reprodução do campesinato como modo de vida e classe *sui generis* no capitalismo.

Compreender as diferenças entre os paradigmas PQA e PCA nos permite pensar em políticas públicas emancipatórias para o campo nas áreas de saúde, educação, desenvolvimento territorial, assistência social, entre outras, como também, elaborar projetos que atendam aos objetivos dos segmentos (agricultor familiar ou camponês) e dos diversos movimentos socioterritoriais envolvidos na luta pela superação da questão agrária. Além de interpretarmos as diferenças intraclasses, ou seja, as concepções político-ideológicas distintas existentes nas organizações representativas de sem-terra, ribeirinhos, atingidos por barragens, quilombolas, indígenas, entre outros, visto que os movimentos também possuem contradições internas.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ALMEIDA, R. A. O conceito de classe camponesa em questão. **Revista Terra Livre**, v. 2, n. 12, 2003.
- ALMEIDA, R. A.; PAULINO, E. T. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. Tese (Doutorado em Geografia) - FCT-UNESP, Presidente Prudente, 2014a.
- CAMACHO, R. S. Algumas considerações acerca do modo de vida camponês. **ANAP**, v. 10, p. 1-16, 2014b.
- CAMACHO, R. S. A educação do campo em disputa: resistência versus subalternidade ao capital. **Educação e Sociedade**, v. 38, p. 649-680, 2017.
- CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas [1924]. In: SILVA, J. G. da; STOLCKE, V. (Org.). **A Questão Agrária – Weber, Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stalin**. São Paulo: Brasiliense, 1981.



- CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.
- DELGADO, N. G. Commodities agrícolas. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. P.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época: v. 92).
- FERNANDES, B. M. Movimentos Sociais e Espacialização da Luta pela Terra. XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, Gramado, 2004a. **Anais [...]** Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ProdElienai.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.
- FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2004b. 57 p. Disponível em: [http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/564/Quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria\\_conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/564/Quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria_conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 14 out. 2018.
- FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. *In*: MOLINA, Mônica Castagna (Org). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente: 2013, v.1.
- FERNANDES, B. M. Territórios paradigmáticos: uma leitura preliminar da produção do conhecimento na geografia agrária brasileira a partir dos Encontros Nacionais e dos Congressos Brasileiros de Geógrafos. **Terra Livre**, ano 30, v. 2, n. 42, 2014.
- FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- GOHN, M. G. Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.
- GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 3. ed. Brasília: Via Campesina do Brasil, 2005.
- HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Anna Blumme, 2006.
- HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HEGEL, G. A Fenomenologia do Espírito. São Paulo: Vozes, 2003. Aput ZAGO, L. H. O método dialético e a análise do Real. **Revista Kérion de Filosofia**. Disponível em: [http://www.scielo.br /scielo.php?script=sci\\_serial&pid=0100-512X&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br /scielo.php?script=sci_serial&pid=0100-512X&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 de abr. de 2019.
- HOBBSBAWM, E. O sentido do passado; A volta da narrativa. *In*: HOBBSBAWM, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- KONSTANTINOV, F. **Teoria Materialista da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

- KROEBER, A. L. **Antropology**. New York: Harcourt, Brace and Co., 1948.
- KUHN, Thomas. Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **Le Matérialisme Dialectique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1949. Tradução nossa.
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal e lógica dialética**. Tradução de COUTINHO. C. N. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LEITE, S. P.; MEDEIRO, L. S. Agronegócio. *In: Caldart, R. S. et al. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- LÊNIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês, **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.
- MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, J. S. **Frenteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Hucitec Ltda, 1997.
- MARX, K.; ENGELS, Friederich. **Textos**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1, Vol.1. 13ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- OLIVEIRA, A. U. Os mitos sobre o agronegócio no Brasil. *In: Encontro Nacional do MST*, São Miguel do Iguaçu-PR, 2004.
- POLITZER, G.; BESSE, G.; CAVEING, M. **Princípios fundamentais de filosofia**. Trad. J. C. Andrade. São Paulo: Hemus, 1970.
- PREOBRAZHENSKY, E. The New Economics. Clarendon Press, Oxford, 1965. *In: VELHO, O. G. Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: Difusão Editora, 1977.
- QUAINI, M. **Marxismo e geografia**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.
- SHANIN, T. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. CEBRAP. São Paulo: Brasileira de Ciências, nº. 26, 1980.
- SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Ano 8, n. 7 – Julho/Dezembro de 2005.
- SHANIN, T. Lições camponesas. *In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular; Presidente Prudente: Unesp - Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.
- SHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 40, n. 3, 2010.

SODRÉ, N. W. **Fundamento do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

SOUZA, S. T. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro**. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia. Tese de Doutorado. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2008.

TEPICHT, J. “*kes cimplexités de l'conomie paysannes*” Information sur les sciences sociales, Conseil International des Sciences Sociales. *In*: VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Difusão Editora, 1977.

VEIGA, J. E. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. 2001. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd30/brasil.pdf>. Acessado em: 24 de nov. de 2019.

# **O PROCESSO DE LUTA PELA MORADIA EM CAMPO GRANDE - MS: UMA BREVE ANÁLISE DA TRAJETÓRIA E DAS FORMAS DE REPRODUÇÃO DA VIDA DOS OCUPANTES DA FAVELA “CIDADE DE DEUS II”<sup>38</sup>**

*João Paulo Muniz Marin*

*Maria José Martinelli Silva Calixto*

## **INTRODUÇÃO**

Tomando como referencial de análise uma área de favela localizada na porção sul da cidade de Campo Grande-MS, denominada “Cidade de Deus II”, o presente texto oferece uma contribuição para o entendimento do processo de produção e uso do espaço urbano e seus desdobramentos socioespaciais.

Carlos (2004) nos coloca que, em uma sociedade de classes, o processo de produção do espaço é determinado pelo conflito decorrente de contradições inerentes às diferenças de necessidades, expressas na propriedade privada do solo e, conseqüentemente, no seu uso.

O conflito socioespacial é definido na medida em que as relações de propriedade impõem limites, cerceando o direito de uso e, nesta lógica, os moradores das áreas de favela estão submetidos a um sistema que legitima a instituição jurídica da propriedade privada da terra. Dessa forma, se coloca uma situação expressa por intermédio do conflito de estar fisicamente na cidade e não usufruir de sua plenitude, uma vez que a necessidade de uso está submetida às condições impostas pela lógica da propriedade privada. (CALIXTO, 2011).

Visando uma aproximação com o tema, buscamos informações por meio: da mídia local (reportagens, fotos, matérias, entrevistas com ocupantes, entre outros); da análise de imagens de satélites; do levantamento de dados oficiais (disponibilizados

---

<sup>38</sup> Este texto, parcialmente alterado e adequado, resulta de reflexões realizadas na dissertação de Mestrado “O processo de luta pela moradia em Campo Grande-MS: uma análise socioespacial da favela “Cidade de Deus II”, defendida em 2017, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Martinelli Silva Calixto, junto ao curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Ver Marin (2017).

pelo poder público local) e de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contudo, nossa principal fonte foi o trabalho ou levantamento direto - a pesquisa de campo (entrevistas/conversas com ocupantes e observação das áreas de ocupação), reforçando a importância da pesquisa empírica para conhecimento e análise das desigualdades socioespaciais da e na cidade. Buscamos resgatar fatos relativos aos últimos anos (a partir de 2014) e informações que possam auxiliar o melhor entendimento do processo e da trajetória dos ocupantes da área.

Assim, além desta introdução e das considerações finais, o texto está organizado em duas partes principais: 1) a propriedade privada da terra e o direito à moradia; 2) a realidade socioespacial da favela “Cidade de Deus”.

## **A PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA E O DIREITO À MORADIA**

O espaço urbano é produzido a partir de diferentes processos e diferentes agentes. Aqui a questão será considerada na perspectiva do acesso à moradia, que determina o lugar em que se vive, impondo diferenças socioespaciais no interior da cidade, já que o acesso está condicionado ao poder aquisitivo. Logo, a ideia de desenvolvimento/crescimento de uma cidade não se dá de forma igual para todos.

A dinâmica de produção dos espaços urbanos, ao gerar uma melhoria, cria simultânea e constantemente milhares de desalojados e desapropriados que cedem seus locais de moradia para o grupo de renda que pode pagar o preço de um progresso que se opera através de uma enorme especulação imobiliária. (KOWARICK, 1979, p. 83, grifos nossos).

Cada indivíduo passa a ter seu “valor” no capitalismo de acordo com o lugar que ocupa na cidade, e esse fato se reflete no acesso que cada um tem àquilo que foi produzido socialmente. A questão do “valor do indivíduo” defendida por Santos mostra-se, para este trabalho, como fundamental.

Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria de brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços. Às vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, as [sic] vezes não podem ser alcançados por questão de tempo ou de dinheiro. (SANTOS, 1993, p. 111, grifos nossos).

Para Carlos (2007, p. 97, grifos nossos), o processo de reprodução do capital revela,

[...] no plano da prática sócio espacial, a fragmentação dos lugares submetidos à funcionalização. Nesta lógica, a casa, tornada mercadoria, tem o sentido estrito da função de moradia. A prática espacial urbana vai manifestando, assim, a extrema separação/dissociação dos elementos de uma vida fragmentada, na separação dos momentos da vida cotidiana, ao separar, cada vez mais, os locais de moradia daqueles de trabalho e criando lugares de lazer na medida em que as ruas dos bairros se esvaziam como lugar de lazer e pontos de encontro.

Assim, consideramos importante levantar uma discussão sobre um dos principais determinantes do direito à moradia: a instituição jurídica da propriedade privada da terra.

Cada fração do território da cidade é vendida e comprada no mercado. Cada galpão, cada apartamento, cada casa, cada armazém, enfim, cada edificação, contém em seu preço a expressão do valor de sua construção, a qualidade de sua localização e a propriedade do seu terreno. A propriedade privada da terra, enquanto instituição jurídica, e, portanto constitucional em nossa sociedade, estabelece também as bases de produção territorial da cidade (e do campo). (SPOSITO, 1993, p. 41, grifos nossos).

A propriedade privada da terra, por si só, torna-se fator predominante na diferenciação socioespacial, estabelecendo uma situação de fronteira.

Essa lógica, por sua vez, diferencia o acesso à cidade e determina a necessidade de habitar um lugar e, de forma mais ampla, redefinindo o próprio sentido da vida.

Ou seja, a monopolização do acesso acaba fazendo com que as condições de uso sejam subordinadas às formas de apropriação capitalista do solo urbano. Nesse processo, o acesso passa a ser subordinado à reprodução das relações capitalistas que se sobrepõe à necessidade de reprodução da própria vida e, nesse sentido, a propriedade privada impõe as condições de uso, demarcando fronteiras no interior da cidade.

A maioria dos moradores da favela “Cidade de Deus II”, ao serem questionados sobre os motivos de estarem morando ali, falam na dificuldade em pagar os caros aluguéis. Isso se deve, entre outros, ao fato de a moradia ser

[...] uma mercadoria de preço alto em comparação a outras à disposição no mercado. Nela se incorporam parcela considerável de material e mão-de-obra [sic], além da fração do território e de sua localização. Em compensação a durabilidade desta mercadoria é relativamente grande em comparação à de outras. Um imóvel residencial, se bem conservado, permanecerá por décadas, passará por mais de uma geração, e conterà a indestrutibilidade do terreno sobre o qual se ergue. (SPOSITO, 1993, p. 42).

A dificuldade em pagar pela mercadoria moradia é um dos motivos que levaram as famílias da favela “Cidade de Deus II” a “ocupar” uma área que não lhes pertence legalmente, na intenção de, por meio de cadastro na Prefeitura Municipal, conseguir uma casa. Uma boa parte dessas pessoas morava anteriormente com familiares ou utilizando imóveis cedidos.

A impossibilidade de pagar o aluguel e/ou de comprar uma casa mostra, claramente, que existe uma diferença entre as pessoas, de acordo com o “poder aquisitivo”. A moradia/habitação se torna, talvez, a mercadoria mais “variada” de todas, uma vez que existem casas de todo tipo, de todos os preços e gostos, mas ela nunca é “de graça”.

Para Corrêa (1993, p. 29, grifos nossos):

Na sociedade de classes, verificam-se diferenças sociais, no que se refere aos bens e serviços produzidos socialmente. No capitalismo as diferenças são muito grandes, e maiores ainda em países como, entre outros, os da América Latina. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel.

Por sua vez, Rodrigues (1988, p. 87, grifos nossos) assevera:

No caso dos aluguéis, paga-se de modo fracionado, em parcelas mensais, pelo uso da propriedade. O cálculo do aluguel mensal é baseado não no custo da produção, mas no preço de mercado – de um bem que se valoriza também sem trabalho. A edificação corresponde ao processo de trabalho, portanto é uma mercadoria do modo de produção. Como todas as mercadorias, com o passar do tempo, sofre um ‘desgaste natural’ e deveria diminuir de preço, pois se considera que o capital utilizado já foi “amortizado”. No entanto, como a casa está localizada na cidade, cujos terrenos aumentam de preço pela produção social desta cidade, seu preço é também crescente.

A especulação imobiliária é outro fator de diferenciação socioespacial na cidade. O processo determina as melhores áreas para o “investimento” dos especuladores, “cultivando” áreas vazias que, ao receberem infraestrutura, são “valorizadas” e vendidas aos segmentos sociais de maior poder aquisitivo. A atuação do poder público neste processo é determinante e mediada por condicionantes de ordem política.

É necessário compreender a dinâmica do setor imobiliário como resultado de uma relação bastante íntima entre este setor e a política pública, uma vez que a ação/atuação do setor imobiliário é assegurada pela intervenção do poder público, assim como a política pública não está deslocada dos mecanismos da lógica do mercado imobiliário. (CALIXTO 2004, p. 191).

Sobre o assunto, Kowarick (1979, p. 80, grifos nossos) acrescenta:

Este vultoso negócio tem um dos seus alicerces básicos na retenção especulativa de terrenos (...) Semelhante processo dá origem a uma produção do espaço urbano que só pode ter características nitidamente segregadoras. De um lado, tem sido um dos principais fatores do crescimento caótico da cidade, pois cria “periferias” cada vez mais longínquas dos centros de emprego e, ao mesmo tempo gera um padrão de sedimentação habitacional rarefeito e descontínuo, impedindo que uma imensa massa humana seja beneficiada com bens de consumo coletivo básicos. De outro lado, como a rapidez de valorização destes vazios está associada à implantação desses serviços, o poder público tem desempenhado um papel fundamental na diferenciação dos preços da terra, servindo, com os investimentos que realiza, ao processo de especulação imobiliária.

Desse modo, a diferenciação estabelecida pela propriedade privada da terra, exclui os segmentos sociais de menor poder aquisitivo do direito à moradia, levando-os cada vez mais para as margens da cidade. Para estes, a ocupação de áreas urbanas, como forma de reprodução da vida e da própria existência, é uma estratégia de sobrevivência. Assim, percebemos:

No caso das classes de baixo poder aquisitivo a estratégia não é a de separar-se da cidade e de outras classes, mas uma estratégia de sobrevivência, realizada nos limites das necessidades de reprodução da vida na construção das áreas de favelas, por exemplo. (CARLOS, 2004, p. 121, grifo nosso).

Se considerarmos a ocupação ou a favela como uma forma de tentar assegurar o direito de uso, veremos que representa uma resistência e um desafio à lógica que tenta reduzir o direito/necessidade de morar à imposição/garantia da propriedade privada.

A terra, mesmo não sendo produzida, tem “valor” de mercado, e isso serve, antes de tudo, para a manutenção do poder. A partir da contribuição de Rodrigues (1989, p. 18, grifos nossos) entendemos:

O preço da terra se define originalmente como uma forma de impedir, no momento histórico da ascensão do capitalismo no Brasil, o acesso do trabalhador sem recursos à terra: “este momento refere-se à passagem do escravismo ao trabalho livre”. A declaração do Conselho de Estado de 1842 é transparente a este respeito: “Como a profusão de datas de terra tem, mais que outras causas, contribuído para a dificuldade que hoje se sente de obter trabalhadores livres, é seu parecer que de ora em diante seja [sic] as terras vendidas sem exceção alguma.



A referida autora continua reforçando:

A definição da propriedade da terra, não ocorre apenas no espaço agrário, mas também no espaço urbano, e com a intensificação do processo de urbanização/industrialização, esta questão se intensifica. Assim, a classe de proprietários que se define com a Lei de Terras, refere-se tanto à terra rural, quanto à urbana. (RODRIGUES, 1989, p. 18, grifos nossos).

Tomando como ponto de partida a Lei de Terras, em 1850, entendemos que nos serve como referencial de análise, para uma melhor compreensão de tal processo. O acesso à terra no Brasil passa a ser “negado” aos trabalhadores, condicionado a um poder aquisitivo em que os mesmos não possuíam no século XIX, e ainda não possuem hoje. Assim, os trabalhadores não tinham outra opção a não ser “vender” sua força de trabalho para os donos de terras a “valores” irrisórios.

Para Rodrigues (1988, p. 18, grifos nossos):

Fica evidente que o Conselho de Estado considerava extremamente importante impedir o acesso à terra dos trabalhadores *livres*, o que se torna efetivo com a lei de terras de 1850, ficando assim sancionado o princípio que baniou o trabalhador da terra. Define que a terra será vendida no mercado e que terá um preço, que deverá ser inacessível aos trabalhadores, para que estes se constituam efetivamente em mão-de-obra [sic] para a lavoura. Como diz José de Souza Martins, a terra tornou-se cativa do capital. Os homens livres – com o fim da escravidão – e a terra cativa. A terra tornou-se uma mercadoria do modo de produção capitalista. Uma mercadoria que tem um preço só acessível a uma determinada classe.

Considerando a atuação do Estado na produção do espaço urbano, e, especificamente o Estado “moderno”, entendemos, assim como Trindade Jr (1993, p. 120, grifos nossos), que este

[...] é um agente que interfere de maneira direta e indireta no espaço urbano. No caso do estado capitalista sua atuação se dá como grande empresário, consumidor de espaços e de localizações específicas, proprietário fundiário, promotor imobiliário, e agente regulador e definidor do uso do solo. Por outro lado, atua também na implantação de serviços públicos (transporte, saneamento, iluminação, etc.).

As contribuições de Carlos (2004, p. 132) são fundamentais, quando afirma que

[...] estamos diante da produção do espaço pela sociedade e sob a égide do estado esta produção ganha um caráter estratégico. O Estado regulador impõe as relações de produção enquanto dominação do espaço, imbricando dominados/dominantes para assegurar a reprodução da sociedade.

Não convém ao presente texto aprofundar-se em fatos “históricos” de longa data, mas a passagem nos serve como reflexão para uma melhor compreensão do processo que envolve a terra, tida como uma mercadoria, especificamente no caso brasileiro.

Ao pensarmos sobre o processo de apropriação da cidade/moradia, concordamos com Rodrigues (1988, p. 48, grifos nossos):

Há nas cidades capitalistas várias maneiras de apropriação do espaço urbano para moradia. Em todas elas a terra é apropriada – vendida e comprada – em “pedaços”, compartimentada. O marco divisório dessa apropriação é a classe ou parcela de classe a qual pertencem os indivíduos e/ou grupos de indivíduos, que define a capacidade diferenciada de pagar pela terra e pela casa. Principalmente para os trabalhadores, esta apropriação, enquanto propriedade, não se expressa necessariamente num momento de tempo, mas num período de tempo, que pode ser a vida útil de um indivíduo. Na ótica deste trabalho, a apropriação do espaço urbano é lugar de moradia, necessidade biológica e necessidade social. É a terra e a habitação onde alguns ainda obtêm renda, juros, lucro e outros – a maioria – despedem esforços e dinheiro para obter um abrigo.

A autora apresenta uma reflexão importante. O trabalhador poderá levar toda sua vida para pagar por uma casa; isso quando consegue comprá-la. A casa/moradia, nessa “lógica”, é tida e vista como uma “conquista”, quando deveria ser um direito assegurado.

Passando para o caso mais específico de nosso objeto de estudo, e considerando a favela como forma de reprodução da própria vida, além de uma forma de resistência, podemos dizer que a favela “Cidade de Deus II” foi e é um símbolo da resistência às lógicas de apropriação do espaço urbano em Campo Grande. Essa lógica, imposta pelos interesses dos agentes que atuam na produção da cidade/urbano<sup>39</sup>, tem na “terra mercadoria” sua existência e sua realização.

---

<sup>39</sup> “O urbano é tido, simultaneamente, como símbolo da “libertação do homem” de sua superioridade sobre a “natureza” no sentido genérico do Ser Humano e como lugar de opressão. Cidade e urbano, obras humanas, mostram o avanço científico/tecnológico - símbolos e signos do período contemporâneo, a globalização dos fluxos sociais, culturais, científicos, financeiros etc. Cidade e urbano mostram-se também como lugar de opressão para os que estão à margem da “urbanidade”, com fragmentação da sua vida cotidiana, expressa pelas rupturas, violência, pobreza, miséria, falta de habitações, de saneamento básico, de segurança, de transportes coletivos, pela poluição do ar, da água e dos alimentos. Expressa-se também a fragmentação vivida pelo contraste de sua cotidianidade com a riqueza que aparece na publicidade.” (RODRIGUES, 2001, p.212, grifos nossos).

Com base em Trindade Jr (1993, p. 111, grifos nossos), percebemos:

Dentre os agentes que produzem o espaço urbano, papel importante desempenham os chamados grupos sociais excluídos que, entre outras necessidades e fatores de exclusão a que estão sujeitos, inclui-se a moradia, transformada em mercadoria na relação capitalista. Quando se trata de habitação não pode ser dela dissociado, o solo, na qual essa habitação é produzida.

Assim, o trabalhador deve pagar pela terra, pela casa, pela localização e por todas as “benfeitorias” e/ou equipamentos instalados na área (asfalto, rede de esgoto, iluminação, entre outros); estes últimos a partir dos impostos.

A terra não foi produzida por nenhum “homem”, todavia na sociedade capitalista uma questão fica evidente:

A capacidade de pagar pelo preço dessas mercadorias, em especial da habitação – que inclui a renda da terra, os lucros dos investimentos de incorporação, da construção da casa e os juros do capital financeiro – vai definir a acessibilidade ou não das diversas classes e frações de classe a esse bem e, conseqüentemente, o padrão e a dinâmica da segregação espacial urbana. Para os grupos sociais excluídos, as opções de morar incluem formas de habitação tais como a ocupação de cortiços, a favela, os conjuntos habitacionais e os loteamentos periféricos. (TRINDADE JR, 1993. p. 112, grifos nossos).

Para Lefebvre (1999, p. 52) “No mercado, há concorrência, portanto possibilidade de conflitos, seguida de conflitos reais entre os indivíduos, os grupos, as classes”. Assim, a terra, por ser uma mercadoria, é alvo de conflitos de diversas ordens, impondo uma fronteira que limita o acesso.

A partir dessa leitura, e considerando a dinâmica das desigualdades socioespaciais, atentamos para a questão da própria reprodução da vida. É preciso levar em conta que, na cidade, os direitos e deveres deveriam ser os mesmos para todos, sobretudo se considerarmos a ideia dos direitos do cidadão/cidadania.

Concordamos com Santos (1993, p. 7, grifos nossos), no sentido de que:

O simples nascer investe ao indivíduo uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, à chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e uma existência digna.

Campos Filho (1999, p. 47, grifos nossos), considerando também o direito do cidadão, acrescenta:

Atender ao direito do cidadão urbano, que é o de habitar com dignidade, está se tornando importante reivindicação política dos movimentos sociais urbanos.[...] No entanto, o atendimento concreto das condições de vida que esses direitos deveriam assegurar nas cidades é dificultado enormemente pela forma como está organizado o seu espaço, especialmente devido à especulação com a terra. E é dificultado também pelas estruturas político-administrativas que impedem o atendimento ao direito do cidadão de participar da gestão da sua cidade.

“A cidadania evolui, através de um processo de lutas desenvolvidas paralelamente, em diversos países” (SANTOS, 1993, p. 8) e é de se pensar que o cidadão<sup>40</sup> teria seus direitos garantidos por leis, que dariam respaldo a necessidades básicas e imediatas. Todavia, percebe-se que a ideia de cidadania é condicionada ao poder de pagar pelos serviços de melhor qualidade e pelas melhores localizações na cidade. “O homem-cidadão, isto é, o indivíduo como titular de deveres e direitos, não tem o mesmo peso nem o mesmo usufruto em função do lugar em que se encontra no espaço total”. (SANTOS, 1993, p. 86, grifo nosso).

Assim, o lugar em que o indivíduo/família se encontra na cidade é determinado e também determina sua condição de vida.

Oliveira (2001, p. 54, grifos nossos) acrescenta que

[...] a cidade aparece como lugar da exclusão, da pobreza e da violência. É importante assinalar que a ideia de cidade no Brasil nem sempre esteve relacionada com esses fatores, pois isso é uma invenção da história recente e está certamente vinculado à produção de espaços excludentes cuja raiz é a formação de uma sociedade de classes e das relações do tipo capitalista, em que os setores dominantes sempre encontraram as brechas e os meios para impedir a consolidação da cidadania e dos espaços públicos necessários à afirmação de uma sociedade plural e democrática.

Nessa perspectiva, o cidadão é visto como consumidor. Assim o direito de morar é submetido a essa “lógica” e, segundo Santos (1993, p. 45, grifo nosso) é:

Confundido em boa parte da literatura especializada como o direito de ser proprietário de uma casa, é objeto de um discurso ideológico cheio, às vezes de boas intenções, e mais frequentemente destinado a confundir os espíritos, afastando cada vez para mais longe uma proposta correta que remedeie a questão. Por enquanto, o que mais se conseguiu foi consagrar o predomínio de uma visão imobiliária da cidade, que impede de enxergá-la como uma totalidade.

---

<sup>40</sup> “A própria palavra cidadão vai se impor com a grande mutação histórica marcada na Europa com a abolição do feudalismo e o início do capitalismo. Marx e tantos outros autores saudaram a chegada do capitalismo como a abolição de vínculos de servidão entre o dono da terra e o “seu” trabalhador e o surgimento do trabalho livre, dono dos meios de produção.” (SANTOS, 1993, p. 9).

Para Carlos (2007, p. 15, grifos nossos)

[...] o ato de morar se reduz à função residencial e trata-se da própria cidade reduzida a um nível funcional, porque a morfologia urbana é cada vez mais produto de estratégias políticas que impõem uma ordem repressiva, em que as diferenças são, constantemente, esmagadas em nome do progresso. Com este procedimento se encobre os interesses imobiliários que permitem o deslocamento das favelas e a expulsão dos moradores indesejáveis dos “lugares valorizados” pelos atos decorrentes do planejamento urbano.

Em suas conclusões, na obra *O Espaço do Cidadão*, Santos (1993, p. 126, grifos nossos) afirma:

A ideologia do consumo, mediante suas múltiplas aparências, está fortemente impregnada na população. Uma boa parcela do conteúdo dos movimentos sociais urbanos defende mais o consumidor que, mesmo, o cidadão. O direito à moradia se confunde com o direito de ser proprietário. Este termina imposto ideologicamente como o certo, como se fosse o objetivo do cidadão. A verdade, porém, é que ser dono de um terreno ou de uma casa nem mesmo assegura moradia estável. Os pobres que lutam desesperadamente para conquistar o direito à propriedade estão frequentemente mudando, dentro da cidade; são verdadeiros migrantes intra-urbanos [sic]. Ser proprietário é um elemento essencial na ideologia do consumidor.

Assim, encontramos nos escritos de Santos uma base de reflexão. Considerando a favela “Cidade de Deus II” procuramos analisar o que o autor chama de “migrantes intra-urbanos [sic]”, ou seja, indivíduos e famílias que passam toda uma vida mudando-se de um local para outro, enfrentando o aluguel, a moradia cedida ou “de favor”. Na busca pelo direito à moradia, enfrentam toda “sorte” nas condições de reprodução da vida.

Nesse sentido, a favela não pode ser entendida por si só, e sim pelos processos que determinam as relações socioespaciais. Essas relações são complexas e contraditórias, sendo analisadas aqui, a partir da favela “Cidade de Deus II”, local em que muitas famílias buscaram fugir dos caros aluguéis, organizando-se, resistindo e pressionando o poder público. Destarte, analisando a problemática na cidade de Campo Grande, buscamos conhecer um pouco melhor a realidade dessa forma de ocupação do espaço urbano.

## **A REALIDADE SOCIOESPACIAL DA FAVELA “CIDADE DE DEUS”: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONTATO, DOS OLHARES E DAS LEITURAS**

Neste momento do texto faremos uma tentativa de melhor entender a favela “Cidade de Deus”. Procuramos considerar diferentes fontes de informações, tais como: conversas e entrevistas com ocupantes e lideranças; imagens de satélites e informações disponibilizadas pelos meios de comunicação local, sejam impressos, televisivos, ou *sites* e páginas na Web.

Buscamos então, dentro do possível, uma cronologia dos principais acontecimentos envolvendo a favela, os ocupantes e a ação do poder público.

É importante esclarecer que a favela “Cidade de Deus” passou por duas diferentes “etapas” e foi removida durante o processo da nossa pesquisa.

A primeira ocupação da área (“Cidade de Deus I”) se deu entre os anos de 2008 e 2011 e, em uma segunda “etapa” (“Cidade de Deus II”), entre os anos de 2012 e 2016. Poderíamos considerar que se tratam de duas áreas diferentes, todavia são separadas por apenas alguns metros de distância; sendo assim, consideramos que se trata da mesma área. Para nossa pesquisa, a “Cidade de Deus II” teve maior relevância, mas, mesmo assim, faremos alguns apontamentos sobre a trajetória da favela, em sua primeira etapa.

A favela “Cidade de Deus I” esteve localizada, mais precisamente, em uma área de propriedade da Prefeitura Municipal de Campo Grande (PMCG), próxima ao bairro Dom Antônio Barbosa, na porção sudoeste da cidade, às margens da BR-262<sup>41</sup>. A área é destinada à preservação ambiental e faz parte do “cinturão verde” ao redor do lixão da cidade. (Figura 1).

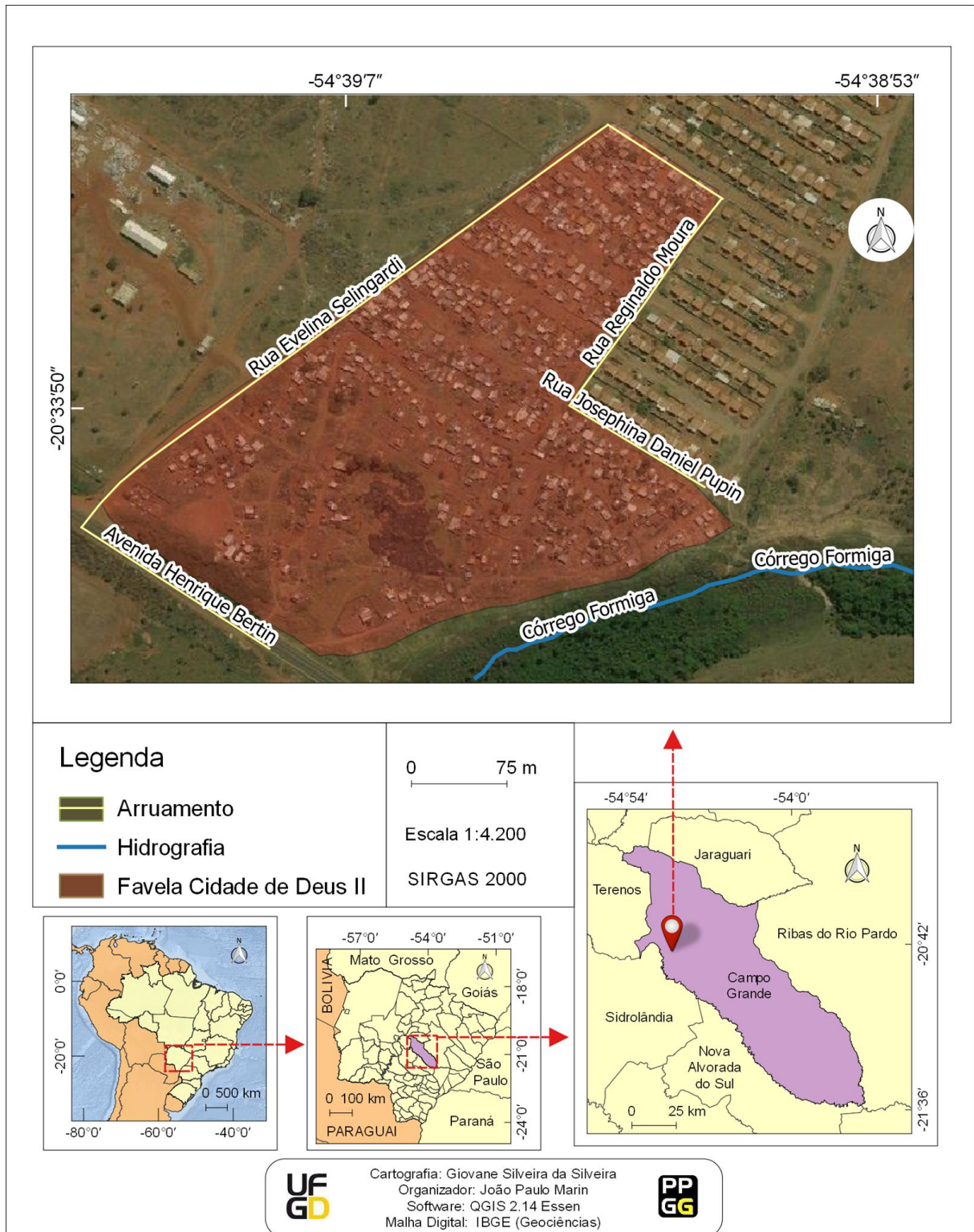
Ao tratar a questão, Rodrigues faz a seguinte constatação:

Os ocupantes de terra para moradia estão nas “piores” áreas, aquelas que não interessam ao capital, e são tidos como delapidadores do “meio ambiente”. Quando as áreas ocupadas passam a ter interesse para o capital, no entanto, a população é removida, criando conflitos mediados pelo estado. (2011, p. 214).

---

<sup>41</sup> A rodovia BR 262 atravessa o estado de Mato Grosso do Sul, no sentido Leste – Oeste, passando ao Sul da Cidade de Campo Grande - MS, a alguns metros da favela “Cidade de Deus”. A rodovia “separa” a favela do aterro sanitário e foi palco de diversos protestos, tanto pelos moradores da favela (reivindicando direitos), quanto pelos coletores de materiais recicláveis, alguns também moradores da favela (protestando contra o fechamento do antigo “Lixão”).

**Figura 1** – Campo Grande-MS - localização da favela “Cidade de Deus I” (2011).



Cartografia: Giovane Silveira, 2017.  
Organizador: Marin, 2015.

A favela “Cidade de Deus I” foi ocupada pelas primeiras famílias no ano de 2008. Essa e outras informações foram obtidas por meio de entrevista<sup>42</sup> com uma das lideranças na época, Darci<sup>43</sup>, que forneceu informações importantes. Atualmente, a entrevistada, encontra-se morando no residencial José Teruel Filho (que fica ao lado da Favela).

A princípio, Darci ocupou um “lote” na área, sem o auxílio de outras pessoas, mesmo já participando de um grupo interessado na ação. Ao passar alguns dias, outros ocupantes foram aderindo. A entrevistada informou que a primeira ocupação da área aconteceu no dia 24 de dezembro de 2008, reforçando uma estratégia já comum, por parte dos movimentos sociais: a de ocupar em datas comemorativas, evitando chamar a atenção e esperando alguma clemência das autoridades, pelo menos nos primeiros dias de ocupação. Dessa forma, Corrêa (1993, p. 30, grifos nossos) afirma:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo uma estratégia de sobrevivência.

Essa favela é acompanhada pela mídia local desde que seu tamanho começou a chamar a atenção, principalmente a partir dos anos de 2010 e 2011, sendo bem conhecida, na cidade, a partir de então. Todavia, enquanto apenas alguns ocupantes estavam na área, pouco se falava a respeito e nenhuma ação, por parte do poder público, era tomada.

A primeira tentativa de desocupar toda a área ocorreu em setembro de 2011 por parte da Agência Municipal de Habitação de Campo Grande-MS - EMHA, sendo estabelecido um prazo de 48 horas para que os ocupantes deixassem o local. Na época, foi disponibilizado pela prefeitura apenas um caminhão para auxiliar na mudança.

Alguns ocupantes da “Cidade de Deus I” que possuíam o cadastro na PMGG, entre os anos de 2008 e 2011, foram contemplados com casas populares de programas habitacionais da esfera tanto do poder público federal, quanto do poder público local

---

<sup>42</sup> Darci. Entrevista (setembro de 2015). Entrevistadores: Daniel Henrique Wirti, Mara Falconi da Hora, João Paulo Muniz Marin. 1 arquivo .mp3 (45 min).

<sup>43</sup> Vale ressaltar que não utilizaremos os nomes verdadeiros de lideranças, sendo assim, optamos pela utilização de nomes fictícios.



e/ou a esfera estadual. O poder público local, por sua vez, teve influência na organização dos cadastros e nos sorteios das casas.

É preciso considerar que a ação do estado processa-se em três níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal. A cada um destes níveis sua atuação muda, assim como o discurso que encobre os interesses dominantes. É no nível municipal, no entanto, que estes interesses se tornam mais evidentes e o discurso menos eficaz. Afinal a legislação garante à municipalidade muitos poderes sobre o espaço urbano, poderes que advêm, ao que parece, de uma longa tradição reforçada pelo fato de que, numa economia cada vez mais monopolista, os setores fundiário e imobiliário, menos concentrados, constituem-se em fértil campo de atuação para as elites locais. (CORRÊA, 1993. p. 26, grifo nosso).

As famílias, cuja documentação necessária fora aceita, foram contempladas com habitações populares no residencial José Teruel Filho, que fica ao lado da área onde estava a favela. O residencial teve sua primeira etapa entregue no dia 02 de setembro de 2011, e foi construído em 3 (três) etapas, totalizando 231 casas. Cada imóvel possui 35 metros quadrados, contando com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço.

Em 2015, Daniel Wirti (então acadêmico do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS), ao encaminhar um ofício para a EMHA, obteve a seguinte resposta:

O Residencial José Teruel Filho é composto por 231 (duzentos e trinta e uma) unidades habitacionais construídas através do Contrato nº 301.530-77/2009MCidades/FNHIS, com recurso federal do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS<sup>44</sup> e contrapartida Municipal, executado pela EMHA e mais 131 (cento e trinta e uma), unidades habitacionais construídas com recursos do Programa de Subsídio Habitacional – PSH, executadas pela AGEHAB, com contrapartida do Executivo Estadual, totalizando 362 (trezentos e sessenta e duas) unidades. Para reassentamento da Favela Cidade de Deus (atendendo recicladores ou não), foram utilizadas as unidades construídas com recursos do FNHIS. (WIRTI, 2015, p. 3).

---

<sup>44</sup> O FNHIS é um fundo contábil de habitação de interesse social com destinação específica, composto por uma série de receitas a ele vinculadas. A criação do FNHIS possibilita a junção de recursos de diferentes fontes: da iniciativa privada (por meio de doações, pagamento de multas, etc.) e do Orçamento Geral da União. Esses recursos são repassados para os estados, Distrito Federal e municípios para apoiar a execução de programas habitacionais destinados à população de baixa renda, mediante a assinatura de contrato de repasse. As linhas programáticas e suas modalidades integrantes deverão ser revistas e definidas, a cada ano, pelo Conselho Gestor do Fundo – CGFNHIS. Disponível em: <http://novo.cnm.org.br/v4/v11/institucional/documento.asp?iId=33159>

Cerca de 20 famílias que não conseguiram as casas, resistiram no local e permaneceram na área, alegando falta de condições para pagar aluguel. No dia 6 de setembro de 2011, ao menos 30 pessoas destas mesmas famílias fizeram um protesto em frente à sede da EMHA, levando faixas e reivindicando moradia.

Outras duas etapas do Residencial José Teruel Filho foram construídas a partir deste protesto, envolvendo também a Agência Estadual de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB), na tentativa, por parte da prefeitura, de tentar solucionar o problema. Mesmo assim, nem todas as famílias foram contempladas. Os ocupantes que não foram beneficiados, novamente continuaram resistindo em manter suas moradias na área. Os desdobramentos referentes à persistência e às possibilidades de uma remoção da favela foram constantes desde sua formação, no ano de 2008.

No processo de construção das 3 (três) etapas do Conjunto Habitacional José Teruel Filho, casas foram ocupadas por algumas famílias, alegando que estavam cadastradas e não que foram contempladas. Elas relataram que outras famílias de áreas diferentes foram beneficiadas, e não concordavam com o desfecho do processo.

Em entrevista<sup>45</sup>, Meire da Silva Batista diz que ocupou a casa, pois a PMCG estava beneficiando outras pessoas/famílias que não tinham relação com a “Cidade de Deus”, sendo que dois sorteios já haviam sido realizados e ela ainda esperava pela habitação. Segundo ela, a PMCG estava beneficiando pessoas/famílias que não precisavam e, alguns, logo colocaram as casas à venda. Ela ainda mencionou valores de R\$ 1.500,00 nas negociações.

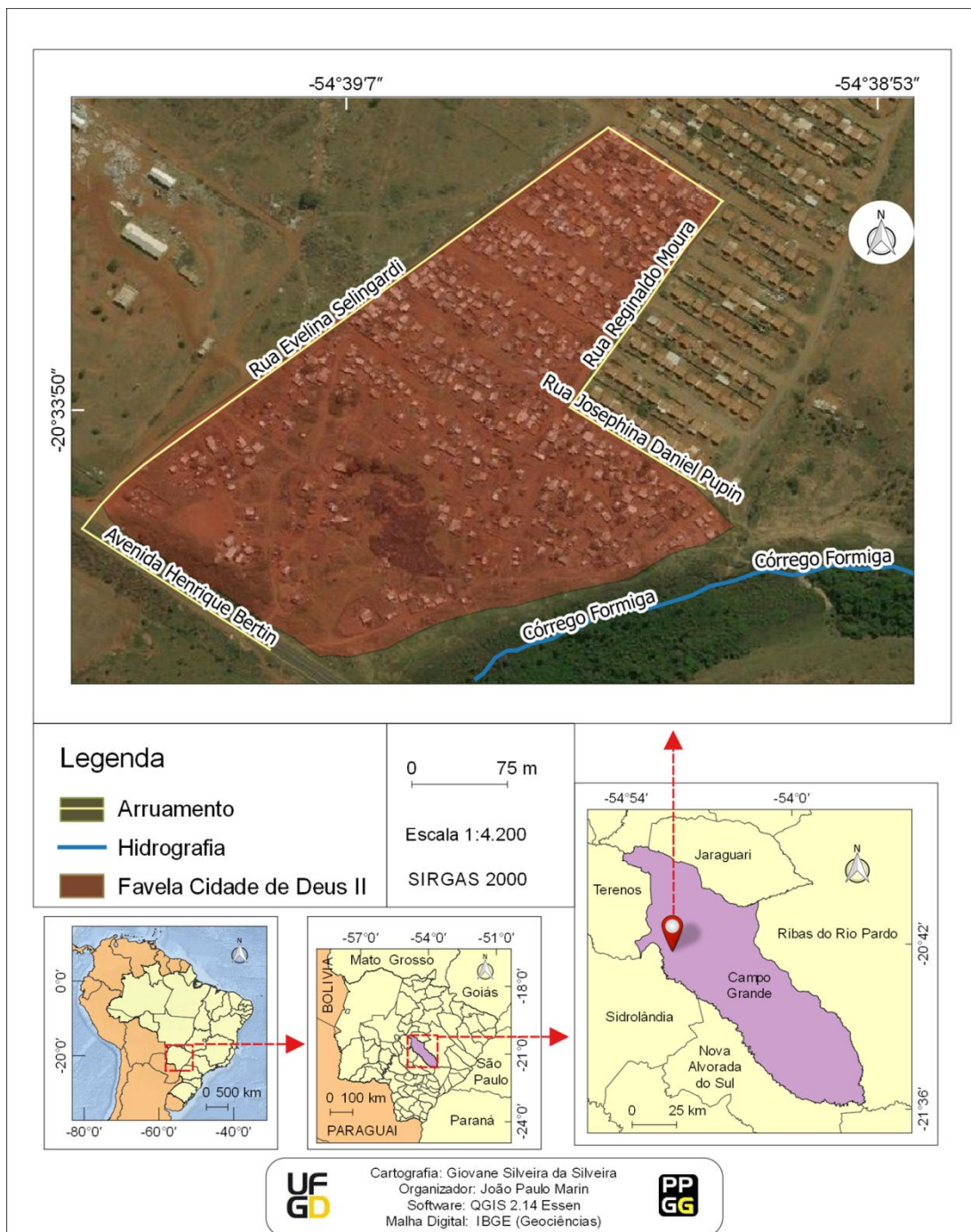
Na mesma entrevista, Cleuza Soares da Silva, que estava ocupando uma das casas e foi ameaçada de despejo, diz que lhe foi entregue um papel. Cleusa não sabe ler e escrever e recusou-se a concordar com o despejo, e, mesmo assim foi notificada para sair da casa em até 24 (vinte e quatro) horas.

A remoção de alguns ocupantes, a partir dos programas habitacionais no ano de 2011, abriu precedente para que, no dia 24 de dezembro de 2012, outras famílias chegassem a ocupar uma área ao lado da antiga favela (Residencial José Teruel Filho). Segundo os entrevistados, a nova favela ficou conhecida como a “Cidade de Deus II”. (Figura 2).

---

<sup>45</sup> Ver <https://www.youtube.com/watch?v=GCvF1tvuzg8>

**Figura 2:** Campo Grande-MS - localização da favela “Cidade de Deus II” (2014).



Cartografia: Giovane Silveira, 2017.  
Organizador: Marin, 2015.

A situação de diferenciação na cidade mostra-se no momento em que alguns ocupantes são “beneficiados” com casas populares e outros permanecem morando na “ilegalidade”. Uma das dificuldades encontradas é a falta de alguns documentos e comprovantes necessários para a máquina que move a burocracia de ordem política e administrativa.

Outro ponto importante é o processo referente ao cadastro das famílias, por meio das agências responsáveis pela habitação (municipal e estadual). Esse processo, em muitos casos, é realizado com o sorteio das casas. A justificativa para o sorteio é sempre relacionada com a demanda, ou seja, nunca existem projetos que atendam a todos os cadastrados.

Para Castro (2009, p. 32, grifos nossos):

Podemos afirmar que se torna necessária uma política habitacional que atenda as reais necessidades da população de baixa ou mesmo nenhuma renda e que, em grande parte das vezes, é excluída de projetos e programas habitacionais por não ter condições de apresentar comprovação de renda, pois se encontra, por exemplo, à margem do mercado formal de trabalho. No entanto, o que se observa é que velhas fórmulas continuam sendo utilizadas para se tentar resolver problemas que apresentam novos conteúdos.

Os aspectos que compõem a paisagem<sup>46</sup> da favela “Cidade de Deus II” já se tornaram característicos, conhecidos e estereotipados. A paisagem é composta por barracos<sup>47</sup> construídos a partir de diferentes tipos de materiais como: lonas, placas, madeiras, plástico, tijolos, telhas, enfim, materiais de refugo.

Percebe-se que muito daquilo que é considerado descartável acaba por ganhar nova utilidade nas mãos dos ocupantes. Esse fato nos leva à questão da autoconstrução, prática comum em favelas, principalmente aquelas que não persistem por muito tempo, assumindo um caráter de acampamento, algo temporário. Nesse tipo de ocupação, caso as famílias tenham que sair do local, levam consigo parte dos materiais utilizados ou, em alguns casos, os deixam para outros ocupantes.

---

<sup>46</sup> “A paisagem é uma forma histórica específica que se explica através da sociedade que a produz, um produto da história das relações materiais dos homens que, a cada momento, adquire uma nova dimensão, aquela específica de um determinado estágio do processo de trabalho vinculado à reprodução do capital. O plano do habitar revela algumas das estratégias da reprodução econômica, enquanto processo de valorização/desvalorização de áreas, apontando um movimento da população entre áreas centrais e a periferia. Significa a necessidade de repensar a relação centro-periferia definido como consequência dos processos de implosão-explosão da metrópole, que redefinem, constantemente, o conteúdo e a lógica da reprodução do espaço em função do processo de valorização como condição de realização da propriedade privada (e não, como consequência de um modelo de distribuição segundo o qual haveria uma diminuição do preço da terra urbana na medida em que nos distanciamos do centro em direção à periferia).” (CARLOS, 2007, p. 97).

<sup>47</sup> “Pequena habitação de madeira, coberta de palha, telha ou zinco, geralmente construída em morros ou favelas: barracão. Qualquer casa muito simples, rústica, com instalações precárias.” Disponível em <https://www.dicio.com.br/barraco/>

No caso da autoconstrução, que na sua finalidade e essência não deve ser entendida como uma forma de poupança, mas enquanto uma solução de subsistência, cria-se um dos elementos - a moradia - indispensáveis como meio de vida, que acaba por se constituir em uma fórmula que rebaixa o custo da reprodução da força de trabalho, permitindo realizar uma extração do excedente econômico apoiada em salários que podem ser constantemente deprimidos. (KOWARIK, 1979, p. 57, grifo nosso).

Observando o aspecto das favelas na cidade de Campo Grande, e particularmente o da “Cidade de Deus”, podemos estabelecer uma relação com o apontamento feito por Kowarick (1979, p. 149, grifos nossos):

Os materiais com que se constroem os barracos – madeiras usadas, papelão, placas e cartazes de rua, chapas de zinco, pedaços de telhas de barro ou amianto, ferro velho de todo o tipo, lambris imprestáveis, pedaços de lonas, enfim, objetos os mais diversos, inúteis ou já utilizados pelo mundo urbano – são, geralmente, obtidos nos “lixões” das redondezas. Para o favelado este lixo urbano constitui a matéria-prima com que confecciona e repara o barraco. (...) Há, enfim, uma constante reutilização das sobras que já foram consumidas, decorrente de uma prática de sobrevivência na pobreza que revive e dá sentido a artefatos que a sociedade transformou em lixo.

A falta de pavimentação e rede de esgoto na área cria mais uma difícil situação, que nega a essas pessoas uma infraestrutura importante na consideração daquilo que compõe a cidade. Segundo os entrevistados, em dias de chuva, os ocupantes sofrem com goteiras, alagamentos nos barracos e fortes ventos e, conseqüentemente, torna-se difícil transitar pelas “ruas”. Alguns barracos precisam ser esvaziados para que não sejam perdidos os poucos pertences. Já em dias de tempo seco, a poeira afeta o cotidiano dos moradores e, principalmente, a saúde das crianças<sup>48</sup>.

O frio é outro inconveniente aos ocupantes da favela, uma vez que os barracos não oferecem condições para suportar essa estação do ano. Para algumas famílias, a solução está em fogões à lenha improvisados para esquentar, principalmente, a água para o banho. Essa solução serve como uma forma de “poupar” o gás de cozinha, que, para os ocupantes, é extremamente importante e custa caro.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> Em entrevistas realizadas com algumas famílias da favela, identificamos a presença de 22 (vinte e duas) crianças. Contudo, quando consideramos todos os casebres, esse número é muito maior.

<sup>49</sup> Ver <https://www.youtube.com/watch?v=ntwooiCS92I>

Para Trindade Jr (1993, p. 119):

“Essa situação, na verdade, coloca-se como um agravante da baixa qualidade de vida dessa população, dificultando-lhe o direito à cidade. [...] A questão da pobreza não se reflete apenas pela insuficiência de renda, mas igualmente pelas condições apresentadas pelo próprio espaço vivido [...]”.

Os ocupantes da “Cidade de Deus II”, em sua maioria, já possuíam inscrição nos órgãos responsáveis pela habitação no município, alguns há quase dez anos. Os que não possuíam cadastro corriam o risco de não ter para onde ir, caso a remoção fosse realizada.<sup>50</sup> Os ocupantes sem cadastro alegavam não possuir toda a documentação necessária exigida pela EMHA e AGEHAB.

No ano de 2013 não houve tentativa de remoção concreta, apenas boatos e, segundo os ocupantes, muitas “promessas” foram feitas por parte de políticos e futuros candidatos, em visitas frequentes à favela.

Ainda em 2013, uma decisão judicial de primeiro grau, cuja ação foi movida pela PMCG, decidiu pela reintegração de posse da área onde a favela “Cidade de Deus II” está localizada. Entretanto, algum tempo depois, o desembargador Vilson Bertelli (TJMS) decidiu, em segundo grau, pela suspensão da reintegração de posse.

Uma sessão na Câmara Municipal foi marcada, confirmando a presença do então prefeito, Alcides Bernal, para, junto aos vereadores, discutir uma solução para a questão. O prefeito não compareceu e os ocupantes e representantes da “Cidade de Deus” permaneceram no local e cobraram seus direitos por meio de manifestação.<sup>51</sup>

No ano de 2014, as mudanças no cenário político do município de Campo Grande e no estado de Mato Grosso do Sul acabaram por influenciar nas possibilidades da permanência, ou remoção, e um “rio” de “promessas” e informações nebulosas correu pelas vielas da favela.

As visitas de políticos à área, com promessas de casa própria para os ocupantes, foram constantes durante toda a existência da favela. Para Kowarick (1979, p. 76, grifo nosso), “[...] não se pode esquecer que, onde os favelados são numerosos, sempre existem grupos interessados em oferecer determinados serviços de infra-estrutura [sic] ou mesmo a garantia de não removê-los em troca de uma certa quantidade de votos [...]”

---

<sup>50</sup> Informações obtidas em pesquisa de campo, em conversas e entrevistas junto aos moradores em setembro de 2015.

<sup>51</sup> Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=7PlgppkyICU>

Conforme Rodrigues (1988, p. 37), a favela pode ser vista “[...] como local onde se conseguem votos – nessa visão é necessário visitar os favelados, fazer promessas, tratá-los como iguais (porque seus votos valem o mesmo que o dos outros) ...”

No contexto dessa discussão, são oportunas as palavras de Santos (1993, p. 41): “O eleitor também não é forçosamente o cidadão, pois o eleitor pode existir sem que o indivíduo realize suas potencialidades como participante ativo e dinâmico de uma comunidade”.

Ainda segundo Santos (1993, p. 126), “Votar passa a ser mais um ato de consumo – o consumo do título de eleitor – e não o exercício do direito de escolha de um futuro para seu país, sua região, seu lugar. Nestes, e em tantos outros casos, a satisfação imediata toma o lugar da busca incessante dos valores”.

No mês de setembro de 2014, um corte no fornecimento de energia na favela motivou um protesto que culminou no fechamento da BR-262 por parte dos ocupantes, que utilizaram pneus, galhos, pedras e entulhos para bloquear a pista. O protesto reforçava a atuação e importância das mobilizações sociais<sup>52</sup> na luta por direitos.

O protesto teve início na manhã do dia 8 e foi acompanhado pela Polícia Rodoviária Federal - PRF. Após o fim do bloqueio, os ocupantes dirigiram-se para o centro da cidade reivindicando o direito de falar diretamente com o então prefeito, Gilmar Olarte. Na ocasião, policiais militares e guardas municipais realizaram a segurança do prédio.<sup>53</sup>

No final do ano de 2014, o Ministério Público Federal - MPF e a Prefeitura Municipal de Campo Grande entraram com pedido de reintegração de posse da área, considerando transferir temporariamente todos os ocupantes para uma área localizada ao lado do conjunto Leon Denizart Conte, próximo ao Jardim Noroeste. O mesmo está localizado a oeste da cidade, distante cerca de 20 km da favela “Cidade de Deus II” e nunca contou com nenhuma infraestrutura habitacional, fato que, por si próprio, já inviabilizaria uma remoção com um mínimo de dignidade para as famílias.

---

<sup>52</sup> Ver: [https://www.youtube.com/watch?v=FiSblbO3zvk&list=PLjqIKZaajMt\\_LhRZm1hXQWcVAwtRBpfBJ&index=4](https://www.youtube.com/watch?v=FiSblbO3zvk&list=PLjqIKZaajMt_LhRZm1hXQWcVAwtRBpfBJ&index=4)

<sup>53</sup> Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=ge8bS2x78hI>

A Prefeitura cogitou, na época, até a possibilidade de oferecer um “Kit Barraco”<sup>54</sup> para a transferência das famílias para a Jardim Noroeste. Essa possibilidade de remoção reforçava e chamava atenção para a fronteira existente no acesso à moradia.

As famílias já possuem um apego ao lugar, por meio de sua relação com o trabalho, educação, saúde, familiares, entre outros fatores. Assim o lugar na cidade, que é mediado e definido pela propriedade privada da terra, pode definir o acesso do indivíduo/família a tudo que a cidade oferece, e que, em muitos casos, estão indisponíveis aos mais pobres.

Nós podemos trocar de lugares, mudar, mais isso é ainda a procura de um lugar, precisamos de uma base para estabelecer nossa existência e realizar nossas possibilidades (...) Claramente, nesse contexto ‘lugar’ significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipo de experiência e envolvimento com o mundo, à necessidade de raízes e segurança. (RELPH, 1979, p. 16, grifos nossos).

No caso da remoção para o Jardim Noroeste, havia a preocupação com a questão do transporte para deslocamento na cidade, principalmente para o trabalho, já que isso demandaria mais tempo e dinheiro para os ocupantes que, ainda assim, estariam vivendo em situação de risco e longe de suas relações cotidianas.

Diariamente a população das cidades dispõe de um tempo considerável para se deslocar de um ponto ao outro, e o faz também não como uma opção, mas porque é preciso ir de casa para o trabalho, do trabalho às compras, da escola para a casa, ou desta à creche para deixar o filho antes de ir ao trabalho, ou... O aumento das necessidades de deslocamento no interior das cidades decorre do aumento das concentrações urbanas, mas sobretudo da lógica que as produz. [...] As necessidades crescentes de deslocamento no interior da cidade acentuam-se também em função do próprio processo de sua produção territorial. [...] As dificuldades para a circulação no interior das cidades não são decorrência apenas do aumento das distâncias entre um ponto e outro, mas tem relação direta com os meios de transporte disponíveis, e os sistemas viários que vão sendo implantados. (SPOSITO 1993, p. 44, grifos nossos).

A pesquisa que Kowarik (1979, p. 79 – 80, grifos nossos) realizou, no ano de 1979, em favelas na cidade de São Paulo, já demonstrava uma realidade muito parecida, relacionada à remoção de favelas.

---

<sup>54</sup> Segundo a PMCG o “Kit Barraco” é composto por telhas de amianto e madeirites.



No caso do terreno ser público ocorrem as famosas remoções: quando não conseguem escapar da vigilância da Prefeitura, mudando-se para outros aglomerados, os habitantes dos barracos são transferidos para as Vilas de Habitação Provisórias que, além de estarem longe dos locais de emprego, pois estão situados nas “periferias” extremas da cidade, em nada se diferenciam das favelas.

A mudança não agradou a maior parte dos ocupantes, sobretudo no que diz respeito à falta de condições básicas como, por exemplo, “casas”, posto de saúde, escolas e acesso ao trabalho. Além disso, esse novo local não suportaria a demanda e procura pelos serviços citados e distanciaria quase todos os moradores do seu local de trabalho.

Os ocupantes prometeram, na época, resistir, caso fossem transferidos no prazo determinado, o que gerou tensão e o medo da violência policial, uma vez que mulheres, crianças e idosos compõem boa parte das famílias. A Guarda Municipal se mobilizou na intenção de evitar novas manifestações na BR-262<sup>55</sup>.

Os moradores do Jardim Noroeste também não concordavam com a remoção - afinal, iriam apenas remover uma favela e criar outra, não oferecendo às famílias uma possibilidade de moradia digna. Os moradores do Jardim Noroeste, organizados, fixaram uma faixa em protesto à remoção.

A favela, contudo, não deixa de ser um problema, pelo menos em dois sentidos. Primeiro, porque choca o bom cidadão. Alarma a consciência tranqüila [sic], que advinha no amontoado de barracos um foco de delinquência [sic], promiscuidade e vadiagem. Ao contrário do que supõe a boa consciência, no entanto, inúmeros dados mostram que a favela é um microcosmo onde se espelha o conjunto de situações sócio-econômicas [sic] e culturais que caracteriza os habitantes pobres da cidade. (KOWARICK, 1979, p. 159, grifo nosso).

A possibilidade de transferência para o Jardim Noroeste, sem nenhuma infraestrutura para tal, provocou manifestações contrárias à remoção. Entendemos que muitos moradores e lideranças consideram que, sem um projeto, seria inviável uma remoção e, por outro lado, o “peso” do nome favela já traz um estigma social e alguns preconceitos.

Por fim, em virtude das manifestações dos ocupantes e da posição contrária da grande maioria, a remoção não aconteceu, inclusive porque, nessas condições, seria ilegal.

---

<sup>55</sup> Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=6o-kXXvkmF4>

Muitas famílias viveram e vivenciaram a “Cidade de Deus II” e ali desenvolveram suas atividades e ligação com a cidade. Entre os ocupantes havia indígenas, famílias vindas de países vizinhos como Paraguai, Peru e Bolívia, e pessoas vindas do campo.

Entre os entrevistados<sup>56</sup>, que tem sua origem no campo, temos o caso de Santina e Ane. Santina veio com sua família para a cidade de Campo Grande há 5 (cinco) anos, saindo do assentamento Santa Terezinha em Sidrolândia-MS. Antes de construir um barraco na favela “Cidade de Deus II”, morou de aluguel no Jardim Colorado. Já Ane e sua família vieram da Fazenda Jaraguari, área rural de Campo Grande, onde eram caseiros e moravam em uma casa cedida.

Uma parcela significativa dos ocupantes atuava na coleta seletiva de materiais recicláveis, dada à proximidade com o “lixão” da cidade, que os mesmos também chamavam de “buracão”. Outra parcela buscou seu sustento em “serviços gerais”, atuando como carpinteiro, ajudante de pedreiro, entregador, entre outros. O cheiro desagradável vindo do “lixão” é mais uma das dificuldades enfrentada pelos moradores.

A luta é diária e, assim, as formas de reprodução da vida, se revelam nas relações de vizinhança, nas relações de solidariedade que se fortalecem, ou mesmo nos conflitos e contradições internos na própria favela. Os ocupantes compartilham várias situações, incluindo a atuação de lideranças e algumas regras básicas de convivência.

Na favela “Cidade de Deus II”, consideramos que existiu uma diferenciação, por parte dos ocupantes, na forma e na lógica de “ocupar” a área. Os barracos próximos ao Residencial José Teruel Filho foram os primeiros a serem construídos no final do ano de 2012. Assim, parte dos trabalhadores atuava em serviços gerais e, não necessariamente, estão ligados ao “lixão”. Já nos barracos próximos a BR-262, os ocupantes, em sua maioria, atuavam na coleta de materiais recicláveis. Esta distribuição não é regra, mas ficou evidente em nossa pesquisa de campo. Assim, consideramos que a favela ficou associada aos catadores de materiais recicláveis, principalmente por meio da mídia; por outro lado, nem todos os ocupantes tinham ligação com o lixão.

O acesso à saúde é outro importante fator da desigualdade socioespacial vivenciada por essas famílias que não eram atendidas no posto de saúde localizado

---

<sup>56</sup> Informações obtidas em pesquisa de campo, em conversas e entrevistas junto aos ocupantes em setembro de 2015.

apenas a alguns metros da favela. Os ocupantes precisavam se deslocar até a Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro Aero Rancho, a cerca de 4 km de distância. Não só isso, os moradores da área onde fica a UBS, sem um comprovante de residência regulamentado pela prefeitura, também não podem ser atendidos.

O acesso de pessoas com algum tipo de limitação física, ou necessidade especial, é outro ponto crítico vivenciado pelos ocupantes da Cidade de Deus II e de outras favelas, considerando, entre outros, o acesso à saúde. Seu Carlos, que veio da cidade de Anastácio-MS e morava em uma casa cedida, relatou que um familiar, com necessidade especial, tem sérias dificuldades de mobilidade, principalmente em dias de “tempo ruim”<sup>57</sup>.

A trajetória das famílias da favela “Cidade de Deus II” é marcada por inúmeras situações de dificuldades, quando, por exemplo, um casebre de uma pessoa idosa (e sozinha) é destruído por um “vendaval” e não lhe resta nada além da solidariedade de outros ocupantes.

Essa realidade intensifica as contradições fazendo com que a configuração urbana se redefina, uma vez que a lógica que determina a diferenciação socioespacial está relacionada a formas de apropriação do espaço. Tais formas mediam e, sobretudo, negam o direito de uso, tanto para a moradia digna, quanto para o acesso a direitos básicos, incluindo a saúde e a mobilidade.

Vale destacar que a PMCG, no período de existência da favela, esteve, constantemente, tentando negociar uma proposta de remoção com os ocupantes e esta possibilidade revelou diferentes opiniões por parte dos mesmos. A grande maioria aceitaria uma mudança, desde que fosse para uma habitação popular e não para outra área sem infraestrutura alguma, como a proposta feita a eles em 2014. A área determinada (Jardim Noroeste), também afastaria a maioria dos ocupantes de seu trabalho, seja ele formal ou informal, devido à distância.

São inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos ocupantes da “Cidade de Deus II”, e as mais evidentes e imediatas sempre foram o acesso aos serviços de fornecimento de água e energia elétrica. O corte de energia elétrica foi algo corriqueiro, desde a criação da favela e nem mesmo os ocupantes sabem ao certo quantificar os cortes.

---

<sup>57</sup> Informações obtidas em pesquisa de campo, em conversas e entrevistas junto aos moradores em setembro de 2015.

Na manhã de quinta-feira, 10 de dezembro de 2015, foi realizado o corte da energia elétrica por parte da concessionária Energisa<sup>58</sup>. A empresa, por meio de nota, alegou que na “Cidade de Deus” existiam ligações clandestinas, que, além de crime, colocavam a vida das pessoas em risco e que estava cumprindo as determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O corte de energia levou os ocupantes, mais uma vez, a realizarem um protesto que interditou a BR-262, utilizando-se de pneus queimados e galhos.

Nos anos de 2015 e 2016 choveu acima da média na cidade de Campo Grande, e isso acentuou as dificuldades diárias vivenciadas pelos ocupantes, no que se refere a infiltrações e goteiras nos barracos.

A continuidade de enchentes incorpora-se ao cotidiano e pode servir para compreender que aqueles que moram nas áreas atingidas pelas enchentes estão entre os mais pobres. O que ocorre em um período do ano, acompanha o cotidiano dos moradores despossuídos. Estes perdem: móveis, madeiras do barraco, roupas, etc., o que significa que devem trabalhar ainda mais o resto do ano para tentar repor as perdas. (RODRIGUES, 1988, p. 206).

Este fato resultou na perda de pertences, agravou os problemas de saúde e as dificuldades de acesso ao trabalho, impondo uma realidade ainda mais difícil.

Dessa forma, se revela o modo de reprodução de vida daqueles que parecem não ter direito à cidade. A vida se realiza no processo de trânsito de um local a outro, sem perspectivas, marcando a fronteira entre estar fisicamente na cidade e não poder assegurar o direito de uso. A “casa própria”, nessa perspectiva, passa a ser um “sonho” de consumo.

A realidade é marcada pela privação, exclusão, desenraizamento e, em muitos casos, pela marginalização social. E, nesse processo, tentam (re)existir por meio da sua reconstituição como indivíduo, reforçando que a luta pelo direito à cidade é marcada por uma dimensão mais ampla: a tentativa de reconstrução da própria vida.

---

<sup>58</sup> Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S.A.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa de mestrado, partimos do levantamento de uma área de ocupação na cidade de Campo Grande-MS, tomando como objeto de análise a favela “Cidade de Deus”, que passou por duas diferentes “etapas”: a primeira (“Cidade de Deus I”) ocorreu entre os anos de 2008 e 2011 e, a segunda (“Cidade de Deus II”), entre os anos de 2012 e 2016.

A partir da análise de tal área de ocupação, procuramos trazer alguns elementos para se pensar a questão da fronteira para além de sua acepção físico-territorial, sendo considerada na perspectiva do conflito colocado pela propriedade privada da terra, que impõe limites ao direito de uso. A dificuldade de acesso à terra, uma mercadoria não acessível a todos, acaba por impulsionar a necessidade de luta pela moradia por meio da ocupação de uma área na cidade. Esse foi o caso da favela “Cidade de Deus II”. Ao serem questionados sobre os motivos de estar ali, a maioria dos ocupantes ressaltava a dificuldade em pagar aluguel. Assim, a ocupação se coloca como forma de acesso não apenas à moradia, mas à cidade em seu conjunto e, num sentido mais amplo, como forma de reprodução da própria vida.

Em consonância, também buscamos questionar a ideia de que, na cidade de Campo Grande (cujo déficit habitacional, no ano de 2014, girava em torno de 35 mil moradias), não existiriam favelas, haja vista pensarmos que o debate sobre o tema é mais amplo e complexo.

Cabe reforçar que a denominação favela pode assumir diferentes acepções, havendo também diferentes versões sobre a origem do nome.

De acordo com o IBGE, um aglomerado subnormal, para ser denominado favela, precisa ter 51 unidades/barracos. Em Campo Grande boa parte das ocupações existentes não possui essa quantidade de barracos. Por outro lado, algumas ocupações não permanecem por muito tempo, principalmente as que ocorrem em áreas particulares.

Nesse sentido, a favela, em sua complexidade, não pode ser entendida por si só, e nem a partir de elementos estritamente quantitativos, sendo necessário considerar os processos que determinam as relações sociais. Isso reforça a importância e dá relevância aos estudos empíricos, pois os dados oficiais não retratam a realidade. Assim, diferentes fontes de informação foram utilizadas nesta pesquisa.

As ocupações em Campo Grande, em muitos casos, ocorrem ao lado de conjuntos residenciais considerados populares, ainda em construção, e servem como estratégia, por parte dos ocupantes, para pressionar a inclusão no cadastro dos programas de habitação popular. Outras ocupações também ocorrem antes das casas de tais residenciais serem entregues. Na década de 1990, o quadro era de ocupações em áreas de várzea, quase sempre ao longo dos córregos da cidade e com poucos barracos.

Também percebemos que, até certo ponto, é comum nomes de favelas/ocupações associadas a filmes e novelas. Assim, nomes como “Portelinha” e “Cidade de Deus” acabam sendo utilizados.

A trajetória da favela “Cidade de Deus II” foi marcada por mobilizações e manifestações motivadas, principalmente, por cortes no fornecimento de energia elétrica e água.

No ano de 2014, a área chegou a ter aproximadamente 200 barracos, sendo que seus ocupantes enfrentavam dificuldades de diferentes ordens. A ameaça de remoção e o sentimento de incerteza/insegurança geraram vários protestos.

A remoção que ocorreu no ano de 2016, teve um caráter eleitoral e não ofereceu condições estruturais para as famílias. Ser retirado de sua área de ocupação, mudar-se e ter de construir uma casa morando em um barraco “nos fundos” é, no mínimo, ilegal, para não dizer desumano. Mesmo após um ano da remoção, os ocupantes ainda viviam em barracos e não estavam recebendo o auxílio acordado com a prefeitura municipal.

A cidade de Campo Grande tem um histórico de áreas ocupadas de forma “irregular”, devido, dentre outros motivos, ao rápido crescimento populacional, impulsionado pela criação do Estado do Mato Grosso do Sul e, conseqüentemente, tornando-se sua capital.

A partir do ano de 2006, foi atualizado o Plano Diretor, bem como realizadas obras que visavam ao saneamento básico, com significativo aumento da rede de esgoto no município. As obras, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tiveram impacto na regularização da terra em toda cidade, incluindo o centro e seu entorno. Os desdobramentos de tal processo são, sem dúvida, significativos, levando, muitas vezes, ao distanciamento socioespacial.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou levantar elementos que possam contribuir para a discussão das formas de apropriação e uso do espaço urbano em Campo Grande.

Contudo, considerando que a remoção foi realizada no decorrer de nosso estudo, esse processo, sem dúvida, ainda assumirá novas dinâmicas, nuances e desdobramentos passíveis de pesquisa e análise.

Também vale destacar que, apesar de ser capital do estado de Mato Grosso do Sul, a cidade de Campo Grande foi pouco tomada como objeto de análise mais aprofundada, na perspectiva da pesquisa científica, sobretudo no âmbito da Geografia Urbana. Isso reforça não apenas a importância em se contribuir (mesmo que por meio de um estudo de caso), com a análise do processo de apropriação e uso do espaço urbano, mas, sobretudo, aponta para a importância da continuidade na investigação, atentando e considerando, inclusive, a questão dos movimentos sociais de luta pela moradia.

## REFERÊNCIAS

CALIXTO, M. J. M. S. **O espaço urbano em redefinição**: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade. UFGD. Dourados-MS, 2008.

CALIXTO, M. J. M. S. **Produção, apropriação e consumo do espaço urbano**. Uma leitura geográfica da cidade de Dourados-MS. Campo Grande: Ed. Da UFMS, 2004.

CALIXTO, M. J. M. S. Quando as fronteiras impulsionam a busca de saídas: a ocupação de áreas urbanas como forma de (re)existência. *In*: SILVA, E. A., ALMEIDA, R. A. de (Orgs.). **Territórios e territorialidades em Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Outras Expressões 2011, p. 169-182.

CAMPOS FILHO, C. M. O processo de urbanização visto do interior das cidades brasileiras: A produção, apropriação e consumo do seu espaço. **Cidades brasileiras**: seu controle ou o caos. São Paulo, Nobel, 1999.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTRO, M. A. A. de. **Tramas e dramas no urbano**. O projeto Renascer em Dourados-MS e o processo de reprodução socioespacial. Dourados, 2009. 115p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCH/UFGD.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática. 1993.

EMHA dá prazo para moradores saírem de barracões da Cidade de Deus. **Midiamax**, Campo Grande, 20 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.midiamax.com.br/noticias/769543-emha-da-prazo-para-moradores-sairem-de-barracoes-na-cidade-de-deus.html>. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

IBGE. **Aglomerados subnormais**. Informações Territoriais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2016.

IBGE. Censo demográfico 2010. Aglomerados subnormais. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/cartograma/mapa.php?lang=&coduf=50&codmun=500270&idtema>

=85&codv=v05&search=mato-grosso-do-sul|campo-grande|sintese-das-informacoes-. Acesso em 12 de abril de 2016.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

MARIN, J. P. M. **O processo de luta pela moradia em Campo Grande-MS: uma análise socioespacial da favela “Cidade de Deus II”**. Dourados, 2017. 134p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFGD

NUCCI, R. JÚNIOR, F. Moradores da cidade de deus não querem trocar “uma favela por outra”. **Campograndenews**, Campo Grande, 20 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/moradores-da-cidade-de-deus-nao-querem-trocar-uma-favela-por-outra>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

OLIVEIRA, J. A. de. Meio século de transformações e permanências: a cidade no Brasil (1930-1980). In: BELTRÃO SPOSITO, Maria E. (org). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: (s.n), 2001 p. 45-57.

RELPH, E. C. As Bases Fenomenológicas da Geografia. In: **Geografia**, n. 4 (7). Rio Claro, SP. 1979, p. 1-25.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.

RODRIGUES, A. M. **Na procura do lugar o encontro da identidade: Um estudo do processo de ocupações de terras: Osasco**. São Paulo, 1988. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH/USP.

RODRIGUES, A. M. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: produção do espaço urbano. Agentes, escalas e conflitos. In: CARLOS, Ana Fani A. SOUZA, Marcelo L., SPOSITO, Maria E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 207-230.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993.

SPOSITO, M. E. B. A urbanização no Brasil. **Geografia**. Série Argumento. São Paulo. CENP, 1993.

TRINDADE JR., S-C C. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: UFPA/NAEA, 1993.

WIRTI, D. H. **A favela cidade de Deus em Campo Grande-MS: Gênese, conflitos e a negação do direito à moradia**. Campo Grande, 2015. 25p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – UEMS.



# A PRODUÇÃO DOS SIGNIFICADOS DE NATUREZA NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE DOURADOS-MS (1970-2018)<sup>59</sup>

*Bruno Ferreira Campos*

## INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa, na qual apresentamos a essência de seus propósitos e resultados neste capítulo, foi o de compreender a produção dos significados de natureza, a partir da consolidação de Dourados-MS como polo regional agrícola, desde a década de 1970, e como isto repercutiu na produção do espaço urbano. Como objeto principal de investigação da pesquisa - questão que indicou a partida e acomodou o retorno, com novas objeções - teve-se a disputa pela apropriação dos fundos de vale na cidade, áreas que são técnica e juridicamente reconhecidas como ambientais.

A importância de desenvolver uma pesquisa sobre os significados de natureza, ao longo da intensificação do processo de urbanização<sup>60</sup> de Dourados, reside no fato de que, historicamente, desde a profícua articulação entre industrialização e urbanização, o capitalismo tem, neste arranjo, a dinâmica de sua acumulação. Com isso, na cidade, a propriedade privada da terra, reconhecida jurídica e socialmente, sofre um processo de intensificação da sua “valorização”<sup>61</sup>, ou seja, da possibilidade de auferir renda.

No atual momento da produção social do espaço douradense, vê-se a presença objetiva e subjetiva da questão ambiental, assim como em outros tantos lugares do mundo, onde o “verde” também tem implicado em novas relações. Ao observar a

---

<sup>59</sup> Texto oriundo de tese de doutorado realizada no Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGG, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, e defendida no ano de 2018, intitulada “A produção dos significados de natureza no processo de urbanização de Dourados-MS (1970-2018): os papéis desempenhados pelo planejamento urbano e ambiental na reprodução das desigualdades socioespaciais”. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/399>

<sup>60</sup> Entende-se como a difusão do fato urbano para a maior quantidade de espaços possíveis, o que resulta no crescimento das cidades, sua melhor expressão simbólica e material, bem como a firmação do desempenho de seus papéis/funções, com cada vez mais subjugação do campo pela cidade.

<sup>61</sup> Toda vez que mencionarmos o termo valorização, entre aspas, se estará fazendo alusão, em verdade, ao movimento artificial de preços, marca do mercado especulativo de terras, uma vez que somente o trabalho (social) gera valor, e a terra não é produto deste, e sim da natureza. No entanto, a terra, no capitalismo, aparece como uma mercadoria *sui generis*, uma vez que as localizações apropriadas privadamente sempre se beneficiam do movimento dos produtos do trabalho, e então de valorização, no processo geral de acumulação capitalista, por consistirem em um fator de produção.

dinâmica imobiliária atual, na manifestação de seus processos na paisagem, é notório o modo como isso tem sido capturado pelos agentes na viabilização de novos vetores de valorização *no* e *do* espaço, como possibilidade de reprodução ampliada do capital.

Coube, então, a realização de uma investigação acerca dos períodos e dos espaços socialmente produzidos que marcam, na história do lugar, a gênese deste processo. Ou seja, como tais espacialidades, dotadas de tais conteúdos, têm interferido na produção do espaço desta sociedade em questão, em sua inserção na totalidade social? Como os conteúdos, de “viés” ambiental, articularam as dinâmicas produtoras deste espaço nas décadas anteriores, até desembocarem no atual processo? Para responder tais indagações de pesquisa, fez-se o uso de autores que dedicam sua análise à produção social do espaço, como Lefebvre (2006), Smith (1988), Soja (1993), Rodrigues (2016, 2018), Carlos (2016), dentre outros.

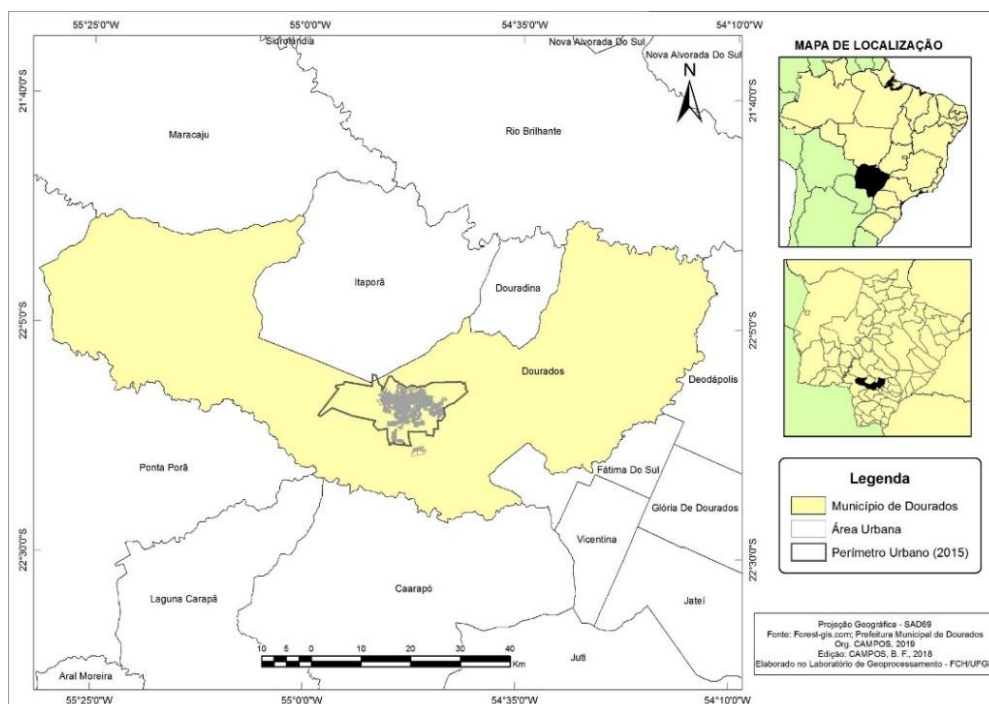
Foi preciso fazer a crítica do discurso e das práticas do planejamento urbano e ambiental. As áreas ambientais, por exemplo, apesar do discurso de “bem comum”, sobretudo pós-Estocolmo (1972), possuem preço, de tal forma que, muitas delas, encontram-se ofertadas no mercado imobiliário. Apesar disso, têm sido tratadas de forma muito imprecisa no decorrer do processo de constituição do espaço urbano. Uma imprecisão que parte dos políticos, gestores e planejadores, no Estado, sem nos esquecer também dos acadêmicos. Apesar da imprecisão, revela-se coerência na aparente desordem quando se observa seu significado, funções e papéis desempenhados ao mercado.

Diante disso, há todo um aspecto nebuloso envolto na questão que merecia um desvendamento cientificamente sistematizado.

## **CAMINHOS METODOLÓGICOS**

No bojo da investigação deste processo, teve-se aos papéis desempenhados pelas atividades de planejamento urbano e ambiental na constituição de arranjos no espaço intraurbano de Dourados-MS (Figura 1). Estes arranjos, uma vez perpetrados no imaginário social local, teriam contribuído para forjar o consenso no todo fragmentado e articulado que se reestruturava na relação do local com o global.

**Figura 1 – Dourados/MS: localização do município e da sede urbana.**



Fonte: CAMPOS, 2018.

Partiu-se da hipótese de que, por detrás da aparência de “Cidade Modelo”, uma alusão aos arranjos espaciais intraurbanos produzidos na esteira das atividades de planejamento, desde a década de 1970<sup>62</sup>, residiam nuances e estratégias singulares de produção, apropriação e consumo desigual da natureza no novo contexto que se inaugurara, marcados por um largo predomínio do signo urbano a comando das novas dinâmicas que passaram a ditar a produção deste espaço regional.

Com base na tradição legada por autores signatários do materialismo histórico e dialético, sobretudo em estudos sobre a questão urbana e ambiental no âmbito da Geografia, elaborou-se um conjunto metodológico com vistas à realização da pesquisa.

Para tensionar os pressupostos sob os quais erigia nossa hipótese, à luz da investigação científica, buscou-se:

- Identificar a perspectiva de uso e apropriação da natureza no projeto de colonização rural no extremo sul do então estado de Mato Grosso, no início do século XX.

<sup>62</sup> Estas visavam catapultar o processo de modernização desta região de modo diretamente associado ao novo estágio de desenvolvimento ao qual estava sendo submetida a porção *core* do país (BECKER e EGLER, 2003).

- Investigar os possíveis conflitos entre os modos locais (autóctones) da relação sociedade e natureza e a lógica presente no ímpeto desenvolvimentista do Estado-Nação.
- Analisar a concepção de natureza presente na racionalidade dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND/1972-1974 - II PND/ 1975-1979 - III PND/1980-1985), dirigidos à regionalização estabelecida para Dourados.

E por fim, e dando um sentido total ao esforço de pesquisa - uma vez que fora estabelecido como ponto de partida e retorno<sup>63</sup>-, houve uma busca pela compreensão das alterações nos significados de natureza na dinâmica contemporânea de atuação dos agentes imobiliários na produção do espaço urbano e da cidade de Dourados/MS.

Assim, partiu-se da observação das características dos processos que marcam atualmente a produção da cidade de Dourados, para então realizar “[...] um estudo ‘para trás’ do espaço social na sua história e sua gênese, a partir do presente, remontando para essa gênese – em seguida, retorno sobre o atual, o que permite entrever, senão prever o possível e o futuro” (LEFEBVRE, 2006, p. 7).

Nesta pesquisa, o espaço geográfico foi investigado enquanto produto social. Diante disto, houve a necessidade de elencar quem são os agentes que o produzem, e sob qual dinâmica o fazem. Durante sua realização, se esteve em acordo com Correa (1995, p. 12), no que tange à conceituação de agentes responsáveis pela produção do espaço urbano, considerando a diversidade de condições, formas, escalas e intensidade de atuação. Para Correa (1995, p. 12), os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano são “[...] a) Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; b) Os proprietários fundiários; c) Os promotores imobiliários”. Além destes, tem-se o Estado, que, apesar de não se constituir numa classe em si, foi entendido nesta pesquisa, em consonância com Correa (1995), enquanto Estado de classe, ou seja, como aquele que media os interesses de classes com vista a favorecer aqueles emanados pelas classes dominantes. Já pela esfera das frações da classe dominada tem-se, de acordo com Correa (1995, p. 12) os “[...] e) Grupos sociais excluídos”. E por fim, em acordo com aspectos já pontuados nesta pesquisa, destaca-se, também e, sobretudo atualmente,

---

<sup>63</sup> De tal modo que os esforços em torno de tais objetivos perseguidos não obedeceram necessariamente a uma sequência de etapas. Serviram mais para o direcionamento de tais esforços no desvelar do movimento histórico inerente ao objeto de pesquisa.

o agente financeiro, que, a cada vez mais, tem assumido o protagonismo na sua relação com o imobiliário<sup>64</sup>.

Definidos, assim, os agentes que produzem o objeto, sob o qual se delineou o recorte de pesquisa, a busca dos objetivos se deu por meio de levantamento documental, entrevistas, revisão bibliográfica, visitas a campo, em locais diversos da cidade (centro, ocupações irregulares, bairros “nobres”, parques, entre outros), ida a instituições públicas para levantamento de dados e informações, idas a empresas privadas para levantamento de dados e informações, levantamentos de campo e levantamento de dados secundários, sobretudo por meio de revisão bibliográfica. Após cada conclusão de etapas, de levantamento de dados e informações, os mesmos eram sistematizados e analisados. Tal análise foi sendo expressa por meio do uso de texto verbal escrito, tabelas, gráficos, cartografias, fotografias e documentos, que analisados sob uma perspectiva materialista crítica, resultaram na composição de um discurso científico que buscou expressar os sentidos do recorte temático do objeto de pesquisa na totalidade em movimento.

## **A PRODUÇÃO ATUAL DOS SIGNIFICADOS DE NATUREZA NO ESPAÇO URBANO DE DOURADOS-MS**

O conceito de produção da natureza e de seus significados atravessou toda esta pesquisa, uma vez que, de acordo com o geógrafo escocês Neil Smith, o mesmo possibilita uma análise e reflexão acerca da produção do espaço geográfico, a partir de uma teoria mais geral da produção da natureza. Ou seja, para Smith (1988), os elementos da natureza, quando inseridos como recursos no processo de produção são, assim como o espaço, e antecipando-o, igualmente produzidos.

Neste mesmo sentido, para Rodrigues (2016), a referência ao conceito de natureza na humanidade não é algo novo, para agora assistir a culpabilização de todos, abarcados numa conceituação unívoca, diante de uma relação que é diferente e desigual. Em razão disto, aponta que é preciso pensar a natureza enquanto categoria de análise, e

---

<sup>64</sup>Apesar da utilização da definição de Correa (1995), para fins desta pesquisa, há outros autores brasileiros com tradição no uso desta noção, como: Bahiana (1978); Souza, M. A. de (1994); Santos, M. (1996); Vasconcelos (1997). Além destes, há também a forte presença desta noção entre autores estrangeiros, como Topalov (1974); Capel (1974 e; Whitehand (1992).

que, diante do atual panorama, aparece como suporte elementar na compreensão do movimento da totalidade.

Diante de tais considerações, durante a pesquisa se buscou estabelecer maior ênfase na busca dos significados de natureza redefinidos a cada nova nuance manifestada nas funções e papéis desempenhados pelas atividades do planejamento urbano e ambiental, e em sua articulação com a dinâmica protagonizada pelos agentes do mercado, produtores do espaço urbano.

Partiu-se, então, da paisagem atual da cidade para problematizar a finalidade a que tem servido, em última instância, os sentidos da natureza e espaço reproduzidos desde a modernização conservadora da agricultura. Deste modo, o intervalo de tempo situado entre os anos de 1970 e a atualidade foi entendido como margem segura para o estabelecimento de um recorte temporal, tendo em vista que este período coincide, também, com o início da propalada necessidade de que todos, em igual responsabilidade, modificassem o modo como vinham estabelecendo relação com a natureza na modernidade.

O processo de modernização conservadora da agricultura catalisou um grandioso processo de urbanização do interior brasileiro. De modo mais ou menos intenso, isto se deu em parcelas de todas as regiões do país, mas demonstrou força descomunal no Centro-Oeste brasileiro. Não existe capitalismo sem urbanização e a urbanização, por sua vez, não se reproduz nos moldes exigidos pelo espaço da modernidade sem o capitalismo. No caso do Brasil, o espaço da modernidade, essencialmente caracterizado pela desigualdade material enquanto fundamento basilar, é vivido em sua radicalidade. Se observadas atualmente, as rápidas e intensas transformações pelas quais o espaço nacional fora submetido, a partir do processo de industrialização tardia, iniciado nos anos 30 do século XX, só não causam tanto espanto como outrora, em razão do ainda mais recente e espantoso *boom* da urbanização chinesa.

As proporções grandiosas sob as quais se deu este processo no Brasil, no entanto, têm sua gênese no contexto histórico da inserção latino-americana no capitalismo mundial. Ou seja, a invenção de um sistema mundial de produção e consumo de mercadorias passa necessariamente pela condição de colônia, a qual a América Latina foi submetida por cerca de três séculos. Desde então tem-se convivido, sob aspecto de normalidade, com os inúmeros pares dialéticos engendrados, como bárbaros e civilizados, metrópole e colônia, proprietários dos meios de produção e

proprietários da força de trabalho, países centrais e periféricos, desenvolvidos e subdesenvolvidos, só para mencionar alguns.

De modo multiescalar, estes pares se arranjam espacialmente. Ou seja, a desigualdade material, enquanto fundamento basilar, criou as condições para a reprodução social do modo de produção capitalista com base na diferenciação socioespacial. Isto ganhou novos ingredientes com a crise estrutural do capital<sup>65</sup> vivida desde os anos de 1970, o caos urbano, e, então, a problemática urbana como nova dimensão das relações, ante a ampliação do mundo da mercadoria em sua radicalidade<sup>66</sup>.

No caso da urbanização brasileira, tem-se como característica o fato da mesma ter se intensificado na esteira da industrialização tardia, que impulsionou um intenso processo de inversão demográfica campo-cidade. Esta inversão, por sua vez, não esteve, desde então, acompanhada do delineamento de uma economia capaz de absorvê-la, sob o mesmo ritmo e intensidade. Muito menos, esteve amparada pela alocação de uma infraestrutura urbana condizente com estas transformações. Destarte, a paisagem das cidades brasileiras é caracterizada pela presença de um todo fragmentado e, ao mesmo tempo, articulado. Estes fragmentos, por sua vez, estão dispersos espacialmente sob duas tipologias essenciais: a cidade formal e a cidade informal. Ante estes aspectos, a cidade brasileira é marcada por um quadro de profundas assimetrias.

Ao considerar, no entanto, que este processo se dá em ritmo espaço-temporal desigual, a década de 1970 foi estabelecida como o marco da inserção de Dourados-MS neste contexto que já era vivido, quatro décadas antes, por muitas cidades brasileiras.

## **OS CONFLITOS DE INTERESSES NA ATUAL DINÂMICA DE PRODUÇÃO DA CIDADE DE DOURADOS-MS**

Ao lançar olhar sobre as características dos processos que marcam atualmente a produção do espaço urbano e da cidade de Dourados, viu-se que o ano de 2014 estava sendo marcado por tensões e conflitos entre interesses distintos, que orbitavam em torno da dinâmica imobiliária contemporânea. No Conselho Municipal de Defesa do Meio

---

<sup>65</sup> Arrighi, 1996.

<sup>66</sup> Carlos, 2016.

Ambiente (COMDAM)<sup>67</sup>, transitavam um conjunto de pautas de interesse, tanto da promoção de Loteamentos Fechados de Alto Padrão como também relativos à promoção de ocupações urbanas irregulares na cidade, que manifestavam a mesma pulsão, mas em sentido diametralmente oposto.

Neste contexto, chamou atenção o tratamento diferenciado, por parte desta instância da institucionalidade municipal, dado aos interesses das incorporadoras de Loteamentos Fechados de Alto Padrão nas áreas pertencentes aos fundos de vale urbanos, em comparação com o conferido aos interesses oriundos das famílias que promovem a ocupação irregular das áreas da cidade com estas mesmas condições, mas com o objetivo de moradia.

Segundo Arlete Moysés Rodrigues, “Os setores imobiliários, mesmo quando não cumprem a legislação urbana e ambiental, são considerados alavancadores do desenvolvimento ‘sustentável’ e do progresso” (RODRIGUES, 2018, p. 214). Pondera, no entanto, que a mesma tratativa não se dá para os que promovem as ocupações “irregulares” de áreas para moradia, que “[...] estão nas “piores” áreas, aquelas que não interessam ao capital, e são tidos como dilapidadores do ‘meio ambiente’”. E segue concluindo que “[...] Quando as áreas ocupadas passam a ter interesse para o capital, no entanto, a população é removida, criando conflitos mediados pelo Estado”. (RODRIGUES, 2018, p. 214).

Diante disto, junto ao conceito de produção da natureza e seus significados, foi preciso também, então, amparar-se no conceito de Estado, para análise pertinente do processo e posterior exposição dos resultados desta pesquisa. Compactou-se com o entendimento de Estado presente em Poulantzas (2000), para o qual:

[...] em relação principalmente às classes dominantes, em particular a burguesia, o Estado tem um papel principal de *organização*. Ele representa e organiza a ou as classes dominantes, em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo do *bloco no poder*, composto de várias frações de classe burguesas. (POULANTZAS, 2000, 128-129).

---

<sup>67</sup> É possível afirmar que o período que antecipa a elaboração do projeto de pesquisa e os primeiros passos de sua realização foi marcado por observações dos processos movidos nesta instância participativa, uma vez que me encontrava na condição de conselheiro do COMDAM. As primeiras problematizações do objeto a ser investigado foram feitas mediante a observação e a atuação junto a questões delicadas, que estavam sendo tratadas neste conselho. Tratavam-se de conflitos que emanavam do choque latente que ocorre entre aquilo que Lefebvre (2006), teoricamente, define como *espaço social*, terreno das práticas espaciais concretas, e o *espaço abstrato*, entendido como campo subjetivo e objetivo dos marcos institucionais e político-econômicos gestados no e para o capital.



Entendimento este que também encontra amparo em Osorio (2014), em sua obra “O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder”. Para o autor, o fato de o Estado consistir numa entidade muito particular e de vital importância na organização societária capitalista moderna, se deve aos quatro fatores que seguem:

- a) O Estado é a única instituição que tem a capacidade de fazer com que interesses sociais particulares possam aparecer como interesses de toda sociedade.
- b) O Estado sintetiza costumes e valores compartilhados e projeta rumos e metas comuns para os membros da sociedade. O Estado se apresenta como comunidade.
- c) O poder se reproduz em e a partir de todos os rincões e vasos capilares da sociedade, sendo o Estado o centro do poder político, a condensação em que todas as redes e relações de poder encontram seu núcleo de articulação.
- d) As sociedades não apenas produzem, mas também se reproduzem, nos campos material, social, político e ideológico, e é o Estado a entidade que cumpre o papel essencial nesse processo. Os tecidos fundamentais que geram a reprodução societária estão atravessados pelas funções estatais. (OSORIO, 2014, p. 18-19).

Os lançamentos de Loteamentos Fechados de Alto Padrão em Dourados/MS, têm ocorrido na esteira de um processo anterior, mas que se mantém concomitante: o empobrecimento do espaço público<sup>68</sup> (Figura 1). Ocorre que é notório o fato de o mercado imobiliário local estar obtendo sucesso ao atuar em duas frentes principais: a) a promoção da urbanização extensiva<sup>69</sup>, prática que remonta, em suas características mais gerais, à década de 1950, mas que foi intensificada neste início de século XXI; e, b) por outro lado, na exploração mercantil da oportunidade que é aberta pelo estado de deterioração do espaço público.

Com cerca de 23,072 km<sup>2</sup> a mais de área loteada, em relação aos dados obtidos até 1999, esta expansão representa um percentual de 23% da atual área urbana consolidada. Ou seja, no último decênio e meio (de 2000 a 2015) a área urbana da cidade de Dourados aumentou em cerca de ¼ (um quarto) de seu tamanho anterior.

Deste modo, ambas frentes revelam estar integradas, em última instância, uma vez que o estado de deterioração em que se encontra o espaço público local decorre,

---

<sup>68</sup> Padua, 2015.

<sup>69</sup> Ver Silva (2017) para esta conceituação pensada a partir do caso de Dourados/MS, dentro dos marcos mais gerais de uma generalidade. Ou seja, a tendência contemporânea à produção de extensas manchas urbanas de baixo adensamento demográfico, nas cidades capitalistas, foi conceituada como “Cidade Dispersa” por Monclus (1988); “*Edge City*” por Garreau (1991) e “Cidade Difusa” por Indovina (2004), só para mencionar alguns exemplos.

dentre outros fatores, do estrangulamento orçamentário resultante da promoção da terra urbana “improdutiva”<sup>70</sup>.

No próximo subtópico, apresentaremos os processos desvelados durante digressão histórica, que se deu em busca de elementos concretos que melhor explicassem a dinâmica de produção da malha urbana da cidade de Dourados e suas principais implicações sociais e ambientais.

## FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA PRODUÇÃO CAPITALISTA DA NATUREZA NO ESPAÇO URBANO DE DOURADOS-MS

Remontamos, então, aos processos marcados por quadros espaço-temporais próprios, acerca da inserção da região e da cidade de Dourados na totalidade do movimento de produção do capitalismo histórico.

De tal modo que identificamos *três períodos* históricos marcantes (Quadro 1), em que é possível destacar os principais aspectos que constituíam os *significados de natureza* em voga. Construimos este quadro referencial com base em Pebayle e Koechlin (1981). Estes dois geógrafos franceses estiveram no, então, estado de Mato Grosso, durante a década de 1970, e pesquisaram as transformações que se manifestavam na paisagem da sua porção mais austral. Tal pesquisa foi realizada com base nos processos de ocupação humana e nos tipos de atividades econômicas aqui desenvolvidas.

Como visto, ao fim dos estudos os pesquisadores classificaram tais processos em *três estágios* distintos: o estágio da *‘predominância do ecológico’* – até meados do século XX; o estágio do *‘predomínio do econômico sobre o ecológico’* – seguindo até os últimos anos da década de 60 e; por fim, o estágio do *‘econômico sobre suporte ecológico’*, a partir dos anos 70.

Se tomarmos por base o rebatimento do movimento histórico desses significados no urbano, temos que, no *primeiro período*, a cidade era constituída de “[...] um

---

<sup>70</sup> Esta condição implica numa problemática de, ao menos, duas ordens: a) uma primeira relativa à própria arrecadação municipal, em razão do subaproveitamento econômico da cidade; e b) uma segunda, relativa à necessidade de aplicar estes poucos recursos na implantação e manutenção de meios de consumo coletivos, que tiveram sua demanda, no mínimo, duplicada, uma vez que, ao menos 50% da malha urbana encontram-se “vazias”, e as distâncias para implantação de infraestruturas encontram-se, ao menos, dobradas.

ajuntamento de casas singelas (de madeira) em meio a um arruamento restrito e precário - com ruas empoeiradas na seca e enlameadas no período das chuvas” (SILVA, 2000, p. 102).

**Quadro 1 - Dourados: períodos da relação sociedade e natureza.**

<b>PERÍODO</b>	<b>EXEMPLIFICAÇÕES DOS SIGNIFICADOS DA NATUREZA</b>
<p><b>O ESTÁGIO DA “PREDOMINÂNCIA DO ECOLÓGICO”</b></p> <p>Do fim da Guerra contra o Paraguai (1870) até meados do século XX.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Originalmente, o homem encontrou dois grandes conjuntos de formações vegetais no sul de Mato Grosso. Chamou-os, genericamente, de "mata" e "campo".</li> <li>• Embora “[...] traumatizante no plano humano, a Companhia Matte Laranjeira nada mais fez que roçar o ecossistema florestal”.</li> <li>• “[...] por sua vez, o agricultor não foi, nesta floresta, mais que um predador muito pontual. Parece que ele não passa de um ‘safrista’ cultivador de ‘roças’ de milho e criador de porcos. Hoje, mal percebe sua ação, tão rápido e denso foi o crescimento florestal”.</li> </ul>
<p><b>O ESTÁGIO DO “PREDOMÍNIO DO ECONÔMICO SOBRE O ECOLÓGICO”</b></p> <p>Do fim da primeira metade do século XX, seguindo até os últimos anos da década de 60.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças fundamentais na ocupação e na valorização do espaço. Com efeito, novas formas de exploração dos solos aí transformam os gêneros de vida.</li> <li>• Os tempos mudaram desde o século XIX, época que marcou o início da frente cafeeira devoradora do espaço que devia ocupar todo o Estado de São Paulo e depois atravessar, nos anos 30, o rio Paranapanema. Após colonizar o Norte do Paraná, ela encontrava, a 24°S, a frente policultora e subtropical vinda do Sul.</li> <li>• O Mato Grosso meridional é o resultado atual destas duas frentes pioneiras que, liberados por um de seus determinismos zonais e de suas heranças, constituíram uma das grandes mutações do Brasil agrário.</li> </ul>
<p><b>O ESTÁGIO DO “ECONÔMICO SOBRE SUPORTE ECOLÓGICO”</b></p> <p>Desde a passagem dos anos de 1960 para 1970, até os dias atuais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A natureza, que já era encarada, progressivamente, como recurso, passou a ter o aporte de investimentos nacionais e estrangeiros.</li> <li>• O espaço em questão já se encontrava marcado pela racionalidade do Estado, uma vez que suas origens muito se explicam enquanto produto de estratégias elaboradas externamente (Destaque à Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND – 1943).</li> <li>• De tal modo que este novo processo dinamizador se deparou com um conjunto de vantagens de cunho espacial conformadas previamente.</li> <li>• Somou-se a isso o fator humano, marcadamente a vinda em peso dos gaúchos granjeiros do Sul do país.</li> <li>• Além disso, houve a intensificação do vetor financeiro e científico, ambos personificados na presença massiva do Estado em consonância com as transnacionais.</li> <li>• Por fim, e sobretudo nesta fase, não somente os meios naturais, mas também as heranças econômicas e tecnológicas, as mentalidades, as dinâmicas dos grupos sociais novos, portanto a maior parte dos componentes da ecologia, no sentido mais global do termo, tiveram papel vital.</li> </ul>

Fonte: PEBAYLE; KOEHLIN (1981). Adaptado pelo Autor.

Neste sentido, o professor-pesquisador prossegue descrevendo-a da seguinte forma:

Em tal contexto, havia o incontestável predomínio do mundo rural sobre o urbano, da economia de auto-abastecimento [sic] sobre o mercado; a presença do escambo e a rarefação da moeda. Nessa economia restrita, Dourados desempenhava o modesto papel de pequeno centro de abastecimento local que redistribuía bens de consumo que não podiam ser elaborados localmente para uma população predominantemente rústica e rarefeita. A nova cidade caracterizava-se pela carência dos equipamentos urbanos mais elementares (luz elétrica, água encanada, pavimentação etc.). (SILVA, 2000, p. 102).

Em razão do cultivo de roça que coexistiu à exploração dos ervais, produzia-se uma economia não efetivamente integrada a outros mercados da economia nacional, uma vez que a economia nacional ainda não existia como tal, mas apenas os arquipélagos<sup>71</sup>, as ditas economias regionais e de autoabastecimento, caso como o de Dourados.

Quanto ao *segundo estágio*, o seu equivalente urbano caracterizou-se pela distensão da malha urbana na esteira dos projetos de colonização rural. A explicação deste processo reside no fato de que todo um novo modo de vida se configurou regionalmente. Uma nova forma de relação passou a ser mantida com a natureza e isto se materializou na ampliação da promoção das atividades comerciais que se assentavam na cidade. Por sua vez, houve um rebatimento desta mudança na relação estabelecida entre a cidade e o campo. A partir disto, a dinamização econômica da cidade, em razão dos papéis comerciais e de oferta de serviços que esta passou a cumprir, interferiu, como decorrência, na dita “valorização” do solo urbano. Com esta intensificação do dinamismo urbano, provocado pela CAND, os proprietários de chácaras localizadas próximas à cidade, adquiridas, em sua maioria, por intermédio de aforamento, se viram atraídos a se tornarem também loteadores.

---

<sup>9</sup> “Uma longa fase se estende desde a inserção do país na divisão internacional do trabalho no século XVI até as primeiras décadas do século atual (10) caracterizada por uma economia agrário-exportadora. Do ponto de vista da organização espacial, essa fase produziu um território nacional que no começo do século XX se apresentava essencialmente desarticulado. Os autores que têm escrito sobre o Brasil associam essa desarticulação à idéia [sic] de arquipélago, um arquipélago econômico. Como diz com propriedade Oliveira, o país possuía uma economia nacional formada por várias economias regionais. Não existia, de fato, uma divisão regional interna do trabalho em dimensão nacional. As diversas regiões se ligavam diretamente a centros do capitalismo mundial. Tinham em comum a valorização do setor externo, realizando um ‘crescimento para fora’”. (SEABRA e GOLDSTEIN, 1982, p. 27/28).

Já no *terceiro estágio*, dadas as características identificadas por PEBAYLE; KOEHLIN (1981), é possível pensar, de acordo com Smith (1988), que a relação com a natureza passou a ser, antes de qualquer coisa, uma relação de troca. Partindo de tais pressupostos, tem-se o pleno avanço da transformação do *valor de uso* para *valor de troca*, na condição da forma em que o modo de produção passa a produzir a natureza para realização e reprodução do capital em escala ampliada. Ou seja, a natureza passa a ser, meramente, meio para que se atinja o lucro, restando, nos entremeios desta hegemonia, resíduos do *uso*. Neste contexto, a partir do avanço técnico, tecnológico e da acumulação do capital, criaram-se possibilidades concretas da produção dos elementos da natureza (Figura 2), como no caso do amendoim, do trigo, da soja, do algodão, do milho, do porco, do boi, do frango, dentre outros. Isto se deu, como mencionado no subtópico anterior, em razão do aporte oferecido pela tecnociência da produção vegetal e produção animal, pelo melhoramento genético, formas especializadas de nutrição animal, produção de insumos agrícolas, dentre outros, a ponto desta tecnociência redefinir todo um conteúdo de uso do território.

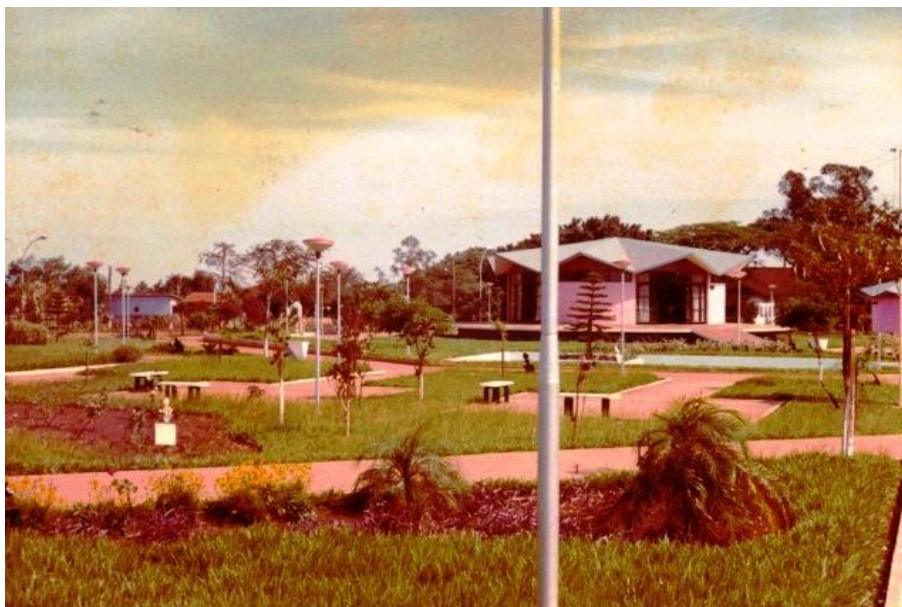
**Figura 2** – *Outdoor* com anúncio comercial de sementes geneticamente modificadas.



Fonte: Autor, 2018.

Pelo fato de, a partir da passagem da década de 1960 para 1970, passar a pertencer (apropriação concreto-material) a uma minoria, a natureza tende, cada vez mais, a aparecer e ser vivida como signo. E isso aparece, por exemplo, na forma de parques e praças (Figura 3).

**Figura 3** – Dourados-MS (década de 1970): Praça Mário Correa (atual Antônio Alves Duarte).



Fonte: Rafael Wisley.

A minoria, que intensifica o controle de sua posse e, portanto, de sua produção artificial, em sentido *lato*, produz a natureza com finalidades diversas, para atender necessidades do estômago ou da fantasia<sup>72</sup>, na medida em que se acentua o domínio do urbano<sup>73</sup>. No caso do espaço urbano, em questão nesta pesquisa, muito da explicação do rearranjo das pessoas e das coisas<sup>74</sup>, e da relação entre elas *no* e com *o* espaço, encontra-se na política programática de implementação dos polos de desenvolvimento<sup>75</sup>.

A partir da ideologia, incutiu-se nas pessoas que antes viviam no campo, naquilo que Silva (2000) denominou de policultura dos colonos, a “necessidade” de ir para um

---

<sup>72</sup> Karl Marx, no Capítulo 1, em que trata da Mercadoria, no Livro 1 d'O Capital, aponta que “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão”. (MARX, 2013, p. 157).

<sup>73</sup> Uma vez que com a generalização das relações capitalistas a natureza em si e, como decorrência, o próprio espaço se tornou mercadoria “[...] o termo designaria um processo mais amplo, onde se desenvolveria a modernidade e cotidianidade no mundo moderno, sublinhando o que se passa fora da empresa e do trabalho apesar de ligado à produção, posto que o modo de produção existente ampliou o domínio da mercadoria, estendendo seu poder para todo o território, inundando e redefinindo relações sociais”. (CARLOS, 2016, p. 34).

<sup>74</sup> Para Quaini (1979, p. 133) “A ruptura do vínculo sociedade-natureza é portanto vista como consequência direta da contradição entre o despovoamento crescente do campo e a crescente concentração urbana: dois processos territoriais que representam as duas faces de uma mesma moeda: a acumulação capitalista e que, como tais, têm sua gênese histórica na acumulação primitiva”.

<sup>75</sup> Abreu, 2001.

(determinado<sup>76</sup>) núcleo urbano. Subentende-se, nos pressupostos dos diversos Planos, vigentes nas décadas de 1970 e 1980, que este produtor não conseguiria permanecer neste novo campo, em modernização /industrialização, e, ao mesmo tempo, manter uma moradia na cidade, para ali realizar o consumo de bens e serviços.

De acordo com Rodrigues (1991, p. 35), em seu livro “Moradia nas cidades brasileiras”, “a expulsão sucessiva de muitas terras, por falta de condições de sobrevivência é atribuída, eufemisticamente à ‘atração’ da cidade. Esta expulsão no relato aparece significativamente ligada à transformação das áreas de agricultura em pastagens”.

A falta de absorção do trabalho rural no campo, somada à distribuição seletiva dos meios de consumo coletivo nestes lugares, como o suporte à saúde e educação, por exemplo, passou a dificultar/ameaçar a vida da então população rural, com seus baixos rendimentos. No caso de Dourados, foi neste instante que se condicionou, pela política do polo de desenvolvimento, a lógica espacial eminentemente desigual e ecologicamente desequilibrada, que, por sua vez, configurou as condições, mesmo que perversas, mas ideais, para reproduzir os padrões da acumulação capitalista almejados naquele instante.

Posto que, da década de 1970 à década de 1990, fortaleceu-se o processo de tecnificação da natureza local para fins de sua comercialização, na forma-produto das *commodities*, ampliou-se, na mesma proporção, a crença de que era possível reproduzir artificialmente na cidade a sua forma original, muito modificada pelo processo agroindustrial. Isto se deu no contexto de um novo modo de vida que se firmava, muito marcado pelo ideário de conservação dos fundos de vale e, então, de uma nebulosa ambiental local<sup>77</sup> dotada de certa singularidade.

---

<sup>76</sup> Tal reflexão está sendo feita com base no entendimento de que o ordenamento dirigido do espaço, da distribuição das condições espaciais de modo em que houve a seleção de um núcleo urbano em específico para acomodar a maioria do contingente populacional da região pós-redistribuição dos fatores espaciais/materiais produtivos, onde “[...] intervenções a nível [sic] físico do tipo - zoneamento urbano, instalação de distritos industriais, programas residenciais, saneamento básico, pólos [sic] de equilíbrio e outros – vão sendo importantes”. (PIQUET; *et al.*, 1982, p. 3).

<sup>77</sup> Toma-se, aqui, por empréstimo, para em seguida adaptar às demandas desta pesquisa, o conceito presente em Henri Acselrad, para o qual “nebulosa ambientalista” significa um “[...] campo de forças, colocando em jogo a distribuição de poder sobre os recursos territorializados a partir de embates diretos ou simbólicos na disputa pela definição legítima do que é ou não “sustentável”, ambientalmente benigno etc., mas voltando-se notadamente para a sociedade, na perspectiva de sua organização e da consideração da questão ambiental como de natureza eminentemente política”. (ASCSELRAD, 1999).

## **O DESVELAMENTO DOS FUNDAMENTOS MATERIAIS DA FAVELIZAÇÃO EM DOURADOS-MS: ANÁLISE DA REALIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS EM ÁREAS AMBIENTAIS**

Em meio à nebulosa ambiental da produção de signos expressos em parques e praças, por exemplo, deu-se continuidade histórica à apropriação concreta de áreas ambientais por meio das atividades de loteamento. Como já dito em outro momento, com o título da propriedade da terra mais “valorizado”, dada a intensificação do processo de urbanização, consolidada e dinamizada com as interferências das práticas estatais no espaço regional (Estado Novo/1937-1946 e PND’s/1972-1985), houve intensificação também na prática da realização de loteamentos urbanos.

Na cidade de Dourados, a promoção da urbanização extensiva consiste em prática que remonta, em suas características mais gerais, justamente à década de 1950, mas que tem sido intensificada neste início de século XXI. Apesar da medida de restrição para os usos das planícies de inundação, também em área urbana, ter se dado no plano federal somente no ano de 1989 e ter sido regulamentada no plano local, após dois anos, em 1991, do ponto de vista técnico, independentemente das questões legais, estas áreas deveriam ter sido preservadas.

Diante deste entendimento, foi realizada a distribuição espaço-temporal (Quadro 2) dos loteamentos urbanos promovidos na cidade. Para a organização deste conjunto de dados e informações, e construção de tal análise, foram utilizados dois critérios: a) um primeiro, de ordem legal, gerando-se, para tal, um *buffer* de 50 metros em relação às nascentes e ao que foi definido como “calha principal” dos córregos urbanos; e, b) um segundo, com base nas limitações de ordem técnica estabelecidas para a realização de loteamentos sobre solos do tipo Gleí<sup>78</sup>, sobretudo pela presença de lençol freático elevado, com riscos de inundação. A recomendação, diante disto, consiste em manter este ambiente, preferencialmente, como área de preservação.

---

<sup>78</sup> “Sujeitos a inundações frequentes, esses solos tendem a apresentar horizonte superficial espesso, escuro e rico em matéria orgânica. [...] Desenvolvidos sobre depósitos aluvionares recentes, esses solos apresentam grande variabilidade granulométrica em profundidade, marcando forte descontinuidade entre camadas”. (AMARAL et al., 2000, p. 63).



**Quadro 2 – Dourados: histórico dos loteamentos de áreas impróprias.**

PERÍODOS	CARACTERÍSTICAS
<p><b><u>PRIMEIRO PERÍODO -</u></b> <b><i>1951 A 1991</i></b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Período em que não havia restrição legal, e as áreas dotadas de características de mananciais, desde que presentes em área tida como urbana, poderiam ser loteadas; e assim o foram.</li> <li>• Foram disponibilizadas, legalmente, no mercado de terras urbanas, tanto na forma de lotes vendáveis como na condição de áreas institucionais.</li> <li>• Parte considerável destes loteamentos guardam os fundamentos concretos da problemática urbano-ambiental dos fundos de vale em Dourados.</li> <li>• Neste primeiro período vigorava o urbanismo modernista<sup>79</sup>, sob a ação do planejamento centralizado no Estado, durante o regime militar (1964-1985).</li> </ul>
<p><b><u>SEGUNDO PERÍODO -</u></b> <b><i>1991 ATÉ O INÍCIO</i></b> <b><i>DOS ANOS 2000</i></b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em razão das legislações editadas nesta época, tais áreas não mais poderiam ter sido submetidas a tais práticas.</li> <li>• Tais práticas, no entanto, perduraram ainda por mais de uma década;</li> <li>• Consiste no período marcado pelos auspícios do Neoliberalismo, que, na esteira das modificações quanto ao papel do Estado, rebateu nas práticas do urbanismo.</li> </ul>
<p><b><u>TERCEIRO PERÍODO -</u></b> <b><i>DO INÍCIO DOS ANOS</i></b> <b><i>2000 À ATUALIDADE</i></b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apesar da diminuição abrupta, durante os anos 2000, da prática dos loteamentos urbanos sobrepostos às planícies de inundação, a partir da passagem para a década de 2010 tem-se ampliado a pressão para que, uma vez munidos de “justificativas técnicas cabíveis”<sup>80</sup>, se aprovelem os pedidos de parcelamento do solo e desmembramento de lotes em ZEIAS.</li> <li>• Este momento mais recente tem sido configurado, além do desmembramento de ZEIAS, pela prática da interferência pública e/ou privada nos parques urbanos municipais.</li> <li>• Deste modo, é atravessado pela consolidação da flexibilidade exigida pelo neoliberalismo. No urbanismo, isso se rebate naquilo que foi conceituado por François Ascher como “urbanismo <i>ad hoc</i>”<sup>81</sup>, que inverte a lógica da cidade funcional, do urbanismo moderno, e que vê, nos planos diretores, um enrijecimento anacrônico à viabilização da cidade enquanto mercadoria.</li> </ul>

Fonte: CAMPOS, 2018. Organizado pelo autor.

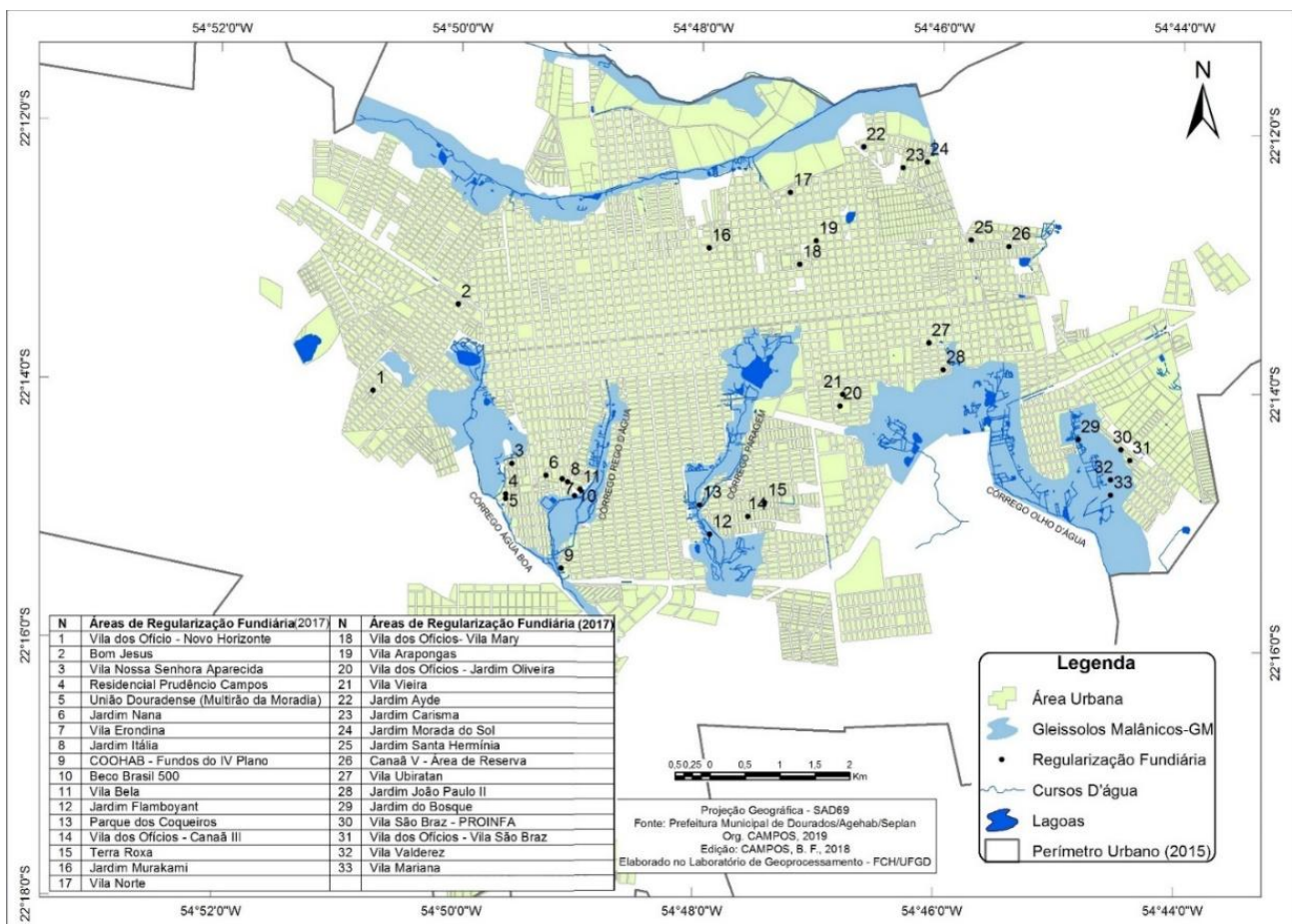
<sup>79</sup> Para Arantes et al. “[...] todo urbanismo modernista teve como modelo ideal a fábrica taylorista, com sua racionalidade, funcionalidade, regularidade e produtos estandardizados”. (ARANTES et al., 2009, p. 85).

<sup>80</sup> A Lei complementar nº 205/2012, em seu Art. 12, § 4º, estabeleceu que: “Os pedidos de parcelamento do solo e desmembramento de lotes em ZEIAS serão analisados pelo Seplan e com parecer do IMAM e somente serão aceitos com apresentação prévia de trabalhos de sondagem da área em questão, com justificativas técnicas cabíveis” (DOURADOS, 2012, p. 11).

<sup>81</sup> De acordo com Vainer (2013, p. 38) “*mutatis mutandis*, trata-se de abandonar a pretensão compreensiva e dirigista dos planejadores racionalistas e submeter a intervenção do Estado às lógicas, dinâmicas e tendências de mercado. [...] Descartemos o plano diretor e o zoneamento, por sua rigidez e constrangimentos ao mercado. No mundo globalizado, ensinam consultores internacionais, precisamos de competição entre cidades, de mecanismos ágeis e flexíveis que permitam aproveitar as ‘janelas de oportunidades’ (*Windows of opportunities*). Em vez de regulação, negociações caso a caso, projeto a projeto, na concretização do que o urbanista francês François Ascher nomeou com a feliz expressão de ‘urbanismo *ad hoc*’”.

A partir da espacialização dos loteamentos urbanos realizados desde 1951 até o ano de 2015, foi possível perceber a distribuição espaço-temporal de *três períodos* em que se pôde verificar um certo padrão nas práticas sócio-espaciais relativas ao parcelamento do solo urbano. Sendo que o primeiro abarca de 1951 a 1991; o segundo abrange de 1991 até o início dos anos 2000 e; por fim, o terceiro que aborda do início dos anos 2000 até a atualidade.

**Figura 4 - Dourados-MS (2017): áreas de regularização fundiária.**



Fonte: CAMPOS, 2018.

Entendemos, a partir desta pesquisa que, nas práticas sócio-espaciais relativas ao parcelamento do solo urbano, ao longo destes *três períodos*, residem elementos importantes da dinâmica espacial do processo de favelização<sup>82</sup> (Figura 4) em Dourados/MS.

Como já destacado, logo no início da exposição do conteúdo deste capítulo, a paisagem das cidades brasileiras é caracterizada pela presença de um todo fragmentado e, ao mesmo tempo, articulado. Estes fragmentos, por sua vez, estão dispersos espacialmente sob duas tipologias essenciais: a cidade formal e a cidade informal. Ante estes aspectos, a cidade brasileira é marcada por um quadro de profundas assimetrias. Dourados não difere deste quadro geral da urbanização brasileira, em sentido restrito, e latino-americana, em sentido mais amplo.

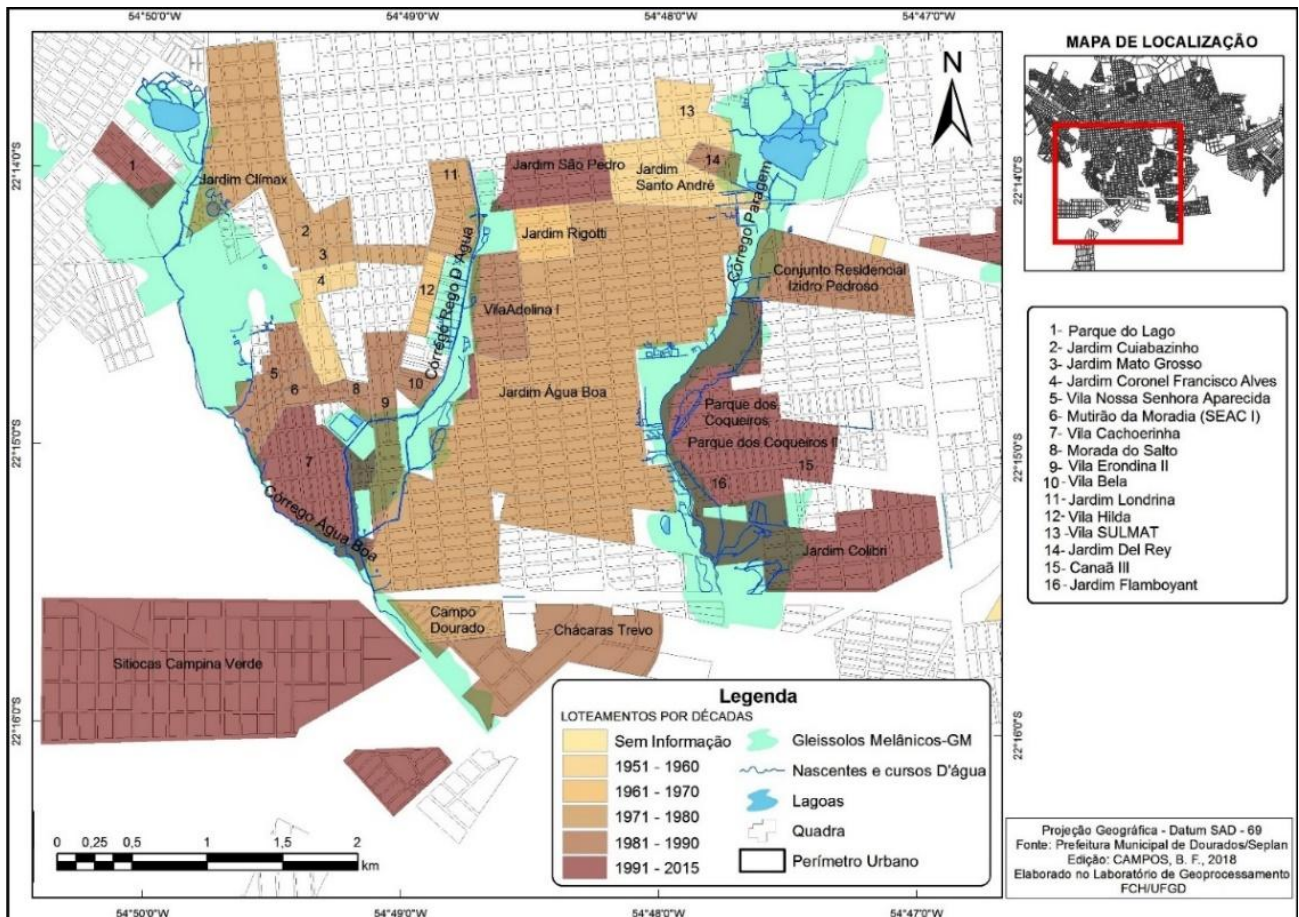
A partir da análise da distribuição espacial das áreas de ocupações irregulares, no subtópico anterior, percebe-se que, pelo fato do córrego Laranja Doce, em grande parte de seu trajeto, “cortar” o setor da cidade de maior “valorização” do solo urbano (porção noroeste), não houve, historicamente, no seu entorno, um acúmulo da problemática relativa à promoção de ocupações urbanas tidas como irregulares, como parte do processo de favelização. Em oposição a isto, tem-se o caso das condições para o agravamento da problemática da favelização, favorecida pela realização de loteamentos que se sobrepuseram à planície de inundação dos córregos Paragem e Córrego Água Boa (e seu tributário Rego D’Água) (Figura 5), sendo tais áreas ambientais:

- *ora incluídas como lotes vendáveis;*
- *ora incluídas como Lotes institucionais dos loteamentos; e*
- *ora não cedidas automaticamente como Áreas de Preservação Permanente, sob matrícula municipal, ficando retidas no mercado imobiliário como propriedade privada, sem nenhuma objeção formal-jurídica à prática do loteamento, até 1991.*

---

<sup>82</sup> Termo utilizado com base em nosso referencial teórico de elaboração da pesquisa, como por exemplo Rodrigues (1991). Utilizamos tecnicamente esta terminologia por entender que os processos verificados no concreto da produção do espaço urbano de Dourados coincidem com os elementos verificados por Rodrigues (1991), por exemplo, nos lugares onde a autora identificou o quadro de favelização. No entanto, nos diálogos realizados durante o transcurso da pesquisa, com os moradores de tais áreas, em nenhum momento os mesmos utilizaram esta denominação, referindo-se a este processo sempre como prática de ocupação, ou mesmo de assentamento.

**Figura 5 - Dourados-MS (1951-2015): loteamentos em áreas impróprias nos córregos Água Boa (e Rego D'Água) e Paragem.**



Fonte: CAMPOS, 2018.

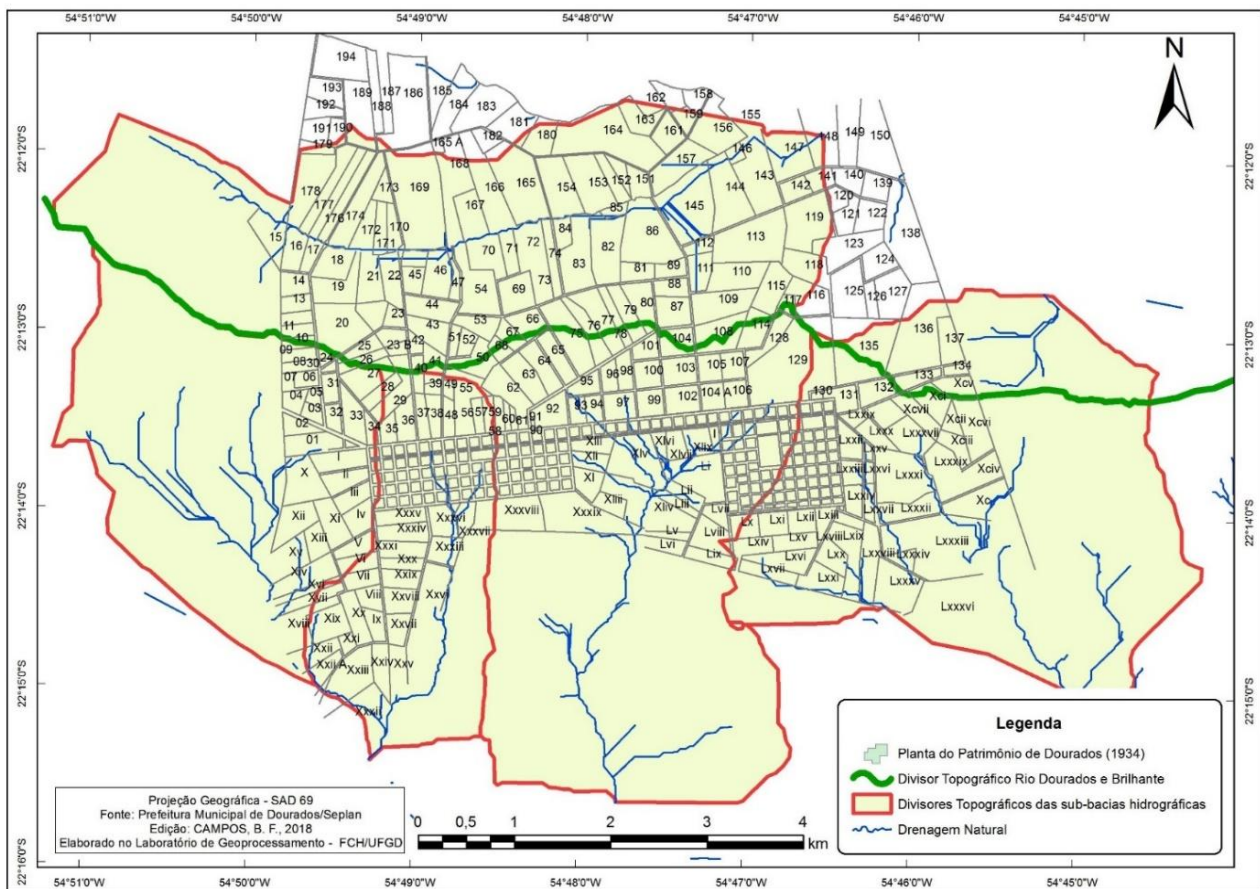
O registro mais longínquo da promoção de loteamentos urbanos sobre as áreas de mananciais nestas duas bacias, fez com que as mesmas sejam as que apresentem o maior acúmulo de problemas relativos à ocupação irregular e/ou processo de favelização sobre os seus problemas fundiários. Coincidiu-se, geograficamente, que as áreas circunvizinhas à Planta do Patrimônio de Dourados, ou seja, as que apresentavam potencial para auferir a maior taxa possível de renda da terra, consistiam, justamente, no restante de áreas que integravam as cabeceiras destes três mananciais (Figura 6), com toda a sua singularidade físico-geográfica destacada por Lima (1999)<sup>83</sup>.

Desde então, manifesta-se, nesta paisagem, a promoção de ocupações (favelas) por uns, e a realização consentida de loteamentos por outros agentes. Assim como em outras escalas, a ocupação urbana dos fundos de vale fora forjada, também, na constituição do todo fragmentado e, ao mesmo tempo, articulado, que se expressa na

<sup>83</sup> Lima, 1999.

paisagem da cidade, de modo aparentemente desconexo, sob as tipologias formal e informal. O período de passagem da década de 1970 para 1980 fora marcado pelo aumento das ocupações irregulares em Dourados, justamente quando da intensificação do processo de urbanização em Dourados. A distribuição espaço-temporal das ocupações “irregulares” (favelas) em Dourados, demonstra o processo de agravamento do atropelo destes sujeitos pela instituição jurídica da propriedade privada, o que, por sua vez, configura o conflito.

**Figura 6 – Dourados-MS (1934): Planta do Patrimônio com chácaras adjacentes.**



Fonte: CAMPOS, 2018.

## OS LOTEAMENTOS FECHADOS DE ALTO PADRÃO: OS NOVOS SIGNIFICADOS DE NATUREZA E SUAS CONTRADIÇÕES

O *terceiro estágio* consiste em período outrora inaugurado entre as décadas de 1960 e 1970, mas que ainda tem seus signos e símbolos vigentes. Sua gênese longínqua não exclui suas permanentes atualizações desde então. Na contemporaneidade, este estágio tem sido marcado pela manifestação de um processo em que o sujeito, tornado

mero trabalhador-consumidor, tem a possibilidade - via consumo, obviamente - de reestabelecer o contato com “aquilo que se perdeu”. “Aquilo que se perdeu” é referência direta aos elementos da natureza transformados em recurso e, mesmo, pilhados no processo de colonização. Isto se caracteriza, hodiernamente, na paisagem da cidade, sobretudo pela comercialização de Loteamentos Fechados de Alto Padrão.

O empreendimento “Hectares Park & Resort”, da São Bento Incorporadora<sup>84</sup>, consiste em uma das empresas de destaque, que se encontra munida de estratégias mercadológicas para ofertar, ao potencial consumidor, a vivência de experiências/sensações relativas àquilo que se perdeu. Mesmo que debilmente, ainda perpassam pelas memórias elementos suficientes para o estabelecimento de um comparativo das vivências do atual cotidiano com as proporcionadas pelo modo de vida de seus antepassados.

Retomamos aqui, então, o último fragmento, do todo articulado, que nos motivou na referida pesquisa: a promoção da urbanização extensiva, prática que remonta, em suas características mais gerais, à década de 1950, mas que tem sido intensificada neste início de século XXI. Ou seja, na atualidade, os interesses de promotores de loteamentos fechado de alto padrão podem ser responsabilizados, em grande parte<sup>85</sup>, pela alavancagem no processo de distensão da malha urbana<sup>86</sup>.

Apesar de estarem sendo promovidos na esteira do processo de intensificação da expansão urbana extensiva (Tabela), o que provoca um amplo conjunto de impactos

---

<sup>84</sup> Empresa imobiliária de atuação urbana, que tem como local de origem o município de Naviraí/MS, localizada na porção extremo sul do antigo Mato Grosso uno, envolta nas colonizações rurais de tipo privado, na segunda metade do século XX.

<sup>85</sup> Não se pode deixar de observar, no entanto, que nos últimos quinze anos (2000-2015) verificaram-se transformações relevantes, em escala local/regional e nacional, que favoreceram uma expressiva expansão da demanda por produtos imobiliários no mercado douradense. De acordo com Silva (2017), merecem destaque: 1) as transformações no perfil do *agribusiness*, dado o conjunto de usinas de açúcar e álcool implantado na região; 2) expansão do ensino superior público e privado nesta cidade, concomitante à transformação no perfil do *agribusiness*; 3) transformações macroeconômicas decorrentes da implantação do Plano Real (1994); 4) criação do Sistema Financeiro Imobiliário – SFI; 5) processo de reestruturação do setor imobiliário que promoveu, a partir de 2005, a abertura de capital das empresas de construção civil na bolsa de valores e; 6) implantação, em 2009, de medidas anticíclicas que resultaram na expansão de crédito para a política habitacional através do lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

<sup>86</sup> O olhar mais atento, durante elaboração da dissertação de mestrado (“Fundamentos e dinâmicas da produção espacial: análise da ampliação do perímetro urbano de Dourados/MS em 2011”, CAMPOS, 2014), possibilitou perceber que, junto à dinâmica provocada pela expansão do crédito imobiliário, que servia de justificativa para a expansão do perímetro urbano, residiam também os anseios em ceder às condições que melhor atenderiam outro perfil bem específico de empreendimentos imobiliários, o dos loteadores privados, sobretudo no que tange às incorporadoras interessadas em promover os Loteamentos Fechados de Alto Padrão.

sobre os elementos da natureza na cidade, todos os 6 (seis) loteamentos listados trazem, como característica, uma estética e toda uma linguagem fundada na “[...] ideia de natureza sempre verde e tranquila”, que é destacada por Henrique (2009, p. 14) em seu estudo sobre este mesmo movimento nas cidades de Salvador/BA, São Paulo/SP e Florianópolis/SC.

Dos empreendimentos a entrarem recentemente no mercado imobiliário local, dotados deste perfil, o *Ecoville* foi o primeiro a obter sucesso<sup>87</sup>. Com isto, houve a interferência direta na redefinição das demais localizações relativas ao seu entorno próximo. Considerando que, segundo Lefebvre “Dito de outro modo, o diferente sai (nasce) do idêntico; e o devir passa pelo (através do) repetitivo. Paradoxo? Sim: dialético” (LEFEBVRE, 2016, p. 3), isto contribuiu para impulsionar a consolidação, em um reduto da porção noroeste da cidade, do que nesta pesquisa denominou-se de “Complexo de Loteamentos Fechados de Alto Padrão”.

**Tabela** – Ocupação de áreas pelos Loteamentos Fechados de Alto Padrão.

<b>Loteamento</b>	<b>Quantidade de lotes</b>	<b>Área de lotes vendáveis (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Demais áreas (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Área total loteada (m<sup>2</sup>)</b>
Ecoville	453	222.163,13	184.305,42	406.468,55
Golden Park	225	98.653,75	90.506,25	189.160,00
Green Park	420	170.909,81	178.303,19	349.213,00
Alphaville	608	215.414,83	381.920,17	587.335,00
Porto Madero	541	-	-	214.941,53
Porto Seguro	270	72.004,17	173.741,3	245.745,47
<b>Total Geral</b>	<b>2.117</b>	<b>458.328,81</b>	<b>1.008.776,33</b>	<b>1.992.863,55</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Dourados/Seplan.  
Organizado pelo autor, 2018.

Estes empreendimentos têm explorado comercialmente a oportunidade que é aberta pelo estado de deterioração do espaço público, consequência da malha urbana expandida em excesso. O geógrafo David Harvey (2004) elaborou um conceito para tratar deste processo, denominado por ele como “Disneyficação” da Natureza

<sup>87</sup> Em entrevista concedida ao autor, realizada no dia 02 de julho de 2018, com o professor universitário, Sr. **A. L. N.**, também proprietário de um imóvel no Residencial Porto Madero, o mesmo nos informou que: “O *Ecoville I* eles fizeram, começaram a vender e parece que deu uma estagnada, não tinha ninguém construindo. Depois, tava no plano fazer o *II*; depois que eles fizeram o *II* é que este patinou bastante até a coisa sair. Depois ele se consolidou, e hoje ele tem uma boa taxa de ocupação. Já na de cima (*II*) menos que o primeiro, que começou primeiro, mas tem uma boa taxa de ocupação já”.

(*Disneyfication of Nature*)<sup>88</sup>, onde estão presentes as seguintes características: 1) uma suposta felicidade, harmonia e espaços sem conflitos - uma fuga para fora do mundo real; 2) uma construção feita para entreter; 3) uma história inventada; 4) um cultivo de uma nostalgia de um passado mítico; 5) uma perpetuação do fetiche pela cultura da mercadoria; 6) um agregado de objetos e coisas de todo o mundo, numa ideia de diversidade e existência multicultural, mesmo que tudo se dê na forma de compartimentos; 7) um lugar limpo, sanitizado e mitologizado, esteticamente perfeito. (HARVEY, 2004).

Ao tecer tais apontamentos, Harvey (2004) muito dialoga com o entendimento de Lefebvre (2006, p. 49) que, em sua obra “A produção do espaço”, adverte que “[...] o concebido o assalta. O histórico se vive como nostalgia, e a natureza como nostalgia, o horizonte para trás {perdido}”. Neste sentido, cabe destacar as informações prestadas por Elaine Messias (Informação Verbal)<sup>89</sup>, representante da empresa São Bento Incorporadora, oriunda de Naviraí/MS, que também tem se voltado para o atendimento deste consumidor potencial; a empresária aponta que a questão da presença dos elementos da natureza no conceito dos produtos imobiliários da empresa é entendida

*Não como uma oportunidade. É porque a gente é de família humilde, a gente sempre cresceu na rua e teve uma ligação sempre muito forte com o verde, com a árvore. O meu filho mais velho ele cresceu andando de bicicleta. Eu tenho foto da minha filha na rua de terra, não tinha asfalto. A empresa nasceu como uma coisa de um homem só, então tudo o que ele era foi para a empresa. (Entrevista concedida ao autor em 26 de junho de 2018).*

A entrevista proporciona uma melhor compreensão deste processo que também ocorre localmente. A empresária chama atenção para o processo sobre o qual foram tecidas algumas considerações logo no início deste capítulo: da perda da sociabilidade

---

<sup>88</sup> Harvey, faz alusão a Disney, para referir-se a este tipo de espaço, pela necessidade de conceituar “[...] um espaço supostamente feliz, harmonioso e sem conflitos, apartado do mundo "real" "lá fora" com o objetivo de aliviar e tranquilizar, de divertir, de inventar a história e de cultivar sentimentos nostálgicos por algum passado mítico, antes de perpetuar o fetichismo da cultura da mercadoria do que de criticá-lo. A Disneylândia elimina os transtornos das viagens reais ao reunir o resto do mundo, adequadamente higienizado e mitologizado, num espaço de pura fantasia composto de múltiplas ordens espaciais. A dialética é reprimida, e a estabilidade e a harmonia são asseguradas, mediante uma intensa atividade de vigilância e de controle”. (HARVEY, 2004, p. 219-220).

<sup>89</sup> Entrevista concedida ao autor, na data de 26 de junho de 2018, realizada com a Sra. **E. M.**, nascida em Dourados/MS, mas crescida na cidade de Naviraí/MS, onde, antigamente, a família atuava no ramo de prestação de serviços de locação de máquinas, e, nas últimas duas décadas, se consolidou no ramo imobiliário. Atualmente a empresária é sócia da empresa São Bento Incorporadora, a qual exerce importante papel no mercado imobiliário do município de Dourados/MS.



do espaço público – no caso a rua – ou mesmo do aspecto rural, bucólico, que predominava quando prevaleciam as pequenas cidades no estado. Por atuar no meio empresarial, é certo que estes investidores têm buscado capturar estas transformações, que levam a uma sensação de perda/nostalgia, embutindo, assim, elementos de conotação representativa acerca do resgate disto no portfólio do “Hectares Park & Resort” (Figura 15).

Ao ser indagada se a presença desta ideia de natureza é decisiva para o sucesso das estratégias dos empreendimentos da São Bento Incorporadora, E. M. (Entrevista concedida ao autor em 26 de junho de 2018) nos relatou que:

*[...] nos populares não. Nos de renda mais alta, sim; ele participa, mas de verdade, na verdade nua e crua, sendo bem ‘sincericida’, ela não é determinante no sentido de você falar assim: ‘olha o cara vai comprar porque tem duas áreas verdes’. Tem que ter todo um contexto para esse lado verde da coisa... Primeiro, não pode ser xiita, implicante com a vida dele, dizer que ele tem que mudar o jeito de viver pra morar lá. Entendeu? Tem que prezar pela liberdade. Tem uma cultura junto.*

O processo de urbanização, que se dá enquanto transformação e intensificação da relação antagônica entre campo e cidade, significa, antes de tudo, uma profunda transformação na relação entre a sociedade e a natureza, como alertado por Marx, Engels e Liebig<sup>90</sup>, em estudos realizados no seio da Revolução Industrial, no século XIX. Consta-se, assim, que *a origem do que tem sido denominado de problemática ambiental reside na alienação do trabalho humano*. Isto se dá ao passo que a Divisão Social do Trabalho, consiste em uma cisão histórica da sociedade em classes sociais, fundada, essencialmente, na diferenciação entre trabalho ligado direta e indiretamente à natureza.

O sistema urbano-industrial consolidou uma realidade que tem sido historicamente constituída no seio do capitalismo, significando o aprofundamento da Divisão Social e Territorial do Trabalho e do fracionamento do processo produtivo. Isto significaria, talvez, o auge da consolidação do capitalismo, onde o indivíduo não mais se produz. É o que Marx chama de Não Ser, ou seja, é o estranhamento do Gênero Humano. Smith (1988) chama atenção para o fato de o capitalismo industrial ser o responsável pelo surgimento das concepções e visões contemporâneas sobre a natureza,

---

<sup>90</sup> Foster, 2005.

o que tem levado à sua transformação global, tanto do seu consumo físico quanto intelectual, com desdobramentos em problemáticas de múltiplas ordens.

Daí a utilização dos escritos de Arlete Moysés Rodrigues (2016), por exemplo, desde o estabelecimento das bases desta pesquisa. Diante do exposto, compactuou-se com a mesma, sem hesitar, sobre a necessidade de reestabelecer a totalidade na análise de tal problemática. Para que se retome a compreensão da realidade como totalidade, a autora evidencia a sua opção teórico-metodológica pela “Categoria Trabalho”, uma vez que reconhece o mundo do trabalho como o conjunto de relações responsáveis pelo elo que articula e produz sociedade e natureza. Nesta pesquisa, não houve uma dedicação específica à investigação do mundo do trabalho. No entanto, entendemos, para sua realização, que cada agente produtor do espaço urbano investigado cumpre determinados papéis/funções em um processo produtivo, que está inserido no contexto das técnicas produtivas contemporâneas, em sua divisão internacional, o que provoca um rebatimento direto sobre a divisão econômica do espaço urbano e a divisão social do espaço.

Nesta concepção materialista crítica, é o trabalho que é considerado o elo das relações entre homem e natureza e, com isso, via-se como muito necessário o uso de “arcabouço teórico-metodológico e instrumentais analíticos que permitissem compreender os agentes, as contradições, os conflitos, as desigualdades e a segregação socioespacial em diversas escalas geográficas” (RODRIGUES, 2016, p. 208).

Diante do exposto, é no terreno concreto das práticas sociais que se assentam os objetos de necessário desvelamento, em meio à nebulosa ambiental, como conceitua Acselrad (1999)<sup>91</sup>. No terreno concreto das práticas sociais se assentam os interesses em modificar o uso e interferir na configuração física dos parques públicos municipais urbanos já consolidados no imaginário local; os interesses em realizar negócios *na* e com *a* cidade, buscando associar mercadorias imobiliárias aos efeitos amenizadores das áreas ambientais; e, dialeticamente, no residual de uso que permanece – no *espaço social*, de necessidades reais, antagônico ao *abstrato*, com sua artificialidade –, tem-se a promoção das ocupações urbanas, onde afloram conflitos no âmbito da reprodução das condições de produção.

---

<sup>91</sup> Acselrad, 2010.

A prática de lotear historicamente áreas ambientalmente impróprias, em nada impediu o fato destas terem se tornado o “epicentro da valorização mercantil da terra urbana” em Dourados-MS, evidenciando que o fundamento da produção e da dinâmica espacial é a propriedade privada, e todo o resto deve ser entendido como questões adjacentes. Deste modo, a questão da propriedade privada e da renda da terra possui centralidade nas explicações dos conflitos e, também, na sua atenuação.

Deste modo, as práticas relativas ao loteamento de áreas ambientalmente impróprias não foram estancadas, nem diante do avanço institucional das últimas décadas, tão pouco em razão dos avanços legais, desde a passagem da década de 1980 para 1990. Foram, no entanto, redefinidas. Do mesmo modo, o interesse na valorização mercantil histórica das áreas situadas na cabeceira dos córregos citados também não se esvaiu. Pelo contrário, ampliou-se para outros lugares destes arranjos espaciais intraurbanos produzidos a partir dos fundos de vale urbanos.

De acordo com Sposito e Góes (2013, p. 102). “[...] a distribuição dos condomínios residenciais bem esparsos, que vem sendo lançados desde a década de 1970, tem como um de seus intuitos firmar a urbanização difusa”. Podemos considerar, então, que a cidade de Dourados se insere nesta generalidade marcada pela urbanização difusa, sobretudo, após o lançamento dos primeiros Loteamentos Fechados de Alto Padrão, desde 2008. No entanto, junto a isto, podemos ainda acrescentar, enquanto singularidade, a presença das redes locais de crescimento urbano, ou seja, o comprometimento histórico verificado em espraiar a malha urbana de Dourados, dotando-a de uma expansão territorial urbana de viés eminentemente horizontal.

Com base no que foi levantado nesta pesquisa, torna-se possível considerar que, junto à estratégia da fragmentação adensada, que muito se articula com a produção dos interstícios urbanos, reside, singularmente, a prática verificada historicamente em Dourados de lotear áreas ambientalmente impróprias.

O percentual de área urbana dotado destas características na cidade de Dourados é bastante considerável. No ano 2000:

Os espaços verdes não edificáveis somavam 9,00 km<sup>2</sup> (900 ha), o que corresponde a mais de 12% do perímetro urbano. A área efetivamente loteada era de aproximadamente 44,88 km<sup>2</sup> (4.4488ha), o que corresponde a 60% do perímetro urbano. Portanto, a densidade demográfica da cidade de Dourados, verificando-se a área efetivamente loteada, era de 31,94 habitantes/ha. (DOURADOS, 2001, p. 10).

Com a ampliação do perímetro urbano em 2011, este quantitativo de áreas se ampliou. Hoje, são inúmeras as áreas dotadas destas características que estão sujeitas às práticas analisadas no decorrer desta pesquisa. Seja pelos mecanismos de loteamentos de áreas impróprias, como fora característico nos anos anteriores à década de 1990; seja por meio das ingerências empresariais na execução da política ambiental e urbana. No período mais recente, os dados desta pesquisa evidenciaram que tais áreas, de um modo ou de outro, serão incluídas no circuito imobiliário local.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a realização desta pesquisa viu-se que, sob a produção atual dos significados de natureza no espaço urbano de Dourados/MS, reside um conjunto de conflitos de interesses, característica da dinâmica que se manifesta no atual estágio da produção da cidade, no contexto mais amplo da produção do espaço urbano. Estes interesses distintos, e, mesmo antagônicos, não aparecem num primeiro momento, ou seja, diante de uma tentativa de apreensão da questão que seja despreziosa.

Exige de nós a edificação de perguntas precisas. Exige a identificação do conjunto discursivo que visa ao deslocamento do cerne de interesses e dos conflitos históricos. É preciso colocá-lo, então, frente a um conjunto metodológico crítico, que permita o tensionamento e, então, o seu descortinamento, exercício tão necessário às demandas populares na atualidade.

A busca por quais seriam os fundamentos históricos da produção capitalista da natureza no espaço urbano de Dourados/MS, revelou um comprometimento, nas mais diversas escalas, do local ao global, em espoliar a natureza e, com ela, as gentes e sua pertença histórica. Os significados de natureza presentes em pelos menos três períodos históricos, nos mostraram como esse processo foi se intensificando, revelando agravamento, até atingir um caráter muito pernicioso na atualidade. Sob a nebulosa ambiental, forma que tomou a dita necessidade de transformação da relação com a natureza na modernidade, reside um conjunto de nuances que conseguem incorporar áreas ambientais, no concreto, e no campo da representação, via estratégias de produção de novos significados de natureza, (a)parecer sustentável.

O confrontamento disto, o tensionamento necessário, se fez com o desvelamento dos fundamentos materiais da favelização em Dourados/MS, via análise da realização de loteamentos (legais?) em áreas ambientais. Os resultados da pesquisa evidenciaram que, por detrás de uma aparência fragmentária, que por vezes é pensada como se estivesse radicalmente atomizada, caótica e desconexa, encontram-se nexos que atendem aos interesses que ditam o movimento da totalidade.

As operações conjuntas entre Estado e mercado, para o lançamento e sucesso comercial de loteamentos fechados de alto padrão, envolvem todo um conjunto de ações políticas que fazem uso e, então, participam da reprodução de novos significados de natureza. Deste modo, moldam e redefinem a institucionalidade, com suas novas funções e papéis a serem desempenhadas no contexto urbano, muito marcado pelas práticas que emanam da doutrina neoliberal.

A nova forma consiste nos mecanismos conferidos pela institucionalidade relativa à política urbana e ambiental que, desde a década de 1990, após o país se render ao receituário neoliberal, vem aderindo, paulatinamente, às novas práticas do urbanismo. Destaca-se, neste contexto, o urbanismo *ad hoc*, que é operado localmente, dentre outros mecanismos, por meio do construto local do ideário ambiental de conservação dos fundos de vale urbanos. Isto demonstra ter se firmado como um dos principais artefatos utilizados na negociação caso a caso, interesse a interesse, de atenuação de conflito em conflito, para que se realize, hodiernamente, o capital imobiliário na cidade em questão, em sua coordenação com outros capitais.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, S. **Planejamento Governamental:** a Sudeco no espaço mato-grossense – contexto, propósitos e contradições. São Paulo, USP/FFLCH, Tese (Doutorado), 2001.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
- AMARAL, J. A. M. do. *et al.* **Levantamento semidetalhado dos solos do Campo Experimental de Dourados; da Embrapa Agropecuária Oeste, município de Dourados, MS.** Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste; Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2000.
- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX:** dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

- BECKER, B.; EGLER, C. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 4 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CAMPOS, B. F. **A produção dos significados de natureza no processo de urbanização de Dourados/MS (1970-2018): os papéis desempenhados pelo planejamento urbano e ambiental na reprodução das desigualdades socioespaciais**. Universidade Federal da Grande Dourados, Tese (Doutorado), 2018.
- CARLOS, A. F. A. **A Condição Espacial**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- GOLDENSTEIN, L; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 1, p. 21-47, 1982.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- LIMA, P. A. de. **Ocupação do fundo de vale do Córrego Laranja Doce na cidade de Dourados**. Análise da proposta de criação de um Parque Ecológico. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1999.
- MARX, K. A mercadoria. *In*: MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 113-158.
- OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2014.
- PEBAYLE, R.; KOECLHLIN, J. As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica. **Espaço e Conjuntura**. São Paulo: USP, 1981.
- POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PIQUET, R. P. da S; RANDOLPH, R.; MANNARINO, R. P.; MIRANDA, W. M. **Intervenção do Estado na Estruturação do Sistema Urbano Brasileiro**. Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional – PUR/ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 1982.
- RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 4 Ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- RODRIGUES, A. M. A Matriz Discursiva Sobre O “Meio Ambiente”: Produção do Espaço Urbano – Agentes, Escalas, Conflitos. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 207-230.
- RODRIGUES, A. M. Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. *In*: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 147-168.
- SILVA, M. C.T. da. **Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, M. C. T. da. Dourados-MS: Expansão urbana extensiva e impactos socioambientais. *In: DA SILVA, W. G.; JURADO DA SILVA, P. F. (org.) Mato Grosso do Sul no início do século XXI: Integração e desenvolvimento urbano-regional. V. 2 – Campo Grande: Life Editora, 2017. p. 201-229.*

SILVA, W. G.; JURADO DA SILVA, P. F. (org.) **Mato Grosso do Sul no início do século XXI: Integração e desenvolvimento urbano-regional**, v. 2 – Campo Grande: Life Editora, 2017. p. 201-229.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. *In: MARICATO, E. et al. Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 35-40.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança e fragmentação socioespacial**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013. DOURADOS, 2001, p. 10).

# O REFORÇO DO PAPEL REGIONAL DE DOURADOS-MS: UMA ANÁLISE DOS DESLOCAMENTOS NO ÂMBITO DA REDE URBANA

*William Moreno Vascon*

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho<sup>92</sup> nos propomos a analisar Dourados, considerada a segunda maior cidade do estado, em termos populacionais. Localiza-se ao Centro-Sul de Mato Grosso do Sul (a 220 quilômetros de distância da capital, Campo Grande), posição geográfica que a privilegia nas interações com outros centros urbanos do entorno, por meio da convergência de vias de circulação. Destaca-se pelo papel que as atividades comerciais e de serviços especializados exercem sobre a população dos centros urbanos de sua rede, dinâmica que intensifica as relações e expressa uma condição de centralidade que tem a porção sul do estado como principal área de influência.

Neste texto, procuramos apontar variáveis (ensino superior, saúde e *shopping*), que, juntamente com os supermercados Assaí e Atacadão, contribuem no processo de reforço da centralidade de Dourados e, por decorrência, de seu papel de cidade média.

Frente a isso, buscamos considerar a importância de Dourados no contexto regional, a partir da análise dos deslocamentos para o consumo de saúde, educação, consumo alimentício e lazer, como “reforçadores” da centralidade dessa cidade média, contribuindo para a reflexão acerca de tais temas, com apoio de estudos de outros pesquisadores e da análise de dados coletados. Trataremos dos deslocamentos estabelecidos no âmbito da rede urbana, considerando alguns elementos que desencadeiam articulações e interações espaciais com o contexto regional, reforçando sua condição de cidade média.

Como procedimento metodológico, convém ressaltar que, para o desenvolvimento das reflexões que aqui apresentamos, inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico acerca da temática das cidades médias e das políticas

---

<sup>92</sup> Cabe aqui ressaltar que este texto resulta de parte da dissertação O Papel do setor Atacadista no Reforço da Centralidade de uma Cidade Média: Dourados-MS, disponível em <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1882> defendida em maio de 2019.



públicas impetradas na região de Dourados<sup>93</sup>, buscando estabelecer um arcabouço que pudesse dar suporte às reflexões.

Da mesma forma, tem sido considerada a bibliografia que trata a temática da centralidade e rede urbana, de modo a oferecer um panorama de análise que possibilite reflexões sobre o papel de Dourados como centro prestador de serviços no sul do estado de Mato Grosso do Sul, para o qual a demanda das cidades menores se desloca para realizar o consumo de bens e serviços mais especializados. Assim, consideramos o papel dos supermercados e demais variáveis, no estabelecimento de relações/articulações entre Dourados e os municípios da região sul do estado, que compõem sua rede urbana.

A necessidade do trabalho empírico configurou-se como fundamental. Nesse sentido, realizamos o trabalho de campo nos pátios e no interior dos supermercados e de outros estabelecimentos de consumo como hospitais públicos, instituições de ensino superior e o *shopping center* (Figura), buscando analisar o quantitativo do deslocamento de pessoas de outras cidades para Dourados. Realizamos a contagem de consumidores e pacientes em hospitais, assim como de veículos ao adentrarem nos supermercados, como também a aplicação de entrevistas e questionários que possibilitaram agregar à pesquisa os dados primários. Da mesma forma, fizemos o levantamento de dados secundários sobre Dourados, dos supermercados etc., visando possibilitar o cruzamento e análise de informações.

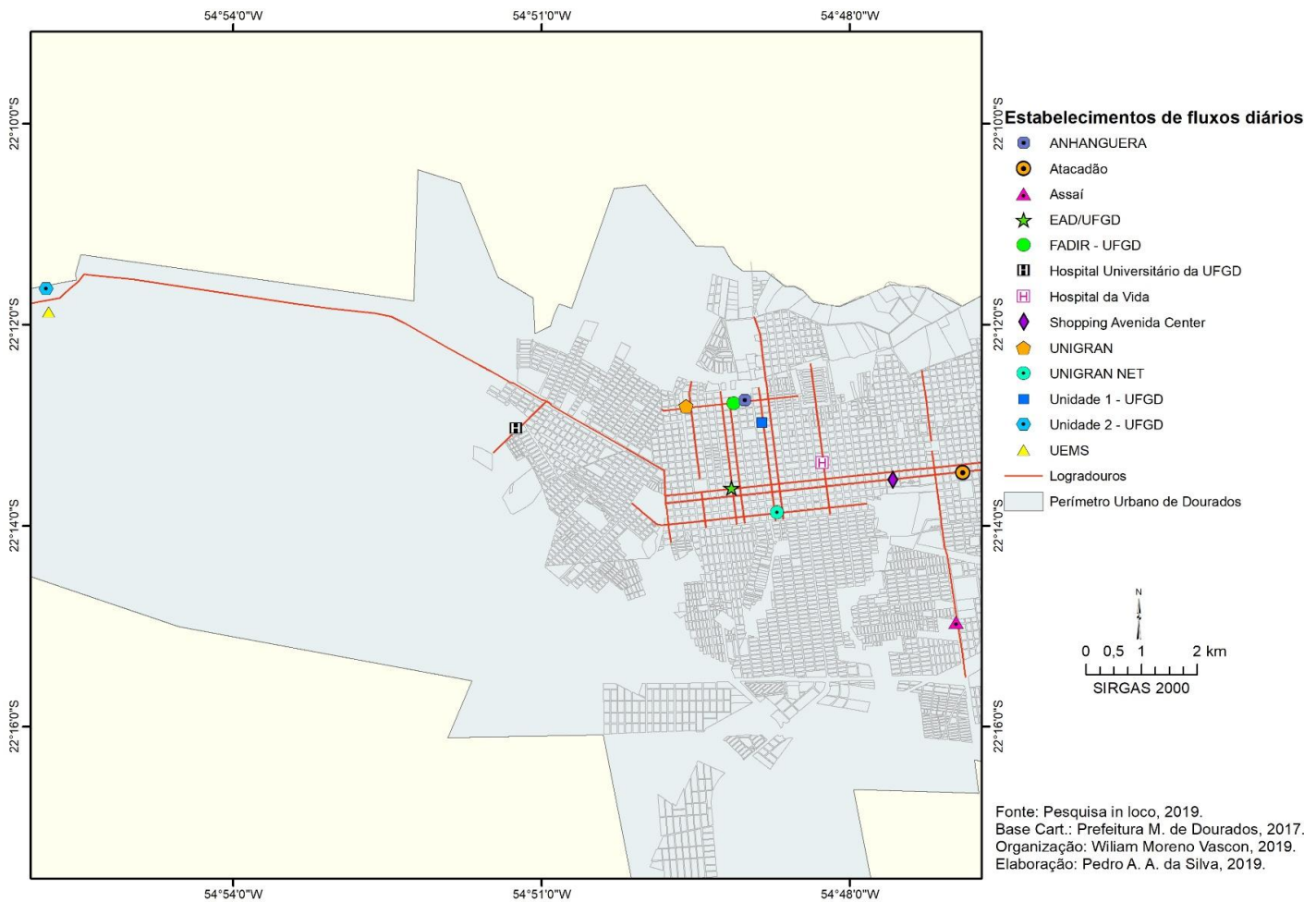
Em estudo de campo iniciado nos supermercados e, posteriormente, nos hospitais, nas universidades e no *shopping center*, buscamos informações com os funcionários dos estabelecimentos, com o objetivo de coletar dados iniciais para a pesquisa. Foi possível observar a presença de consumidores de outras localidades nos estabelecimentos. Frente a isso, partimos para quantificar e qualificar os dados. Começamos pela contagem de consumidores, em determinados horários, contabilizando quantos são residentes na cidade de Dourados e quantos são de outras cidades. Posteriormente, foram realizadas entrevistas e aplicação de questionários<sup>94</sup>.

---

<sup>93</sup> Neste texto não trataremos do papel das políticas públicas. Para tal, ver Vascon (2019).

<sup>94</sup> Cabe aqui ressaltar que para a confecção dos mapas presentes, utilizamos a ferramenta de Sistema de Informações Geográficas (SIG), através do programa Arcgis 10.5.

**Figura - Dourados-MS: Localização dos estabelecimentos analisados (2019).**



A partir dos levantamentos bibliográficos e empíricos - dados coletados -, tentamos construir uma reflexão que possibilitasse entender o papel da cidade de Dourados e sua centralidade na rede urbana regional, buscando destacar as relações/articulações estabelecidas por uma cidade média.

## VARIÁVEIS QUE CONTRIBUEM PARA O REFORÇO DA CENTRALIDADE DE DOURADOS-MS

Visando analisar as condicionantes que contribuem para o reforço do papel regional de Dourados, buscamos realizar uma discussão acerca dos deslocamentos estabelecidos no âmbito da rede urbana, considerando, conforme já pontuado, além dos supermercados Assaí e Atacadão, outras variáveis como saúde, educação superior e o

*Shopping Avenida Center*<sup>95</sup>, haja vista que asseguram e intensificam, articulações e interações espaciais com o contexto regional. (CALIXTO, 2017).

Como já pontuado, em termos demográficos, Dourados é considerada a segunda maior cidade do estado de Mato Grosso do Sul, exercendo significativa centralidade. Sendo assim, buscaremos salientar as dinâmicas que configuraram sua condição regional. Para isto, consideraremos a relação marcada por diversidade e complementaridade (CALIXTO, 2017) estabelecida entre Dourados e os centros que, segundo o IBGE/REGIC – Regiões de Influência das Cidades (2008), compõem sua rede urbana.

Ainda segundo dados do IBGE/REGIC (2008), Dourados é considerada como Capital Regional C<sup>96</sup>. Tem, em sua área de influência: Naviraí, Mundo Novo e Ponta Porã (classificadas como centros de zona A); Guaíra/PR, Bela Vista e Amambai

---

<sup>95</sup> Para maiores informações sobre o papel do *Shopping Avenida Center* na redefinição da centralidade em Dourados, ver: ROMERO, Hamilton. “O papel do Shopping Avenida Center no processo de redefinição da centralidade urbana e das práticas socioespaciais em Dourados – MS”. Dourados, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCH/UFGD.

<sup>96</sup> O estudo da REGIC (Região e Influência de Cidades) definiu a estrutura e hierarquia da rede urbana brasileira, classificando as cidades em cinco níveis, e suas subdivisões. Metrôpoles são as cidades que têm forte poder de influência sobre uma escala maior de cidades, para além de suas fronteiras estaduais. No Brasil são reconhecidas doze metrôpoles, divididas em subníveis: a) Grande Metrôpole Nacional, tendo a cidade de São Paulo, como a única deste nível. b) Metrôpole Nacional, tendo Rio de Janeiro e Brasília. c) Metrôpole, sendo as nove restantes, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre. Estão incluídas, também, na hierarquia das cidades, as Capitais Regionais; neste nível encontram-se 70 cidades em que a escala de influência restringe-se ao âmbito regional e estadual. Esse nível também possui três subdivisões: a) Capital Regional A: nível constituído por 11 cidades brasileiras, com uma população média de 955 mil habitantes. b) Capital Regional B: constituído por 20 cidades, com média de população de 435 mil habitantes. c) Capital Regional C: nível composto por 39 cidades, com uma média populacional de 250 mil habitantes. O terceiro nível de cidades são os Centros sub-regionais, compostos por 164 cidades, tendo escala de influência regional, normalmente em municípios vizinhos. Estes são subdivididos em centros sub-regionais A, com média de 95 mil habitantes, tendo em torno de 85 cidades no país, e centros sub-regionais B, constituindo 79 cidades, com população de cerca de 70 mil habitantes. O quarto nível seria o dos Centros de Zona, um nível local composto por 556 cidades brasileiras de pequeno porte, com poderes de influência bem restritos aos municípios próximos, divididos também entre A e B; o primeiro formado por 192 cidades, com médias populacionais de 45 mil habitantes, o segundo por 364 cidades, com população de 23 mil habitantes. O quinto e último nível é o Centro Local, formado pelas demais cidades, cerca de 4470 cidades, com poderes de influência que não extrapola seus limites municipais, com populações sempre abaixo de 10 mil habitantes. (Regic 2008). Ainda com base nos dados do IBGE/REGIC 2008, Dourados é designada como capital regional C. As capitais regionais são centros que, como as metrôpoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. No entanto, sua capacidade de gestão é notavelmente inferior ao das metrôpoles, que têm área de influência de âmbito regional. A designação Capital Regional C, trata de cidades com populações médias de 250 mil habitantes; no Brasil são 39, com 162 relacionamentos. (IBGE/REGIC, 2008) demonstra a sua importância para seu entorno centralizando, desse modo, fluxos espaciais de várias cidades ao seu redor, centros de zona A, zona B e centros locais, cidades nos mais baixos níveis da hierarquia urbana, em que não passam de 10 mil habitantes, com mediana entre 8 mil. Para o IBGE/REGIC, Mato Grosso do Sul possui duas redes urbanas de grande importância, a primeira e de mais destaque comandada pela capital Campo Grande. A segunda é o conjunto de centros urbanos integrados por Dourados.

(centros de zona B), bem como seus respectivos centros de influência, os chamados centros locais. Congregando desta forma, 33 centros na sua área de influência (21 de forma direta e, por meio destes mais 12), estabelecendo relações com o estado do Paraná (Guaíra e Terra Roxa) e reforçando sua centralidade na rede urbana regional (CALIXTO, 2017).

Ainda segundo Calixto (2017), ao considerarmos o contingente populacional<sup>97</sup> de centros do estado de Mato Grosso do Sul ligados à sua rede urbana, de acordo com o censo (IBGE, 2010), podemos observar mais um elemento que possibilita mensurar o seu papel regional, pois reúne cerca de 740 mil habitantes.

Partindo do pressuposto que as cidades médias precisam ser analisadas na sua relação com a rede urbana, Corrêa (2010), nos aponta que a rede urbana pode ser entendida, como um conjunto de centros que se articulam por meio de relações de diferentes naturezas, materiais e/ou imateriais, permitindo e assegurando a circulação de informações, fluxos de pessoas, capital, bens, serviços etc.

Vale ressaltar que, sendo meio em que a produção, circulação e consumo se realizam efetivamente, a rede urbana vincula-se à crescente rede de comunicações, contribuindo para o cenário de economia global atual<sup>98</sup>. É considerada por Corrêa, e outros autores, como condição para a divisão territorial do trabalho. Corrêa (2006) ressalta:

É à primeira vista através das funções articuladas de suas cidades comércio atacadista e varejista, indústrias e serviços de transporte, armazenagem, contabilidade, educação, saúde etc. – que a rede urbana é uma condição para a divisão territorial do trabalho. (2006, p.26).

---

<sup>97</sup> Podemos destacar os pares apresentados por Sposito (2009), em que o par da articulação entre “concentração e dispersão”, (ou densidade e extensão) se expressa nesta abordagem. Ou seja, a autora salienta que nem toda rede urbana e a definição dos papéis urbanos se estabelece, apenas pelo princípio da concentração. Todavia, mesmo que em áreas de baixa densidade demográfica como o caso de Dourados frente a outras realidades, o tamanho da extensão é combinado com da sua densidade, porque não se estabelece um padrão ou um patamar de densidade ocupacional ao qual deveriam chegar todos os territórios e todas as ocupações. Há, portanto, um movimento de concentração aqui, e um de dispersão acolá. (SPOSITO, 2009, p.23).

<sup>98</sup> A rede urbana brasileira, até a década de 1970, caracterizava-se, de acordo com Corrêa (2001, p.360), por uma relativamente pequena complexidade funcional dos seus centros urbanos, por um pequeno grau de articulação entre estes referidos centros, com interações espaciais predominantemente regionais e pela existência de padrões espaciais simples. Corrêa (2001, p.428) ressalta que, a partir desse período, as modificações que sobretudo vão caracterizar a rede urbana brasileira são a continuidade da criação de novos núcleos urbanos, a crescente complexidade funcional dos centros urbanos, a mais intensa articulação entre centros e regiões, a complexidade dos padrões espaciais da rede e as novas formas de urbanização.

Segundo o mesmo autor, a rede torna viável a articulação da circulação e consumo, tornando o mundo de hoje integrado. A rede urbana atual é um reflexo das características dos contextos políticos, econômicos e socioculturais do seu território. Nesse contexto de reestruturação da rede urbana, cabe reconhecer, portanto, os novos papéis desempenhados pelas cidades e suas respectivas regiões, assim como importa identificar as novas funções urbanas e as novas interações espaciais que delas derivam, particularmente, as relações cidade-região e as relações interurbanas. Essas mudanças determinam os novos modos de inserção das cidades na rede urbana, porquanto alteram os seus aspectos estruturais, a saber: os dimensionais, os funcionais e os espaciais (NASCIMENTO, 2014).

A rede urbana de Dourados se reconfigurou por meio dos projetos implementados, via políticas públicas, do comércio diversificado em nível regional, e pela prestação de serviços. A região propiciou a expansão de um meio técnico-científico-informacional, caracterizado pela implantação de objetos técnicos, escolas de cursos de capacitação, universidades, entre outros, ligados geralmente aos interesses da produção agrícola.

Destaca-se pela prestação de serviços, rede de comunicação e oferta de empregos pelos setores industriais e do comércio, cujo conjunto caracteriza a configuração territorial de um dado lugar, baseada em trocas e interações no âmbito regional. Tais fixos auxiliaram no desenvolvimento das atividades econômicas, com destaque para a modernização agropecuária, para a expansão de um complexo agroindustrial processador de grãos e de carnes e para a ampliação e diversificação das atividades terciárias, especialmente, comércio atacadista/varejista, e, por conseguinte, possibilitaram o incremento, a diversificação e o fluxo de pessoal, matéria, capital e informação. Essas relações de trocas intensificam a articulação no interior da rede urbana.

Considerando a realidade de Dourados, Calixto (2017) nos coloca que se constitui como um centro ligado ao comércio e serviços especializados. Por sua vez, Sposito (2007) assegura que uma cidade média, conforme já dito, se caracteriza de acordo com sua posição geográfica e de proximidade com os demais centros, facilitando desenvolver o papel político-administrativo, principalmente ligado ao tempo de deslocamento necessário. “A importância de uma cidade média tinha, e ainda tem, relação direta com a área sobre a qual ela é capaz de exercer influência ou, em outras

palavras, a área a partir da qual alguém está disposto a se deslocar até uma cidade média para nela ter acesso ao consumo de bens e serviços.” (SPOSITO, 2007, p. 37).

O papel de Dourados como cidade média vai sendo delineado, então, por diversos agentes socioeconômicos que se apropriam do espaço para a reprodução de novas formas de produção, de consumo e de outras necessidades sociais, no caso de atendimento médico, de formação acadêmica, ou até mesmo de lazer. “Há necessidades de um determinado nível de densidade de consumidores para que uma localidade seja objeto de interesse de capitais que se desconcentram espacialmente e se expandem territorialmente, razão pela qual se reforçou o papel das cidades médias como espaços de consumos e regionais.” (SPOSITO, 2007, p. 44).

São várias as interações espaciais e as relações estabelecidas por Dourados com as cidades que estão em sua área de influência. Ocorrem por meio do consumo de bens e serviços, desde o atendimento médico-hospitalar público e privado; educação de nível fundamental e superior, público e privado; comércio atacadista (de alimentos, produtos agrícolas, peças automotivas etc.); e comércio varejista de vestuário, calçadista e alimentício. Destacam-se, também, os trabalhadores que se deslocam diariamente de suas cidades para trabalhar, principalmente nas usinas, frigoríficos ou comércio de Dourados.

Esses elementos reforçam e consolidam o papel dessa cidade na rede urbana regional. Contudo, uma vez que consideramos a questão de deslocamento para o consumo, ressaltamos as contribuições de Nucci (2017), que nos aponta, em uma definição mais simples, que o consumo é a parcela da renda que é usada para comprar bens e serviços e, assim satisfazer necessidades. De acordo com a autora:

(...) o consumo é a última fase das atividades econômicas que permite a satisfação imediata das necessidades materiais, mediante a utilização de bens e serviços, uma vez que esta abordagem pode ser classificada consumo privado (das pessoas) e consumo público (do Estado), consumo intermediário (isto é, utilizado para produzir outros bens) ou consumo final (devido ao desgaste ou destruição). (NUCCI, 2017, p.86).

Por sua vez, Villaça (1998), destaca os deslocamentos espaciais como fatores essenciais na constituição e manutenção de uma centralidade. Portanto, para desenvolvermos a análise proposta neste estudo, sobretudo no que diz respeito ao papel de Dourados, além das entrevistas realizadas, nos baseamos nos trabalhos de pesquisa

realizados por Silva (2011), Calixto (2000, 2017, 2019), Romero (2010) e Rodrigues (2016).

A Figura apresentada anteriormente demonstra os estabelecimentos que foram analisados a partir dos deslocamentos. A representação demonstra como a localização de tais estabelecimentos deve ser pensada na realidade da rede urbana. Vale destacar que o maior desafio desse levantamento foram os procedimentos metodológicos adotados, frente às possibilidades a serem utilizadas, principalmente nas variáveis aqui consideradas: consumo alimentício, educação superior, saúde e *shopping*.

## **OS DESLOCAMENTOS LIGADOS AO COMÉRCIO ALIMENTÍCIO**

Em entrevistas realizadas com gerentes dos supermercados Assaí e Atacadão em Dourados, obtivemos, de ambos, a declaração de que os motivos das instalações de filiais na cidade se dão pelo potencial de crescimento das lojas devido a uma gama considerável de consumidores a serem atendidos em toda a região sul do estado. O gerente do Atacadão aponta que a empresa escolheu Dourados, justamente, pelo fato de ser um centro comercial, de serviços e de empregos para a região. Afirmou, ainda, que a empresa, ao abrir uma sede, “escolhe a dedo” as cidades onde serão instaladas.

No caso da Assaí Atacadista, ocorreu todo um estudo sobre o fluxo de consumidores e buscaram uma logística que atendesse tal demanda, resultando na escolha de um local apropriado.

Em uma das etapas da pesquisa de campo realizamos levantamentos sobre qual é o montante de consumidores de Dourados e de outros municípios. Assim, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017, iniciou-se a contagem sobre a quantidade de veículos que adentrava o pátio do supermercado<sup>99</sup>, entre os dias de maior movimento, no caso do dia 5 ao dia 20, durante o horário considerado de pico, entre 17h30 e 18h00. Durante este período, foram contados, 1.032 veículos que adentravam o supermercado Assaí no mês de novembro. Desse número, 63,8 % (658), eram de Dourados, e 36,2 % (374), de consumidores oriundos de outras cidades do entorno de Dourados.

---

<sup>99</sup> Informamos que utilizamos tal método pois os supermercados Atacadão e Assaí Atacadista não possuem uma estrutura de vendas, com a realização de cadastro dos consumidores. As vendas são efetuadas apenas em dinheiro, em cartão de crédito ou débito automático, não realizando normalmente notas fiscais para seus clientes, fazendo com que a empresa não tenha informações dos mesmos.

Em dezembro de 2017 voltamos a utilizar a contagem de carros, para avaliar se o contingente de consumidores de outras cidades era realmente significativo. Dessa vez, fizemos o levantamento no pátio do supermercado do Atacadão. Foram contados, em 14 dias, 1.470 veículos, sendo 984 veículos com placas de Dourados (67%) e 486 (33%), de veículos com placas de outras cidades da região sul de Mato Grosso do Sul. Lembrando que, para maior qualidade no levantamento de dados foram excluídos da contagem motos, motonetas e caminhões de grande porte.

## **OS DESLOCAMENTOS LIGADOS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE**

As múltiplas relações e interações espaciais que se estabelecem no contexto regional e no espaço interurbano, a partir da oferta de serviços de saúde, devem ser vistas como parte “integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social e não como puros e simples deslocamentos de pessoas, mercadoria, capital e informação no espaço” (CORRÊA, 1997, p.280).

Assim, os serviços de saúde compreendem uma teia de relações complexas que se estende desde a geração de empregos, da dinâmica das indústrias de medicamentos, materiais e equipamentos ligados ao atendimento do setor, e a configuração das interações espaciais no espaço regional.

Os dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), de 2011, nos permitiam observar que havia uma concentração dos serviços de saúde na capital do estado – Campo Grande -, diminuindo em direção ao interior. Observa-se que, com exceção da capital, a cidade que apresentava, em 2011, o maior número de estabelecimentos de saúde era Dourados, com um total de 241 estabelecimentos, apresentando-se como referência regional em oferta de serviços de saúde. (SILVA, 2011, p.77).<sup>100</sup>

Quando consideramos os dados levantados em fevereiro de 2019, verificamos que Mato Grosso do Sul apresentava 3.440<sup>101</sup> estabelecimentos de saúde. Da mesma forma, os dados de 2019 mostravam que Dourados se mantinha com o maior número de

---

<sup>100</sup> O estado de Mato Grosso do Sul de acordo com os dados do CNES (2011), possuía um total de 3.284 estabelecimentos de saúde, sendo que Dourados representa 7,33% destes estabelecimentos, um número significativo quando observamos a participação dos demais municípios que variam de 0,09% à 4,87%, com exceção da capital do estado, Campo Grande, que representa 35,26% do total. (SILVA, 2011, p.76).

<sup>101</sup> [http://cnes2.datasus.gov.br/Mod\\_Ind\\_Tipo\\_Leito.asp?VEstado=50](http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Tipo_Leito.asp?VEstado=50) acesso em fevereiro de 2019.



estabelecimentos do interior do estado. Dentre os estabelecimentos de saúde no estado de Mato Grosso do Sul destacamos a presença dos hospitais, ressaltando novamente a participação do município de Dourados. Pois, ao consideramos o número total de hospitais, que é de 121, entre Hospitais Gerais e Especializados, percebemos que Dourados concentra 6,61% dos hospitais do estado, número expressivo se comparado a outros municípios do interior que não ultrapassam a 2,47%.

Desta forma, observa-se que as atividades ligadas ao setor da saúde criam novas articulações, produzindo fluxos de capital e de pessoas não somente nos deslocamentos dos usuários até as unidades de atendimento, mas também de profissionais especializados.

Corroborando com o que estamos destacando até o momento sobre a prestação de serviços de Dourados e os deslocamentos, apresentamos um levantamento feito pela Central de Regulação de Leitos realizada no mês de abril de 2017, fornecidos para a nossa pesquisa em janeiro de 2019<sup>102</sup>. Dentre os dados apresentados na Tabela 1, podemos verificar o quantitativo de pacientes de outras cidades que se deslocam diariamente.

Como percebemos na Tabela 1, dos 1.238 pacientes internados no mês de abril de 2017, 443 (35,84%), eram de cidades da rede urbana de Dourados. Complementando os dados apresentados, a coordenadora da central de leitos de Dourados, Tatiana Ribeiro, nos informou, em entrevista e questionário realizado em janeiro de 2019, que o número de pacientes de outros municípios é muito expressivo.

De acordo com os dados fornecidos pela coordenadora, na data de 14 de janeiro de 2019, das 213 vagas de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), de pacientes em estados críticos (eminência de morte com urgência na internação hospitalar), apenas 3 destes eram de pacientes de Dourados, os outros 210, de acordo com o cadastro do Sistema Único de Saúde (SUS), residiam em outros municípios<sup>103</sup>.

---

<sup>102</sup> Esclarecemos que, de acordo com a coordenadora da Central de Leitos, os dados fornecidos são de todos os atendimentos, sejam eles do SUS, ou de planos de saúde particulares.

<sup>103</sup> Este número é apenas pelos atendidos pelo SUS, o número de pacientes com planos de saúde particulares não podemos quantificar, pois são dados mais sigilosos e a central de leitos não os disponibilizou.

**Tabela 1 - Dourados-MS: pacientes internados e suas respectivas cidades de origem (abril de 2017).**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>PACIENTES</b>	<b>PERCENTUAL</b>
<b>DOURADOS</b>	<b>795</b>	<b>64,16%</b>
AMAMBAI	15	1,21%
ANAUROLANDIA	10	0,81%
ANGÉLICA	16	1,29%
ANTONIO JOÃO	7	0,56%
ARAL MOREIRA	5	0,40%
BATAYPORÃ	1	0,08%
CAARAPÓ	41	3,31%
CORONEL SAPUCAIA	9	0,73%
DEODAPOLIS	6	0,48%
DOURADINA	0	0,00%
ELDORADO	7	0,56%
FATIMA DO SUL	40	3,23%
GLORIA DE DOURADOS	6	0,48%
IGUATEMI	12	0,97%
ITAPORÃ	38	3,07%
ITAQUIRAÍ	8	0,65%
IVINHEMA	31	2,50%
JAPORÃ	0	0,00%
JATEI	4	0,32%
JUTI	15	1,21%
LAGUNA CAARAPÃ	7	0,56%
MUNDO NOVO	4	0,32%
NAVIRAÍ	25	2,02%
NOVA ANDRADINA	24	1,94%
NOVO HORIZONTE DO SUL	12	0,97%
PARANHOS	7	0,56%
PONTA PORÃ	45	3,63%
RIO BRILHANTE	21	1,69%
SETE QUEDAS	4	0,32%
TACURU	5	0,40%
TAQUARUSSU	12	0,97%
VICENTINA	6	0,48%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.238</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Central Regulação de Leitos – Prefeitura de Dourados/MS.  
Organizado por: Wiliam Vascon, 2017.

No que diz respeito à proporção de pacientes atendidos diariamente em Dourados, a referida coordenadora, nos informou que, fazendo um levantamento dos últimos três meses de 2018 (outubro, novembro e dezembro), o quantitativo de pacientes que passaram pela regulação de leitos de origem da cidade de Dourados foi de 67,74%, sendo 32,26% de cidades vizinhas. Nesse caso, ela não nos apresentou o número total de pacientes, apenas as proporções. Destacou ainda que, os hospitais que mais atendem são os Hospitais da Vida e o Universitário. Frente a tal informação, podemos analisar os seguintes dados, cedidos pela Central de Regulação de Leitos, datados também de abril de 2017.

**Tabela 2 - Dourados-MS: pacientes internados no hospital da vida (abril de 2017).**

<b>MUNICÍPIO DE ORIGEM</b>	<b>NÚMERO</b>
AMAMBAI	5
ANAUROLANDIA	4
ANGÉLICA	2
ANTONIO JOÃO	2
ARAL MOREIRA	2
CAARAPÓ	22
CORONEL SAPUCAIA	3
DEODAPOLIS	3
<b>DOURADOS</b>	<b>282</b>
ELDORADO	3
FATIMA DO SUL	29
GLORIA DE DOURADOS	1
IGUATEMI	1
ITAPORÃ	31
ITAQUIRAI	1
IVINHEMA	1
JATEI	1
JUTI	1
LAGUNA CAARAPÃ	3
NAVIRAÍ	2
NOVA ANDRADINA	1
NOVO HORIZONTE DO SUL	1
PARANHOS	3
PONTA PORÃ	1
RIO BRILHANTE	6
SETE QUEDAS	1
VICENTINA	4
<b>Total Geral</b>	<b>492</b>

Fonte: Central Regulação de Leitos – Prefeitura de Dourados/MS. Organizado por: Wiliam Vascon, 2017.

**Tabela 3** - Dourados-MS: pacientes internados no Hospital Universitário/UFGD (abril de 2017).

MUNICÍPIO DE ORIGEM	NÚMERO
ANAURILANDIA	2
ANGELICA	3
ANTONIO JOÃO	3
ARAL MOREIRA	2
CAARAPÓ	18
CORONEL SAPUCAIA	4
DEODAPOLIS	1
<b>DOURADOS</b>	<b>338</b>
ELDORADO	1
FATIMA DO SUL	5
IGUATEMI	3
ITAPORÃ	5
ITAQUIRAI	3
IVINHEMA	8
JATEI	1
JUTI	6
LAGUNA CAARAPÃ	3
MUNDO NOVO	1
NAVIRAÍ	7
NOVA ANDRADINA	10
NOVO HORIZONTE DO SUL	1
PONTA PORÃ	18
RIO BRILHANTE	7
TACURU	1
TAQUARUSSU	3
<b>Total Geral</b>	<b>462</b>

Fonte: Central Regulação de Leitos – Prefeitura de Dourados/MS.  
Organizado por: Wiliam Vascon, 2017.

Podemos novamente perceber as proporções de atendimentos, em que, no Hospital da Vida 57,3% (282), dos pacientes atendidos foram de Dourados, restando 42,7% (210), de pacientes provenientes de outras localidades. Já no Hospital da Universitário/UFGD, o número de pacientes de Dourados chegou a 73% (338) e os pacientes das outras localidades a 27% (124).

Considerando novamente os estudos feitos por Silva (2011), com os realizados atualmente, percebemos resultados muito parecidos, pois, no referido estudo, feito em 2011, apresentava que 60% dos atendimentos realizados somente nos hospitais eram de

usuários de outros municípios que se deslocam, diariamente ou mensalmente, de acordo com o serviço buscado (que varia desde consultas de rotina a tratamentos mais especializados).

Já no ano de 2019, em entrevistas realizadas nos hospitais públicos Hospital da Vida e Hospital Universitário, pudemos constatar como ocorre esse deslocamento. Dos 40 entrevistados<sup>104</sup>, 92% relataram que também buscam consumir outros serviços da cidade de Dourados, serviços estes relacionados à educação, comércio e lazer. Ou seja, os deslocamentos são sempre combinados com interesses de consumo/lazer, de dois ou mais tipos de comércio e/ou serviços.

Assim, Dourados destaca-se como um centro prestador de serviços de saúde de alta e média complexidade, com significativa participação do setor privado na oferta de serviços ambulatoriais, com atendimento das necessidades da população local além da sua região de influência. Embora, o setor privado de saúde apresente significativo número de estabelecimentos, é válido ressaltar a participação da rede pública de saúde nos atendimentos realizados, principalmente, quando integram o serviço de urgência e de tratamentos imunobiológicos. (SILVA, 2011).

A dinamicidade que caracteriza Dourados no contexto regional extrapola o caráter estritamente econômico. Assim, muitas são as possibilidades de entender as várias dinâmicas que regem e que estimulam a funcionalidade de Dourados regionalmente. Contudo, a oferta dos serviços médico-hospitalares ganha cada vez mais destaque no âmbito das relações e na consolidação da importância regional de Dourados.

## **OS DESLOCAMENTOS LIGADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Dentre as diferentes variáveis que podemos considerar para entender a importância das cidades médias no contexto regional, sem dúvida os serviços de educação, especialmente o ensino superior, conforme já dito, merecem destaque, devido ao poder de atração que exercem, impulsionando fluxos de pessoas, de informação etc.

---

<sup>104</sup> Destacamos que todos os entrevistados eram acompanhantes de pacientes. Pelo motivo de consciência moral e ética optamos por sempre abordar acompanhantes de casos mais simples, como retornos médicos, pequenas lesões, cirurgias de baixa complexidade, entre outros. Agregando, assim, uma melhor contribuição dos entrevistados e dos dados à pesquisa, pois, por se tratarem de casos considerados mais simples, julgamos estarem menos abalados, o que permitia que relatassem os motivos do deslocamento, que na maioria das vezes, eram combinados com a busca de outros serviços oferecidos por Dourados.

Os fluxos estabelecidos, aliados a outras dinâmicas, denotam singularidade à cidade, reforçando seus papéis no âmbito regional.

Sendo assim, consideraremos, neste momento do texto, os fluxos e deslocamentos provenientes da presença das instituições de ensino superior em Dourados, que atualmente, segundo levantamento,<sup>105</sup> atende cerca de 25 mil estudantes, que se dividem em cinco instituições: a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)<sup>106</sup>, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)<sup>107</sup>, o Centro Universitário da Grande Dourados (Unigran)<sup>108</sup>, o Seminário Batista e a Faculdade Anhanguera Dourados<sup>109</sup>, ofertando 276 cursos entre graduação e pós-graduação, incluindo aqui as modalidades presencial, semipresencial e Ensino a Distância (EaD). Segundo informações das plataformas virtuais das instituições de ensino superior, são 93 cursos de graduação presencial, 91 cursos de graduação pelo sistema EaD, 11 cursos de pós-graduação na modalidade doutorado, 32 cursos de pós (mestrado) e outros 61 pós (*latu senso*). Na modalidade pós (*latu senso*) pela EaD são mais 32 cursos oferecidos nas quatro universidades.

---

<sup>105</sup> Disponível em: <http://coximagora.com.br/2018/12/20/dourados-tem-25-mil-universitarios-mais-que-habitantes-de-59-municipios/>

<sup>106</sup> A UFGD iniciou como Centro Pedagógico de Dourados (CPD), em 1971, ligado à UFMT. Depois passou a ser campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e, em 2005, passou a ter autonomia, transformando-se na UFGD. A universidade é a maior do município e conta com 37 cursos de graduação presencial e seis a distância, 13 especializações e cinco especializações EaD, 20 cursos de Mestrados, 9 Doutorados e 3 cursos de residência médica. É a única das instituições de ensino superior, do interior do estado, a oferecer o curso de Medicina, o mais disputado entre estudantes. Na graduação, a UFGD é a que mais possui cursos na área de agrárias, com Agronomia, Engenharia Agrícola, Engenharia de Aquicultura, Zootecnia, e também na área de Engenharias. Possui, ainda, dois cursos de graduação com pedagogia de alternância – Licenciatura Intercultural Indígena e em Ciências da Natureza. Na pós-graduação, também é a que mais possui cursos e a que mais atrai estudantes de vários estados do País.

<sup>107</sup> A UEMS foi criada em 1993. Com a proposta de interiorizar o ensino superior no Estado, sua sede foi constituída em Dourados e não na capital Campo Grande. Atende 25 cidades com unidades universitárias e polos EaD. Em Dourados são 16 cursos de graduação, 18 especializações, 12 mestrados e dois doutorados. Possui graduação como Ciência da Computação, Sistema da Informação, Turismo, Direito, Ciências Biológicas, Engenharia Ambiental, Engenharia Física, Letras, Matemática, Pedagogia, Química, Química Industrial, Enfermagem.

<sup>108</sup> A Unigran, fundada em 1976, é a segunda mais antiga. O Centro Universitário tem 25 graduações presenciais e 30 especializações, sendo a que mais disponibiliza cursos na área da saúde, como nutrição, fisioterapia, enfermagem, biomedicina, odontologia, farmácia. No ensino a distância, a instituição é pioneira e conta com 33 cursos de graduação e 27 MBA. Possui, ainda, 11 cursos semipresenciais.

<sup>109</sup> A Anhanguera Dourados é a instituição mais recente, criada a partir da Faculdade de Administração de Dourados (FAD), em 1999. Posteriormente foi adquirida pela Uniderp e, na sequência, vendida ao Grupo Anhanguera, em 2007. A Faculdade Anhanguera oferta 15 cursos de graduação presenciais e 52 no EaD e semipresencial. Dentre os presenciais estão Administração, Agronomia, Ciências Contábeis, Educação Física (bacharelado), Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Farmácia, Fisioterapia, Medicina Veterinária, Nutrição e Psicologia.

O que podemos destacar é que, em Dourados, diferentemente de muitas outras cidades médias do país, encontra-se a sede de duas universidades públicas, uma estadual e uma federal.

Perante as informações apresentadas sobre as instituições de ensino, utilizamos como metodologia de análise, a entrevista com alunos de 10 cursos de graduação das instituições de ensino superior para avaliar se são originalmente de Dourados, ou se há deslocamento diário de suas cidades, assim como os que são originários de outras cidades e estão morando em Dourados, no período da graduação. Ao se referir às cidades médias, Silva (2011, p. 102), nos coloca que:

No processo de centralização e concentração do ensino superior observa-se que estas cidades são alvos de intenso deslocamento, que podem apresentar pelo menos três formas e dinâmicas, uma seria o que denominaremos de definitiva (quando alunos e professores acabam fixando moradia na cidade), as sazonais (quando estes moram na cidade durante o período das aulas) ou pendulares (quando estes fazem o deslocamento diário). Ou seja, Dourados atrai deslocamentos tanto sazonais, quanto definitivas ou mesmo pendulares. Assim, a cidade de Dourados, desempenha no interior do estado centralidade na atração de fluxos dessa natureza.

Na UFGD, definimos quatro cursos para analisar; entre eles, além de Biotecnologia e Matemática, os dois mais concorridos: Medicina e Direito. Na UEMS definimos os cursos de Engenharia Ambiental, Física e Enfermagem. Na Unigran, elegemos dois cursos: Direito e Engenharia Civil. Por último, na Anhanguera, fizemos pesquisa no curso de Ciências Contábeis.

Todos os cursos analisados são presenciais e realizados com turmas em que estivessem o maior número de alunos presente, então optamos por utilizar o primeiro ano letivo de cada curso, no ano de 2018. Ou seja, as entrevistas foram todas realizadas nos meses de setembro, outubro e novembro de 2018, em horários diurnos e noturnos, com 392 calouros.

Cabe ressaltar que, dos 189 (47%) alunos que se originam de outras cidades, aproximadamente 60 (32%) deslocam-se diariamente para estudar em Dourados, normalmente de ônibus intermunicipais, vans ou veículos particulares. Este número é perceptível na quantidade de ônibus presentes nos estacionamento das instituições.

**Tabela 4 - Dourados-MS: levantamento da origem dos acadêmicos das instituições de ensino superior.**

CURSO	INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE ENTREVISTADOS	ESTUDANTES DE DOURADOS	ESTUDANTES DE OUTRAS CIDADES
MEDICINA	UFGD	57	8 (14%)	49(86%)
DIREITO	UFGD	52	22(42%)	30(58%)
BIOTECNOLOGIA	UFGD	40	12(30%)	28(70%)
MATEMÁTICA	UFGD	31	25(75%)	6(25%)
ENGENHARIA AMBIENTAL	UEMS	28	14(50%)	14(50%)
FÍSICA	UEMS	15	11(60%)	4(40%)
ENFERMAGEM	UEMS	38	25(65%)	13(35%)
DIREITO	UNIGRAN	59	39(65%)	20(35%)
ENGENHARIA CIVIL	UNIGRAN	50	28(56%)	22(44%)
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	ANHANGUERA	22	19(87%)	2(13%)
		<b>TOTAL: 392 (100%)</b>	<b>203(53%)</b>	<b>189(47%)</b>

Fonte: trabalho de campo.  
Organizado por: Wiliam Vascon, 2017.

Silva (2011) ressalta ser inegável o papel de Dourados na oferta de serviço de ensino superior. A autora também destaca o número significativo de alunos de municípios com menos de 50 km de distância, que se deslocavam diariamente, em busca do ensino fundamental e médio, principalmente em escolas particulares da cidade. Assim, de acordo com as 262 entrevistas por ela realizadas em junho de 2010, com alunos da UFGD, UEMS e UNIGRAN, a autora percebeu o fluxo de estudantes de outros municípios e de outros estados, totalizando cerca de 160 alunos, sendo que, aproximadamente 90% deste total, residem em Dourados nos períodos de aulas e voltam à cidade de origem durante as férias.

A referida autora ainda reforça que:

Este tipo de deslocamento é o que estamos considerando como sazonal, os demais, 10%, são de alunos que moram em cidades próximas com distâncias inferiores a 60 km e se deslocam diariamente. Em entrevistas realizadas com os motoristas de ônibus de 06 cidades, com distâncias inferiores a 60 km de Dourados, que realizam o transporte de alunos diariamente (tanto de graduação e pós-graduação nos períodos matutino e noturno), percebeu-se que o maior fluxo de alunos se dá em direção a UEMS, UFGD e UNIGRAN e com menor intensidade para Anhanguera-UNIDERP. De acordo, com as entrevistas realizadas cerca de 1962 alunos são transportados diariamente à Dourados, este total representa o fluxo de alunos de municípios com distância inferiores a 60km. (SILVA, 2011, p.113).



Contudo, nas entrevistas por nós realizadas em 2018, dos 60 alunos que se deslocavam diariamente, 56 (96%), utilizavam o ônibus e o restante utilizavam seus veículos particulares, como carros e motos. Lembrando ainda que, todos os entrevistados revelaram consumir outros serviços da cidade de Dourados, como saúde, comércio e lazer.

Complementando o que argumentamos anteriormente, os fluxos oriundos do consumo de estudantes universitários das instituições de Dourados reforçam também sua centralidade regional, sendo que essas instituições extrapolam os limites da rede urbana, atraindo estudantes de diferentes regiões do Brasil e, até mesmo, da América do Sul, com presença de diversos estrangeiros nas universidades douradenses.

Dessa forma, os dados apresentados nos permitem observar que há um processo de ampliação do raio de influência de Dourados, o qual abrange cada vez mais cidades de outros estados, promovendo fluxos que redesenham as interações espaciais no cenário regional e nacional.

Os serviços de educação devem ser pensados como variáveis indispensáveis na compreensão da constituição de algumas cidades médias, já que entendemos que se faz necessário, ao processo de análise, observar e respeitar as especificidades de cada cidade, compreendendo as peculiaridades que redefinem os papéis e funções destas.

## **OS DESLOCAMENTOS LIGADOS AO *SHOPPING AVENIDA CENTER***

A implantação do *Shopping Avenida Center* em Dourados, em junho de 2006, redefiniu o papel do centro tradicional e ocasionou mudanças nas estratégias de localização, haja vista que o empreendimento foi instalado estrategicamente para atender aos interesses de toda a região, assim como de determinados segmentos econômicos, seja na “valorização” imobiliária, seja na prestação de serviços relacionados a um público específico, ou não, tanto de Dourados, como das cidades ao entorno.

Contudo, o empreendimento, o primeiro no interior do estado de Mato Grosso do Sul, traduz novas formas socioespaciais, novos deslocamentos para consumo/lazer, contribuindo para uma nova dinâmica no âmbito da rede urbana. Para auxiliar na análise do reforço da centralidade de Dourados, nos basearemos na pesquisa de Romero (2010)

e Assad (2016) e de um levantamento, por nós realizados, no interior do shopping, com entrevistas e diálogos com funcionários e clientes do estabelecimento.

Convém destacar que o shopping se localiza na mesma avenida do Atacadão, a aproximadamente 900 metros. Também está localizado ao lado do Terminal Rodoviário, e a 400 metros da loja Havan. Possui duas entradas principais, sendo uma na Avenida Marcelino Pires e outra na Avenida Joaquim Teixeira Alves, onde situa-se também o Parque Alnulpho Fioravante, um dos locais de prática de esporte e lazer.

Ainda no tocante à localização, a Avenida Marcelino Pires, via de maior movimento da cidade, proporciona, de acordo com os níveis de circulação, maior comodidade aos usuários de veículos, pois o *shopping*, além de estar do lado do terminal rodoviário, de ser ladeado pelas principais avenidas da cidade, contou com mudanças do sentido das demais vias que o circundam, facilitando o acesso ao estacionamento.

Com efeito, o shopping, quando implantado em 2006, apresentava um número pequeno de lojas distribuídas pelos 20 mil m<sup>2</sup> de área bruta locável (ABL), sendo 40 mil m<sup>2</sup> a área total edificada, voltada, aparentemente, para um público de menor poder aquisitivo ou popular, dado o caráter das lojas. Atualmente, cresce o número de lojas nas áreas internas do empreendimento. Além de um supermercado, lojas âncoras e de departamentos, como Avenida (antiga Tecelagem Avenida), as Lojas Americanas que ocupa uma grande área no estabelecimento e, como tal, cumpre o papel de atrair o público, pois possui grande variedade de produtos como brinquedos, roupas, utilidades e inclusive gêneros alimentícios, incentivando o superconsumo. (ROMERO, 2010, p.41).

Como atrativo para o lazer e consumo, o shopping conta com uma praça de alimentação com diversas franquias e três salas de cinema. No levantamento que realizamos em 2018, identificamos 76 lojas em funcionamento. O shopping Avenida Center também se caracteriza pelo chamado lazer de entretenimento, por conta da presença dos cinemas, da praça de alimentação, *park games* etc. Conforme relato dos entrevistados<sup>110</sup> que não residem em Dourados, acabam consumindo nas lojas, alimentando-se na praça de alimentação e, por vezes, indo ao cinema.

---

<sup>110</sup> Foram aplicados 80 questionários entre os clientes das Lojas Americanas, Rei do Matte e Studio Z, todas estas localizadas no interior do *shopping center*. Do total de entrevistados, 17 pessoas eram de outras cidades da rede urbana de Dourados.

Nesse sentido, deslocam-se de suas cidades com esse objetivo, mas, na maioria dos casos, aproveitam a vinda a Dourados para outros fins, indo ao *Shopping Avenida Center*, unindo lazer ao consumo.

Dos 80 entrevistados, 32 (40%), visitavam o *Shopping Avenida Center* para realizar apenas compras. Os demais 48 (60%), estavam a passeio, sem pretensões de consumir algum produto nas lojas, se dividindo entre assistir filmes no cinema, olhar as lojas, pesquisar produtos, ou apenas frequentar a praça de alimentação para “passar o tempo”.

Conforme pontuado acima, do total de 80 entrevistados, 22% eram de cidades circunvizinhas e pertencentes à rede urbana de Dourados (três de Itaporã, três de Fátima do Sul, dois de Maracaju; com apenas um entrevistado representado temos os municípios de Angélica, Caarapó, Deodápolis, Jateí, Juti, Laguna Caarapá, Mundo Novo, Ponta Porã e Rio Brillhante).

Contudo, aqui cabe ressaltar que 90% dos 17 entrevistados de outras cidades estavam no *shopping* por razões secundárias. Ou seja, estavam aproveitando a viagem a Dourados, para ir até o *shopping*. Seis estavam em Dourados para realizar consultas médicas ou exames, quatro estavam na cidade porque são estudantes e os outros cinco estavam visitando a cidade para consumir outros tipos de serviços como os agropecuários, alimentícios, manutenções automotivas, e/ou irem aos supermercados.

Nesse sentido, a presença do *Shopping Avenida Center*, juntamente com as demais atividades de comércio e serviços, como saúde e educação, potencializa deslocamentos e fluxos, contribuindo, por meio de interações socioespaciais, para o reforço da centralidade de Dourados e de sua condição de cidade média.

Contudo, pelo fato de ser complexo, esse estudo está longe de esgotar a discussão sobre a temática e, sendo assim, abre a perspectiva de outras investigações e reflexões, podendo suscitar novas pesquisas e novas propostas metodológicas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Propusemo-nos discutir sobre a centralidade de Dourados no âmbito regional, a partir da análise dos deslocamentos de consumo no âmbito da rede urbana. Destacamos o papel das políticas públicas, que desencadearam investimentos que, ao promoverem a

diversificação e a ampliação do sistema de transporte, do sistema de telecomunicação e da produção de energia, tornaram as interações espaciais mais intensas, complexas, reforçando o processo de consolidação dos papéis regionais de Dourados e, por consequência, de sua condição de cidade média.

Tais condicionantes tornaram o espaço mais fluido, assegurando, assim, os fluxos intra e interurbanos. Torna-se importante destacar que o reforço da centralidade de Dourados na rede urbana regional, é assegurado pela própria existência de centros urbanos de menor porte e pela relação que mantém com estes, haja vista que Dourados se apresenta como centro prestador de serviços e de atividades de comércio.

Portanto, essa relação entre Dourados (local onde os moradores das cidades menores buscam atividades mais especializadas de serviços e comércio) e seu entorno é fundamental para entendermos sua condição de centralidade regional e seu papel de cidade média. A cidade, que exerce centralidade, destaca-se como prestadora de serviços, construindo dessa forma, interações espaciais a partir de fluxos materiais e imateriais, vindo a assumir novos papéis e função no âmbito regional ou mesmo nacional e internacional.

Nesse sentido, resolvemos considerar locais de destino para os que se deslocam do entorno em direção a cidade de Dourados. Aqui vale reforçar que 35% dos consumidores pesquisados nos supermercados eram originários de outras cidades. Nos hospitais públicos, o montante de pacientes de outras localidades estava em torno de 38%. Por sua vez, no ensino superior, de acordo com os cursos considerados, 47% dos alunos eram de origem de outras cidades, se deslocando diariamente ou residindo na cidade durante a realização do curso. Desta forma, essas dinâmicas possibilitam alterações nos papéis e funções de Dourados, implicando em uma redefinição do espaço urbano-regional, por meio das interações espaciais que, por consequência, reforçam a centralidade e a condição de cidade média.

Essa realidade, é indicadora do fato de que Dourados concentra a demanda, por intermédio de comércio e serviços e, por consequência, tende a concentrar fluxos de pessoas, bens, ideias, capital etc. Sendo assim, este estudo procurou fornecer elementos para análise e reflexão sobre essa cidade média, buscando contribuir para sua compreensão. Contudo, aqui também vale destacar, que são muitas e diferentes as variáveis que podem nos permitir quantificar e qualificar os deslocamentos diários e,

por decorrência, a centralidade regional. Nesse sentido, este estudo certamente poderá abrir a possibilidade de novas pesquisas sobre a temática.

## REFERÊNCIAS

ASSAD, W. D. **Shopping Center como espaço de atividades de lazer e jogos: uma possibilidade.** Licere, Belo Horizonte, v.19, n.1, mar/2016.

BELTRÃO, SPOSITO, M. E. *et al.* **O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica.** In. BELTRÃO SPOSITO, M. E. *et.al.* Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.35-67.

BRASIL. **Censo da Contagem da População.** Regiões de Influência das Cidades (REGIC) - 2007.

BRASIL. **Censo demográfico 2010.** Versão Digital (planilha eletrônica). IBGE: Unidade no estado de Mato Grosso do Sul, 2010.

CALIXTO, M. J. M. S. A centralidade regional de uma cidade media no estado de Mato Grosso do Sul: uma leitura da relação entre diversidade e complementaridade. In: OLIVEIRA, H. C. M. de; CALIXTO, M.J.M. S; SOARES, B. R. (Org.). **Cidades Médias e Região.** 1ed.São Paulo: UNESP/Cultura Acadêmica, 2017, v. 1, p. 57-100.

CALIXTO, M. J. M. S. **O espaço urbano em redefinição: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade.** UFGD. Dourados – MS, 2008.

CALIXTO, M. J. M. S. **O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS.** 2000. 296 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, São Paulo. 2000.

CALIXTO, M. J. M. S. O processo de consolidação da centralidade regional de Dourados-MS na rede urbana: uma contribuição para a análise de uma cidade média. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p. 582-601, dez. 2019, ISSN 2179-0892.

CALIXTO, M. J. M. S. BERNARDELLI, M.L.F.H. Dourados-MS: Uma cidade média entre os papéis regionais e a dinâmica globalizada. In. SPOSITO, M.E.B.; MAIA, D.S. (Orgs). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Dourados e Chapecó.** -1.ed. São Paulo:Cultura Acadêmica. 2016.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana.** 1. ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2006. 336 p.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana.** São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais.** Cidades. Presidente Prudente, n.6, v.4, p.62-72, 2007.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial.** São Paulo: Editora Ática, 2003. 7 ed. Série Princípios

NASCIMENTO, F.F, **O papel de Dourados-MS na prestação de serviços de saúde (hospitais).** Considerações para a análise da relação/articulação entre uma cidade média

e uma cidade de pequeno porte. Dourados, 2014. Monografia (Graduação em Geografia) FCH/UFGD.

NUCCI, J. Consumo. In SPOSITO, Eliseu S. (Org). **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. São Paulo: UNESP, 2017.

RAMIRES, J. C. L. Cidades Médias e serviços de saúde: algumas reflexões sobre os fixos e os fluxos. In: BELTRÃO SPOSITO, M. E. (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 173-186

RODRIGUES, A. P. Cidade Média, fronteira e serviço de saúde: uma proposta a partir de Dourados-MS. **VI Seminário Internacional América Platina (VI SIAP)** e I Colóquio Unbral de Estudos Fronteiriços. Campo Grande. 2016.

ROMERO, H. **O papel do Shopping Avenida Center no processo de redefinição da centralidade urbana e das práticas socioespaciais em Dourados-MS**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) FCH/UFGD.

SILVA, M.C.T. **Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados-MS**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo (USP). Departamento de Geografia, 1992. São Paulo.

SILVA, V. F. **Os Papéis de Dourados – MS no Contexto Regional: Apontamentos para Análise de um Cidade Média**. Dourados, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) FCH/UFGD.

SPOSITO. M.E.B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista Geográfica**, n. 10, p. 01-18, Presidente Prudente/SP, 1991.

SPOSITO. M.E.B. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 3, n. 04, p. 27-37, 1998.

SPOSITO. M.E.B. **Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista**. Scripta Nova (Barcelona), v.11, p.11,2007.

SUPERMERCADO MODERNO. Ranking 2015 formato. 2015b. Disponível em: [http://www.sm.com.br/Portal/Principal/arquivos/Revista/174/upload/SM\\_201504\\_lowres.pdf](http://www.sm.com.br/Portal/Principal/arquivos/Revista/174/upload/SM_201504_lowres.pdf). Acesso em: 08 mai. 2015.

SUPERMERCADO MODERNO. **Grupo Dia fecha primeiro semestre com 944 lojas no Brasil**. 2016. Disponível em: <http://www.sm.com.br/detalhe/ultimas-noticias/grupo-dia-fecha-primeiro-semester-com-944-lojas-no-brasil>. Acesso em: 26 jul. 2016.

VASCON, W. M. **O Papel do setor Atacadista no reforço da centralidade de uma cidade média: Dourados-MS**. Dourados, 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) FCH/UFGD.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001, 298 p.

# “DA BAIXADA PRA CÁ É OUTRA GEOGRAFIA”: GENTES NEGRAS EM CIDADE BRANCA

*Ariel Costa dos Santos*

## INTRODUÇÃO

A primeira pergunta que nos vem ao enxergar a imagem abaixo (Figura 1) é: por que “da baixada pra cá é outra história”? O que significa a baixada nesta realidade? É importante destacar que a imagem é fruto das andanças durante um trabalho de campo na cidade Campo Verde-MT, como parte de uma pesquisa que procura compreender a vida – e os espaços – de gentes negras dali. Em uma dessas andanças, no muro de um supermercado de movimento intenso, encontramos-nos com a imagem que – podemos dizer – denunciava a realidade da população que ocupa, desde a formação da cidade, o que é considerada por muitos moradores como “a baixada”.

**Figura 1** – Aviso: da baixada pra cá é outra história.



Fonte: trabalho de campo, 2019.

Muito além de uma pichação despreziosa em um muro local, a imagem estampada na parede daquele supermercado, registrada no mês de março de 2019, traz indagações sobre aquela realidade presente. A baixada, na imagem, é a denúncia, é o

aviso. O espaço em que se constitui a baixada é dotado de significados no que tange à lógica econômica da cidade. Pensar na baixada é trazer a análise geográfica dos espaços, dos que ocupam a parte de cima, e dos que ocupam a parte de baixo.

Do ponto de vista da geografia, a baixada é entendida como um terreno de topografia inferior, que apresenta um grau de declividade. Indo além, ao observarmos a divisão política do globo terrestre entre hemisfério norte e hemisfério sul, iremos notar a natureza hierárquica das relações capitalistas (SANTOS, 2008), em que o sul-global, suas epistemologias e modos de viver são considerados abaixo e/ou inferiores, quando comparadas com as produções e modo de vida do norte-global.

Desta forma, a inquietação é entender a baixada sempre a partir dos que estão na linha de baixo, tomando como base a existência, mesmo que invisibilizada, do sul (SANTOS, 2008). Entender estes espaços como local de produção de histórias e geografia outras, se contrapondo à história – e à geografia – que é contada pelas vozes hegemônicas que detém o poder sobre o capital e a informação. É interessante pensar que o poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva (ADICHE, 2019). Desta forma, a maneira como a história-trajetória é contada, ou escrita como definitiva, por vezes imobiliza outros(as) (MASSEY, 2008).

Pensando nessas histórias e geografias que ocorrem abaixo, é preciso destacar que, na história da humanidade, o elemento raça, entendido primeiramente no campo biológico (ALMEIDA, 2019) e, posteriormente, como uma categoria discursiva (HALL, 2006), foi e é um demarcador dos que se encontram abaixo, e dos que se encontram acima, tanto no que tange ao âmbito social quanto espacial. Nesta divisão, a população negra sempre ocupou as baixadas. Primeiramente, no período colonial, onde as senzalas se encontravam abaixo da casa grande, demonstrando uma relação de subserviência. Já no período pós-abolição, a falta de inclusão desses sujeitos, ao serem inseridos nas dinâmicas das cidades como libertos, restaram-lhes os cortiços, as favelas, as margens, as baixadas.

Partindo desse entendimento, pensando a baixada a partir dos que estão abaixo, sobretudo a população negra, a discussão que propomos no presente artigo é sobre uma geografia em contraste, desigual, marcada pelas gentes “de cima” e pelas gentes da



baixada na cidade de Campo Verde<sup>111</sup>. A compreensão ocorreu através da observação e, conseqüentemente, diálogo com sujeitos(as) negros(as) da baixada.

O texto encontra-se dividido em três tópicos: o primeiro visa contextualizar a formação da cidade de Campo Verde e a constituição da baixada, tomando como base a invisibilização das histórias e geografias do negro ao longo da formação da cidade. No segundo tópico, buscamos construir o diálogo em três momentos distintos, entre a partida a Campo Verde, a estadia em um hotel na baixada e o momento da alimentação, todos estes dialogando com sujeitos da baixada. Por fim, o texto apresenta o diálogo em um conjunto de quitinetes que atende a sujeitos(as) safristas<sup>112</sup>. Conversamos com sujeitos(as) de duas residências distintas, que nos trouxeram seus conflitos, suas tensões, e realidade vividos na baixada.

## **A FORMAÇÃO DA CIDADE DE CAMPO VERDE-MT E A “CONDUÇÃO” DO NEGRO PARA A BAIXADA**

A baixada que, por hora, nos propormos a discorrer é aquela que se encontra em Campo Verde, localizada na região sudeste do estado de Mato Grosso. A cidade é cortada pelas rodovias BR-070 e MT-140, possuiu uma população estimada de 42.871 habitantes (IBGE CIDADES, 2019) e se apresenta como uma cidade destaque na produção de grãos em escala estadual e nacional.

A formação da cidade (anos 1980) atendeu a uma agenda de expansão da fronteira agrícola, que ocorreu a partir da segunda metade do século XX, através de políticas do governo federal. A cidade já nasce para desempenhar uma função específica, que é servir a cadeia produtiva do agronegócio<sup>113</sup>.

---

<sup>111</sup> Este texto é parte da pesquisa de doutoramento que se encontra em construção.

<sup>112</sup> Conforme o dicionário *online* de português, o termo safrista faz menção aquele que trabalha por safras, durante o período da colheita.

<sup>113</sup> Segundo Canuto (2004, *apud* Fernandes, 2004, p. 2), “o agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. É uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias.”

**Figura 2** – Canteiro central da BR-070.



Fonte: trabalho de campo, 2019.

No bojo da construção da cidade, a migração sulista, como movimento populacional de expansão da fronteira agrícola rumo ao Centro-Oeste e Amazônia, sobretudo, por via de incentivos governamentais, a partir da década de 1970, foi importante para a formação e crescimento de Campo Verde. Contudo, é importante evidenciar que o local onde se encontra a cidade já foi palco de vários eventos importantes, como a construção da estação telegráfica no final século XIX que se encontrava inserida no “Projeto das Linhas Estratégicas Telegráficas, e a passagem da Coluna Prestes, no início do século XX (FERREIRA, 2012). Logo, a ideia de uma cidade que só ocorreu a partir da migração sulista é, no mínimo, temerária, visto que muitos outros, anônimos ou não, fazem parte da construção da história local, inclusive, a população negra.

Em um giro decolonial<sup>114</sup>, buscando entender Campo Verde antes de sua emancipação a partir da população negra, nos deparamos com o escasso material que trata da presença negra no local. Nos livros, jornais e sites oficiais só foi possível encontrar o negro na história da cidade a partir de três momentos: o primeiro, segundo Ferreira (2012), foi a chegada de negros escravizados de posse de um padre, no século XVIII. Os escravizados trouxeram consigo sua cultura e fé em santos de devoção,

---

<sup>114</sup> Conforme Cruz (2017), a expressão giro decolonial é uma forma de nomear uma inflexão epistêmica, ética e política nas ciências sociais latino-americanas que coloca nosso passado colonial como ponto de partida para pensarmos a especificidade de nossas sociedades.

especialmente ao Senhor Divino; contudo, nem sua cultura, nem sua fé são contadas na cidade de Campo Verde. O segundo momento, já no final do século XIX, traz um pouco da história de Góis, conhecido como um velho homem negro que desempenhava função de tropeiro e era amigo próximo de Marechal Cândido Rondon. Por fim, a terceira aparição, já no século XX, encontramos durante visita ao Museu da História de Campo Verde, em um jornal local da década de 1960, que ao tratar dos primeiros moradores com nome e local de origem, destaca Avó Venância, sendo somente apresentada como uma ex-escrava, sem nome completo, sem origem e com a história *mal contada*<sup>115</sup>.

Nos primeiros anos pós-emancipação (1889-1890), Campo Verde contava com dois bairros, em lados opostos da BR-070: Jupiara e Campo Real. Conforme Rossati (2006, p. 29), no lado sul, onde se encontra o bairro Jupiara desenvolveu-se o que é conhecido na cidade como periferia. Este lado da cidade é constituído a partir da chegada de trabalhadores braçais para as indústrias que se instalavam na região (LOPES, 2006), e passou a ser considerado uma espécie de bairro operário, onde parte da população residente no lado sul, trabalha no lado norte. No lado norte, desenvolveram-se os bairros nobres da cidade e o centro comercial, de qualidade superior à outra parte. Neste lado, os terrenos são maiores, o arranjo urbanístico é amplo, as ruas e avenidas são largas e a topografia é de baixa declividade. Este lado, desde o início da formação, foi sendo habitado por pessoas que gozavam de melhores condições financeiras (CAMPOS, 2010). Há supervalorização de uma área em detrimento da outra.

Ao longo da década de 1990, e no início dos anos 2000, diversos equipamentos foram sendo instalados para subsidiar a produção agrícola, alcançando até as instituições educacionais de ensino técnico e superior, criando cursos para formação de mão-de-obra para o agronegócio. Empresas multinacionais se instalaram e o sistema rodoviário foi sendo estruturado. É o agronegócio, instaurado na globalização, na qual Campo Verde se encontra inserida, rompendo fronteiras (BECKER, 2005) e definindo sua densidade técnica articulada às densidades informacional e comunicacional (SANTOS, 2006). A cidade, assim, vai sendo definida como branca, sulista e de desenvolvimento acelerado.

---

<sup>115</sup> Berth (2019) explica essa problemática, alertando que no Brasil, muitas das nossas informações históricas foram covardemente apagadas dos compêndios e o pouco que sobrou foi deturpado, deixando apenas o que era conveniente para os sistemas de dominação.

Dentro dessa gama de fluidez, precisamos perceber uma outra cidade, pois apesar do discurso, a mesma não é somente sulista e branca, existindo uma população negra que reside no local desde sua formação. Falando da branquitude, Ramos (1957), acredita que, dificilmente, existam “brancos” no Brasil, visto que o país passou por um processo de miscigenação, e que a brancura se sustenta como critério de estética social e hierarquização. Cabe ressaltar que, quando trazemos o termo branco e sulista, queremos evidenciar, também, uma construção social com base em conceitos de branquitude e sulista, considerados expoentes na realidade de Campo Verde. Também é preciso observar que seria errôneo afirmar que todo branco é sulista, ou que não há sulistas residindo na “baixada”.

Indo em busca da população negra, logo percebemos que grande parte reside em um dos lados da BR-070 (lado sul) e está alocada na “baixada”. Alguns já se encontram na cidade desde sua emancipação, outros chegaram em busca de trabalho e na tentativa de melhoria de vida, contudo, nem sempre conseguem emergir na cidade regida pelo agronegócio. Acaba reverberando na cidade, o lugar inferiorizado do(a) sujeito(a) negro(a) nas relações socioespaciais engendradas em Campo Verde.

Como já destacamos, a BR-070 se apresenta como ponto de chegada, ponto de partida e linha imaginária (e também concreta) de divisão, pela qual “duas cidades” ao mesmo tempo se encontram e se separam. Uma “fronteira seca” que demonstra por quais corpos os espaços são ocupados. Do ponto de vista do corpo-território é possível perceber, ao observar a cidade, que a mesma não é utilizada da mesma forma por negros e brancos. Raffestin (1993, p. 134) aponta que os negros (pessoas de cor), com exceção de uma elite abastada, não conseguem comprar ou alugar uma casa ou um apartamento nos bairros brancos. Com isso, ocorre o nascimento e institucionalização da discriminação espacial, social e, principalmente, racial (RAFFESTIN, 1993).

É possível notar que, em um lado da BR-070, encontramos uma cidade dotada de serviços como hospitais, colégios particulares, agências lotéricas, agências bancárias, a sede da prefeitura, câmara de vereadores, etc. Ali, as ruas são mais largas, os terrenos maiores, e as casas possuem padrão arquitetônico sofisticado, diferentemente da realidade do outro lado da mesma rodovia. Os bairros que compõem esta “cidade branca”, atendem à população de alto poder aquisitivo que reside no local (LOPES, 2006).

O outro local da cidade, mas parte da mesma, encontra-se na “baixada”. A baixada é o outro lado da BR-070, aquele onde não encontramos nem agências bancárias, nem colégios particulares. É possível evidenciar o racismo, analisando especificamente Campo Verde, e a partir da escrita de Kilomba (2019, p. 168), onde existe uma divisão geográfica, entre os mundo(s) dos(as) superiores e o mundo dos(as) inferiores, entre o aceitável e o inaceitável entre os(as) bons(boas) e as(os) maus (más), entre nós e as(os) outras(os), evitando a contaminação dos primeiros pelos segundos, neste caso, da branquitude pela negritude construída na cidade.

Para Panta (2019), dentre as diversas dimensões das desigualdades raciais no Brasil, destacam-se aquelas historicamente existentes na distribuição e inserção territorial da população negra no espaço urbano. Constitui-se então uma segregação racial, que conforme Wieviorka (2007, p. 65), mantém um grupo à distância, localizado em locais próprios que lhes são reservados, enclaves, guetos, territórios de um tipo ou de outro. A baixada de Campo Verde se apresenta como o lugar do negro.

O lado marcado por uma outra geografia, na qual moram os que estão abaixo, é onde os muros pintados denunciam a realidade local, é o território onde a geografia muda e evidencia uma assimetria do poder, na qual, a branquitude define sua área e a negritude é confinada a uma determinada área definida pela branquitude (KILOMBA, 2019). Atravessar a BR-070 e caminhar por ali foi uma tarefa reveladora, pois nos permitiu compreender a realidade, a partir dos que estão inseridos, de forma subalterna<sup>116</sup>, naquele espaço.

No próximo tópico, trataremos três momentos distintos, com sujeitos(as) residentes na baixada.

## **DESCENDO A BAIXADA: ENTRE O DESLOCAMENTO, A ESTADIA E A ALIMENTAÇÃO**

Ouso iniciar este tópico do texto de uma forma diferente, analisando a baixada a partir das observações durante o trabalho e, posteriormente, dividir em três momentos, trazendo encontros que aconteceram com pessoas negras que residem na baixada. O primeiro momento é o deslocamento, quando, no terminal rodoviário de Rondonópolis

---

<sup>116</sup> Nossa discussão sobre a condição subalternizada é assentada em Spivak (2010), no livro *Pode o Subalterno Falar?*

(Mato Grosso)<sup>117</sup>, desloquei-me em um ônibus intermunicipal e encontrei um homem negro, morador de Campo Verde, iniciando uma prosa durante o percurso. O segundo momento, já na cidade e, entendendo que a mesma é dividida pela BR-070, que simboliza uma espécie de fronteira sociorracial, me hospedei em um hotel que se encontra na baixada; lá conheci uma mulher negra, funcionária do hotel, com a qual realizei uma conversa em dois encontros. No terceiro momento, me desloquei para me alimentar nas proximidades e, ao me sentar em uma lanchonete no período noturno, fui atendido por uma mulher negra, garçonne que trabalhava no local. A mesma discorreu sobre a sua realidade como residente na baixada da cidade de Campo Verde. Cabe destacar que todos os nomes utilizados durante os escritos são fictícios, visto a preservação da identidade dos sujeitos participantes da pesquisa que, por hora, estamos tecendo.

**Figura 3** - Parte da baixada em Campo Verde.



Fonte: trabalho de campo, 2019.

Na baixada, as ruas são mais estreitas, algumas repletas de resíduos sólidos. As casas são menores e não seguem um padrão arquitetônico; algumas ruas são repletas de quitinetes para atender os trabalhadores safristas que, em uma migração sazonal, chegam em Campo Verde para trabalhar durante o período da colheita. A baixada é também um vai e vem, uma intensa movimentação que se inicia logo pela manhã, por volta das 6h30min. Foi possível notar, durante as andanças ocorridas no período

---

<sup>117</sup> Por ser residente no município de Rondonópolis, estado de Mato Grosso, precisei me deslocar de ônibus intermunicipal para realizar a pesquisa.

noturno, que algumas ruas ganham outra territorialidade.<sup>118</sup> Durante o dia são utilizadas pelo comércio e, durante a noite, ocorre a abertura dos bares, lanchonetes e sorveteria.

Sem a baixada, a cidade inexistiria, pois a acumulação capitalista proveniente do agronegócio e suas várias dimensões, necessita da mão de obra da baixada para funcionar. Logo cedo, antes das 7h da manhã, os sujeitos residentes no lado sul da BR-070, fazem a travessia para o outro lado para trabalhar em diversas localidades (supermercado, comércio, prefeitura). Após as 17h, realizam o retorno para suas residências. Alguns sujeitos que trabalham em fazendas, se deslocam na segunda-feira pela manhã e retornam no sábado, após o almoço.

Deste lado, a população negra se apresenta e constrói uma outra geografia tecida de esperança de dias melhores. As histórias se cruzam e vem retratar uma cidade que se desenrola a partir dos sujeitos subalternos, contendo especificidades de uma cidade do agronegócio. A ideia de superioridade que recai sobre os residentes de um lado da BR-070, em relação ao outro, se exemplifica ao observar a cidade. Nessa perspectiva, o racismo, pode ser explicado em termos de “territorialidade”, supondo uma característica quase natural (KILOMBA, 2019).

Como já afirmamos, para compreender essa outra geografia, é preciso, entender as histórias e trajetórias a partir de baixo, que ocorrem nas baixadas. Ouvir essas outras vozes em silêncio na cidade de Campo Verde foi necessário para entender os negros em uma cidade estruturalmente branca. Durante minhas estadias na cidade, sempre estive em contato com essa baixada, porque queria entender a vida dos negros que ali vivem, a partir do que eles contam e do que eles têm a dizer.

Durante o deslocamento para a cidade de Campo Verde, por volta de 12h, no sol escaldante de Rondonópolis-MT, adentrei em um ônibus intermunicipal. Lá, encontrei com seu João, um senhor de pouco mais de 50 anos que sofria do mal de Parkinson. O primeiro contato ocorreu porque o mesmo passou pedindo ajuda financeira para o tratamento. De bermuda, chinelo e uma camisa, o mesmo ainda sofria de trombose, que fazia com que utilizasse uma meia de compressão. Após passar por todos os assentos, sem conseguir angariar muitos recursos, ele começou a contar que estava indo de

---

<sup>118</sup> Conforme Haesbaert (2007, p. 22) “A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente” ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como ela dão significado ao lugar.”

encontro a sua filha, que morava em Juína e, que não a via por mais de seis anos, por conta das limitações do mal de Parkinson.

Seguimos a viagem e, em um determinado momento, ele assentou ao meu lado e logo começamos a dialogar. A princípio, o motivo era um acidente que havia ocorrido na estrada do município de Jaciara-MT, o que fizera nossa viagem se tornar mais longa. Passado o acidente, no prosseguimento da viagem, o mesmo começou a discorrer sobre sua vida e as dificuldades por conta da doença. Ele relatou que reside em Campo Verde há mais de dez anos e que pessoas da nossa cor, se referindo a mim e a ele, enquanto homens negros, não são bem aceitas de um lado da cidade. Dessa forma, o mesmo continuou dizendo que existem alguns bairros específicos na cidade para pessoas negras (Jupiara, São Lourenço e Bom Clima). Ele ressaltou que o preconceito se estabelece pelo fato de um lado da cidade conter pessoas de origem europeia em detrimento do outro. Com isso, a partir da fala de João e da busca que havíamos feito antes de iniciar o trabalho de campo, nos coube realizar a travessia ao encontro com a baixada e perceber a geografia que se passa do outro lado.

Já na cidade, em busca de um local para passar noite, apenas dois hotéis se encontravam na “baixada”. Um estava na beira da rodovia e o outro, se encontrava no interior da baixada; todos os demais se encontravam do outro lado da cidade. Desloquei-me àquele hotel que se localizava mais próximo dos sujeitos de baixo, em busca de uma estadia. Percebi que o hotel é de propriedade de um casal sulista, que viera à cidade no início da década de 1990, construir suas estórias, abrir um negócio e ganhar dinheiro. Logo na recepção, exibem com orgulho um quadro das primeiras construções do hotel, que já havia passado por reformas. Fiquei por ali naquela noite e logo percebi que grande parte dos hóspedes eram funcionários de empresas do segmento agrícola e/ou consultores. Se hospedavam ali, por ser o mais barato da cidade. Na manhã seguinte, encontrei com uma funcionária, mulher negra, que, com balde e vassoura, desempenhava sua função naquele lugar. Logo após me apresentar, começamos a dialogar.

Funcionária do hotel há pouco tempo, Luciana nos contou que havia chegado em Campo Verde há pouco mais de quatro meses para encontrar com o marido que já havia migrado do estado do Maranhão em outro momento. O primeiro espanto ocorreu quando foi em busca de emprego no SINE (Sistema Nacional de Emprego) local. A mesma nos contou que fizera várias tentativas de encontrar emprego, sem sucesso.



Contudo, ela sabia, por informações, que havia vagas de empregos disponíveis, porém, caso se tratasse de maranhenses<sup>119</sup>, segundo ela, não ocorria a contratação.

Esta problemática se reforçou quando, em entrevista com um homem negro na cidade, ouvi de sua companheira, uma mulher branca, dizer que estava disputando uma vaga de emprego com uma mulher maranhense que possuía vários certificados de formação e experiência profissional; contudo, a vaga não ficou com a maranhense que, naquele momento, encontrava-se mais capacitada e necessitada da vaga de emprego. Segundo a mesma, a cor e o ato de “falar errado” teriam sido determinantes para a definição dela para a vaga, e não da “maranhense”. Tais características, contrapostas às hegemônicas, são condicionantes negativas na busca de empregos na cidade.

No primeiro encontro com Luciana, que ocorreu no mês de março de 2019, no hotel, a mesma encontrava-se com seu cabelo natural. A respeito da sua estadia na cidade, nos contou que após sua chegada, constantemente ouvia piadas de cunho racista, como: “Esse povo do Maranhão é mais escuro, deve ser porque tomam muito sol”. Esta problemática do racismo travestido de humor, é chamado por Moreira (2019) de racismo recreativo<sup>120</sup>. No segundo momento, que ocorreu também no hotel, no mês de junho, a mesma havia alisado o cabelo. Quando a vi, questionei porque alisara o cabelo e a mesma me respondeu: “Eu alisei... teve um rapaz aqui em Campo Verde que me questionou se eu era homem por causa do meu cabelo”.

Analisando a subjetivação do corpo negro a partir da experiência com o cabelo de Luciana, aproximamo-nos de Berth (2019, p. 116), que destaca:

Nossos cabelos tornam-se, desde muito cedo, um fardo difícil que, ao longo de nosso crescimento e desenvolvimento físico, vai pesando cada vez mais e abala a percepção da nossa identidade, pois independente de nossas escolhas estéticas e dos cuidados que temos com eles, os preconceitos raciais, estereótipos e clichês que foram implantados com a finalidade de ridicularizar esse atributo permanecem solidificados no senso comum da opinião pública e necessitam de um árduo trabalho de resignificação para libertar mulheres negras dessas estratégias de desqualificação da estética negra.

---

<sup>119</sup> Destacamos que a nomenclatura “maranhense” é usada em Campo Verde para todas as pessoas de origem nordestina, independentemente se do Maranhão ou não; e que, no geral, é um termo depreciativo e relacionado a trabalhadoras e trabalhadores braçais, sobretudo, e não sulistas.

<sup>120</sup> Uma piada é racista quando pretende causar dano a uma minoria, quando pode ser esperado que ele terá esse efeito e quando o dano infligido não pode ser moralmente justificado. O humor racista causa dano moral aos indivíduos porque afeta diretamente a expectativa deles de serem tratados de forma respeitosa em uma sociedade baseada no reconhecimento do mesmo status moral dos indivíduos. Piadas são racistas quando propagam estereótipos negativos sobre membros de grupos minoritários (MOREIRA, 2019, p. 79).

Discorrendo sobre o cabelo como ato político dentro do contexto etnorracial, Ratts e Rios (2010, p. 49) apontam que, no jogo das relações raciais brasileiras, a textura do cabelo é indicador do pertencimento etnorracial. Nesse sentido, no processo de desqualificação social de pessoas negras, existe certa pressão sobre mulheres e homens para que controlem os cabelos crespos e/ou volumosos.

Após a segunda conversa com Luciana, nos dirigimos, no período noturno, a um estabelecimento para nos alimentar. Nesse encontro conhecemos Daiane, uma mulher negra, que era uma das garçonetes que trabalhava naquela lanchonete. No primeiro diálogo que ocorreu no seu local de trabalho, ela contou que, pelo fato do custo de vida na cidade de Campo Verde ser alto, precisava desempenhar a função de vendedora de motos em uma multinacional e de garçonete à noite.

A respeito do trabalho que exerce durante o dia, Daiane discorreu que só conseguiu o cargo porque o currículo e formação superior em logística lhe davam base para exercer o cargo, visto que não continha o perfil estético para desempenhar o serviço. Portando *dreads look* no seu cabelo, ela apontou que muitos clientes não querem ser atendidos por ela por conta da cor e, principalmente, por causa do cabelo. Ela ainda ressaltou, na nossa conversa, que negra, no seu trabalho diurno, além dela, somente havia a moça que limpa o chão.

No que concerne ao seu cabelo, que até aquele momento era o único que havíamos encontrado naquele perfil, a mesma nos contou que em um determinado momento, foi chamada para realizar uma entrevista de emprego em uma multinacional, com filial na cidade, que atende à cadeia produtiva do agronegócio. No seu currículo, estavam todos os requisitos e formação para o cargo pleiteado, contudo, ela não foi contratada, pois não se encaixava no perfil da empresa. Após este relato, ela ressaltou: “Sei que o meu cabelo é uma repulsa, mas não vou mudar meu perfil por causa de trabalho; antes eu usava o cabelo liso e era aceita, hoje, só por conta dos *dreads*, sou mal vista”.

O segundo encontro ocorreu três meses depois e, desta vez, a mesma já não se encontrava nos serviços noturnos. Conciliar os dois trabalhos havia ficado insustentável e cansativo e, com isso, ela acabou optando pelo trabalho diurno. Neste segundo encontro, a mesma já havia removido os *dreads* que teciam sua geografia *corporal* naquela cidade e representavam uma forma de resistência contra o padrão hegemônico

que havia se constituído naquele lugar. Ela nos contou que havia removido somente por um tempo, mas, que em breve, iria colocar novamente.

Foi possível notar, nestes três momentos, como a ideia de baixada se constitui e como a vida ocorre neste território. Primeiramente, a divisão da cidade é perceptível por grande parte dos moradores: nas entrevistas os mesmos discorriam que a BR-070 é o divisor entre duas cidades. É importante destacar que a estrutura da cidade, assim concebida e vivida, endossa o que Almeida (2019) define por racismo estrutural. A partir disso, vamos perceber, também, através das falas de moradores, episódios de racismo recreativo (MOREIRA, 2019) institucional e cotidiano (KILOMBA, 2019). Logo, a baixada da cidade de Campo Verde constitui uma outra geografia, onde os negros sobrevivem.

Na sequência, continuamos ouvindo as vozes silenciadas que resistem na baixada. Nosso diálogo ocorreu com trabalhadores safristas e a mulher responsável pelo aluguel das quitinetes.

### **“A HISTÓRIA É LONGA, MEU FILHO”: “DE CASA PARA A FAZENDA, DA FAZENDA PARA CASA, NÃO TEM TEMPO PARA MAIS NADA”**

A percepção do que é a baixada, é entendida quando analisamos a paisagem e os corpos que nela estão. A imagem da Figura 4, realizada durante um trabalho de campo, em junho de 2019, traz a realidade de alguns moradores que se encontram abaixo, ao sul da cidade de Campo Verde. A imagem e sua multiplicidade nos apresenta uma gama de situações, quando buscamos analisá-las. De cor verde, desbotada, a quitinete só tem uma entrada. Vale lembrar que se tratava de um salão comercial, que foi transformado em residência. Parte da bicicleta vermelha ao canto da imagem, aponta para o único meio de transporte. A churrasqueira improvisada com tijolos, demonstra que ocorre, em determinados momentos, algum tipo de recreação. Mais à frente, uma cadeira amarela. A única porta de entrada dá seguimento à imagem que, logo depois, nos apresenta a pia, uma máquina de lavar e algumas roupas estendidas.

**Figura 4** - Quitinete de moradores safristas.



Fonte: trabalho de campo, 2019.

O interior da casa é dividido por lençóis, exceto o banheiro. A geografia daquele território traz sonhos, tensões, conflitos, etc. Os corpos negros que partilham daquele espaço, carregam uma multiplicidade de estórias até agora (MASSEY, 2008). Estórias únicas (ADICHE, 2019) que se encontram e dão significado àquelas existências. São negros e são nordestinos; trazem a marca de ser o outro, na cidade do agronegócio constituída como branca e sulista.

Um das peculiaridades é que grande parte destas quitinetes servem para abrigar os trabalhadores safristas<sup>121</sup>. Em um desses residenciais compostos por quitinetes, encontro-me com Joana, sentada em um banco na frente da quitinete verde. Uma mulher negra, cujos pés demonstravam que seus passos vinham de longe, e continuavam a caminhar naquela cidade. Após me apresentar, Joana recebeu-me muito bem e me pediu para que entrasse em sua casa. Ali, nos contou suas animosidades e o que a fez migrar para Campo Verde.

“A história é longa, meu filho” nos disse a mesma. Adentrei naquela residência. A cadeira amarela, que se encontrava próximo a porta, passou a ser meu assento no interior da casa. Eram por volta das 9h da manhã. Seu filho que havia saído do serviço às 6h da manhã, dormiu no quarto improvisado. O ventilador era a única forma de arejar aquele local que só possuía uma porta. A parede lateral recebia sol durante grande parte

<sup>121</sup> As safras de algodão ocorrem entre os meses de fevereiro e maio, já as safras de soja ocorrem entre os meses de outubro e dezembro.

do dia. As fiações mal instaladas transcorriam no telhado da casa, demonstrando a realidade dos que vivem na baixada.

Joana começou contando que Campo Verde é um local bom para morar. Ela lembra que, logo na chegada à cidade, seu filho que já fazia tempo que estava desempregado, encontrou um emprego no setor de fiação. Com Joana foi diferente, a idade foi um fator determinante, segundo a mesma, o que a fez ficar um ano e seis meses sem trabalhar. Logo após isso, o seu filho conseguiu inseri-la no mesmo local de trabalho dele. Hoje, ambos trabalham no mesmo estabelecimento.

A vida de Joana ocorre ali, naquele residencial. Ao longo do diálogo, sem entrar em muitos detalhes, a mesma nos contou que a proprietária do local a colocou como responsável por alugar e receber os aluguéis das quitinetes. Ela discorreu que existe uma grande rotatividade no local, visto que os aluguéis são somente para trabalhadores safristas, que ficam por um tempo determinado, e logo depois retornam ao seu estado ou sua cidade de origem. Portanto, somente ela e o filho residem há mais de dois anos naquele local.

Joana contou que não possui relações com outras pessoas na cidade, exceto os moradores daquele residencial. Ela aponta que faz muito tempo que não atravessa a BR-070, pois sua vida ocorre do lado de cá (Sul). Logo, só atravessa para utilizar dos serviços públicos quando necessita, visto que todos se encontram do outro lado. Sob essa perspectiva, analisando a realidade de Joana, nota-se que o isolamento racial, mesmo que não pareça obrigatório, revela o quão restrito é o acesso de pessoas negras aos chamados bairros integrados, que oferecem melhores condições de vida (KILOMBA, 2019), como o caso dos bairros que se situam ao lado norte da BR-070.

Finalizei nossa conversa com Joana, que solicitou meu retorno em outro momento, depois das 18h, para conversar com os moradores que residiam, temporariamente, na frente de sua casa. Foi assim que conversei com três rapazes negros que vieram para trabalhar na safra de algodão. Todos eles são oriundos do estado de Alagoas e residem na mesma quitinete na cidade de Campo Verde. Era um dia de semana, por volta das 18h, quando os mesmos já haviam retornado do trabalho, quando sentamos em um banco na frente da casa para conversar. Para minha surpresa, os três possuíam laços parentais: se constituíam enquanto tio e dois sobrinhos, e trabalhavam na mesma fazenda, na plantação de soja e algodão, e milho entre as safras. A chegada

ocorreu porque, todos os anos, alguns amigos vinham a Campo Verde e, com isso, os mais velhos iam chamando os mais novos.

Thiago, o sobrinho mais velho, foi o que mais conversou comigo; os outros se encontravam desconfiados. Thiago contou que nenhum deles conseguiu concluir o ensino fundamental, dificultando a possibilidade de encontrar trabalho no seu estado de origem. Desta forma, por migrar sempre para trabalhar em Campo Verde, os contatos ficam registrados nas fazendas. Com isso, quando era período da safra, as empresas entram em contato com eles para virem trabalhar. Ele contou que a chegada é com custeio próprio, diferentemente de outras empresas que mandam ônibus ou pagam as passagens, a fazenda, onde naquele momento trabalhavam, não arcava com os custos do deslocamento. Sendo assim, todos vieram com recursos adquiridos ou emprestados no seu local de origem.

Na chegada à cidade, todos que se deslocaram para o trabalho na safra são direcionados a uma casa, com almoço e janta pagos pelos donos da fazenda. Ali ficam todos os funcionários durante o período que perdurar o trabalho. Thiago destacou que não quis ficar na casa alugada pela fazenda e preferiu, em conjunto com seu tio e irmão, alugar uma quitinete. Ele contou que, juntos, pagam R\$ 350,00 em dois cômodos. A respeito de não querer residir na casa alugada pela fazenda para os funcionários safristas, o mesmo discorreu que, durante o período da safra moravam nela sessenta homens, divididos nos cômodos da casa. Como ele mesmo disse: “é colchão para todo lado”.

Tomando como base a realidade exposta no parágrafo acima, ao ler Costa (2017, p. 18), prefaciando a obra *Significado do Protesto Negro* de Florestan Fernandes, compreende-se que:

Na penetração dos interesses do grande capital no campo e na cidade, na concentração das terras em mãos de empresas transnacionais, na usurpação dos modos de vida de povos indígenas e comunidades quilombolas, na espoliação urbana, na super exploração do trabalho e na marginalização das massas populares, em todas essas realidades encontramos a presença de mulheres e homens negros duramente privados das condições mínimas de uma existência humana digna e de seus direitos de cidadãos e cidadãos brasileiros.

É importante destacar que os rapazes entrevistados são homens negros. Não desmerecemos o fato de serem nordestinos, entendendo também como uma camada de opressão que se exemplifica a partir do preconceito contra a origem geográfica e de

lugar (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012). Contudo, entre as diversas camadas de opressão, que se situam no corpo e na fala dos entrevistados, o fato de ser negro, na cidade que é regida pelo agronegócio, os coloca na condição de subalternidade, inferior em relação aos outros. O local onde os encontramos faz parte da baixada, e estes homens estão, de forma estrutural, abaixo dos outros.

Grada Kilomba (2019, p. 167) discorre que “[...] raça pode ser usada como uma orientação geográfica ou até mesmo como um marco territorial.” Com base nesta perspectiva, a necessidade de regular distância física de pessoas negras e de definir as áreas que elas mesmas podem usar, revela uma dimensão muito importante do racismo cotidiano relacionada a fantasias de contágio racial (KILOMBA, 2019). Percebe-se, desta forma que a ideia de raça, enquanto forma de hierarquização, se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social. (SOUZA, 1983).

A cidade que os atraiu a trabalhar é a mesma que os segrega pela cor, pela classe e que lhes renega a cidadania. Santos (1996), em um dos seus escritos que discorria sobre a problemática que envolvia a população negra, também nos brindou com excelentes contribuições ao relatar que, no Brasil, quase não há cidadãos. Há os que não querem ser cidadãos, que são as classes médias, e há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros que não são cidadãos. Desta forma, pensando Campo Verde, compreende-se que o capital é também estruturado a partir do racismo, sucumbindo à cidadania para o negro.

Apesar de toda técnica e informação inseridas na produção agrícola, nota-se que algumas funções ainda necessitam de trabalhadores braçais. Segundo Elias (2011), a intensa difusão de capital, tecnologia e informação na atividade agropecuária aumentou a divisão das tarefas e funções produtivas e administrativas. Paralelamente, processou-se uma alteração qualitativa e quantitativa de antigas funções, com importantes transformações no mercado de trabalho agrícola. Portanto, de um lado existe o trabalhador agrícola sem qualificação, temporário na sua grande maioria, e, de outro, o trabalhador especializado, que atende às demandas permanentes do agronegócio globalizado.

No caso das cidades do agronegócio, percebemos, durante o trabalho de campo, que existem trabalhadores safristas das diversas regiões do país. Muitos deles migram

para Campo Verde para desempenhar estas funções em determinadas épocas do ano. Encontramos nestes trabalhos homens negros e brancos que, por um tempo, estabelecem residência em Campo Verde; contudo, na baixada, as entrevistas foram realizadas com pessoas negras. Entendemos, com base em Fernandes (2017), a desigualdade racial como uma das desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

Ainda em conversa na frente daquela quitinete de cor verde, nos foi contado que, todos os dias, antes das 7 horas da manhã, um ônibus os levava às fazendas, buscando-os na frente da casa e retornando depois das 18 horas, contabilizando, diariamente, cerca de onze horas de trabalho, negligenciando as leis trabalhistas. A remuneração dificilmente ultrapassa o valor de dois salários mínimos. Os patrões, frente à necessidade de aumentar a produção capitalista do agronegócio, os incentivam a trabalhar mais, com a promessa de pagar hora extra, podendo ultrapassar doze horas por dia de trabalho.

Thiago contou que, diferentemente do tio e do irmão, que chegaram há pouco tempo, ele já se encontrava na cidade há dois anos, visto que machucou a mão mexendo em uma máquina agrícola. Com isso, seu contrato, que era de quatro meses, precisou ser prolongado para o tratamento e a recuperação do mesmo. Como ainda não está liberado pelo médico para voltar a exercer suas funções, a empresa fica impossibilitada de lhe mandar embora, e ele fica impossibilitado de retornar para seu estado de origem, que naquele momento, era o que ele mais queria.

A saudade da filha, da mãe e do pai é parte do relato do morador. Emocionei-me transcrevendo essa fala quando retornei ao hotel onde me encontrava hospedado. Tiago contou, ainda, que nunca passou por situação de discriminação explícita (explícita) na cidade e que, apesar de ser boa para trabalho, a saudade de casa é mais forte e ele precisará retornar. “Em Campo Verde é de casa para a fazenda, da fazenda para casa; não tem tempo para mais nada”, relata Tiago. O mesmo finaliza dizendo: “às vezes, na época da safra, nem em casa a gente vem; ficamos por lá direto”.

O fato de alocar sessenta homens em uma casa, com trabalhos que, por vezes, ultrapassam a carga horária de doze horas, é pautado na exploração do trabalho, mais precisamente, do trabalhador. O capital ganha com isso. Ganham as grandes fazendas. Ganham as empresas de ônibus. Ganham os setores comerciais que utilizam dos produtos dos serviços desses rapazes. Ganha também a dona das quitinetes que, por quais motivos não sabemos, só aluga casa para nordestinos que trabalham em períodos



de safra, mesmo não sendo nordestina. Percebemos, desta forma, que todo um circuito lucra com a exploração de determinados trabalhadores na lógica dos trabalhos temporários do agronegócio.

Essa lógica que ocorre desde a aventura colonial sobre os ombros dos corpos negros, só reforça o problema da desigualdade racial e do racismo estrutural na sociedade brasileira, reverberando em Campo Verde. A população negra faz essa travessia, por motivos que sempre recaem na condição de vida. Depois da travessia, lhes restam os serviços subalternos, como já ouvi de um morador que “são serviços que nenhum campoverdense quer pegar”. Desta forma, para a população negra, ocorre sistematicamente a exclusão das riquezas, da cultura e do poder (COSTA, 2017); a baixada aparece como única possibilidade de moradia.

Desta maneira, compreende-se, a partir de Kilomba (2019, p. 77 e 78), que o racismo não é apenas um fenômeno, mas também institucionalizado. O termo racismo institucional, se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal. O racismo institucional, dessa forma, opera de tal maneira que coloca os sujeitos brancos em clara vantagem em relação aos outros grupos racializados.

É importante destacar que alguns dos entrevistados nos relataram não haver sofrido racismo cotidiano, e que a cidade os oferece possibilidades de trabalho. Nota-se que o racismo não aparece nestes casos em forma de insulto, mas se apresenta quando nega a possibilidade de ascensão de uma população em detrimento da outra, ou quando determina a baixada como local de moradia de grande parte da população negra que reside e resiste no local.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Aqui, buscamos apresentar, de forma breve, tomando algumas histórias, como e onde se encontra a população negra na cidade de Campo Verde. Notou-se, a partir dos relatos dos entrevistados e das observações durante a realização dos trabalhos de campo, que o racismo estrutural é uma condicionante na cidade; logo, a população negra se encontra nos locais inferiores. Apesar de episódios de racismo cotidiano (KILOMBA, 2019) parecer inexistir na cidade, à medida que o diálogo com os moradores se aprofundava, as práticas racistas iam brotando em suas falas. Para muitos deles, os

insultos eram irrelevantes frente à possibilidade de ascensão social que a dinâmica econômica da cidade lhes oferecia.

Para este trabalho, optamos por apresentar alguns momentos distintos, mas que se atravessam, partindo sempre da ideia da baixada enquanto outra realidade. O primeiro ligado ao deslocamento, estadia e alimentação, e o segundo ligado aos trabalhadores que servem diretamente à cadeia produtiva do agronegócio e à mulher responsável pelos aluguéis das quitinetes. Partindo desses momentos analisados, percebe-se a associação do negro como o *outsider*<sup>122</sup>, aquele que, mesmo que ascenda, sempre será considerado, na cidade, como o de fora. Notou-se também que raça é um elemento importante na definição de quem reside na baixada, e quem se encontra fora dela.

É importante destacar que a baixada apresenta uma realidade distinta da hegemônica. Cabe ressaltar que a hegemonia do agronegócio, na ideia do sulista-branco, parece continuar intacta. Notou-se, durante a pesquisa, que a baixada é invisibilizada frente à dinâmica na qual se assenta a cidade. Nas pesquisas em *sites* de notícias locais, a cidade é mostrada como um local no qual inexistem tensões e conflitos, ou que as relações sociais e espaciais são harmoniosas. Contudo, quando nos dispomos a descer à baixada, e ouvir os que estão embaixo tem a dizer, toda essa ideia de harmonia vai se mostrando de outra forma, com outras realidades.

Por fim, a análise da baixada e suas problemáticas nos permite, através da observação e da escuta dos sujeitos(as) com suas histórias e trajetórias, compreender que, na cidade de Campo Verde, existem locais construídos para negros e locais construídos para brancos, exemplificando uma forma de racismo estrutural no espaço geográfico da cidade.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. – 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

---

<sup>122</sup> Nossa discussão sobre *outsider* é assentada em Elias e Scotson (2000), no livro “Os estabelecidos e os *outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.”

- BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. São Paulo: Estudos avançados, v. 19, n. 53, 2005.
- BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- CAMPOS, M. D. G. **Vou em Busca da Sorte**: Relatos de Vida de Professoras Migrantes de Campo Verde (MT). 2010. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT, 2010.
- CANUTO, A. **Agronegócio**: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. Revista NERA, ano 7, n. 5, ago./dez. 2005.
- CRUZ, V. do C. **Geografia e pensamento descolonial**: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, V. do C; OLIVEIRA, D. A. (org.) Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 15-36, 2017.
- DICIO. Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/safrista/>.
- ELIAS, D. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011.
- ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FERNANDES, F. O significado do protesto negro. Apresentação. In: COSTA, D. V. de A. **Florestan Fernandes: Luta de Raças e de Classes**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.
- FERREIRA, João, Carlos. **Campo Verde – do Índio ao Algodão**. Cuiabá: Prefeitura Municipal de Campo Verde, 2012.
- GUERREIRO R, A. Patologia social do ‘branco’ brasileiro. In: **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes Limitada, 1957.
- GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Cultura popular, 1978.
- HALL, S. **A identidade Cultural na pós modernidade**. Tradução de Thomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11 ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.
- HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia, Ano IX, n. 17, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 19-45, 2007.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *IBGE Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/campo-verde/historico>. Acessado em: 17/12/2019.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LOPES, G. J. **A produção do espaço no núcleo urbano de Campo Verde-MT**. 2006. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Campo Verde-MT, 2006.
- MASSEY, D. B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

- PANTA, M. **População negra e o direito à cidade**: interfaces sobre raça e espaço urbano no Brasil. *Acervo*, v. 33, n. 1, p. 79-100, 2019.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecilia França. São Paulo: Ática, 1993.
- RATTS, A; RIOS F. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- ROSSATTI, A. M. **Avenida Brasil: A Ocupação Sócio-Espacial e os Diferentes Usos de Sua Estrutura**. 2006. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Campo Verde-MT, 2006.
- SANTOS, B. de S. **Epistemologias do Sul**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 5-10, 2008.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed. 2. reimpressão. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, M. As cidadanias mutiladas. *In*: LERNER, Julio (org.). **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1996.
- SOUZA, N. S. **Tornar-se Negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010.
- WIEVIORKA, M. **O racismo**: Uma introdução. São Paulo: Perspectiva, 2007.

## SOBRE OS AUTORES

**Ariel Costa dos Santos** – Possui licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, (UFMT, 2015), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, 2017) e doutorado em andamento pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, MS-Brasil), desenvolvendo pesquisas relacionadas à Geografia e Relações Raciais. Atualmente é professor substituto do Departamento de Geografia, da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR, MT-Brasil), trabalhando com disciplinas voltadas para a geografia humana. Email: [ariel.costa.geo@gmail.com](mailto:ariel.costa.geo@gmail.com)

**Bruno Ferreira Campos** – Possui bacharelado em Gestão Ambiental e Licenciatura em Geografia. É doutor em Geografia, pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, com período sanduíche no Centro de Análises de Política (CAP), da Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique. É integrante do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente – GTA, certificado pelo CNPq. Integra o quadro efetivo de professores da Rede Municipal de Educação de Dourados/MS e atua, também, como professor na Rede Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul. Atuou como professor substituto no curso de Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas (FCH-UFGD), no período 2019-2020. Atualmente é professor colaborador do MBA em Gestão Ambiental Municipal, da Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais-FCBA/UFGD. Realiza pesquisas principalmente nos seguintes temas: relação entre sociedade e natureza e problemática urbano-ambiental. E-mail: [brunofcampos625@hotmail.com](mailto:brunofcampos625@hotmail.com)

**Fabiano Greter Moreira** – Possui bacharelado em Administração pela Faculdade de Administração de Nova Andradina (FANOVA, 2005), mestrado em Agronegócios (2014) e doutorado em Geografia (2019) pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, MS-Brasil). É docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPNA). Pesquisador com ênfase em agricultura familiar, assentamentos rurais, recursos humanos, logística, agroecologia, cooperativismo, desenvolvimento local e regional, desenvolvimento territorial rural e territórios agrários. E-mail: [fabiano.greter@ufms.br](mailto:fabiano.greter@ufms.br).

**João Paulo Muniz Marin** – Possui licenciatura em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, 2009) com iniciação científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2007-2008, 2008-2009), especialização em Sociologia pela Universidade Estácio de Sá (2015), mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, 2017) sendo bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2015-2017), e Especialização em Mídias na Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS, 2019). E-mail: [paulomarin22@hotmail.com](mailto:paulomarin22@hotmail.com)

**Laudicéia Neiva Roldão Azevedo** – Possui licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual (UEMS, 2009) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, 2019). É servidora pública municipal em Glória de Dourados, lotada na Gerência municipal de Saúde e atuante no setor epidemiológico. E-mail: [launeivar@gmail.com](mailto:launeivar@gmail.com).

**Márcia Yukari Mizusaki** - Possui graduação (licenciatura e bacharelado) e mestrado em Geografia, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Presidente Prudente, doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado com ênfase em Teoria do Direito na Universidade de Sevilha. Atualmente é professora Titular na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e credenciada no Programa de Pós-graduação – mestrado e doutorado – em Geografia na mesma Instituição. É coordenadora do Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social (Grupo TERRHA). Tem experiência na área de Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado e relação capital x trabalho no campo; conflitos territoriais, lutas e resistências indígenas e camponesas; fronteiras. [marciamizusaki@ufgd.edu.br](mailto:marciamizusaki@ufgd.edu.br)

**Maria José Martinelli Silva Calixto** - Possui graduação (licenciatura e bacharelado), mestrado e doutorado em Geografia, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, campus de Presidente Prudente, e pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2011) e pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, campus de Presidente Prudente (2016). Atualmente, é professora Titular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e credenciada no Programa de Pós-graduação - Mestrado e Doutorado - em Geografia da mesma instituição. Foi tutora do Programa de Educação Tutorial – PET – do Curso de Geografia, de janeiro de 2009 a julho de 2015. Possui experiência na área de Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço urbano-regional, política pública e cidades médias. É membro do Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social (TERRHA) e da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe).

**Rodrigo Simão Camacho** - Possui graduação em Geografia (2005), mestrado em Geografia (2008) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Presidente Prudente (2014) e pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2015). Foi Professor Efetivo da Rede Municipal de Educação de Paulicéia/SP de 2001 até 2010. Atuou como Coordenador da Área de Ciências Humanas no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID Diversidade/UFGD - 2015-2018) e como professor orientador no Subprojeto da Licenciatura em Educação do Campo do Programa Residência Pedagógica (PRP/UFGD – 2018-2020). Atualmente é professor do Magistério Superior no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) e no Programa Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação e Territorialidade (PPGET) na Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Geografia na Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e na Universidade Federal de Mato Grosso Sul (UFMS) campus de Três Lagoas. É Líder do Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Geografia, Educação do Campo e Questão Agrária (GEOEDUQA) - UFGD. Membro do grupo de pesquisa do CNPq: Rede DATALUTA (UNESP). Tem experiência na área de Geografia Agrária, atuando, principalmente nos seguintes temas: ensino de geografia nos anos iniciais do ensino fundamental, educação do campo, questão agrária, territórios camponeses, movimentos socioterritoriais camponeses, disputas territoriais no campo, formação de educadores do campo.

**Simone Maria Leme** – Possui licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS, 2005), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS, 2008) e doutorado em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). É docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), campus de Campo Grande. É participante do Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social (TERRHA), certificado pelo CNPq. E-mail: [simone.leme@ifms.edu.br](mailto:simone.leme@ifms.edu.br)

**Wiliam Moreno Vascon** – Possui licenciatura em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, 2016) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, 2019). É docente na Secretaria Estadual de Educação – SED, pelo estado de Mato Grosso do Sul. E-mail: [wiliamvascon@gmail.com](mailto:wiliamvascon@gmail.com)

## ÍNDICE REMISSIVO

- A**
- Agronegócio, 8, 10, 11, 31, 78, 79, 81, 91, 93, 96, 97, 99, 100, 102, 103, 193, 195, 196, 199, 202, 204, 207, 208, 209, 210
- Atividades comerciais e de serviços, 168
- B**
- Baixada, 191, 192, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 205, 207, 208, 209, 210
- C**
- Campesinato, 8, 9, 10, 11, 12, 20, 21, 23, 24, 29, 32, 35, 40, 45, 48, 50, 51, 56, 57, 78, 79, 86, 87, 89, 90, 91, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 104
- Campo Grande-MS, 108, 119, 120, 123, 133
- Campo Verde, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210
- Camponês, 20, 21, 25, 29, 32, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 53, 56, 60, 76, 78, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 100, 101, 103, 104
- Centralidade, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 183, 185, 187, 188
- Cidade de Deus II, 108, 110, 111, 114, 117, 122, 123, 124, 126, 127, 130, 131, 133, 134
- Cidade média, 168, 170, 173, 174, 187, 188
- Circuitos curtos de comercialização, 23, 24, 25, 32
- D**
- Dialética, 11, 81, 82, 83, 85, 102
- Direito de uso, 108, 112, 131, 132, 133
- Dourados, 137, 138, 139, 140, 143, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188
- E**
- Estratégias de resistência, 11, 12, 32, 35, 36, 44, 48
- F**
- Favela, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 156, 192
- Fundos de vale, 137, 144, 151, 153, 156, 163, 165
- L**
- Luta pela terra, 40, 56, 57, 63, 66, 67, 92, 99
- M**
- Método, 10, 57, 79, 82, 83, 93, 97, 98
- Monopolização do território, 35, 42, 43, 44, 48, 53
- P**
- Paradigma da Questão Agrária, 79, 93
- Paradigma do Capitalismo Agrário, 79, 93, 96
- Planejamento urbano e ambiental, 138, 142
- População negra, 192, 194, 196, 197, 199, 207, 209
- Práticas territoriais, 9, 10, 11, 32
- Produção artesanal da Farinha de Mandioca, 9, 13, 15, 32
- Produção do espaço urbano, 112, 113, 137, 140, 143, 164
- Propriedade privada, 36, 42, 47, 108, 109, 110, 112, 128, 133, 137, 157, 163
- R**
- Racismo, 197, 199, 201, 203, 207, 209, 210
- Rede urbana, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 185, 187
- S**
- Significados de natureza, 137, 140, 141, 142, 146, 157, 164, 165
- Sujeição da renda da terra, 35, 36, 42, 43, 44, 46, 48, 53, 54



# A GEOGRAFIA DE MATO GROSSO DO SUL

*contradições, conflitos e resistências  
na cidade e no campo*



Maria José Martinelli Silva Calixto  
Márcia Yukari Mizusaki  
Rodrigo Simão Camacho  
Organizadores